

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES IBÉRICAS E AMERICANAS

JOSÉ LUIZ SILVA PREISS

**BRASIL E ARGENTINA NO ORIENTE MÉDIO:
DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AO
FINAL DA GUERRA FRIA**

Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira

Orientador

Porto Alegre
2013

JOSÉ LUIZ SILVA PREISS

**BRASIL E ARGENTINA NO ORIENTE MÉDIO:
DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AO FINAL DA GUERRA FRIA**

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Helder V. Gordim da Silveira

Porto Alegre
2013

Catlogação na Fonte

P924B Preiss, José Luiz Silva

Brasil e Argentina no Oriente Médio : do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria / José Luiz Silva Preiss. – Porto Alegre, 2013.

198 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira.

1. Brasil - Relações Exteriores - História. 2. Argentina – Relações Exteriores – História. 3. Estados Unidos – Relações Exteriores – História. 4. Oriente Médio – Política e Governo. 5. Oriente Médio – História. I. Silveira, Helder V. Gordim da. II. Título.

CDD 956

Bibliotecário Responsável

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204

JOSÉ LUIZ SILVA PREISS

**BRASIL E ARGENTINA NO ORIENTE MÉDIO:
DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AO FINAL DA GUERRA FRIA**

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 16 de julho de 2013

Banca Examinadora

Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira (Orientador)

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – UFRGS

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS

Prof. Dra. Maria Izabel Mallmann – PUCRS

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins – FEEVALE

Porto Alegre
2013

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a importância do Oriente Médio para a política externa do Brasil e da Argentina do pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria. A penetração estadunidense na região ocorre no mesmo período, enquanto afirmava a sua influência na América Latina, que ainda mantinha fortes ligações com a Europa. As duas guerras mundiais intensificaram a presença estadunidense no Oriente Médio e na América do Sul, interferindo decisivamente nas relações internacionais de ambas as regiões. Com a Guerra Fria, os EUA passaram a atuar decisivamente nas políticas externas de nações importantes estrategicamente como Brasil e Argentina, além daquelas do Oriente Médio. A necessidade de enfrentar uma série de inimigos e situações impostas pelo conflito bipolar permitiu que se instalasse a presença brasileira e argentina no Oriente Médio, passando a atuar ainda que tardiamente. No âmbito comercial e estratégico-militar, os dois países sul-americanos tiveram relações privilegiadas com o Iraque e com o Irã, respectivamente. Por outro lado, a rivalidade histórica na América do Sul, transferida para o Oriente Médio, abria espaço à cooperação extremamente benéfica para ambos, favorecendo também os planos dos EUA naquela região. Com a queda da URSS, determinando o final da Guerra Fria, não era mais do interesse da potência hegemônica que houvesse uma relação ativa na área nuclear e militar como aquela estabelecida entre Brasil e Argentina com os países árabes e o Irã. Na América do Sul, as novas diretrizes estadunidenses foram determinadas pelo Consenso de Washington e acatadas pelos governos democraticamente eleitos, enquanto o Iraque, após a guerra contra Irã e após a invasão do Kuwait estava exaurido economicamente, sendo derrotado militarmente por uma coalizão internacional, forçando a acatar o novo *status quo* que se estabelecia a partir da década de 1990. Os novos presidentes brasileiros e argentinos do período da redemocratização, por sua vez, demonstraram comportamentos diferentes a respeito das relações de seus países com o Oriente Médio.

Palavras-chave: Brasil. Argentina. EUA. Interferência Externa. Oriente Médio.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyse the creation of the Middle East as an European plan, as well as the intensive oil exploitation in the region, that has begun since the beginning of the XX century. After the First World War, the USA oil companies have participated of oil exploitation, while the country was acting in the South America to establish her influence once the South American countries were still under the European one. After the Second World War, the political and military presence of the USA in the Middle East and in the South America has increased, interfering decisively in the international relations of both regions. During the Cold War, the USA acted intensively in the foreign policy of strategic nations, such as Brazil, Argentina and the Middle East. These countries have developed their own strategies to reach their goals, as well as the USA ones. The Brazilian and the Argentinian presences in the Middle East took place according to the USA plans, but the relations between Brazil and Argentina with Iraq and Iran, respectively, created an outstanding cooperation in the military and nuclear areas, that was important to these countries, while Brazil and Argentina also helped the USA military advisors in the South and Central America against guerrilla groups. After the downfall of the USSR, according to the USA strategy, it was not necessary the continuation of the military and nuclear cooperation of Brazilian and Argentinian technicians with the countries of the Middle East. In the South America, the USA plans were established by the Washington Consensus, that were accepted by the newly elected civilian presidents, while Iraq was invaded by the USA troops and an international coalition being obliged to accept the new *status quo* imposed by the world hegemonic power, in the beginning of the 90's in that region. On the other hand, the new Brazilian and Argentinian Presidents dealt with the countries of the Middle East differently. According to their commercial advantages.

Keywords: Brazil. Argentina. USA. Foreign Interference. Middle East.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fluxo migratório para o Brasil (1884-1943)	31
Tabela 2 – Comércio Brasil-Iraque 1970-1976.....	73-74
Tabela 3 – Investimentos Árabes na América Latina nas décadas de 1970-1980..	108

LISTA DE SIGLAS

AAA – Alianza Anticomunista Argentina – Aliança Anticomunista Argentina
ABACC – Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
ALALC – Aliança Latino-americana de Livre Comércio
AMIA – Asociación Mutua Israelita Argentina – Associação Mútua Israelita Argentina
AVIBRAS – Avibras Indústria Aeroespacial
BAII – Banque Arabe et Internationale d'Investissement – Banco Árabe e Internacional de Investimento
CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CCD – Centros Clandestinos de Detención – Centros Clandestinos de Detenção
CEE – Comunidade Econômica Européia
CGT – Central General de los Trabajadores – Central Geral dos Trabalhadores
CIA – Central Intelligence Agency – Agência Central de Inteligência
CNEA – Comisión Nacional de Energia Atômica – Comissão Nacional de Energia Atômica
CORABE – Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Árabes
CSONU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTA – Centro Tecnológico Aeroespacial
DAIA – Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas – Delegação de Associações Israelitas Argentinas
DGFM – Dirección General de Fabricaciones Militares – Direção Geral de Fábricas Militares
DINA – Dirección de Inteligencia Nacional - Direção de Inteligência Nacional
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
EGPC – Egyptian General Petroleum Company
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A
ENGESA – Engenheiros Especializados S.A
ERP – (Ejército Revolucionario del Pueblo – Exército Revolucionário do Povo
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMLN-FDR – Frente Farabundo Marti para Liberación Nacional-Frente Democrático Revolucionário – Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional-Frente Democrática Revolucionária

GRN – Guardia Restauradora Nacionalista – Guarda Restauradora Nacionalista

HIPASAM – Hierro Patagônio de Sierra Grande S.A.M – Ferro Patagônio da Serra Grande SAM

IMBEL – Indústria de Material Bélico S.A

INOC – Iraqi National Oil Company

IPC – Iraqi Petroleum Company

IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares

IRB – Instituto de Resseguros do Brasil

MBB – Messerschmitt-Bölkow-Blohm

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MINURSO – Mission des Nations Unies por l'Organisation d'un Réferendu au Sahara Occidental – Missão das Nações Unidas para Referendum do Saara Ocidental

MOSSAD – Instituto para Inteligência e Operações Especiais

MPNA – Movimento dos Países Não-Alinhados

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIA – Organización Israelita Argentina – Organização Israelita Argentina

OLP – Organização para Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-americana

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PEI – Política Externa Independente

PNEMEM – Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar

PNSS – Partido nacional Socialista Sírio

RAU – República Árabe Unida

SAVAK – Organização de Segurança e Inteligência Nacional

SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira S.A.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute – Instituto para Estudos da Paz de Estocolmo

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

SOMISA – Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina – Sociedade Mista Siderúrgica Argentina

SS – Schutzstaffel – Tropa de Proteção

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TAM – Tanque Argentino Mediano

TAMSE – Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

TPC – Turkish Petroleum Comapy

UCR – Unión Cívica Radical – União Cívica Radical

UCRP – Unión Cívica Radical del Pueblo – União Cívica Radical do Povo

UNIKOM – United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission – Missão de Observação das Nações Unidas para Iraque e Kuwait

UNIMOG – United Nations Iran-Iraq Military Observer Group – Grupo Observador Militar para Irã e Iraque

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNCIRPP – United Nations Committee for Inalienable Right of Palestinian People – Comitê das Nações Unidas para os Direitos Inalienáveis do Povo Palestino

UNEF 1 – United Nations Emergency Force 1 – Força de Emergência das Nações Unidas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VARIG – Viação Aérea Rio-Grandense

WHINSEC – Western Hemisphere Institute for Securiry Cooperation – Instituto para Cooperação e Segurança do hemisfério Ocidental

YPF – Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A EMERGÊNCIA DO ORIENTE MÉDIO NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL	19
2.1 O ORIENTE MÉDIO COMO PARTE DA POLÍTICA EXTERNA DAS POTÊNCIAS EUROPEIAS E DOS EUA	19
2.2 A INSERÇÃO DO BRASIL NO ORIENTE MÉDIO: UM INÍCIO TARDIO	27
2.3 O ORIENTE MÉDIO NA POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA: UMA PROSPECÇÃO CAUTELOSA	46
3 ENTRE O MERCADO E A IDEOLOGIA: DISPUTA POR MERCADOS NO ORIENTE MÉDIO E COMBATE ÀS ESQUERDAS NAS AMÉRICAS	59
3.1 O CENÁRIO INTERNO NO MUNDO ÁRABE E NO IRÃ NA DÉCADA DE 1970	59
3.2 O ORIENTE MÉDIO FORNECEDOR DE PETRÓLEO: UM DOS IMPULSIONADORES DO BRASIL POTÊNCIA	62
3.3 A ASCENSÃO DO REGIME MILITAR ARGENTINO E AS LIGAÇÕES ESTRATÉGICO-MILITARES COM ISRAEL.....	81
4 DA CONSOLIDAÇÃO AO ENFRAQUECIMENTO: BRASIL E ARGENTINA NO ORIENTE MÉDIO NA TRANSIÇÃO DAS DÉCADAS DE 1980-1990	109
4.1 DA CONSOLIDAÇÃO AO ENFRAQUECIMENTO: BRASIL E ARGENTINA NO ORIENTE MÉDIO NA TRANSIÇÃO DAS DÉCADAS DE 1980-1990	109
4.2 A ARGENTINA E A GUERRA IRÃ-IRAQUE: A RIVALIDADE COM O BRASIL	146

4.3 A CONCORRÊNCIA BRASILEIRO ARGENTINA NO MERCADO DO ORIENTE MÉDIO: UM EPÍLOGO.....	173
5 CONCLUSÕES	176
REFERÊNCIAS.....	181
ANEXOS	198
ANEXO A – Oriente Médio.....	198

1 INTRODUÇÃO

Pelo menos a partir dos anos 1950, a tradicional rivalidade entre Brasil e Argentina na América do Sul extrapolou o espaço americano e estabeleceu-se no Oriente Médio, em função das oportunidades que ali se ofereciam de fornecimento de petróleo para os dois países e por representar um excelente mercado consumidor para a indústria brasileira e argentina, além de ser uma alternativa para a venda de material bélico de ambos os países, assim como já vinham sendo os demais países sul e centro-americanos. Estabelece-se, no âmbito deste trabalho, como definição para Oriente Médio, aquela criada por Alexandre Roche¹.

Este trabalho tem como objeto as relações do Brasil e da Argentina com o Oriente Médio, sob a vigilância estadunidense, entre os anos do pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria, na perspectiva de tentar preencher parcialmente a lacuna nos estudos sobre as ações diplomáticas e estratégicas brasileiras e argentinas naquela região. Deve-se lembrar que, tanto no Brasil quanto na Argentina, praticamente, não se trata, na bibliografia disponível, especificamente, dessa rivalidade bilateral tendo o Oriente Médio como meta diplomática. De forma geral, as relações do Brasil e da Argentina com o Oriente Médio não foram ainda examinadas sistematicamente pela bibliografia das Relações Internacionais.

Deve-se deixar claro que, apesar do estabelecimento de relações diplomáticas no início do século XX e do abrigo de uma grande quantidade de refugiados oriundos dos conflitos que se alastraram naquela região, a inserção estratégico-comercial dos dois países sul-americanos no Oriente Médio foi extremamente tardia, mesmo porque as nações que venceram a I Guerra Mundial e dividiram aquele conjunto geopolítico conforme suas conveniências econômicas e estratégicas não permitiam a aproximação de outros países. Após a Segunda Guerra, todavia, o Oriente Médio passou a desempenhar, até, pelo menos, o final da Guerra Fria, um papel extremamente importante na política externa brasileira e argentina, tanto na área comercial como no campo tecnológico-militar.

¹ “Utilizaremos, então, uma imagem cotidiana para melhor definir o Oriente Médio geográfico e geopolítico-uma casa: a) um teto (Turquia, Cáspio, Irã, Afeganistão e Paquistão); b) um corpo da construção indo da Líbia ao Paquistão e compreendendo a Líbia, Egito, Israel, o Líbano, a Síria, a Jordânia, o Iraque, o Irã, o Kuwait, os Emirados e os Principados do Golfo Pérsico, a Arábia Saudita, Omã e Iêmen; c) um pátio, em parte terrestre, desde o Sudão até a África do Sul, acentuando-se sobre o ‘Chifre’ africano (Eritreia, Djibuti e Somália) e em parte marítimo -o Golfo Pérsico, ele próprio, o oceano Índico, o Mar Vermelho, o Canal de Suez e o Mediterrâneo oriental” (ROCHE in VZENTINI, 1992, p. 175).

Deve-se ressaltar que o Brasil e a Argentina passavam, ao longo do período, por momentos de construção, consolidação e crise de seus parques industriais, bem como de adequação de suas economias às ordens internacionais então emergentes. Buscavam igualmente estabelecer suas áreas de influência na América do Sul, posteriormente nas Américas, além de manterem uma acirrada concorrência regional, que acabou sendo transplantada para suas políticas no Oriente Médio.

Não se pode deixar de mencionar nesse sentido a relevância da década de 1950. Essa foi de prospecção e de estabelecimento de tratados iniciais entre os dois países e o Oriente Médio, enquanto que o decênio seguinte já mostrava um envolvimento maior com os assuntos pertinentes àquela região, tanto em política externa quanto interna.

Na década de 1970, desenvolveu-se a cooperação na área estratégica a fim de combater os grupos de esquerda que operavam contra os governos militares instaurados nos dois países. Os avanços brasileiros e argentinos na área nuclear agravaram a rivalidade, que era, ora incentivada pelo governo estadunidense e ora amenizada por esse, visto que era vital aos Estados Unidos da América (EUA) que o combate aos grupos guerrilheiros alcançasse sucesso. No período, os dois países sul-americanos buscaram o Oriente Médio como fiel da balança para justificar suas ações tanto externas quanto internas.

Dessa forma, a rivalidade entre Brasil e Argentina fez-se notar no Oriente Médio, enquanto agravava-se a crise mundial do petróleo. Ambos procuraram estabelecer parcerias preferenciais naquela região, a fim de garantir o fornecimento do insumo, vital para a sustentação econômica dos seus regimes militares.

A década de 1980 caracterizou-se o ápice das relações entre o Brasil e o Oriente Médio, principalmente com o fornecimento de armas e de produtos industrializados para os países da região, sobretudo para o Iraque e Arábia Saudita. A Guerra Irã-Iraque (1980-1988) foi a oportunidade para a indústria bélica argentina, por seu turno, oferecer os seus produtos à região, notadamente carne e armas. A referida década, assim como apontou o mais importante momento da relação estratégico-diplomática dos dois países sul-americanos com o Oriente Médio, também mostrava o declínio dessa relação que se concretizaria nos primeiros anos da década seguinte, em função do não pagamentos de dívidas contraídas com fornecedores brasileiros, o encerramento dos governos militares na América do Sul e

a instauração dos governos democráticos sob a égide estadunidense do Consenso de Washington².

Buscou-se, nessa direção, contemplar as disputas na América do Sul e, posteriormente, a criação de mercados consumidores para os diversos produtos e serviços brasileiros e argentinos no Oriente Médio, bem como a transferência de tecnologia militar e nuclear dos dois países para aquela região, sempre levando em conta a política global estadunidense.

O aprimoramento da indústria bélica do Brasil e da Argentina era crucial para as projeções internacionais de ambos os países. A presença brasileira e argentina no Oriente Médio deveria ser a extensão da presença estadunidense e o fortalecimento de sua política externa, principalmente na contenção da Revolução Islâmica no Irã. O final da Guerra Fria enfraqueceu, contudo, a presença do Brasil e da Argentina naquela área, uma vez que a atuação de membros da OTAN e do Japão garantiram para os países da Europa Ocidental e a esse aliado oriental o fornecimento de petróleo, de extrema relevância estratégica, enquanto os países sul-americanos buscavam enquadrar-se nos ditames do Consenso de Washington.

Em termos teóricos, adota-se aqui a perspectiva segundo a qual o Estado é o ator principal do sistema internacional. Esse sistema remonta, sabidamente, a 1648, com a assinatura dos Tratados de Westphalia, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos, visando promover a integridade territorial dos seus signatários e a sua soberania face aos outros Estados europeus com maior poder militar (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2001).

Nessa perspectiva de protagonismo do Estado no sistema internacional, percebe-se que as relações entre o Brasil e o Oriente Médio foram concebidas e permanecem pautadas pelo planejamento feito pelo Estado Brasileiro através do seu Ministério de Relações Exteriores (MRE), mesmo após o período denominado de pós Guerra Fria, segundo ensinam Amâncio Jorge de Oliveira e Alberto Pfeifer (OLIVEIRA; PFEIFER in ALTEMANI, LESSA, 2006). A afirmação dos autores é corroborada por Amado Luiz Cervo, ao afirmar que o papel protagonista do Estado

² Entende-se por Consenso de Washington as diretrizes estabelecidas por representantes do governo estadunidense, do Banco Mundial, do FMI, além de economistas, a partir de análises das reformas econômicas desenvolvidas na América Latina, durante a renegociação da dívida externa nos anos 1980. A partir da observação feita pelos especialistas dessas instituições, foi decidido que os países latino-americanos deveriam seguir um conjunto de reformas para combater o populismo econômico, trazendo o equilíbrio fiscal, criando a estabilização econômica. Reformas para orientar o mercado foram apresentadas, assim como orientações para a redução no papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento (SANTOS, 2007).

está acima de governos e regimes, no que diz respeito a sua inserção internacional (CERVO, 2008).

Durante do regime militar, no Brasil, a concretização da busca do que se punha como interesse nacional foi definida, em larga medida, pelo planejamento da Escola Superior de Guerra (ESG) (CASTRO, 1986). Nesse período, o Brasil passou a ser caracterizado como uma *potência média*. Tal designação também se aplicava à Argentina, sendo que a planificação da política externa do país e as estratégias montadas para a penetração no Oriente Médio partiam igualmente do Estado argentino, de forma bastante independente dos regimes políticos e dos governos que ali se estabeleciam. Assim, de acordo com Odete Maria de Oliveira, existe um conjunto de países que participam da sociedade internacional recebendo a designação de potências médias, que estão voltadas “[...] à defesa de seus interesses e objetivos junto a um contexto regional ou setorial” (OLIVEIRA, 2001, p. 149).

Igualmente através da definição de Rafael Calduch Cervera, pode-se conceituar o Brasil e a Argentina na condição de potências médias de forma pertinente durante a Guerra Fria. O autor define que estes países “[...] carecem de capacidade ou vontade de exercer sua hegemonia em escala mundial, porém intervêm econômica, política, ideológica e militarmente de modo eficaz, em uma área geopoliticamente mais restrita” (CERVERA, 1991 apud OLIVEIRA, 2001, p. 149)³.

O Estado, como ator principal do sistema internacional, existe dentro de uma soberania legal, convivendo com outros Estados, que têm capacidades maiores ou menores de atuar internacionalmente. Dessa forma, buscou-se em Hans Morgentau e Raymond Aron boa parcela do aporte teórico para o exame da atuação da política externa brasileira em contraste, e eventual cooperação, com aquela da Argentina no Oriente Médio (ARON, 1986).

Procurou-se, particularmente, em Raymond Aron, a visão de que as presenças do Brasil e da Argentina no Oriente Médio se desenvolveram *à sombra da guerra*, uma vez que estavam em estreita relação com os conflitos regionais, sendo o mais famoso o ocorrido entre Irã e Iraque (1980-1988), que contou, por exemplo, com assessoria argentina aos iranianos. A mesma expressão *aroniana* pode ser, em parte, usada para definir as próprias relações Brasil-Argentina, tendo vista a

³ Esta definição também é aplicada à Argentina e aos países do Oriente Médio como Iraque, Egito, Líbia, Argélia e Arábia Saudita.

rivalidade entre ambos com a perspectiva de conflito armado até o final da primeira metade da década de 1980. De fato, as relações entre Brasil e Argentina, até 1985, foram guiadas pela busca do poder no âmbito sul-americano, com a constante capacitação militar na área nuclear e estratégica, através do fortalecimento das suas forças armadas e indústrias bélicas.

O período cronológico demarcado por este trabalho é dividido em duas partes. A primeira, dos anos 1960 até 1985, é marcada pela consolidação do regime militar no Brasil e a crescente militarização, ou *desperonização*, da política argentina, que atinge seu ápice no pós-1976. Nesse período, as etapas da política externa brasileira estavam permanentemente ligadas à manutenção da “aliança” com a Argentina na repressão a movimentos contrários aos governos instalados nos dois países. Por outro lado, havia a rivalidade, demonstrada através da divisão geopolítica e geoestratégica da América do Sul, na qual a Bolívia estava sob a esfera de influência argentina, enquanto o Paraguai recebia instrutores e equipamento militares brasileiros. Já o Uruguai era mantido sob a vigilância argentina e brasileira (ARMONY, 1997).

A segunda fase do período cronológico desta pesquisa abrange os anos de 1985 a 1991. Há, por parte de vários autores, a certeza que Brasil “abandonou” o comércio com os países do Oriente Médio durante esse tempo. O primeiro presidente civil, José Sarney, mostrou uma continuação na política externa do regime anterior para esse conjunto geopolítico, com todos os contratos sendo respeitados por parte do Brasil, sendo que os fabricantes de armas brasileiros receberam permissão de abastecer dois países outrora beligerantes no Oriente Médio: Irã e Iraque.⁴ A primeira providência do novo governo civil foi normalizar as relações com a Argentina, encerrando-se toda e qualquer perspectiva de conflito militar.

Havia de fato um novo cenário internacional, no final de década de 1980, com a queda da União Soviética. O conflito bipolar chegava a termo e os EUA apresentavam-se como potência hegemônica. No Brasil, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente, buscando no Norte as suas prioridades na política externa. A relação com os países do Oriente Médio foi praticamente esquecida no novo

⁴ O Brasil abasteceu concomitantemente os arsenais do Iraque e do Irã com aviões Tucano, sendo que os pilotos iraquianos eram treinados em São José dos Campos (SP) e os iranianos foram enviados para Lagoa Santa (MG) (COOPER; BISHOP; LUCCHESI, 2006).

governo, que se manteve a favor da Coalizão internacional que libertou o Kuwait do Iraque, na Segunda Guerra do Golfo. O conflito entre a aliança internacional e o Iraque encerra-se em 1991, quando a cooperação Brasil-Argentina passa a ter grande relevância para o campo nuclear.

Na Argentina, a crise política interna agravada pela derrota na Guerra das Malvinas levou, em 1983, ao retorno à democracia. Todavia, Raúl Alfonsín permitiu que empresas argentinas oferecessem armas ao Iraque e ao Irã, assim como o Brasil fizera. O Governo Menem vislumbrou a colocação da Argentina como um aliado preferencial dos EUA (na ótica menemista) e possível membro da OTAN, como uma forma de salvaguardar o interesse do país. Desta forma, “La Nueva Política Exterior del Menemismo” marcou, segundo Héctor E. Gosende (2007), a reinserção do país na nova economia global, alinhando-se de forma explícita aos EUA, abandonando o Movimento Não-Alinhado e mudando os seus votos no âmbito das Nações Unidas, adaptando-se completamente a uma política pró-ocidental.

Em termos de consolidação da política externa dos países do Oriente Médio, apesar de alinhados às potências ocidentais ou à antiga URSS, os governantes árabes e iranianos pautavam os seus interesses pela ação do Estado, seja no âmbito da política interna, seja naquele da política externa. Dessa forma, Fred H. Lawson asseverou que o nascimento do sistema de Estados no Oriente Médio seguiu a lógica do sistema de Westphalia, assim como o nacionalismo emergente na região. A ação de se buscar consolidar uma entidade politicamente unida, uma retórica nacionalista dominante e uma prática diplomática voltadas a salvaguardar os interesses do governante e do Estado foram predominantes na relação dos países do Oriente Médio com o Brasil e a Argentina (LAWSON, 2006).

A construção desses Estados experimentou a visão aroniana de se realizar à sombra da guerra (SCHWARTZ, 2012), enquanto institucionalizavam-se governos ditatoriais que estabeleceram com os dois países sul-americanos formas de cooperação que visavam à realização dos interesses do Estado, que, na maioria das vezes, trazia a personificação dos interesses do seu governante. Como se verá, o petróleo foi a moeda de troca desses governantes para alcançar a realização dos objetivos de suas políticas externas e internas. A inibição de estruturas democráticas, igualmente, colocava os Estados do Oriente Médio em consonância com os países sul-americanos em questão, na mesma lógica final de defesa do Estado.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo central analisar as linhas norteadoras e os condicionantes contextuais da política externa brasileira e argentina para o Oriente Médio entre os anos iniciais da inserção dos dois países na região até o princípio da década de 1990. Tal objetivo se desmembrará em três objetivos específicos, a serem desenvolvidos ao longo dos capítulos que seguem:

1. Verificar as condições que levaram a política externa do Brasil a privilegiar o Oriente Médio durante o contexto internacional demarcado pela Guerra Fria, enquanto a Argentina atuava fortemente na assessoria militar na América Central, angariando a posição de aliado militar preferencial dos EUA, sem negligenciar aquela região como fonte de clientes em potencial para seus serviços e produtos;
2. Examinar as linhas que demarcavam a concorrência brasileiro-argentina no Oriente Médio no contexto da Guerra Fria, levando em conta a constante melhoria das relações dos dois países no âmbito hemisférico, por força do combate ao comunismo com o aval dos EUA.
3. Analisar o impacto da emergência do novo contexto internacional pós-Guerra Fria conjuntamente com a chamada redemocratização nas políticas do Brasil e da Argentina no Oriente Médio.

2 A EMERGÊNCIA DO ORIENTE MÉDIO NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL

A descoberta de petróleo, em 1890, e o enfraquecimento do Império Otomano deixaram a região à mercê das investidas das potências europeias (YERGIN, 1992). A potencialidade geopolítica do Oriente Médio era a forma encontrada pelos países da região para promover a aliança com grupos à margem do Império Otomano, quando cada um dos concorrentes buscou estabelecer vantagens iniciais para, em um momento oportuno, investir contra determinadas áreas, afastando o possível inimigo, fosse autóctone, fosse ele europeu, antevendo a iminência dos conflitos para a região (ANEXO A).

2.1 O ORIENTE MÉDIO COMO PARTE DA POLÍTICA EXTERNA DAS POTÊNCIAS EUROPEIAS E DOS EUA

A aproximação dos países da América do Sul e do Oriente Médio ocorreu tardiamente, em função do passado colonial de ambas as regiões. A América do Sul necessitou, primeiramente, estabelecer seus movimentos de independência contra os colonizadores espanhóis e portugueses, promover alianças internas e formar seus Estados Nacionais, buscar a eliminação de conflitos internos e regionais. Economicamente, os novos países eram bastante dependentes de potências coloniais como a França e Grã-Bretanha.

A concorrência pelas matérias-primas sul-americanas fomentou a entrada de novos pretendentes no cenário econômico, como a Alemanha, a Bélgica e os EUA. A interferência desses países na vida econômica passou a ser de extrema importância a partir do momento em que traziam os recursos necessários para melhorias no campo industrial e tecnológico. Os países da América do Sul estavam resolvendo seus próprios conflitos, que haviam ficado em aberto desde os tempos dos movimentos pela independência política, como as disputas entre grupos internos e as questões de fronteira.

No âmbito geopolítico, Argentina e Brasil projetavam-se como líderes naturais, porém encontravam-se sob a égide estadunidense que procurou equilibrar os atritos entre os dois vizinhos sul-americanos. Mesmo sendo o Brasil um país governado por uma monarquia, era clara a relação que apontava para uma natural

aliança não escrita com os EUA (BURNS, 2003). Nos conflitos na América do Sul, principalmente na Guerra do Paraguai (1864-1870), a Grã-Bretanha desempenhou um papel preponderante no auxílio financeiro e tecnológico aos membros da Tríplice Aliança.

A França também serviu de modelo aos exércitos sul-americanos, enquanto que os EUA levantavam-se de uma guerra civil (1861-1865) e preparavam-se para empreender a conquista do oeste. Notava-se, a partir do término do conflito interno no país norte-americano, que o próximo passo era investir, conforme estabelecido pelo Destino Manifesto, contra os territórios abaixo do Rio Grande.

Por sua vez, a Argentina não demonstrava nenhum conforto com a política expansionista estadunidense no México, América Central e, posteriormente, no Caribe, e como a vitória dos EUA na guerra contra a Espanha (1898). O governo argentino, por sua vez, deixava claro que não estava satisfeito com o favorecimento estadunidense ao governo brasileiro, principalmente na transição da monarquia para república. Apesar de resolver os problemas de demarcação de fronteira de forma pacífica pela atuação de José Maria Paranhos (Barão de Rio Branco), valendo-se do expediente de arbitragem internacional, contando, inclusive, com o apoio do presidente estadunidense, Grover Cleveland na Questão de Palmas. A Argentina e o Brasil colocavam-se como concorrentes naturais à liderança da porção meridional do continente americano (GOES FILHO, 1998).

Seguramente, os problemas internos inerentes à América do Sul ocupavam um espaço quase que exclusivo para Brasil e Argentina, que mantinham relações diplomáticas com tradicionais parceiros europeus e não se permitiam enxergar além do território imperial russo a leste e não procuravam vislumbrar parcerias com os orientais. Desta forma, as relações com o distante Oriente Médio não era imaginável ou viável, pois os territórios daquela região eram disputados palmo a palmo por potências estrangeiras e não se apresentavam lideranças locais que desafiassem tais países. Não havia a condição de comércio fosse pela distância, fosse pelo desconhecimento mútuo e fosse pelos interesses de manter o Oriente Médio na esfera de influência de pouquíssimas nações com capacidade de explorá-lo.

No tocante ao Oriente Médio, a descoberta do petróleo, que se apresentava como o combustível que moveria o mundo pós- II Revolução Industrial, fazia com que as potências coloniais – França e Grã-Bretanha – procurassem ao máximo assegurar tais reservas estratégicas, a fim de evitar a aproximação de concorrentes,

como a Alemanha, que pós-Unificação (1870-1871), quando impôs uma derrota vexatória à própria França, começou a buscar colônias na África, tornando-se um importante rival para britânicos e franceses.

Deve-se perceber que a I Guerra Mundial ainda não havia terminado e franceses e britânicos já haviam orquestrado a divisão de fato do espólio otomano, demarcando a nova configuração do território como possessões franco-britânicas, afastando, inclusive, a Rússia das áreas ricas em petróleo do Oriente Médio. O Acordo de Sykes-Picot (1916) foi o documento que também passou a discutir as repercussões religiosas dessa divisão. A França recebeu o aval dos cristãos maronitas, que apesar de ser a minoria, desfrutava do apoio político e militar francês. Essa facção cristã outorgava-se o direito de guarda e proteção dos locais sagrados ao cristianismo, enquanto a Rússia clamava pelo mesmo direito no que diz respeito aos locais mais importantes para a fé ortodoxa. A Grã-Bretanha manteve-se afastada desta discussão, que passou a enfrentar a partir da Declaração Balfourd (1917).

As compensações da I Guerra previam:

1- À Rússia caberá as províncias de Erzerum, Irbizond, Van e Bilitis, assim como o território na parte sudeste de Curdistão através da linha Mush-Sairt-ibn Umar Amaria até a fronteira persa. O limite das aquisições na costa do Mar Negro serão determinadas mais tarde em um ponto oeste de Trbizord; 2- A França obtém uma faixa litorânea ao longo da costa da Síria. A vila de Adama e o território fronteiriço ao sul pela linha Aitab-Mardin até a futura fronteira da Rússia e, ao norte, pela linha Ak Dargh-Jidiz-Aaagh-Zara-Egin Hharput; 3- Grã-Bretanha obtém a parte sudeste da Mesopotâmia com Bagdá e estipula para si própria na Síria os pontos de Haifa e Acre; 4- Por acordo entre França e Inglaterra a zona entre a França e os territórios britânicos formam a Confederação dos Estados Árabes ou um Estado Árabe Independente, aos quais as zonas de influência são determinadas ao mesmo tempo; 5- Alexandreta é proclamada como ponto livre. (MONROE, 1955, apud SILVA, 2003, p. 24).

A promessa do estabelecimento de um Estado Árabe independente era muito mais importante no viés religioso e simbólico, uma vez que os locais sagrados do Islã ficariam sob a guarda do xerife de Meca, Hussein, membro da tribo Hashemita, aliada dos britânicos e franceses, com ramificações na Transjordânia e Iraque. A condição de xerife o colocava como descendente de Maomé, o que lhe outorgava a legitimidade perante as tribos do deserto. Havia uma crescente movimentação nacionalistas pró-independência no Iraque, Síria e Líbano, que pediam a retiradas das tropas de ocupação franco-britânicas. A liderança de Hussein no Hedjaz passou

a ser contestada na região do Nadj, pelo clã Saud, que passou a receber o apoio britânico e, posteriormente, estadunidense. Não bastassem as cisões no movimento árabe, a região passava a enfrentar as consequências da Declaração Balfour (1917) na ocupação de terras árabes por colonos judeus⁵.

A Palestina não seria um território eminentemente árabe, seria um abrigo para os judeus que voltariam à Terra Santa pelas mãos britânicas, contando com o aval da Liga das Nações, como uma estratégia geopolítica como forma de “dividir para governar”. As pressões do movimento sionista, guiado por Chaim Weizmann, estabeleceram ações para iniciar a imigração para a Palestina. Os contatos entre Hussein e os coordenadores da Organização Sionista Internacional garantiram a presença de imigrantes judeus na Palestina, sob a tutela britânica, porém, após a chegada destes à região, passaram a hostilizar os britânicos e os habitantes árabes.

As décadas que se seguiram ao início da imigração judaica foram marcadas por uma série de rebeliões, muitas de caráter nacionalista, conduzidas por líderes árabes, e outras rebeliões de caráter antisemita. Tais levantes também eram sentidos pela administração britânica, que era a responsável, segundo os discursos dos habitantes autóctones da região, pela chegada dos judeus e co-autora na tomada de terra dos habitantes locais por empreendedores judeus, gerando a revolta de 1920 e 1921, conforme Malatios Khouri (1948). A revolta árabe foi uma resposta aos tratados de San Remo e Sèvres (1920), que redesenhou o Oriente Médio como possessão franco-britânica, atendendo aos apelos sionistas, ao invés de criar a tão esperada pátria árabe.

A França, por sua vez, também enfrentava rebeliões na região da Síria na década de 1920. A pacificação ocorreu somente no final de 1926, quando as autoridades francesas, com reforço militar, e várias negociações com líderes locais conseguem conter os ímpetus nacionalistas. Por outro lado, as rebeliões sírias serviram de modelo para os iraquianos se insurgissem contra a administração britânica, o que gerava um gasto muito alto para a manutenção da possessão, que ofereceria uma compensação financeira muito interessante para a Grã-Bretanha,

⁵ “Conhece-se por Declaração Balfour o documento publicado em 2 de novembro de 1917 pelo Governo Britânico, em que o então ministro do Exterior exprimia, em nome de Sua Majestade, em uma carta a Lorde Rothschild, simpatia pela causa sionista, particularmente no concernente à aspiração de estabelecer um lar nacional judeu na Palestina: para a realização desse desejo, prometia o apoio e a intervenção de seu governo” (HIRO, 1991, p. 47-48).

uma vez que, em 1927, em Mosul, a segunda fonte de petróleo do Oriente Médio foi descoberta.

O Iraque foi o principal alvo da ação britânica, pois movimentos autóctones independentistas chegaram, de forma unilateral, a emancipar as regiões de Bagdá, Basra e Mosul (o bastião petrolífero). Isso fez com que os britânicos acelerassem as medidas de choque como expulsão de lideranças. O Exército Britânico passou a lutar em duas frentes: as montanhas persas contra insurgentes e na Mesopotâmia contra os rebeldes iraquianos. Com a vitória britânica, a administração implantada na Mesopotâmia seguiu os moldes daquela estabelecida no Egito: “mãos nativas e cabeças britânicas”.

A participação estadunidense na exploração petrolífera da região começou na metade da década de 1920, quando os EUA foram contemplados com a partilha das ações, que foram divididas da seguinte forma: *Anglo-Persian Oil Company* (23,75%), *Royal Dutch Shell* (23,75%), *Móbil & Standart Oil* dos EUA, que conjuntamente compraram 23,75 % e *Calouste Gulbenkian* com 5% (YERGIN, 1992). O acesso dado aos estadunidenses aos recursos energéticos da região estava estabelecido no princípio da Porta Aberta (1920), que estabelecia que todos os países vitoriosos na I Guerra teriam os mesmos acessos às regiões tomadas dos países derrotados, principalmente no tocante à exploração de petróleo.

A ação estadunidense não foi efetiva visto que os britânicos foram mais atuantes, mantendo a maior parte das ações da IPC (*Iraqi Petroleum Company*), anteriormente chamada de TPC (*Turkish Petroleum Company*). A exploração de petróleo iraquiano por parte dos britânicos estava garantida pelo Tratado Anglo-Iraquiano (1930), que dava à Grã-Bretanha o direito de exploração do insumo por 25 anos renováveis. O Iraque recebeu o *status* de independente, podendo ser aceito na Liga das Nações (TRIPP, 2003). A defesa ficava a cargo das Forças Armadas Britânicas, assim como a parte administrativa era de responsabilidade britânica, ficando o rei Hussein com a figuração de chefe de Estado.

Por toda a década de 1930, o Oriente Médio esteve convulsionado por rebeliões contrárias à administração britânica. O governo colonial francês na Síria e no Líbano também enfrentava conflitos com as lideranças nacionalistas. Havia a penetração dos ideais nacionais-socialistas nos manifestos sírio-libaneses. Na mesma década, o Partido Nacional Socialista Sírio (PNSS) foi criado; a reunião de Adolf Hitler com o *mufti* de Jerusalém conclamava a união dos árabes e nacional-

socialistas alemães para derrotar os comunistas e judeus na Europa e no Oriente Médio.

Em 1941, no Iraque, uma rebelião apoiada abertamente pela Alemanha não alcançou sucesso, pois os britânicos foram mais hábeis e rápidos em deslocar reforços para aniquilá-la. Militares iraquianos antibritânicos não conseguiram receber a tempo armas e tropas alemãs, que por questões de logística, não chegaram ao Iraque (LYMAN, 2006). Como ocorrera na I Guerra Mundial, o Oriente Médio se convertia em teatro de operações de outro conflito, que visava à manutenção das fontes de petróleo nas mãos dos Aliados.

A preocupação de modo geral, pós-I Guerra, era o assentamento de colonos judeus na Palestina, mas havia um grande número de antigos súditos de Império Otomano que abandonaram seus lares em função da guerra, das incertezas do comando de novas lideranças regionais e da ingerência das potências coloniais sob a égide da Liga das Nações. Assim como os judeus fizeram séculos antes, começava uma grande diáspora de árabes que buscavam novos locais para se estabelecerem, as Américas passaram a ser uma solução salvadora, sendo que a América do Sul, notadamente Brasil e Argentina, seria a escolha que fortemente chamavam a atenção dos árabes sem lar.

A década de 1940 marcou, com auxílio brasileiro, a criação do Estado de Israel, amparado pelos Aliados e soviéticos por meio de votação na ONU (Organização das Nações Unidas). O voto brasileiro mostrou o comprometimento com os EUA, com os quais as Forças Armadas Brasileiras tinham se aliado para combater o III Reich na Europa e revidar o torpedeamento de navios nacionais na costa do país. A posição estadunidense, no pós-guerra, segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, era de se tornar um dos pólos da segurança mundial, vigiando a Europa, as Américas, a África, o Extremo Oriente e o Oriente Próximo (CERVO; BUENO, 2002).

Nas décadas de 1950 e 1960, aumentou a participação estadunidense no Oriente Médio por meio de um tratado de intervenção militar, enquanto afastava a influência política das antigas potências coloniais: França e Grã-Bretanha. O afastamento das antigas potências coloniais propagou o anseio pela autonomia de seus recursos naturais com crescentes manifestações nacionalistas e reações contra o Estado de Israel, que, contando com apoio ocidental, provocou derrotas militares incontestáveis aos exércitos árabes.

Em 1955, o Pacto de Bagdá foi criado como uma forma de proteger o Oriente Médio da penetração soviética. A organização contava com a presença estadunidense e britânica, reunindo também Iraque, Turquia, Paquistão e Irã. Entre 1958 e 1959, o Iraque se retira do Pacto, por causa da ascensão do regime republicano, que derrubou a dinastia Hussein mantida pelos governos estadunidense e britânico (HIRO, 1991). Em 1958, os EUA substituiu de fato a França na proteção da antiga colônia franco-libanesa. Em função das tensões entre maronitas e muçulmanos, que a literatura sobre Oriente Médio, chama, também, de guerra civil, o governo estadunidense enviou tropas para garantir a manutenção do *status quo*, isto é, a manutenção do poder pela minoria cristã, apesar da insatisfação da maioria muçulmana no país (HIRO, 1991).

Os EUA assim substituíam as antigas potências coloniais, investindo pesadamente em recursos militares, que deveriam ser compensados por acordos de exploração de petróleo, que sustentaria o esforço militar necessário ao desenvolvimento da “Guerra Fria”, deflagrada no final da II Guerra Mundial e levada a cabo nos campos de batalha da Coreia e por meio de revoluções em antigas colônias francesas no Sudoeste Asiático.

Ainda na década de 1950, acirraram-se as disputas entre árabes e israelenses com sucessivas derrotas árabes, inclusive com a tomada da área do Canal de Suez (1956) por tropas egípcias, causando uma reação franco-britânica apoiada por Israel. Por outro lado, a operação franco-britânica e israelense para retomada do Canal foi condenada pelos EUA e pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). As ações nacionalistas do presidente Nasser, que derrubara a monarquia egípcia pró-ocidente, levou o país do norte da África a se tornar um aliado soviético de quem recebeu equipamentos e treinamento militar contra Israel. A Síria, assim como o Iraque republicano, também passou a receber apoio do governo soviético na campanha contra o Estado de Israel, aliado ocidental, transformando o Oriente Médio de fato em campo de batalha da Guerra Fria (HIRO, 1991).

A maior ação envolvendo EUA e Grã-Bretanha no Oriente Médio a fim de assegurar a manutenção das suas fontes de petróleo foi a “Operação Ajax”. O Irã governado pelo Xá Mohamed Reza Pahlevi, que havia se colocado como aliado ocidental, passou por um processo de mudanças internas, ocasionando a deposição do monarca, que se refugiou em Roma, enquanto o primeiro-ministro nacionalista Mussadiq nacionalizou a produção de petróleo em 1953.

Militares leais ao Xá, membros da CIA e de MI-6 orquestraram a operação que acabou por restaurar a monarquia no país. A resposta do monarca aos inimigos religiosos, comunistas e nacionalistas veio por meio de uma repressão brutal. No ano seguinte, as empresas estrangeiras de extração de petróleo recuperaram as concessões. O Irã se tornou um Estado controlado pela SAVAK, policia secreta do Xá, que recebia treinamento dos órgãos de inteligência do Ocidente, além das Forças Armadas Imperiais que receberam uma grande quantidade de armamentos estadunidenses e o país pôde desfrutar o mesmo status de Israel e Arábia Saudita como aliados preferenciais dos EUA no Oriente Médio (HIRO, 1991).

No tocante aos conflitos do Oriente Médio, que poderiam criar um conflito de graves proporções para a economia mundial, principalmente no que diz respeito à exploração de petróleo no Irã e à obstrução do Canal de Suez, a ONU estabeleceu a criação da UNEF 1 (United Nations Emergency Force 1) enviada à zona do Canal entre 1956-1957, a fim de manter a segurança e integridade do território egípcio, assim como a navegabilidade do Canal, vital para o comércio internacional (HIRO, 1991).

A década de 1960 continuou antagonizando árabes e israelenses, sendo que o principal conflito ocorrido naquela década foi a Guerra dos Seis Dias, também chamada pela literatura especializada no Oriente Médio, como a III Guerra Árabe-israelense. A tomada das colinas de Golan por tropas israelenses marcou a importância de outro recurso no Oriente Médio além do petróleo: água. A posição assumida por Israel passava a colocar o território sírio ao alcance do fogo das peças de artilharia israelense acantonadas na nova posição (HIRO, 1991).

Além dos combates entre as Forças de Defesa de Israel e as forças armadas dos países árabes limítrofes, o governo israelense enfrentava a ação de grupos palestinos autônomos e/ou integrantes de unidades sírias, jordanianas e egípcias durante conflitos. Por outro lado, a Organização para Libertação da Palestina (OLP) foi criada, em 1964, sob o comando de Yasser Arafat, unindo os diversos grupos palestinos das mais diversas posições ideológicas. A partir daquele momento, a organização passava a contar com o apoio de diversos países Não-Alinhados e passou a fazer parte daqueles apoiados pela URSS, assim como o Iraque, a Síria e o Egito (HIRO, 1991).

Os EUA fortaleceram suas posições em países como a Arábia Saudita, seu maior fornecedor de petróleo, Jordânia, Turquia (membro da OTAN) e demais países

do Golfo Pérsico que ofereciam bases navais e aéreas para o futuro combate às tropas soviéticas em caso de conflito aberto na região. No norte da África, o Marrocos permanecia como fiel aliado francês, como apoio estadunidense, enquanto a Argélia, independente desde 1962, colocou-se na área de influência soviética, assim como os dois lêmens, o Egito e a Líbia, sob o comando do coronel Muamar Kaddafi, destituiu a monarquia pró-ocidental, com uma revolução nacionalista (LEWIS, 1997).

A necessidade de assegurar para os EUA e para seus aliados ocidentais grandes reservas de petróleo que estavam em territórios de monarquias árabes pró-Occidente fez com os EUA se preparassem para defendê-las com a movimentação de frotas e deslocamento de unidades aéreas para bases próximas ao Oriente Médio. Também, havia alocação de grupamentos franceses, britânicos e estadunidenses em territórios árabes, como a Arábia Saudita, além de missões militares de instrução para as forças armadas de aliados do Oriente Médio. Com esta demonstração de força, os países ocidentais, que praticamente tomavam para si a defesa das petromonarquias, asseguravam a manutenção das fontes de petróleo, evitando o avanço soviético e restringindo a presença de outros concorrentes na região (POLLACK, 2002).

2.2 A INSERÇÃO DO BRASIL NO ORIENTE MÉDIO: UM INÍCIO TARDIO

A viagem de D. Pedro II ao Oriente Médio tornou-se um marco como a primeira de um governante brasileiro à região. De acordo com Reuven Faingold, foram duas viagens: a primeira, em 1871, teve como destino o Egito somente. A segunda, em 1876, englobou a Turquia, o Líbano, a Síria, a Palestina e, novamente, o Egito. Ambas as expedições foram documentadas através de um grande acervo fotográfico. As viagens foram tão somente de cunho cultural, visto que acompanhava a distância o que acontecia na região, interessando-se profundamente pelos assuntos culturais envolvendo o Oriente Médio (FAINGOLD, 1999).

Existem registros de emigrantes de origem árabe no Brasil desde o século XVIII, assim como judeus, mas a grande leva passa a vir para o país e para as Américas a partir da década de 1870. Conforme Paulo G. H. Rocha Pinto, a visita de D. Pedro II teve influência nessa emigração para as Américas e, especificamente, para o Brasil. A vinda para o Brasil representava o fim do temor alastrado pelos

massacres perpetrados por druzos e maronitas na área do Monte Líbano e ao massacre de cristãos em Damasco (1860), fatos determinantes para a gradativa saída de árabes da região. Outro fator que impelia a fuga de pessoas da região era a chegada de tropas francesas, que retalhariam as ações dos muçulmanos, pois a França apoiava a elite maronita (ROCHA PINTO, 2010).

De certa forma, a presença do monarca brasileiro no Oriente Médio transmitiu a imagem de um país moderno, ilustrado e aberto aos imigrantes. D. Pedro II fez várias doações às instituições de ensino no Líbano, transmitindo uma ideia de prosperidade e progresso. Havia também um tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Império Otomano (1858), sendo que a legação diplomática otomana fora aberta no Rio de Janeiro, em 1887 (ROCHA PINTO, 2010). Por sua vez, a noção de “Terra Prometida” que as Américas adquiriram era transmitida por religiosos estadunidenses que atuavam no Líbano desde o início do século XIX, intensificando-se em 1860, quando faziam questão de enfatizar as virtudes do *self-made man*.

A comunidade árabe no Brasil apontou através de seus relatos, os ataques aos cristãos como o principal motivo da imigração árabe para a América do Sul e, particularmente, para o Brasil. Por outro lado, Paulo Gabriel H. Rocha Pinto (2010) escreveu, que oficialmente, os emigrantes do Oriente Médio começaram a chegar aos EUA em 1870 e no Brasil e Argentina em 1880. O movimento migratório daquela região para o Brasil e Argentina estabeleceu-se somente a partir de 1887 (KHATER, 2001 apud ROCHA PINTO, 2010).

As crescentes reações perpetradas pelos otomanos proporcionaram condições para que a emigração aparecesse como estratégias individuais e coletivas de diferentes camadas sociais. Outro fator que levou a saída de árabes dos territórios otomanos no Oriente Médio foi a questão cultural como a *Nahda* (Renascença), que a partir de um movimento literário, passou a ser visto como uma reivindicação à administração central otomana para que fossem estabelecidas lideranças locais nas províncias árabes. A atividade econômica do Líbano, assim como a do Brasil, por seu turno, já havia entrado no sistema capitalista internacional, colocando-o como fornecedor de matéria-prima, sendo que o porto de Beirute estava permanentemente nas rotas dos navios franceses que saíam de Marselha (ROCHA PINTO, 2010).

Outras atividades econômicas voltadas à indústria e ao comércio despontavam na vida libanesa, colocando também os camponeses na economia monetarizada internacional. A industrialização, o artesanato e a agricultura eram as formas de atividade econômica que geravam renda aos libaneses para a aquisição de bens de consumo provenientes da Europa e que se ofereciam como símbolos de *status*. Desta forma, Paulo Gabriel H. Rocha Pinto (2010) refutou a hipótese de que os emigrantes árabes que vieram para o Brasil estivessem em permanente condição de penúria. Conforme o autor, os árabes procuravam se estabelecer em regiões nas quais pudessem manter o mesmo padrão de vida (ROCHA PINTO, 2010).

As informações dadas aos futuros imigrantes árabes para as Américas sobre esse espaço eram provenientes de relatos de religiosos, que estiveram na América do Sul, no século XVII e no século XIX. Ainda não se pode ter certeza dos impactos que os relatos tiveram nas populações do Oriente Médio, mas, para Paulo G.H. Rocha Pinto, tais escritos foram as informações sobre as Américas que mais circulavam no Império Otomano⁶. A crise econômica que se estabelecia na região levou a população que procurava soluções fora do Oriente Médio a buscar informações sobre outros lugares para a emigração.

Antes do conflito que desagregaria o Império Otomano, o Brasil, juntamente de outros países, buscou a aproximação ao Oriente Médio. Em 1912, um tratado internacional foi assinado como a “Convenção Internacional Sanitária”, contando com a participação de vários países, inclusive Brasil e Argentina, entre outros países sul-americanos, no intuito de estabelecer formas de combate à febre amarela e de proporcionar trocas de experiências científicas, a fim de evitar o avanço da doença. Pode-se perceber que havia a intenção dos países do Oriente Médio, como o Reino da Pérsia, o Egito e o Império Otomano, de se integrar na esfera científica internacional. Isso não deixou de ser uma tímida aproximação do Brasil de outros atores do Oriente Médio, resultando em futuros contatos diplomáticos (CONVENTION SANITAIRE INTERNATIONALE).

O início da I Guerra Mundial foi o ponto fundamental para a crescente emigração. Com a dificuldade de lidar com os avanços dos inimigos da Tríplice

⁶ No século XVII, um padre caldeu Elias al-Musuli al-Kaldani, natural de Mosul, esteve na América Espanhola, retornando ao Império Otomano, escreveu suas observações em um relato de viagem, ainda anexando informações ouvidas de região que não pode visitar. No século XIX, um religioso muçulmano, Abd al-Rahman al-Baghdali al-Dimachqi, viveu três anos no Rio de Janeiro, também, escrevendo seus relatos ao retornar a Damasco. No período que viveu na cidade, era visitado por escravos islamizados (ROCHA PINTO, 2010).

Aliança, o Império Otomano passou a recrutar compulsoriamente nas províncias árabes, provocando o êxodo das regiões sob o domínio otomano e sob a cobiça europeia. Esse expediente, fugir do serviço militar, começou a ser percebido, segundo Paulo G.H. Rocha Pinto (2010), antes do início do conflito. Primeiramente, a principal reclamação era o soldo baixo e pouca perspectiva de ascensão no Exército Imperial Otomano, posteriormente, o medo da guerra e o temor em enfrentar tropas mais bem treinadas e equipadas, além da aguerrida luta de guerrilha empreendida pelas tribos do deserto aos otomanos, em que as chances de sobrevivência diante da captura pelos beduínos eram nulas (ROCHA PINTO, 2010).

O acirramento dos combates expôs as dificuldades do Exército Imperial Otomano, fazendo com que as propriedades e as plantações árabes fossem confiscadas para alimentar os soldados, causando também a destruição da indústria de seda libanesa. A perseguição aos nacionalistas árabes provocou a fuga de líderes do movimento, que foram, primeiramente, para o Egito e, posteriormente, para as Américas. Pode-se dizer que o fator decisivo que acelerou a emigração foi o massacre dos armênios por parte dos otomanos, em 1915. Considerado o primeiro genocídio moderno, a população armênia da Anatólia de 2 milhões de pessoas foi perseguida e morta, custando um total de 1,5 milhão de vidas. Por outro lado, Paulo G. H. Rocha Pinto escreveu que, pelas dificuldades de evasão pelos portos durante o conflito, a emigração mostrou taxas bastante baixas, mas o término da I Guerra Mundial produziu um número cada vez maior de imigrantes (ROCHA PINTO, 2010).

Os imigrantes das províncias otomanas que vieram para o Brasil eram oriundos majoritariamente do Líbano, principalmente do Vale de Bekaa, por outro lado cidades como Beirute e Sidon também colaboraram com ondas de emigrantes para o Brasil. Da Síria, vieram emigrantes da região que centralizava a atividade industrial, especificamente da cidade de Homs, considerada atualmente a terceira maior do país, porém habitantes de Damasco também emigraram para o Brasil. É interessante notar que a emigração originária da cidade de Alepo para o País foi intensificada somente após a instauração da crise causada pelo estabelecimento da administração francesa. A emigração palestina não foi significativa naquele momento, sendo composta de pessoas oriundas da região de Jerusalém e Belém (ROCHA PINTO, 2010).

As imprecisões nos números e origens dos imigrantes árabes foram causadas pelas próprias autoridades brasileiras, que, até 1892, chamavam todos de “turcos”.

Posteriormente, passou a chamá-los de “turcos-árabes”, mesmo não sendo correto, como era o caso dos armênios. A partir de 1908, os emigrantes vindos do Oriente Médio eram classificados como “de outra nacionalidade”, porém também podiam ser chamados ainda de “turcos”. Os termos “libanês” e “sírio” aparecem no registro dos emigrantes somente em 1920 e 1922, respectivamente (ROCHA PINTO, 2010).

Em 1922, os expoentes da comunidade intelectual árabe já se afirmavam em São Paulo, como Taufik Duoun, Nami Jafet e Wadith Safady, em função da sua formação cunhada no *Syrian Protestant College* e na *American University of Beirut*. A capacitação intelectual proporcionava aos ex-alunos dessas instituições a posição de liderança da comunidade árabe na *mahjar* (terra da imigração). Além disto, formava-se uma rede de ligação entre as várias comunidades árabes nos países da América do Sul e com os EUA. Isto trazia prestígio para as comunidades letradas árabes, que acabaram fundando várias publicações para relatar a vivência nas novas terras, compartilhando, com os habitantes locais que os acolheram, suas experiências e, acima de tudo, fomentavam as relações transnacionais conectando as comunidades árabes (ROCHA PINTO, 2010).

De 1884 a 1943, o fluxo migratório de árabes foi o sétimo maior no Brasil, conforme a tabela abaixo. As intensificações das ondas migratórias foram entre 1904 e 1914, envolvendo o período de tensões pré-I Guerra e as do conflito. Entre 1920 e 1926, com instalação do mandato francês na Síria e Líbano. Em 1930, como uma determinação do Estado Novo, foi instaurada uma cota mínima de imigrantes de cada nacionalidade (ROCHA PINTO, 2010):

Tabela 1 – Fluxo migratório para o Brasil (1884-1943).

Todos os Imigrantes	4. 195. 832	100%
Italianos	1.412.880	33.7
Portugueses	1.224.274	29.2
Espanhóis	582.536	13.9
Japoneses	188.769	4.5
Alemães	172.347	4.1
Russos	108.168	2.6
Turco-árabes	106.088	2.5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Rocha Pinto (2010).

Deve-se estabelecer que os números referentes aos imigrantes “turcos árabes” se subdividem em: 78.541 turcos, 20.538 sírios, 5.206 libaneses, 825 armênios, 648 egípcios, 329 marroquinos e 1 argelino (ROCHA PINTO, 2010). O

Brasil tornou-se uma perspectiva para imigração e para a assinatura de tratados de amizade e de comércio dos países do Oriente Médio com o país sul-americano. Mesmo sendo um protetorado britânico, o Egito estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em 1924, sendo as primeiras entre o país latino-americano e um país árabe. O Egito era visto como uma entidade reconhecidamente “soberana”, porém sob a vigilância e “assessoria” militar da Grã-Bretanha (MAJAZOUB, 2000). O Brasil já mantinha um tratado com o Império Otomano, porém, em 1927, passava a estabelecer um novo tratado de amizade com a Turquia sucessora daquele império (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012a).

Os preceitos do movimento nacionalista sírio, que afetaram as autoridades britânicas e francesas no Oriente Médio, foram fomentados no Brasil, uma vez que o nacionalista sírio e fundador do PNSS (Partido Nacional-Socialista Sírio), Antun Saadeh estava no País quando começou a estabelecer os projetos do seu partido na década de 1930. A trajetória do fundador do PNSS no Brasil contou com a participação de seu pai, Dr. Khalil Saadeh, que era responsável por duas publicações voltadas às comunidades árabes: o jornal Al-Jarida e a revista Al-Majalla. Na sua passagem pelo país, naquela década, Antun Saadeh chegou a ser detido para averiguações e, posteriormente, liberado, pois nada o incriminava conforme as leis brasileiras (ANTUN SAADEH, 2012; HIRO, 1991).

O Brasil estava, desde 1937, sob um governo autointitulado autoritário (o Estado Novo), conduzido por Getúlio D. Vargas, com vários pontos de ligação com a Alemanha nacional-socialista, como a formação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) nos moldes do *Reichministerium fur Volksaufklärung und Propaganda* (WELSH, 1993) e na formação de quadros de serviços de informações como a Gestapo, estabelecida pela visita oficial de Filinto Muller à Alemanha, inclusive, encontrando-se com Heinrich Himmler, chefe da organização de espionagem e repressão do III Reich. Além de Filinto Muller, o General Góis Monteiro também advogava uma aproximação do Brasil à Alemanha (CPDOC – FGV, 2012).

A diplomacia varguista dependia muito das relações comerciais entre Brasil-Alemanha, pois a venda de produtos primários àquele país europeu, posteriormente, gerou para o Brasil a troca de equipamentos militares modernos por todos os produtos que o país produzia como café, couros, carne e etc. O posicionamento

diplomático do governante brasileiro pretendia chamar a atenção dos EUA para a possibilidade da Alemanha fornecer aquilo que o país sul-americano necessitava: meios para a sua caminhada para a industrialização, inserindo-se de forma mais ativa na economia capitalista. Enquanto o governo estadunidense não dava ao presidente Getúlio Vargas o que era pretendido, o presidente brasileiro obtinha compensações junto ao III Reich por meio da “Diplomacia Pendular” desenvolvida pelo Brasil (CERVO; BUENO, 2002).

A diplomacia varguista buscou alcançar o Oriente Médio em 1939, assinando um acordo com o Iraque, em que concedia àquele país árabe o status de nação mais favorecida, recebendo em contrapartida a mesma condição. Tratava-se de um tratado de compra de produtos primários e manufaturados, além de acordos alfandegários. Como o País não possuía representação diplomática em Bagdá, o tratado foi assinado em Beirute, em 5 de julho de 1939, no Consulado-Geral brasileiro nessa cidade, ainda possessão francesa (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012b). A aproximação diplomática do Brasil com Iraque foi uma resposta a possível imigração de iraquianos para o Paraná, que receberia a anuência da Coroa Britânica, porém mal aceita por setores conservadores brasileiros, que já buscavam restringir a entrada de asiáticos no país, como, por exemplo, os nipônicos (LESSER in KLICH; LESSER, 1998).

O governo dos EUA não se preocupava apenas com as relações do Governo Vargas e seus membros com a Alemanha. Outros países sul-americanos também demonstravam manter muito boas relações diplomáticas, nas décadas de 1930 e 1940, com o III Reich, notadamente Argentina, Chile, Equador e México, segundo Olivier Dabène. Ainda conforme o autor, a Alemanha também se fazia presente junto aos governos da Colômbia e do Uruguai, enquanto o Japão buscava influenciar os governos do Paraguai e do Peru, em função do grande número de imigrantes nipônicos que atuavam nas atividades empresariais nestes países sul-americanos (DABÉNE, 2000).

A ação estadunidense buscava recolocar esses países plenamente em consonância com o esforço de guerra dos Aliados contra os países do Eixo, pois nenhum governo aliado queria ver acontecer, na América do Sul, um movimento militar como o ocorrido no Iraque, em 1941, que não obteve sucesso por problemas logísticos. As comunidades de origem alemã no sul do Brasil e na Argentina

preocupavam principalmente o governo estadunidense. A preparação da FEB (Força Expedicionária Brasileira), a criação da FAB (Força Aérea Brasileira), aos moldes estadunidenses, a instalação da base aérea em Natal, como ligação a Dacar no Senegal, e, por fim, o envio de combatentes brasileiros ao *front* europeu com total logística estadunidense serviu para afastar definitivamente qualquer dúvida sobre as ligações pendentes com os países Eixo. A concessão da siderúrgica de Volta Redonda foi a concretização das aspirações brasileiras, decisiva para que o Governo Vargas abandonasse a sua diplomacia pendular, ora aproximando-se da Alemanha, ora buscando angariar investimentos dos EUA.

A volta da FEB da Itália trouxe também o novo pretendente ao governo brasileiro com aval estadunidense. O momento era de mudanças e não apenas o presidente Vargas deveria ser afastado do poder, mas também os outros governantes de países sul-americanos que ora buscaram apoio germânico e/ou nipônico deveriam ser substituídos por meio de eleições democráticas. Dever-se-ia, também, evitar que membros das esquerdas sul-americanas tomassem o poder. Assim, os EUA criaram, em 1947, nas Américas o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), como forma de defesa coletiva contra qualquer tipo de agressão, fosse ela externa ou interna. De acordo com a mesma estratégia, os EUA e a Grã-Bretanha estabeleceram o Pacto de Bagdá (1955) para o Oriente Médio (CERVO; BUENO, 2002).

As ações estadunidenses buscavam garantir o fornecimento de insumos estratégicos. Enquanto as alianças de defesa eram formuladas para as Américas, o Oriente Médio tornava-se o principal fornecedor de petróleo para os EUA. Isso demandou grandes esforços dos dois países, inclusive impondo a volta de um monarca, no Irã, que não gozava de grande popularidade entre seus súbitos; o Brasil foi mantido como o fornecedor de minerais estratégicos para o programa nuclear dos EUA, em um acordo firmado na década de 1950. Entretanto, o tratado não garantia outras concessões ao governo estadunidense, que teve negado o seu pedido de contar com um contingente brasileiro que seria enviado à Guerra da Coreia (1950-1953) (CERVO; BUENO, 2002).

O fornecimento de material bélico estadunidense ao Brasil fez com que ambos atraíssem a desconfiança argentina. O governo argentino percebia que assim haveria um favorecimento do Brasil e um desequilíbrio no poder na América do Sul. Por sua vez, o governo dos EUA mostrava a sua desconfiança em relação ao

governo de Juan D. Perón (1943-1955) e do general Edelmiro J. Farrell (1943-1944), uma ditadura militar, que entregou o governo a Perón, em 1946. As suspeitas estadunidenses baseavam-se na simpatia dos militares argentinos pelo III Reich. Isso era embasado no fato de que a Argentina havia declarado guerra à Alemanha somente em 1945 (DABÈNE, 2000).

Em termos de relações com outros continentes, o Governo Vargas enfatizava as relações com a Europa, enquanto que as relações com a África mostravam um grande atraso, mesmo por que os territórios africanos eram colônias europeias, exceto a União Sul-africana com a qual o Brasil mantinha relações desde 1918. Timidamente, os governos brasileiros buscaram, em função da relativa aproximação pelo Atlântico, estabelecer de forma mais efetiva relações diplomáticas e comerciais com a África, uma vez que já as mantinha com o Egito.

Se havia dificuldade de se estabelecer relações com a África, o Oriente Médio estava fora da perspectiva brasileira, uma vez que a região se constituía uma reserva estratégica de petróleo dos países europeus ocidentais e dos EUA, mantida por meio de acordos de defesa e remessas de armamentos. As dificuldades eram colocadas pela proteção estratégica imposta pelos EUA e a Grã-Bretanha.

Com o afastamento de Vargas da Presidência da República, o Governo Dutra alinhou-se incondicionalmente aos EUA, mostrando a predisposição de seguir as suas orientações na política externa. Esse comprometimento do Brasil com os EUA era o reflexo do rompimento das relações do país latino-americano com a URSS, parte do alinhamento incondicional da política externa brasileira com a estadunidense. A diplomacia brasileira, com o chanceler Raul Fernandes, deveria usar o alinhamento visando à maior aproximação com o governo estadunidense. Oswaldo Aranha percebeu que o Brasil e a América Latina concorriam com outros interesses dos EUA desde o final da II Guerra Mundial, notadamente o Sudoeste Asiático.

A aproximação brasileira à política externa estadunidense gerou a desconfiança árabe, pois acabou por fortalecer a posição da ONU pró-Israel. Para os árabes, “a organização dependia de maneira feudal dos EUA, sendo que as resoluções pró-árabes e de apoio à causa palestina jamais seriam implementadas” (SANTOS, 2003). Segundo Norma Breda dos Santos, o posicionamento do Brasil nas Nações Unidas, desde 1947, relativo ao Oriente Médio, “revela um consistente

pragmatismo em defesa dos interesses brasileiros, que são condicionados por elementos da realidade”, tais como:

- a) relevância político-diplomática da região no contexto internacional e, em particular, para um país como o Brasil, que busca adequar sua inserção e visibilidade aos seus objetivos permanentes e imediatos;
- b) os meios disponíveis para uma atuação consequente;
- c) a presença no Brasil de expressivas e influentes comunidades árabe e judaica; e
- d) a manifesta preferência das lideranças dessas comunidades por um encaminhamento pacífico das pendências no Oriente Médio, uma vez que a paz providenciaria o cenário adequado à intensificação do intercâmbio, seja no âmbito familiar, seja no econômico-social (SANTOS, 2003).

Embora alinhado aos EUA, o Brasil mostrou uma autonomia relativa, conforme Norma Breda dos Santos, visto que, no âmbito dos conflitos árabe-israelenses e no tocante à questão palestina, o posicionamento era de equidistância, termo cunhado pelo próprio Itamaraty. Esse condicionamento podia ser mantido pela distância geográfica do Brasil em relação à região e em função das comunidades árabes e judaicas no País. Estabeleceu-se que seria uma política de imparcialidade e neutralidade, não de indiferença (SANTOS, 2003).

A diplomacia brasileira demonstrava a intenção a abster-se na votação para o Plano de Partilha da Palestina. Essa estratégia visava a afagar a grande colônia sírio-libanesa no País. O voto brasileiro acabou sendo favorável à partilha, o que foi, de certa maneira, o reconhecimento da criação do Estado de Israel, porém negou votar a favor da adesão israelense à ONU em 1949 (SANTOS, 2003). O presidente Getúlio Vargas abrigava em seu gabinete membros da população de origem árabe, que havia galgado postos no empresariado, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, e na política brasileira, como o desceite de libaneses, Ricardo Jafet, Presidente do Banco do Brasil no último ano do segundo Governo Vargas (LESSER in KLICH; LESSER, 1998).

O Brasil não perdeu a oportunidade que apareceu em 1956, durante o Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o Brasil enviou tropas para

compor a UNEF 1, na zona do Canal de Suez. A oferta brasileira foi prontamente aceita pelo presidente Nasser, que recusou, em um primeiro momento, a oferta canadense pelas relações com a Grã-Bretanha e EUA, além de o Canada ser membro da OTAN. Conforme Michel Harbottle, o país hospedeiro pode, de acordo com a própria ONU, vetar a participação de contingentes de países com os quais não haja consonância nas relações (HARBOTTLE, 1975).

A participação brasileira na UNEF I colocou o Brasil em contato com a realidade de países com grande potencial energético, fazendo com que os diplomatas brasileiros passassem observar mais atentamente a questão iraquiana, em função da revolta nacionalista, em 1958, quando o novo governo nacionalizou a exploração de petróleo. O Brasil observava com atenção, uma vez que, conforme Adolpho J.B. de Menezes, havia a perspectiva de golpes conduzidos por comunistas iraquianos e o estabelecimento de aliança do Irã com a URSS (BEZERRA DE MENEZES, 1961), o que afetaria as relações com o Oriente Médio.

As crises na área energética no Oriente Médio poderiam, se confirmadas, gerar perdas às companhias ocidentais na exploração de petróleo, além de trazer tais concorrentes para uma área vista como estratégica para o Brasil: a Bolívia. Segundo Amado L. Cervo e Clodoaldo Bueno, após a crise de Suez, tais companhias estavam desviando o olhar para a América do Sul e Central, o que levou o País a assinar os Acordos de Roboré em 1958, a fim de garantir a exploração de petróleo boliviano por empresas brasileiras (CERVO; BUENO, 2002).

Durante o Governo Kubitschek, foram adotadas estratégias de penetração comercial no Oriente Médio, que são consideradas por Ricardo W. Caldas (1995) como “relações não-tradicionais”. Conforme o autor, o presidente buscava diversificar as suas relações econômicas e políticas externas, assim conquistando novos mercados. A intenção do governo brasileiro era promover a exportação de produtos manufaturados, semimanufaturados, além do cacau, óleos vegetais e café solúvel. Outra estratégia incutida nessa ação era ampliar a pauta de exportações além de conquistar novos mercados, assim seria possível também obter divisas e manter o processo de desenvolvimento. A discreta aproximação ocorreu em 1957 com vários países asiáticos, o Irã, Israel e a República Árabe Unida foram escolhidos no Oriente Médio para compor a nova investida da política externa brasileira no último quartel da década de 1950 e no início da de 1960 (CALDAS, 1995).

A busca de fornecedores fixos de petróleo justificava a aproximação com o Irã e com a República Árabe Unida, enquanto que Israel era um mercado promissor para os produtos brasileiros. Segundo Ricardo W. Caldas (1995), esses contatos iniciais foram responsáveis por apresentar um progresso considerável das relações diplomáticas do país com o Oriente Médio que dariam à política externa brasileira os dividendos pretendidos na década de 1970.

Ao mesmo tempo em que buscava aumentar laços diplomáticos com outros países ou criando novos mercados para produtos brasileiros, a relação com a Argentina merecia uma atenção especial do governo brasileiro. O presidente Aramburu visitou o Brasil, deixando clara a adesão argentina ao pan-americanismo. Outro motivo que fazia que a visita do presidente argentino fosse aclamada era a promessa de eleições no país vizinho, além da impossibilidade da volta de governos nos modelos varguista e peronista, segundo Ricardo W. Caldas (1995). A coordenação nas relações com países latino-americanos foi de extrema importância para o lançamento da OPA (Operação Pan-americana), a fim de criar uma união contra o subdesenvolvimento, atraindo a insatisfação dos EUA, que viam a possibilidade do Brasil angariar a liderança regional.

A preocupação estadunidense estava firmada na recondução da política externa brasileira, que passava a juntamente com a Argentina, a abrir o Protocolo de Consulta na OEA à adesão de todos os países-membros. O Brasil, também se afastava daquela prioridade dada as relações bilaterais com os EUA. Dessa forma, enfatizavam que não tinham pretensões hegemônicas e mostravam o interesse da participação de outros países em organismos internacionais e regionais, principalmente no tocante a resolução de problemas comuns, como o desenvolvimento. Isso abria a perspectiva de novos entendimentos com o governo argentinos, que manteve a política de visitas ao Brasil, após a eleição do presidente Arturo Frondizi em 1958 (CALDAS, 1995).

No que diz respeito às relações com o Oriente Médio, o país estabeleceu entre a década de 1950 e 1960 vários acordos com os países daquela região. Com Israel, foram assinados acordos em 1956 e 1959⁷. O primeiro foi assinado em 20 de

⁷ As relações plenas entre Brasil e Israel foram estabelecidas em 1952. O governo israelense pleiteava que o Brasil transferisse a embaixada de Tel-Aviv para Jerusalém legitimando assim a condição israelense sobre a cidade. O Brasil mostrava que o estabelecimento de tratados entre os dois países era uma forma de reconhecer Israel como Estado na região. Na década de 1960, este

janeiro de 1956, no Rio de Janeiro, tratava-se de um ajuste de comércio entre os dois países, fosse de produtos primários ou de manufaturados. Embora Israel tenha conquistado o estabelecimento de sua existência em 1948, portanto, oito anos antes da assinatura do tratado, o Brasil colocava-se como comprador de produtos químicos e manufaturados daquele país, como produtos farmacêuticos e dentários, e maquinário para a indústria. O Brasil exportava uma gama de produtos primários majoritariamente à base de cacau, café, arroz e algodão. O tratado de 1956 mencionava produtos manufaturados sem maiores descrições (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012c). O segundo acordo, de 24 de junho de 1959, dispunha sobre o intercâmbio cultural a fim de melhorar a cooperação científica entre as partes, além de organizar e facilitar visitas recíprocas, assim como facilitar a organização de trabalhos de jornalistas. Outro tópico contemplado no tratado dizia respeito ao desenvolvimento do turismo em ambos os países (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012d).

Outro país que assinou vários tratados como o Brasil foi o Líbano, que havia conquistado a independência da França em 1941. O primeiro acordo, de 11 de janeiro de 1951, estabelecia normas entre o transporte aéreo entre o Brasil e o Líbano, estabelecendo a possibilidade daquele país do Oriente Médio fortalecer sua economia por meio do fluxo de turistas brasileiros (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012e).

Posteriormente, outros tratados foram assinados com o Líbano: um em 1952 e dois em 1954. O primeiro ratificava o tratado assinado no ano anterior. Em 10 de maio de 1954, os presidentes Getúlio D. Vargas e Camille Chamoun buscavam intensificar os laços de amizade entre os dois países, exaltando as relações desenvolvidas entre ambos. A imigração dos libaneses do Vale de Bekaa para o território brasileiro certamente proporcionou o maior entendimento entre ambos os Estados, uma vez que vários descendentes de libaneses já ocupavam postos importantes no empresariado brasileiro (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012f). O Líbano e o Brasil estabeleceram um tratado de amizade, de comércio e de navegação, dois dias depois, por outro lado, o acordo não mostrava a pauta de produtos exportados e

percalço não causou nenhum transtorno ao acordo nuclear assinado entre ambos, pois tanto Israel e Brasil tinham muito a ganhar com o acordo (SANTOS, 2003).

importados pelas partes (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012g).

Assim como o Líbano, a Turquia assinou com o Brasil um tratado normalizando o transporte aéreo entre os dois países em 21 de setembro de 1950. O referido acordo normatizava as rotas utilizadas pelas companhias aéreas turcas e brasileiras dentro dos respectivos países. Em 14 de dezembro de 1953, outro tratado era assinado para fomentar as relações comerciais e econômicas entre os dois países. Pelo tratado, o Banco do Brasil abriria uma conta para o Banco Central da República da Turquia para o pagamento em dólares estadunidenses, cujo saldo seria utilizado para: a) pagamentos de produtos brasileiros importados pela Turquia; e b) pagamentos comerciais e outras transações correntes (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012h).

Em 22 de novembro de 1957, o Brasil assinou com o Irã um acordo cultural que visava ao intercâmbio entre os dois países para estimular a troca de filmes de produção nacional a fim de que houvesse a maior compreensão entre ambos os povos e o melhor conhecimento de suas histórias. Dever-se-ia fomentar as atividades culturais, artísticas e científicas entre ambos os países. Embora, firmado, em 1957, o acordo apenas foi ratificado em 1962 (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012i).

A década de 1960 foi marcada por turbulências na política interna brasileira, que, conseqüentemente, se refletiram no âmbito externo. A sucessão presidencial havia ocorrido sem percalços, dando a vitória a Jânio Quadros. O novo presidente tomou posse em 1961, deixando o cargo oito meses depois, esperando voltar à Presidência da República com uma maior soma de poderes para governar, o que o livraria do Congresso e dos partidos em certa medida (FAUSTO, 1995). A política externa causava preocupação ao governo dos EUA. Acerca disso, Carlos Alberto Leite Barbosa afirmou que o próprio presidente via como inviável o entendimento com o governo estadunidense, porém tentava, ao menos, um *modus vivendi*. O motivo deste atrito entre os dois países era a questão cubana (BARBOSA, 2007).

A política externa brasileira inaugurava um novo período, que se tornaria conhecido por a Política Externa Independente (PEI), termo cunhado por San Tiago Dantas, com a contribuição reconhecida de Araújo Castro, que substituiria Afonso Arinos no Ministério das Relações Exteriores. A PEI seria desenvolvida em três fases, com um conjunto de cinco princípios:

- a) 1ª fase: o governo Jânio Quadros, que simpatizava com De Gaulle, Nasser e Tito, manteve um neutralismo temperado, visando à colocação do Brasil em um lugar de destaque no cenário mundial;
- b) 2ª fase: necessidade de melhorar o relacionamento com Washington, apesar de haver a concretização de ideias da primeira fase. A segunda fase dura de agosto de 1961 ao final de 1962; e
- c) 3ª fase: prolonga-se de 1963 aos primeiros três meses de 1964, com a ascensão dos militares ao poder. É influenciada por Araújo Castro, que busca os “[...] aspectos ligados ao desenvolvimento” (Vizentini, 1995, P. 194).

Juntamente às fases, como já mencionado, havia um conjunto de cinco princípios. A saber

- a) 1º - ampliar o mercado externo, através da exportação de produtos primários brasileiros, abrindo caminho para a exportação de manufaturados, buscando laços comerciais com várias nações, inclusive aquelas socialistas;
- b) 2º - formular de maneira autônoma os planos para o desenvolvimento econômico, assim como prestar e receber a ajuda econômica internacional como demarcada nesses planos;
- c) 3º - enfatizar a coexistência pacífica entre os Estados, mesmo que tivessem regimes diferentes, além de constante busca da manutenção da paz e do desarmamento, que seria geral e progressivo;
- d) 4º - não intervir em assuntos internos de outros países, aceitando a autodeterminação dos povos e o Direito Internacional, como condição *sine qua non* para resolução dos conflitos e embates no cenário mundial; e
- e) 5º - apoiar a independência de territórios sob colonização ou ocupação⁸.

⁸ “Jânio Quadros enviou uma mensagem ao Congresso Nacional, em 15/03/1961, na qual mostrava os 15 pontos que norteariam a PEI: 1) respeito aos compromissos e à posição do Brasil ao mundo livre; 2) ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista; 3) contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais; quer no plano regional, quer no plano mundial; 4) expansão do comércio externo brasileiro; 5) apoio decidido ao anticolonialismo;

Imbuído desses princípios, Jânio Quadros decretava: “Produzir tudo, porque tudo que for produzido é comerciável” (CERVO; BUENO, 2002). Dessa forma, buscava-se mercados na América Latina, na África, na Ásia e na Oceania. A busca em fortalecer os laços com esses mercados seria muito importante para os governos militares que, como se observará na sequência do trabalho, exportariam a produção da nova, crescente e fortalecida indústria militar brasileira.

Dentro dos princípios da PEI, o Brasil não poderia deixar de louvar os movimentos de emancipação na Ásia e na África, essa posição levaria o País à condição de projetar-se no cenário mundial para ascender à liderança dos países do Terceiro Mundo. A ação brasileira deixava claro que não se sujeitava ao alinhamento automático à política externa dos EUA, de certa forma isso visava um poder de barganha perante Washington, uma vez que as Forças Armadas Brasileiras eram treinadas e armadas pelos padrões estadunidenses. Não há como negar que os movimentos de descolonização, que, na maioria das vezes, buscavam derrotar os aliados dos EUA, poderiam, através das ligações com o Brasil, colocar o País na condição de potência intermediária (potência média).

Em função das convicções dos idealizadores da PEI, o Brasil atraiu alguns países do Oriente Médio para estreitamentos de laços diplomáticos. Em 17 de maio de 1960, a República Árabe Unida (RAU), estabelecida entre o Egito e a Síria, assinou com o País um acordo cultural visando ao estreitamento dos laços de amizade, assim como fomentar as atividades científicas, culturais, artísticas, educacionais e esportivas (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012j).

Outro país do Oriente Médio que estreitou seus laços com o Brasil foi o Estado de Israel, que na década de 1960 assinou cinco tratados com o País: 1962 e 1963. O primeiro acordo, datado de 12 de março de 1962, estabelecia a cooperação básica científica entre os dois países, com a possibilidade de se agregar outro

6) luta contra o subdesenvolvimento econômico; 7) incremento das relações com a Europa em todos os planos; 8) reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia; 9) estabelecimento e estreitamento das relações com Estados africanos; 10) fidelidade ao sistema interamericano; 11) continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana; 12) apoio constante ao programa de Associação de Livre Comércio Latino-Americano; 13) a mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina em todos os planos; 14) relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas; e 15) apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica” (CERVO; BUENO, 2002, p. 313).

parceiro, fosse outro Estado, fosse uma organização internacional, contanto que fossem feitas consultas mútuas e os signatários aceitassem este novo membro. O acordo estabelecia, também, o aprimoramento para o progresso econômico entre ambos (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012l).

Em 30 de janeiro de 1963, o Governo de Israel, conforme estabelecido pelo tratado de 1962, colocou-se à disposição do Governo do Brasil, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), todas as condições necessárias para o desenvolvimento da região, assim como o desenvolvimento de pesquisas agrícolas e hidrológicas conjuntas. Segundo estabelecido pelo tratado, havia, por parte do governo israelense, o compromisso de promover melhorias no nível de vida da população do Nordeste brasileiro. Dois técnicos israelenses seriam transferidos para a região (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012m).

Enquanto as relações do Brasil e Israel se desenvolviam com ações no Nordeste brasileiro, a política interna mostrava a difícil sucessão presidencial. Com a saída de Jânio Quadro da Presidência da República em 1961, o Vice-Presidente João Goulart deveria assumir o cargo imediatamente, porém setores conservadores que o ligavam à esquerda demonstravam a insatisfação de vê-lo no cargo. Dessa forma, várias estratégias foram desenvolvidas para impedir a ascensão de João Goulart à Presidência. A posse no novo presidente representaria na política externa a aproximação a países ligados à descolonização e ao terceiro-mundismo. Desta forma, seria o fortalecimento daquilo que fora apregoado pela Política Externa Independente.

Em 1964, os militares ascendem ao poder, deixando claro que a política externa levará ao alinhamento com os EUA, buscando a condição de “aliado privilegiado”, da mesma forma que fora feito no início da Guerra Fria. Esse alinhamento visava à busca de benefícios para o desenvolvimento do país, à estabilização democrática do continente, assim como a paz mundial. A barganha era ditada por Washington, que forçara o rompimento das relações diplomáticas com Cuba (VIZENTINI, 1995).

O primeiro governante militar, Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), veterano da FEB (Força Expedicionária Brasileira), alinhou a sua política externa aos EUA, rompendo os padrões delineados pelo ex-presidente Getúlio

Vargas. De 1964 a 1967, o país buscava colocar-se ao lado do Ocidente para angariar investimentos, como fluxo de capitais e novas tecnologias, além de levar os produtos industrializados brasileiros a novos mercados.

Naquele momento, apesar das pressões, segundo André Luiz R. da Silva, o Brasil relutava em romper relações diplomáticas com Cuba, apesar de que Fidel Castro, desde 1961, havia se declarado aliado ao marxismo-leninismo. O autor declara que as alegações do governo do país diziam respeito à ingerência cubana em assuntos internos brasileiros (SILVA, 2004). A atitude brasileira, segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, deveu-se a propaganda ideológica cubana na América do Sul e o apoio à *subversão* no Brasil. O posicionamento brasileiro também dizia respeito ao envio de armas cubanas para a Venezuela, conforme relatado por missão da OEA (BANDEIRA, 1993 apud CERVO; BUENO, 2002).

Ao mesmo tempo em que atuava decididamente contra os governos de Havana e Caracas, o novo governo buscava a posição de liderança, na América do Sul, através da participação no TIAR, na OEA, na ALALC e na Aliança para o Progresso, o que, em 1965, rendeu ao Brasil o envio de 650 milhões de dólares vindos de Washington, além da chegada da Missão Fullbright, que assegurou ao país investimentos privados estadunidenses e cooperação na utilização da energia nuclear para fins pacíficos. Buscou-se, também, ajustar-se ao FMI, uma vez que os gastos militares com os EUA cresciam à medida que vários grupos de assessores militares e econômicos chegavam à Brasília com novos equipamentos e empréstimos.

Imediatamente ao golpe militar, o país foi “convidado” pelos EUA a enviar tropas à República Dominicana (1965) e ao Vietnã. O envio de unidades militares para o Sudeste Asiático foi recusado pelo Brasil, que já havia se negado a enviar tropas à Coreia durante a guerra entre 1950 e 1953. Isso seria uma forma de colaborar com a segurança coletiva, segundo Moniz Bandeira (1989, p. 147), desde que Brasília fosse “[...] previamente consultada.” Conforme o autor, o Brasil passa a ver que a “[...] afinidade dos sistemas não garante a coincidência dos interesses” (BANDEIRA, 1989, p. 147). As relações com os países do Oriente Médio mantinham-se conforme os acordos assinados anteriormente. O Brasil e o Estado de Israel estabeleceram ainda na década de 1960 mais três tratados: em 1964, 1966 e 1967. O primeiro acordo, assinado em 06 de março de 1964, estabeleceu a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais de funcionários do

governo brasileiro e israelense (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012n).

Em 11 de maio de 1966, o Brasil assinava com Israel o Convênio sobre utilização de energia nuclear para fins pacíficos, sendo uma consequência do acordo firmado em 1962, além de garantir o treinamento ao pessoal técnico brasileiro. Certamente, esse acordo estava sob a égide estadunidense, pois os seus principais aliados na América do Sul e no Oriente Médio davam um passo importante visando à cooperação e as suas respectivas seguranças regionais. No ano seguinte, era assinado o acordo para irrigação no Estado do Piauí, fundamentado pelo acordo de cooperação técnica de 1962 (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012o).

Em termos de relações diplomáticas Brasil e Oriente Médio, ocorreram apenas acordos de cooperação técnica e cultural. Em 1965, o Xá Mohamed Reza Pahlevi visitou o País para fomentar as relações estabelecidas culturais pelo tratado de 1957, porém tais laços continuaram bastante fracos. A última ação brasileira, na década de 1960, referente ao Oriente Médio, contou com a cooperação argentina. Em 22 de novembro de 1967, a proposta do texto que estipulava a retirada das tropas israelenses de território sírio ocupados na Guerra dos Seis Dias, foi apresentada pela delegação dos dois países sul-americanos. Esse texto serviu como base para a conhecida Resolução 242 da Organização das Nações Unidas (SANTOS, 2003).

O presidente Humberto de Alencar Castelo Branco optou por manter o Brasil dentro de um círculo mais tradicional de sua política externa, enquanto Arthur da Costa Silva, seu sucessor, determinava uma diplomacia que buscasse superar as ações calcadas na bipolaridade e que conseguisse adentrar no clube privado dos países ricos do Primeiro Mundo. Era a continuação da PEI (CERVO; BUENO, 2008). Todavia, em 1969, Costa e Silva não concluiu seu mandato em função de sérios problemas de saúde, sendo substituído por uma junta militar e, posteriormente, pelo General Emílio Garrastazu Médici.

O novo mandatário da Nação escolheu como Chanceler Mário Gibson Alves Barboza, que foi o responsável por colocar em prática a política externa batizada de “A Diplomacia do Interesse Nacional”. Conforme Paulo G.F. Vizontini (1995), ela seria marcada pela autonomia do alinhamento aos EUA estabelecido pelos dois antecessores de Médici. Essa nova fase da política externa colocaria, a partir da

década de 1970, o Brasil em uma posição de grande importância na política externa do Oriente Médio e da África, como estava postulado pela PEI.

O presidente Médici buscou, na década de 1970, privilegiar uma política externa voltada a atender às necessidades do país, para isso seria posto em prática todo o pragmatismo que pudesse angariar para o Brasil todos os recursos em qualquer continente. Deve-se lembrar que, no tocante ao Oriente Médio, o Médici herdava aquela condição que se apresentava como a “equidistância” do Brasil em relação aos conflitos árabe-israelenses e à causa palestina desde 1948 (CERVO; BUENO, 2002). Se o governo brasileiro procurava inserir-se no Oriente Médio, deveria estar apto a romper com o conceito que pautava as suas relações com aquela região desde o estabelecimento do Estado de Israel.

2.3 O ORIENTE MÉDIO NA POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA: UMA PROSPECÇÃO CAUTELOSA

A Argentina e o Brasil, no período posterior à independência, enfrentaram anos de conflitos internos, opondo os grupos que lutavam pelo poder em determinadas regiões. Além de tais embates internos, ambos, na perspectiva externa, mantinham uma rivalidade estabelecida desde o período colonial, em função das disputas entre Espanha e Portugal. A proclamação de suas independências, em alguns momentos, colocava em evidência a disputa geopolítica. Após a Guerra do Paraguai e a ascensão dos republicanos ao poder no Brasil, a emulação foi transferida para campo da retórica e na denuncia argentina do favorecimento dado pelos EUA ao Brasil, o que interferiria na balança de poder da América do Sul, visto que a Argentina mantinha o Chile na condição de vizinho vigiado, em função dos problemas na fronteira no extremo sul, envolvendo o Canal de Beagle.

Fatos como a Segunda Revolta da Armada (1893-1894), quando os EUA enviaram uma nova armada para o governo republicano brasileiro enfrentar os revoltosos e liberar o porto do Rio de Janeiro, reforçaram as suspeitas argentinas sobre a importância do Brasil para o governo estadunidense. Desta forma, a Argentina passou a buscar aparelhar suas forças armadas com material oriundo de

fabricantes europeus, enquanto mantinha a sua insatisfação com os EUA, retratada no apoio a Espanha na Guerra Hispano-Americana em 1898⁹.

A Argentina pautou sua política exterior, conforme Carlos Escudé e Andrés Cisneros (2012), nas relações com os vizinhos sul-americanos, sobretudo com o Brasil e o Chile, com os EUA, com os principais países da Europa Ocidental, como Grã-Bretanha, França e, pós 1870, com a Alemanha e a Itália unificadas. Na década de 1880, começaram a chegar à Argentina os imigrantes árabes oriundos do Oriente Médio. Conforme Jeffrey Lesser, os destinos escolhidos nas Américas eram os EUA, Brasil e Argentina. O motivo era a economia desses países, sendo interessante notar que a Argentina era a segunda opção dos árabes que pensavam em imigrar para a América do Sul, sendo que os EUA a primeira escolha (LESSER in KLICH; LESSER, 1998).

A partir de 1887, os “turcos” passaram a ter o registro de entrada na Argentina figurando nas “Memorias Anuales de la Dirección de Inmigración”, posteriormente, em 1893, os termos “árabe” e “turco” já apareciam de forma distinta. Em 1898, o termo turco desapareceu, enquanto que, em 1899, o termo “sírio” começou a figurar nos registros, passando a ser o recorrente para descrever os imigrantes do Oriente Médio. Em 1902, o país portenho seria a primeira nação sul-americana a assinar um tratado de amizade com o Reino da Pérsia, sendo o segundo latino-americano a receber um emissário daquele país do Oriente Médio¹⁰. A Argentina, assim como o Brasil, começou recebendo os membros das comunidades cristãs do Líbano e da Síria.

Em 11 de junho de 1910, a Argentina assinou o seu segundo tratado com uma entidade estatal do Oriente Médio, o Império Otomano, tratando-se de um protocolo consular (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2012b). Em 1912, o termo “otomano” passou a se referir a todos os imigrantes daquela região que entravam na Argentina, porém, em 1920, as expressões “turcos”, “sírios”, “árabes” e, pela

⁹ Pejorativamente chamada de “Esquadra de Papel”, a Esquadra Flint, formada por mercenários e oficiais do serviço ativo na Marinha de guerra estadunidense, chegou ao Rio de Janeiro restaurando a ordem e devolvendo a cidade e o porto ao Governo de Floriano Peixoto, ainda garantindo, posteriormente, com sua permanência no Brasil, a posse de Prudente de Moraes (TOPIK, 2009).

¹⁰ O México recebeu o emissário do Império Persa e, em contrapartida, enviou um representante para retribuir a visita. Em 27 de julho de 1902, a Argentina e o Império Persa celebraram um tratado de amizade e comércio entre ambos (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2012a).

primeira vez, “libaneses” passaram a ser diferenciadas na documentação (AKMIR, 2011).

Os censos nacionais sobre imigrantes do Oriente Médio (Cercano Oriente, pela bibliografia argentina) começaram a demonstrar as datas e as denominações. Os períodos migratórios principais foram os de 1880 a 1895, 1895 a 1913, sendo que este último se divide em 1895-1903 e 1904 e 1913, da I Guerra Mundial até 1930 e 1930-1945. O último período, por sua vez, que diz respeito a esta seção do trabalho foi de 1946 a 1967 (AKMIR, 2011).

O primeiro período manteve números bastante baixos, registrando-se tão somente a entrada de 672 “turcos” em território argentino, sendo considerada por Abdeluahed Akmir (2011) a cifra mais alta em um país americano, uma vez que os EUA registraram a chegada de somente 404 “turcos”. Segundo o autor, a Argentina, na década de 1880, havia imposto uma restrição ao Império Otomano por não figurar nas “Memorias da Dirección de Inmigración”, ação semelhante ocorreu nos EUA. A cifra de “turcos” na Argentina, em 1889, chegou a 2020. A crise econômica no país portenho na década de 1890 afastou significativamente os imigrantes oriundos do Oriente Médio do país, demonstrando pela primeira vez dados negativos.

O período entre 1895 e 1913, na Argentina, registrou a maior concentração de imigrantes de todas as nacionalidades: 3.396.517 pessoas. O país sul-americano era visto como um centro importante para receber os imigrantes do Oriente Médio. Daquela região, de 1895 a 1903, chegaram, ao porto de Buenos Aires, 14.145 imigrantes. A prosperidade do país foi, para Abdeluahed Akmir, o fator que levou a este aumento, principalmente no que se refere ao crescimento da produção agrícola argentina que abria novas frentes de trabalho. A importância do estabelecimento de relações diplomáticas entre a Argentina e Império Otomano permitiu que fosse feita a divulgação do país sul-americano em regiões do território turco, como a Síria e o Líbano (AKMIR, 2011).

O período anterior à I Guerra Mundial (1904-1913) registrou a entrada de 19.542 imigrantes do Oriente Médio na Argentina, motivando a abertura do consulado argentino em Beirute, em funcionamento a partir de 1910, colocando o país portenho em contato com a realidade daquela região (KLICH, 1995). Mesmo fenômeno que se explicou com a chegada dos oriundos da região no Brasil, a fuga da conscrição pelo Exército Otomano. Durante o conflito mundial, houve a retração de levadas migratórias para o país portenho. Em 1914, a imigração árabe mostrou um

aumento significativo, segundo Abdeluahed Akmir, merecendo a criação do Terceiro Censo de População pelo governo argentino. As instruções para responder ao censo foram impressas em árabe, sendo impressos 150.000 cartazes e 25.000 manuais de instruções (AKMIR, 2011).

O perigo na navegação marítima durante a I Guerra Mundial foi imputado como o principal motivo de diminuição da imigração do Oriente Médio para a Argentina. Em 1919, o fluxo de imigrantes que voltaram ao Oriente Médio cresceu muito, Abdeluahed Akmir reportou essa volta a um objetivo pré-estabelecido a ser retomado após a I Guerra Mundial. Percebe-se que as aspirações frustradas de independência da Síria e do Líbano, além da crise econômica naquela região, trouxeram os imigrantes do Oriente Médio para a Argentina, desta vez entre 1921 e 1930 (AKMIR, 2011).

Segundo as “Memorias de la Dirección General de Inmigración”, os novos imigrantes eram identificados como palestinos, árabes, sírios e libaneses somando 30.967, enquanto que os “turcos” totalizavam 14.490. Os árabes, no período de 1921-1924, chegaram a ser a terceira maior leva de imigrantes na Argentina, superados somente por italianos e espanhóis (AKMIR, 2011). Em 1927, a imigração do Oriente Médio para o país portenho mostrou um novo crescimento em função de um novo tratado de amizade e de reciprocidade no tratamento do pessoal diplomático, assinado em 29 de junho de 1926 (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2012c).

Em 1930, fatores como a crise econômica de 1929 e o golpe de Estado de 1930 fizeram com que a imigração apresentasse um decréscimo, principalmente porque foi imposta a restrição para alguns grupos de imigrantes. Akbir Abdeluahed mostrou claramente que a partir destes problemas a imigração árabe apresentou índices muito baixos, perdurando até 1935, com pequenas entradas de imigrantes do Oriente Médio, porém voltando a mostrar um grande decréscimo com o início da II Guerra Mundial (AKMIR, 2011).

Em 1943, a Argentina enfrentava um período de incerteza política, levando ao golpe militar naquele mesmo ano. Em realidade, vários generais foram ascendendo ao poder e foram sendo destituídos pouco tempo depois. O general Arturo Rawson foi governante por três dias, sendo substituído pelo general Pedro Ramirez, que, em fevereiro de 1944, foi derrubado pelo general Edelmiro J. Farrell, que entregou o

governo a Juan Domingo Perón em junho de 1946. Segundo Edy Kaufman, Yoram Shapira e Joel Barromi, a comunidade árabe, na década de 1940, já fomentava a sua aproximação às lideranças peronistas, enquanto que a comunidade judaica identificava-se com a União Democrática. Os grupos oriundos de facções em conflito no Oriente Médio transplantavam para o cenário político argentino seus embates, escolhendo assim seus aliados portenhos.

O Governo Perón de 1946-1955 buscou uma relação mais independente com o Oriente Médio quando comparada com aquela estabelecida pelo Brasil no período, porque de acordo com o próprio mandatário argentino, o país colocou-se na “Terceira Posição”, em relação à URSS e aos EUA. A Argentina acabou reconhecendo a criação do Estado de Israel. Por outro lado, Paulo Botta descreveu que Ignácio Klich apontou que o governo argentino conduzido por Perón, no período imediatamente ao estabelecimento do Estado de Israel, apresentou uma política de equidistância, bastante semelhante com aquela mantida pelo governo brasileiro até a década de 1970 (BOTTA, 2011).

O governo argentino, de acordo com o cenário internacional estabelecido pela Guerra Fria, buscou inserir-se nesse contexto, dessa forma começou melhorando os laços com as duas potências mundiais. Em 1945, reconhecendo a grande importância econômica dos imigrantes de origem árabe na Argentina, o Governo Perón estabeleceu relações com a Síria. Posteriormente, o país buscava estabelecer relações diplomáticas com todos os países árabes recém-independentes (BOTTA, 2011).

No ano seguinte, a Arábia Saudita demonstraria intenção de manter laços diplomáticos com o país platino, estabelecendo-se em 16 de fevereiro de 1946, seguindo-se também a formalização dos laços diplomáticos com Iraque, datada de 10 de abril de 1946. O Egito, com o qual a Argentina manteve cônsules honorários em Alexandria e Porto Said, oficializou a intenção de estreitar as relações diplomáticas com o país platino, o que se consolida em 15 de maio do mesmo ano (BOTTA, 2011). O governo argentino deu extrema importância ao estabelecimento dessas relações, em função desses países árabes estarem na Liga Árabe, apesar da organização ter sido criada sob a tutela da França, Grã-Bretanha e EUA no pós-II Guerra Mundial.

O tema palestino passou a fazer parte da agenda da política externa portenha. Desde o Governo Farrell, representantes da Liga Árabe haviam procurado

o mandatário argentino para tratar do assunto. Posteriormente, Juan D. Perón, antes de assumir o governo, fora procurado por diplomatas libaneses para debater sobre a questão palestina, criando-se o “Comitê Argentino Árabe de Defesa da Palestina” em 1947 (BOTTA, 2011). Dessa forma, o governo peronista permitia a abertura de associações sírio-libanesas na Argentina nos últimos anos da década de 1940. O mandatário argentino foi reconhecido por meio de concessão de honrarias pelos governos da Síria e do Líbano como um incentivador às comunidades destes países em solo portenho. Inclusive, várias agremiações de lideranças árabes e de caráter pró-palestino foram abertas com a permissão estatal argentina (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979)¹¹.

A causa palestina não foi a única a buscar ocupar espaço na política externa do Governo Perón. A “Agencia Judia para a Palestina” também se mostrou atuante, todavia passou a sofrer com as ações dos segmentos peronistas e antiperonistas que tomavam conta da vida política argentina naquele período. A comunidade judaica argentina posicionou-se no Governo Perón com a criação da “Agrupación Peronista”, uma das alas da Organización Israelita Argentina (OIA), que era uma das 130 organizações de apoio à causa israelense no país portenho. O primeiro embaixador argentino designado para Israel era oriundo da OIA, assumindo o cargo em 1949. Um ano antes, os egípcios, por meio de um comunicado, já haviam buscado o apoio argentino à causa palestina.

A postura argentina, na ONU, no que diz respeito à causa palestina e à israelense, foi de se abster na Resolução 181 na qual o Brasil votou a favor. Enquanto o voto brasileiro refletia o alinhamento à diplomacia estadunidense estabelecido pelo Governo Dutra, o governo argentino coloca-se conforme a sua postura de equidistância. Por outro lado, segundo Paulo Botta, o corpo diplomático argentino abrigava grupos de apoio aos árabes e a palestinos, assim como facções abertamente pró-Israel (BOTTA, 2011). O governo argentino se manteve fiel a sua Terceira Posição na sua política externa, mas viu-se cercado por grupos dentro do seu corpo diplomático, representantes das comunidades árabes e judaicas com poder econômico e político na sociedade argentina.

¹¹ Entre as várias instituições inauguradas na Argentina figuravam o Clube Sírio-Libanês, Pátria e Honra, o Comitê Central Árabe para Ajuda à Palestina, a Associação Patriótica Libanesa, o Comitê Executivo Árabe para Defesa da Palestina.

O governo argentino instruiu seus diplomatas na ONU, a cargo de tratar da questão palestina, a não enfrentar os países árabes independentes, pois estariam tratando de temas muito caros e próximos a eles, enquanto tais assuntos estavam muito distantes geograficamente da Argentina. Diplomáticamente, a equidistância era posta em prática, assim como o pragmatismo que também pode ser percebido no tratamento da causa palestina e judaica pela Argentina, uma vez que ainda não havia nenhum tratado comercial extremamente vantajoso para a nação sul-americana com os países do Oriente Médio.

Em abril de 1950, segundo Paulo Botta (2011), Argentina e Israel firmaram o primeiro tratado comercial, com o país portenho se convertendo em um mercado extremamente importante para o país do Oriente Médio na América do Sul (BOTTA, 2011). A Jordânia buscou, a exemplo dos outros países árabes, estreitar os laços com a Argentina. Os jordanianos procuravam obter apoio argentino ao ingresso do reino hashemita na ONU. Essa aproximação entre os dois países ocorreu, ainda em 1946, por iniciativa jordaniana.

Apesar de geograficamente distante do Oriente Médio, o governo argentino buscava acercar-se dos principais e independentes países árabes e reconhecer o Reino Hashemita da Jordânia seria estar em consonância com futuros parceiros comerciais, que apoiavam o pleito jordaniano. Dessa forma, as consultas ao embaixador argentino em Londres foram feitas, porém a resposta foi “wait and see” (esperar para ver) (KLICH, 1995).

A tentativa jordaniana de aproximação com a Argentina foi repetida por três anos. A estratégia envolveu a visita de jornalistas jordanianos ao país sul-americano. O encarregado argentino no Irã recomendava aos seus superiores que demonstrassem “an obliging attitude” (atitude obsequiosa) ao pedido jordaniano. Por outro lado, o representante argentino no Irã, Eduardo Colombres Marmol, ainda mencionava que a atitude argentina deveria aproveitar a presença brasileira naquela área específica do Oriente Médio (KLICH, 1995). Segundo Ignácio Klich (1995), estava evidente a preocupação dos representantes da diplomacia argentina no Oriente Médio, em função da perspectiva da concorrência brasileira que já se manifestava em outros países da região, como Turquia e RAU. A rivalidade dos dois maiores países sul-americanos estava, naquele momento, prestes a ser desenvolvida em outra frente. De acordo com o autor, “While Colombres

recommended to his superiors an obliging attitude, not least to match Brazil's diplomatic presence in the region, political and budgetary [...]”¹².

Outro fator que deveria ser levado em conta era a posição da Santa Sé em função da importância de Jerusalém Oriental, e as pressões de judeus argentinos e do recém-estabelecimento da legação diplomática israelense em Buenos Aires. A discussão expunha as divisões no corpo diplomático e no parlamento argentinos. A facção pró-Israel, o grupo católico e os simpatizantes pela causa árabe buscavam fortalecer suas posições, usando, inclusive, a perspectiva de uma já ativa concorrência brasileira em países do Oriente Médio. A diplomacia argentina colocava a então Transjordânia como parte das responsabilidades da legação do país na Síria. A abertura de um consulado argentino em Jerusalém oriental poderia causar problemas com Israel e assim romper a equidistância argentina dos conflitos da região (KLICH, 1995).

As consequências de todos esses jogos diplomáticos passaram a ser medidas pela diplomacia argentina por meio de sua balança comercial com o Oriente Médio. A Jordânia não se mostrava como um parceiro comercial que pudesse levar o governo argentino a arriscar suas relações com Israel. Dentro do mundo árabe, os laços comerciais com Egito e Arábia Saudita eram muito mais vantajosos para as vendas de *commodities* argentinas para a região (KLICH, 1995). Após os países árabes independentes oferecerem apoio à Argentina contra a pressão israelense, que por vezes partia do próprio corpo diplomático argentino, formalizou-se o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Reino Hashemita da Jordânia e a República Argentina, conforme o tratado de 7 de maio de 1954 (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2012d).

Em 1955, a Argentina e Israel assinaram um tratado comercial no qual estabelecia que haveria uma conta com 70% de dólares estadunidenses e com 30% de dólares israelenses no Banco Central argentino para a compra de produtos portenhos. Conforme o tratado de 29 de abril, os produtos transacionados pelo governo argentino com Israel eram na sua totalidade produtos primários, por outro lado os produtos exportados por aquele país do Oriente Médio para o país sul-

¹² “Enquanto Colombres recomendava a seus superiores uma atitude obsequiosa em ao menos observar a presença brasileira diplomática na região, atuando nas esferas política e financeira” (KLICH, 1995, p. 554).

americano contariam com uma parcela de aditivos químicos e dentários, além de maquinários (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2012e). Um tratado como este seria assinado com o Brasil pelo governo israelense apenas na década de 1960.

O Sesquicentenário reservava um grave problema para o governo argentino, sob a chefia de Arturo Frondizi, que chegara à Presidência da República pelo voto, em 1958. A política externa conduzida pelo presidente mostrava-o como um entusiasta da OPA (Operação Pan-americana) de Juscelino Kubitschek (MIRANDA, 2008) e da Aliança para o Progresso de J.F. Kennedy, negando-se a condenar o Governo de Fidel Castro, além de estabelecer conversações com Che Guevara em Punta del Este, o que fez com que o Exército Argentino demonstrasse muita desconfiança em relação ao mandatário da Nação. O Exército já se colocava como uma instituição anticomunista, orientando-se pelos ditames estadunidenses na Guerra Fria contra a URSS. A política externa deveria ser, de acordo com os generais argentinos, como parte da defesa do mundo ocidental, cristão e da defesa nacional. Dessa forma, ainda em 1958, os militares forçaram a ruptura das relações argentino-cubanas (ZAIDA; SURIANO, 2000).

Em relação ao Oriente Médio, o parceiro comercial israelense “traiu” a confiança argentina, quando infiltrou agentes do MOSSAD (sigla, em hebraico, para Instituto para Inteligência e Operações Especiais), sob o comando de Rafael Eitan, durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência (11/05/1960) e retirou da Argentina, Adolph Otto Eichmann, ex-tenente-coronel das SS, considerado criminoso de guerra pelos Aliados e por Israel. Deve-se notar que dois dias antes da operação, um comunicado da Chancelaria israelense acordava com o texto do tratado de extradição estabelecido pelos dois países em 9 de maio de 1960. Na mesma data, o Governo Israelense reconheceu o texto do tratado que até aquele momento estava apenas em espanhol, conforme a documentação mantida nos arquivos diplomáticos argentinos (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2012f).

O sequestro do ex-oficial nazista provocou um debate intenso na ONU com vários países, condenando a ação de Israel, manifestando-se favoráveis a sanções contra o país do Oriente Médio e defendendo a soberania do país sul-americano. O governo israelense por sua vez, desculpou-se com o governo argentino, alegando

que a operação na Argentina havia sido conduzida por voluntários e teria contado com a participação de alguns israelenses. Segundo o Governo do Estado de Israel, não existia por parte daquele país nenhuma intenção de ferir a integridade territorial da Argentina, conforme troca de informes entre os dois governos (LISKOFISKY, 2012). As relações entre os dois países permaneceu sem percalços, pois, em 1965, assinaram um tratado de intercâmbio cultural como complementação aquele de 1957.

No início da década de 1960, os círculos diplomáticos árabes, em Buenos Aires, foram surpreendidos pelas ligações de Hussein Triki, principal representante da Liga Árabe na América Latina, com grupos de orientação nacional-socialistas e de extrema direita. Isto causou repercussões em organizações judaicas em toda a região, fazendo com que lideranças árabes de direita e de esquerda sob a guarda daquela agremiação árabe se manifestassem. O que ocorreu foi o estabelecimento da liderança de grupos de direita dentro da seccional latino americana da Liga (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979).

No tocante aos países árabes, à Turquia e ao Irã, a Argentina, na década de 1960, buscou estabelecer novos tratados, inclusive com setores da direita peronista estreitando laços com a Liga Árabe. A Líbia e a Argentina assinaram um tratado naquele mesmo decênio sobre o qual a diplomacia não guarda registros detalhados na busca eletrônica de documentos. No mesmo ano, celebrou-se um tratado com o Marrocos, reconhecendo aquele país do Norte da África como soberano e estabelecendo relações diplomáticas com o mesmo. Em 1964, um acordo cultural foi assinado.

Em 1963, a Argentina travou um tratado comercial com o novo governo do Iraque. No documento, também eram enfatizados os laços de amizade entre os dois países, por parte da Chancelaria argentina (TRIPP, 2003)¹³. A RAU firmou um tratado comercial com a Argentina em 1965, no qual a entidade estatal árabe se comprometeu a pagar, no período de seis meses, 150.000.000 dólares por trigo argentino (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2011a).

¹³ Em fevereiro de 1963, um golpe de Estado conduzido pelos militares ligados ao Partido Baa'th e por nacionalistas derrubou o Governo de Qasim, que recebia apoio dos comunistas, foi, juntamente com seus assessores e membros do gabinete, executado (TRIPP, 2003).

A Argélia, que se tornou independente da França em 1962, por meio de uma guerra de libertação, assinou, naquele mesmo ano, um tratado no qual a Argentina reconhecia aquele país do Norte da África como independente e soberano. Em 1964, ficou acordado que haveria o estabelecimento recíproco de legações diplomáticas em ambas as capitais. Em 1965, o Irã assinou com a Argentina um acordo cultural firmado nos mesmos moldes daquele estabelecido com Brasil naquele ano. A Turquia também valeu-se de um acordo cultural com o país sul-americano, em 1965.

A chegada da comitiva da Liga Árabe na Argentina causou surpresa. Os representantes da organização visitavam os países da América Latina e buscavam concretizar o estabelecimento de representação na capital argentina entre 1962 e 1964. A chefia da missão estava a cargo de Hussein Triki, que, segundo Andrés Kilstein, contava com o apoio dos senadores peronistas e antissemitas: Cornejo Linares e Isaias Nogués, Os legisladores aliados aos grupos antissemitas e à Liga Árabe declaravam que os grupos semitas propagavam atividades anti-argentinas. O apoio à facção peronista de direita e aos seus aliados árabes também vinha dos brigadeiros Oliva e Cayo Alsina e o professor Walter Beveraggi Allende. Durante aquele período, a Liga Árabe financiou, na Argentina, organizações como o Movimiento Nacionalista Tacuara, GRN (Guardia Restauradora Nacionalista) e Mazorca¹⁴.

Conforme Andrés Kilstein, a direita peronista católica e antissemita buscou se aproximar desta representação árabe em Buenos Aires (KILSTEIN, 2012). Na Argentina, passou-se a se vincular o nacionalismo católico da direita peronista e antissionista com a representação da Liga Árabe. Posteriormente, na década de 1970, vários acordos militares viriam a ser formados entre o governo do regime militar argentino e países árabes, especialmente aqueles de maior expressão na Liga Árabe, como Egito e Iraque, por exemplo.

Durante o período citado por Andrés Kilstein (2012), ocorreram vários enfrentamentos nas ruas de Buenos Aires e em outros espaços públicos. As publicações patrocinadas pela facção peronista de direita e aquelas mantidas pela Liga Árabe, com escritórios no Cairo e Buenos Aires, passaram a atacar os grupos

¹⁴ Grupos nacionalistas católicos usados como “tropas de choque” contra grupos de estudantes, operários e intelectuais, assim como perpetradores de agressões a entidade judaicas na Argentina. Tais facções católicas contavam com a impunidade e cumplicidade da polícia argentina (KILSTEIN, 2012).

semitas, que, por sua vez, respondiam por meio de suas publicações não apenas na capital portenha, mas também em vários países das Américas como Canadá e EUA.

Os episódios envolvendo grupos semitas e católicos pró-árabes em Buenos Aires não influenciaram, ao menos diretamente, o desenvolvimento de uma crise política, que havia ocasionado a queda de Arturo Frondizi, em 1962. Mirta Zaida Lobato e Juan Suriano (2000) declararam que ascendeu um governo débil, tendo à frente, José Maria Guido, com um gabinete heterodoxo, composto por antiperonistas, liberais, conservadores, antigos membros do governo Frondizi, porém todos sob a vigilância dos militares (LOBATO; SURIANO, 2000). Naquele mesmo ano, militares legalistas e antiperonistas se enfrentaram. A vitória dos primeiros com apoio de grupos pró-Frondizi levou à ascensão do general Juan Carlos Onganía ao poder.

O ambiente de frágil manutenção institucional ocasionado pelos combates manteve-se até as eleições de 1963, quando ocorreu a vitória do candidato da UCRP (Unión Cívica Radical del Pueblo), Arturo Humberto Illia, que governou até 1966. Esse mandatário argentino estava à frente do país no momento em que os militares assumiram o poder no Brasil. Em 1966, um golpe de Estado retirou do poder o presidente Illia, que foi substituído pelo ex-presidente Juan Carlos Onganía, conforme estabelecido pelos militares. No ano seguinte, em meio a um cenário de incertezas políticas no país, Brasil e Argentina cooperaram em prol da busca da paz no Oriente Médio, quando os delegados de ambos os países redigiram o texto base para a resolução das Nações Unidas que pedia a devolução do território sírio tomado por Israel na Guerra dos Seis Dias. Nos países latino-americanos, intensificava-se a propaganda antissemita feita por escritórios da Liga Árabe, por meio de várias publicações, em países importantes como Brasil e Argentina (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979).

A Argentina e o Brasil procuravam se inserir no Oriente Médio por meio de acordos firmados no âmbito comercial, além de enfatizarem a importância da escolha dos árabes em imigrar para os dois principais países sul-americanos. Por sua vez, as lideranças árabes buscavam o apoio argentino para a questão palestina, enquanto viam no país um parceiro comercial. Deve-se notar que as rivalidades entre árabes e judeus também foram transpostas para as capitais dos referidos países sul-americanos, sendo que, em Buenos Aires, elas foram mais incisivas. No final da década de 1960, os tratados firmados estabeleciam contratos comerciais e

culturais, sendo que, na década seguinte, os laços comerciais do Brasil e Argentina com os países do Oriente Médio seriam ampliados para a comercialização de produtos estratégicos para a economia de ambos – petróleo – e de produtos industrializados de extrema importância para os países árabes.

3 ENTRE O MERCADO E A IDEOLOGIA: DISPUTA POR MERCADOS NO ORIENTE MÉDIO E COMBATE ÀS ESQUERDAS NAS AMÉRICAS

Qualquer tentativa de um país estrangeiro era vista como uma ação belicosa contra àqueles que estabeleceram suas pretensões geopolíticas no Oriente Médio. Os EUA tinham a região como um fornecedor de petróleo, o que permitia assegurar o uso das reservas nacionais de insumo do país para casos emergenciais (YERGIN, 1992). Os europeus ocidentais comportavam-se da mesma forma com os árabes e iranianos que compravam grandes quantidades de armas. Por sua vez, os soviéticos mantinham alguns países da região como aliados durante a Guerra Fria também com o intuito de manter o fornecimento de material bélico e contrapor a presença ocidental no Oriente Médio. Os governos do Brasil e da Argentina consideravam-se aptos a tomar parte desta concorrência naquela região, uma vez que já estavam inseridos no planejamento de operações de treinamento nos países da América Central.

3.1 O CENÁRIO INTERNO NO MUNDO ÁRABE E NO IRÃ NA DÉCADA DE 1970

De acordo com Silvia Feraboli (2009), Israel já demonstrara a sua superioridade militar no Oriente Médio após a captura de vários territórios na Guerra dos Seis Dias em 1967. Isto foi, de certa forma, a vitória estratégica dos EUA na região. A superioridade do equipamento militar estadunidense e daquele produzido pelas indústrias militares israelenses era visível sobre o material bélico soviético utilizado pelos exércitos árabes causavam um mal-estar crescente entre o governo egípcio e a URSS (FERABOLLI, 2009).

A situação interna no Egito parecia influenciar o Oriente Médio, pois tropas egípcias estavam estacionadas no Líbano apoiando grupos locais. Isso desagradava à Arábia Saudita, aliada dos EUA na região. A retirada destas tropas egípcias ocorreu com a promessa de ajuda financeira do país do norte da África. Novamente, havia sido conquistada uma vitória política dos EUA na região sem envolvimento direto de suas tropas. A morte de Nasser e a ascensão do grupo de Anwar Sadat, considerado mais à direita, desta forma pró-EUA, levou à expulsão dos conselheiros soviéticos em 1972. A queda do prestígio do armamento soviético era proporcional ao aumento da influência estadunidense, o que ficou evidente com a nova derrota

dos árabes na guerra de 1973. Apesar disso, algumas unidades do Exército Egípcio passavam a enfrentar as Forças Terrestres de Israel com equipamento estadunidense (FERABOLLI, 2009).

As derrotas árabes trariam consequências para o mercado internacional em função da retaliação dos produtores de petróleo da região como forma de manifestação à política israelense em não devolver os territórios capturados na guerra de 1967. Dessa forma, a Declaração do Kuwait de 17 de outubro de 1973 decretava embargo de petróleo aos aliados de Israel. Nessa discussão interna no mundo árabe, abrigada na OPEP, a Arábia Saudita, melhor aliada árabe dos EUA na região, tomou a frente do bloco. O motivo da ação saudita era evitar que algum outro país hostil ao Ocidente o fizesse. Alguns governos do Oriente Médio eram conhecidos na URSS por serem clientes do material bélico soviético e fomentadores da causa palestina como os governos do Iraque, Síria e Líbia, com a Argélia colocando-se como a alternativa no norte da África (FERABOLLI, 2009).

As discussões, que levaram a redação final de um manifesto, apresentavam propostas bastante ameaçadoras aos interesses estadunidenses na região. Os governos do Iraque, Síria e Líbia propuseram a nacionalização das empresas de petróleo dos EUA no mundo árabe. O Kuwait, tradicional aliado britânico e estadunidense no Oriente Médio, propunha ações mais brandas como a retirada do dinheiro árabe de bancos estadunidenses, enquanto a Arábia Saudita, que procurava não afrontar diretamente seu aliado norte-americano e não perder apoio árabe, afirmava que tão somente o embargo já seria uma medida suficiente. A proposta saudita foi acatada. Dessa forma, os países membros árabes da OPEP reduziram em 5% a produção de petróleo até o momento em que Israel abandonasse os territórios ocupados (FERABOLLI, 2009).

Os prejuízos causados pelo embargo foram sentidos em países como Portugal, Holanda e África do Sul, que apoiavam abertamente o governo israelense. Os EUA, por sua vez, foi um dos países afetados pelo embargo, porém, como resposta aos árabes, enviou uma ajuda adicional de US\$ 2,2 bilhões em armamentos para Israel. As consequências do embargo foram efêmeras, pois, em 1974, os países árabes membros da OPEP decidiram levantar de forma incondicional e definitiva a suspensão de enviar petróleo aos aliados israelenses, como EUA e países da Europa Ocidental. A ação coordenada do mundo árabe

contra seus inimigos falhara sem atingir os objetivos: a devolução dos territórios ocupados por Israel e a restauração do direito dos palestinos (FERABOLLI, 2009).

A entrada em definitivo dos EUA no Oriente Médio foi alcançada por Henry Kissinger, quando trouxe o Egito à condição de aliado estadunidense, impedindo que houvesse outra derrota das Forças Armadas Egípcias para os israelenses. Conquistou-se a retirada definitiva da presença soviética do Egito e a colocação da Arábia Saudita como o principal aliado árabe de Washington na margem à direita do Canal de Suez. As consequências do plano do político estadunidense foram perceptíveis nas tratativas dos Acordos de Camp David, selando a paz entre Israel e Egito, em 1978. Tal acordo foi assinado em 26 de março de 1979 (FERABOLLI, 2009).

O mercado de armas no Oriente Médio ainda atraía os soviéticos, pois a Síria e Líbia, além do Iraque, eram clientes bastante importantes da URSS. Havia, entretanto, a forte presença estadunidense no Irã monárquico, que se mantinha em estado de beligerância com o Iraque. As crescentes perspectivas de guerra entre os dois países abriam um mercado bastante favorável para outros fornecedores de material bélico, diferentes daqueles tradicionais. Entre 1975 e 1979, o período de maior ameaça de conflito interestatal na região, a Arábia Saudita recebeu US\$ 2,8 bilhões de dólares em armas dos EUA, a fim de assegurar a manutenção e segurança dos campos de petróleo e o livre trâmite do insumo para o ocidente (FERABOLLI, 2009).

Esse cenário colocaria Brasil e Argentina em contatos com os governos iraquiano e iraniano, principalmente após a vitória da revolução islâmica que destituiu o Xá Reza Pahlevi, aliado do ocidente e de Israel. A chegada dos novos fornecedores de armas respondia também por um desejo há muito alentado pelos países da região, como forma de enfrentar Israel de igual para igual: o acesso à tecnologia nuclear. Esse diferencial fez com que Brasil e Argentina conquistassem um lugar de destaque entre os fornecedores de armas no Oriente Médio no final da década de 1970 e praticamente por toda a década de 1980, quando ocorreu a Guerra Irã-Iraque (1980-88).

3.2 O ORIENTE MÉDIO COMO FORNECEDOR DE PETRÓLEO: UM DOS IMPULSIONADORES DO BRASIL POTÊNCIA

Desde o início da década de 1970, o presidente Médici já havia deliberado que o Oriente Médio seria a prioridade para as relações exteriores brasileiras a fim de obter petróleo para alavancar o projeto “Brasil Potência”. A manutenção desse planejamento e a obtenção do insumo oriundo dos países árabes eram extremamente importantes para o regime militar. Buscou-se visitar Israel como uma forma de tranquilizar o governo daquele país, que se mostrava em guarda a respeito da aproximação do governo brasileiro aos países árabes. Desde 1964, com a criação da UNCTAD (Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas), proporcionou-se uma aproximação de países em desenvolvimento que buscavam desenvolver laços em fóruns internacionais a fim de garantir novas perspectivas de comércio e estratégias de desenvolvimento com o Oriente Médio. Dessa forma, o Brasil começou uma tímida aproximação de países do G-77, como, por exemplo, o Iraque. Naquele momento, era inevitável que os países estabelecessem o diálogo de cooperação Sul-Sul, como resposta às deliberações negativas vindas do Norte desenvolvido que parecia ignorar deliberadamente os apelos para investimentos em áreas sociais, comerciais e de defesa em países que buscavam no governo estadunidense um aporte para seus problemas internos.

De acordo com os anais do Seminário Internacional sobre as Relações entre o Brasil e o mundo árabe, realizado em Brasília, em 2000, , Osmar V.Chohfi, à época Chefe-de-Gabinete do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, declarou que: “Nos anos 70, diversos fatores ligados à ordem econômica mundial produziram um aprofundamento dos vínculos políticos e econômicos entre nossos países” (CÂMARA DE COMÉRCIO ÁRABE-BRASILEIRA, 2010, p. 10. A declaração diz respeito ao Brasil e os países árabes que buscaram no país um fornecedor de bens manufaturados para seus mercados, usando como moeda o seu recurso mais abundante: o petróleo, que, na década de 1970, mostrou a sua importância através de guerras e arranjos internacionais para sua obtenção. Por outro lado, o chanceler Mário Gibson Barboza havia sido instruído a buscar, na África Subsaariana, fornecedores do insumo. Assim, a Nigéria foi considerada o parceiro comercial perfeito pelo governo brasileiro. A escolha do país africano

deveu-se à capacidade de absorver produtos industrializados brasileiros oriundos de todos os setores.

Na década de 1970, o Brasil procurou aumentar os contatos com o Oriente Médio com o intuito de enfrentar a crise do petróleo. Foi nessa década que os países islâmicos da região estavam envolvidos em outra campanha militar contra Israel. A luta dos produtores de petróleo do Oriente Médio também era travada em termos financeiros, quando decidiram aumentar o preço do barril de petróleo como uma forma de adquirir poder para sua causa contra Tel-Aviv. Aproveitando esse cenário geopolítico, o Brasil escolheu o Iraque como parceiro preferencial no Oriente Médio.

A crise do petróleo que se estabelece na década de 1970 faz com que os países do Oriente Médio assumissem uma posição de destaque no cenário internacional. A necessidade pelo combustível levava todos os países a depender dos árabes que buscavam auxiliar as nações em desenvolvimento a obter o petróleo com preços mais vantajosos. De acordo com Heloísa Conceição Machado da Silva (2004), de 1967 a 1979, período conhecido como a terceira fase do Regime Militar brasileiro:

[...] explicitou-se a ânsia do Brasil escoar manufaturados para o exterior, criou-se taxas de câmbio realistas e recuperou-se a tendência universal da política externa brasileira. A recuperação da tendência universal promoveu a maior aproximação com Países do Terceiro Mundo e a recuperação do princípio ideológico da Política Externa Independente (PEI) (SILVA, 2004, p. 358).

Conforme a mesma autora, o Brasil exportava apenas para o Líbano, porém importava de três países da região: Arábia Saudita, Iraque e Kuwait. O país abriria, posteriormente, representações com encarregados de negócios na Líbia e no Kuwait. O Ministério das Relações Exteriores tencionava, no seu Departamento de Promoção Comercial, estudos que mostrassem como o Brasil poderia aumentar não só as suas exportações para a região como também as importações do Oriente Médio para o Brasil. O estudo encomendado passou a ser conhecido como “Estratégia de Penetração no Mercado Árabe: pré-exame de sua viabilidade”. O então Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, partiu para uma visita ao Oriente Médio, principalmente ao Egito e a Israel. Essa atitude levou, em 1974, a Petrobras a firmar com Bagdá o primeiro contrato de extração conjunta, que

garantiu ao Brasil combustível suficiente quando ocorreu o embargo de petróleo. O governo brasileiro necessitava da importação do petróleo árabe e, dessa forma, não podia mais permanecer indiferente aos conflitos ocorridos no Oriente Médio, a escolha foi feita a fim de se manter o fornecimento de insumo suficiente ao desenvolvimento do país.

Deve-se atentar que, em regiões como o Oriente Médio e a África Subsaariana, havia uma série de embates entre determinados países para estabelecer a liderança regional, quando se fazia necessário um fornecimento constante de armamentos. Nitidamente, a região do Oriente Médio a Arábia Saudita mostrava-se como um fiel aliado militar dos Estados Unidos da América, origem da maioria do equipamento militar saudita. A região, por seu turno, abriga várias companhias petrolíferas ocidentais garantindo aos países economicamente desenvolvidos do Norte o petróleo necessário. A grande quantidade do insumo no território saudita atraía outros fornecedores de armamentos, como a França e a Grã-Bretanha. Esta havia sido a responsável pelo treinamento de militares sauditas nos padrões ocidentais, principalmente em *Sandhurst*.

O Irã, sob a monarquia do Xá Reza Pahlevi, mantinha-se na mesma condição saudita de aliado preferencial dos EUA na região. Enquanto os sauditas mantinham uma posição mais combativa em relação ao Estado de Israel, o governo iraniano fazia questão de mostrar-se de forma neutra. Esse posicionamento iraniano devia-se aos benefícios que recebia dos governos britânico e estadunidense, que forneciam ajuda militar às reais forças armadas iranianas, enquanto as companhias petrolíferas dos E.U.A. e da Grã-Bretanha exploraram petróleo, quase sem restrições, em território iraniano. O governo iraniano seguia à risca todos os preceitos de defesa estabelecidos pelo governo estadunidense, através dos postulados do Pacto de Bagdá. O referido pacto coloca-se como uma defesa regional na luta anticomunista e contra aqueles países que recebiam ajuda militar soviética, como a Síria e o Iraque, a partir dos primeiros anos da década de 1970. As ações de inteligência militar aproximaram a SAVAK iraniana do MOSSAD israelense, assim como trouxe o serviço de informações turco para esta aliança, que contava com a supervisão da CIA (HIRO, 1991).

A importância do Irã para os governos estadunidense e britânico estendia-se para além da questão do fornecimento de petróleo. Desde 1964, havia a perspectiva de desordem política no país com a expulsão do *ayatollah* Khomeini que se

apresentava como um foco de resistência à política de aliança do Irã com os países ocidentais. O religioso iraniano era contrário ao oferecimento de benefícios maiores concedidos pelo governo iraniano às empresas estrangeiras que exploravam o petróleo no país. Por sua vez, o Brasil buscou também estreitar as relações com o Irã monárquico visando à colocação de produtos brasileiros no mercado iraniano.

As relações entre Brasil e o Irã se mostraram promissoras a partir de 1957, quando ocorreu a assinatura do acordo cultural que entraria em vigor em 28 de dezembro de 1962. Esse acordo marcou também a elevação da legação brasileira em Teerã à condição de embaixada em 1961. Em 1965, o monarca iraniano visitou o Brasil. O principal motivo do primeiro contato era promover a presença brasileira no Irã e no Oriente Médio através de livros, filmes, peças teatrais e do intercâmbio de professores e intelectuais. Isso se fazia necessário, porque o Brasil havia se inserido tardiamente na região. O país passou a tomar contato com a realidade do Oriente Médio, quando militares do Exército Brasileiro ajudaram a compor a UNEF em 1956. Concretamente, o governo brasileiro percebia que deveria aumentar o comércio bilateral com os países da região, uma vez que, entre 1956 e 1960, os números da relação comercial apresentavam US\$ 53,7 milhões (1956), com um acréscimo de 1,8%, em 1960, elevando para US\$ 54,7 milhões apenas (CALDAS, 1995). Posteriormente, novos documentos seriam assinados entre o governo brasileiro e os representantes do Xá Mohamed Reza Pahlevi.

A relação que o Irã estabeleceu com os países desenvolvidos impossibilitou a penetração brasileira de forma plena no mercado iraniano. Em 1972, o chanceler Mário Gibson Barboza foi incumbido pelo governo brasileiro de obter o petróleo que o país necessitava, oferecendo produtos industrializados e prestação de serviços brasileiros. O Itamaraty já havia vislumbrado a perspectiva de penetrar no Oriente Médio desde os primeiros contatos com o Irã e criara o CORABE (Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Árabes). As exportações brasileiras para a América do Sul eram crescentes, porém havia a necessidade de conquistar novos mercados na África e no Oriente Médio. O país colocava-se, naquele momento, como um pretendente a exportar capitais e serviços, estabelecendo uma concorrência com EUA, países da Europa Ocidental e Japão. O principal foi o acordo que estabelecia a formação da comissão de cooperação econômica e técnica, em 1975 (PREISS, 2011)

A crise do petróleo de 1973 fez com que vários países se voltassem ao Oriente Médio para a obtenção do insumo, porém a Guerra do Yom Kippur colocou a região em estado de alerta e determinou a estratégia dos beligerantes árabes de buscarem usar o produto como moeda de troca por armas. Os governos da França, EUA e Grã-Bretanha armaram indiscriminadamente israelenses e árabes, enquanto que URSS colocava-se ao lado das forças armadas dos países árabes (YERGIN, 1992).

O Brasil, assim como a Argentina, não ficou imune aos problemas gerados pela falta de petróleo. Em termos de busca de caminhos para a obtenção do produto e de posicionamento geopolítico e geoestratégico no âmbito da Guerra Fria, os dois países optaram por caminhos paralelos. Argentina, em 1973, aceitava o convite do Kuwait para ser membro do Movimento dos Países Não-Alinhados (MPNA), o que seria visto como uma forma da Argentina permanecer na Terceira Posição, como estabelecido por Perón, mais ligado ao terceiro mundismo sem alinhamento. Dessa forma, a Argentina se fez presente na Quarta Reunião do MPNA, em Argel, naquele ano, quando foi aceita como membro do grupo através dos votos das delegações da Tanzânia e Zâmbia, contando com a ingerência pessoal de Juan D. Perón (ESCUDE; CISNEROS, 2011). A tentativa argentina, através de Perón, em Argel era manter-se de forma equidistante entre os blocos que se faziam presente na reunião. O segmento de esquerda na diplomacia argentina preferia o alinhamento com o grupo antiimperialista, notadamente anti-EUA, liderado por Líbia, Cuba, Vietnã do Norte, China e Coréia do Norte.

O governo brasileiro, segundo Norma Breda dos Santos, ficou em uma situação bastante delicada no campo diplomático, pois se viu “lutando em duas frentes” em um único episódio. A resolução de 15 países africanos em 24/11/1973 ameaçava com a interrupção de petróleo vários países, entre eles o Brasil, se não se votasse o repúdio às posições sul-africanas e israelenses. Como o País importava 80% do petróleo que necessitava, o governo brasileiro buscou urgentemente estabelecer uma política para o Oriente Médio, abandonando gradativamente uma posição bastante semelhante àquela defendida pela Argentina, isto é, abandonando equidistância (SANTOS, 2003).

O país, que havia assinado um acordo com o Iraque, em 11 de maio de 1971, deu um passo importante para a conquista de um novo mercado para seus produtos manufaturados. Ficava acordado que o país do Oriente Médio compraria, a partir de

1972, US\$ 5 milhões em mercadorias, produtos e serviços do Brasil. Por sua vez, a Petrobras se comprometia em importar o mesmo valor em petróleo iraquiano com o compromisso das partes de dobrar as importações e exportações, em 1973 (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013a). O estabelecimento de acordos com aquele país do Oriente Médio impulsionou novos investimentos de países árabes em território brasileiro, como o *Arab Investment Trust*. Essa confiança que se estabelecia proporcionou ao Brasil iniciar atividades financeiras em Beirute, devido às relações da comunidade árabe radicada em território brasileiro. Os árabes fizeram investimentos no complexo industrial-portuário de Suape, em Pernambuco, enquanto o capital nipo-brasileiro estabelecia siderurgias na Líbia e Egito, o qual também abrigava campos de exploração petrolífera construídos com este mesmo capital, assim como ocorria no Iraque (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979).

A expansão e o volume de negócios entre Brasil e Iraque fizeram com que o país abrisse a sua embaixada em Bagdá em 1973, sendo uma forma de abandonar a equidistância, visando ao pragmatismo e à adoção de um comportamento realista na esfera das relações internacionais. O referido acordo estabelecia a cooperação mútua na área de exploração de petróleo pelas estatais. Por sua vez, a Argentina encontrou a mesma cooperação no governo da Líbia, que ofereceu ao governo argentino um acordo de bilateral na área petrolífera em 1974 (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2012h).

A posição estratégica de Brasil e Iraque, nas suas respectivas regiões, mostrava semelhanças, uma vez que ambos apresentavam pela condição de potência média. No âmbito da América do Sul e Central, o Brasil enviava conselheiros militar para as escolas de formação de oficiais e de estado-maior de Guatemala, Honduras e El Salvador, além do Paraguai, onde a missão naval e militar argentina também respondia pela formação e adestramento das tropas do país vizinho¹⁵. Por sua vez, aquele país do Oriente Médio já havia enviado tropas para combater na Guerra de Independência de Israel (POLLACK, 2007).

¹⁵ A atuação de militares brasileiros nestes países foi autorizada pela Lei Nº5.809, de 10 de outubro de 1972 e posteriormente pelo Decreto Nº71.733, de 18 de janeiro de 1973. (BRASIL, 1973). Por sua vez, a Argentina estabeleceu as suas missões militares no Paraguai em 1917 (agregación militar) e 1941 (agregación naval), segundo histórico da embaixada argentina em Assunção (EMBAIXADA DA REPUBLICA ARGENTINA NO PARAGUAI, 2011).

A ascensão do Brasil como potência média regional, participando do adestramento de forças armadas no âmbito da OEA, tornou-se possível com o aval estadunidense (CASTRO, 1986)¹⁶. A atuação argentina também ocorria dentro da lógica da defesa do continente contra o “inimigo externo” que havia estabelecido quartel em Cuba desde 1959. Sendo assim, a cooperação na área de defesa estava fortalecida, mostrando a rivalidade brasileiro-argentina na esfera econômica na América do Sul e na busca de fornecedores de petróleo no Oriente Médio para que fosse mantida a perspectiva de crescimento econômico nesses países sul-americanos.

A posição do Brasil diante da Argentina no governo Médici mostrou uma disposição à cooperação, segundo Paulo Vinentini (1995), principalmente, no que diz respeito ao tema Itaipu. No momento em que o Brasil experimentava o crescimento econômico, era necessário maior consumo de energia, por isso deveria estabelecer uma negociação com a Argentina e, conseqüentemente, com o Paraguai para alcançar o seu objetivo. A construção de Itaipu levou o Brasil a buscar o entendimento com esses países no tocante a repartição da produção de energia. A tese argentina de consulta prévia começava a ganhar importância, porém Richard Nixon foi responsável por um mal-estar nas relações Brasil-Argentina naquele período ao proferir a frase: “Para onde for o Brasil, vai a América Latina.” Em 1972, os dois países buscaram acertar as questões envolvendo Itaipú, entretanto não foi uma decisão definitiva no momento e ambos tratavam das negociações com o Acordo de Nova Iorque (VIZENTINI, 1995).

A troca de visitas entre os presidentes Médici e Lanusse preparou a assinatura de uma Declaração Conjunta Brasil-Argentina em 1972. Essa tratou da cooperação entre os dois países na área de construção de pontes, telecomunicações, transporte rodoviário e intercâmbio turístico. A busca de contatos com o Paraguai para o aproveitamento energético do trecho do Rio Paraná entre as Sete Quedas e a foz do rio Iguaçu levou o chanceler Mário Gibson Barboza ao país vizinho, acarretando na assinatura de vários acordos com o governo Strossner. As

¹⁶ “As nações de 2º nível abrangendo a Nigéria, a Índia e a agrupando o Novo Continente o Canadá, o México, a Venezuela e o Brasil, já podem competir diretamente com as potências de 1º nível dentro de sua região ou reduto geopolítico [...] Assim, enquanto as potências de 1º nível têm alcance mundial, as do 2º nível combinam extensões regionais e interregionais. As nações de 2º nível, assim como o Brasil, se esforçam para conseguir não só a independência econômica como também militar que as pretende aos Estados de 1º nível; procuram, assim, em suas diretrizes geopolíticas ter uma ação madura, em relação ao eixo leste-oeste geoestrategicamente organizado” (CASTRO, 1986, p.31-32).

negociações que se desenvolviam com o governo paraguaio, desde o início da década de 1970, proporcionou a possibilidade da assinatura, em 1973, da Ata Final do Tratado para o Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná (Tratado de Itaipu), durante a visita do presidente paraguaio ao Brasil (VIZENTINI, 1995).

O início da década de 1970 marcou a relação brasileiro-argentina em três pontos de extremo interesse para ambos os países: 1º) as eleições no Uruguai; 2º) a ascensão da esquerda chilena através das urnas; e 3º) a questão nuclear. As primeiras instauravam um elo de cooperação na área de inteligência militar e de posicionamento comum contra a ascensão das esquerdas na região. A capacitação nuclear argentina promoveria uma nova forma de concorrência estratégica. Esses eram vistos como nocivos para o regime militar brasileiro.

O pomo da discórdia nuclear evidenciava ainda mais a rivalidade no América do Sul, pois a corrida pela capacitação militar no campo nuclear opunha os dois países. Apesar de observados pelo governo estadunidense, que negava a ambos o acesso à tecnologia nuclear mais avançada, os governo do Brasil e da Argentina buscavam outros aliados que pudessem alavancar seus projetos nucleares. Deve-se frisar que todos os países contatados por brasileiros e argentinos para o aprimoramento de seus projetos nucleares estavam comprometidos na oposição ao regime defendido pela URSS e seus aliados (CONCA, 1997).

A inteligência militar brasileira havia estabelecido a necessidade de abortar a vitória da Frente Ampla no Uruguai, que colocaria no governo do país vizinho elementos próximos da esquerda uruguaia. Dessa forma, foi estabelecida a “Operação 30 Horas”, pela qual as tropas brasileiras, estacionadas na fronteira brasileiro-uruguaia, chegariam a Montevideu interferindo no resultado do pleito. A possível ação brasileira contra a Frente Ampla foi comunicada aos serviços de inteligência argentinos, segundo Marco Antônio Villalobos, que teriam dado “luz verde” a operação, pois também não viam como interessante a ascensão de membros da esquerda no governo uruguaio (VILLALOBOS, 2006).

No Uruguai, não foi necessária a intervenção militar brasileira, uma vez que Juan M. Bordaberry foi eleito no pleito de 1971, passando ao modelo ditatorial a partir de 1973. Também, a movimentação de militares chilenos levou conselheiros brasileiros da área de inteligência à capital chilena. Conforme Moniz Bandeira, aviões militares brasileiros com mantimentos e membros das Forças Armadas Brasileiras e Polícia Federal foram enviados para auxiliar os militares chilenos

durante o processo de deposição do governo de esquerda de Salvador Allende no Chile, em 1973 (BANDEIRA, 1993)

A questão nuclear, segundo Mitchell Reiss (1995), renasceu na década de 1970 apontando o campo militar como o alvo da modernização dos programas brasileiro e argentino. Os argentinos já haviam desenvolvido contatos com a Alemanha Ocidental, que também, desde 1964, mantinha relações com o governo militar brasileiro. A Argentina havia adquirido o reator para Atucha I do país europeu na década de 1960, porém, em 1973, o governo argentino contactou os canadenses para a compra de outro reator para fornecer energia elétrica à Córdoba. No ano seguinte, os EUA negavam ao governo argentino urânio enriquecido às pesquisas portenhas, assim como fizeram ao Brasil em 1975, como represália à ligação brasileira com a Alemanha no campo nuclear. A Argentina voltou-se ao Canadá, Alemanha Ocidental e Suíça. O governo argentino construiu, em Pilcaniyeu, uma instalação de enriquecimento de urânio, que, conforme Mitchell Reiss, havia sido monitorada desde o início da construção pelos EUA, que, embora não estivesse reconhecida pela AIEA, foi levada adiante sem interrupções ou sem pressões pelo governo estadunidense, conhecedor da capacidade da instalação para preparar o urânio para artefatos militares (REISS, 1995).

O Brasil, por sua vez, de acordo com Mitchell Reiss (1995), estabelecia, na década de 1970, um projeto nuclear modesto com compras para Angra I, porém, através da Alemanha Ocidental, passou a incrementar a sua capacitação nuclear, que foi alvo de inspeção internacional com a aceitação do governo brasileiro. Durante as inspeções, não foi colocada nenhuma objeção à capacidade militar do projeto nuclear brasileiro. No ano de 1974, o projeto brasileiro alcançou a capacitação de enriquecer urânio sem a tecnologia estadunidense. De acordo com o pesquisador estadunidense, o projeto argentino também aprimorou as pesquisas no país, mostrando um crescimento do programa nuclear argentino em relação ao brasileiro (REISS, 1995).

O ano de 1974 foi fundamental para a indústria bélica brasileira, uma vez que a visita do chanceler Mário Gibson Barboza começava a trazer os dividendos que o governo brasileiro procurava desde o início do périplo africano. Além disso, Barboza recebia uma comissão da Liga dos Estados Árabes em Brasília, deixando claro o posicionamento brasileiro em relação aos conflitos no Oriente Médio. O Gabão, um dos países visitados pelo ministro brasileiro na sua missão na África, por sua vez,

seria o primeiro país africano a adquirir carros de transporte de tropas EE-11 “Urutu” fabricados pela ENGESA e entregues naquele mesmo ano (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 1997). A primeira etapa da venda de armamentos para os países do hemisfério sul já havia sido iniciada, se deveria, segundo o plano estratégico, posteriormente, passar para o segundo estágio: o Oriente Médio.

O pragmatismo da política externa brasileira foi muito bem recebido na Argélia, um país do norte da África rico em petróleo, que comemorava o 12º aniversário de sua independência. A disposição argelina em comprar produtos brasileiros fez com que o embaixador argelino em Washington D.C. viesse ao Brasil para tratar diretamente de temas bilaterais com o Presidente Ernesto Geisel. Em 1974, ano da visita do Embaixador Abdaiaziz Maouri, segundo a CACEX, o Brasil havia exportado para o país norte-africano 117 milhões de dólares, aumentado para 178 milhões antes do encerramento do decênio. A Argélia tornou-se o principal destino das exportações brasileiras para o Maghreb, enquanto que o país sul-americano foi o principal importador de fertilizantes argelinos, somando até o final da década o montante de 1 milhão de dólares (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1978).

Na Argélia, a Braspetro tornou-se, segundo a publicação da Liga dos Estados Árabes, em Brasília, por meio de contrato, sócia da empresa estatal Sonatrach. O documento estabelecia o tipo da associação que guiava as ações da empresa estrangeira e delimitava o percentual que caberia a ela em caso de descoberta de petróleo. Conforme a mesma publicação, a empresa estatal argelina se comprometia em reembolsar a companhia brasileira em 51%, quando o governo argelino assumiria as operações. Ainda no norte da África, a Braspetro estabeleceu contato com a estatal *Egyptian General Petroleum Company* (EGPC), pelo qual a empresa brasileira se comprometia em explorar 18.000 km² do deserto egípcio na sua porção ocidental. A descoberta foi de gás natural, porém não em quantidades que compensassem a exploração comercial. O contrato assinado com a EGPC teria validade de 30 anos, a começar de 1973. Na Líbia, no mesmo período, foi assinado um acordo nas mesmas bases entre a Braspetro e o governo daquele país (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1978).

A Líbia passou a ocupar uma posição importante no comércio exterior brasileiro, o que não se restringia apenas ao petróleo. Houve a criação da 1ª Comissão Mista Brasil-Líbia, instalada em Brasília no primeiro semestre de 1970. O

governo líbio, por intermédio do seu Ministro do Desenvolvimento Agrícola, Abdul Mejid Ga'ud, buscava estabelecer parcerias com o governo brasileiro na área da construção pesada. A compra de outros equipamentos brasileiros estaria vinculada ao fornecimento de petróleo líbio. O governo do país árabe necessitava de remessas de maquinário e alimentos brasileiros. A administração líbia previa a construção de novas três cidades e, para isso, contava com o apoio brasileiro. A visita de Abdessalam Jiloud seria o marco para o estabelecimento da parceria. Segundo a publicação da Liga dos Estados Árabes, ele era considerado o “braço direito” de Kadaffi. A Vale do Rio Doce, entre outras empresas brasileiras, foi contatada pelo governo líbio. Outros setores poderiam ser privilegiados pelo mercado líbio, entre eles, o automobilístico (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1978).

O Brasil, também, buscou estabelecer laços com o Iraque, que assim como a Arábia Saudita, já havia se mostrado disposto a fornecer, ao país sul-americano, o petróleo que pudesse comprar. O Brasil procurou, nos países da região, parceiros para o fornecimento de petróleo, sendo que o Iraque apresentou-se como o mais viável. Essa tarefa coube à Petrobrás, que deveria “[...] multiplicar seus contatos para exploração de petróleo com os países árabes” (CERVO, 1994, p. 349). Desde o final daquele ano, o Brasil mantinha, em Bagdá e em Riad, as principais embaixadas no Oriente Médio para desenvolver as relações comerciais com os países da região. O objetivo das legações era buscar fornecedores de petróleo, mercados para os produtos brasileiros e clientes para a indústria bélica brasileira. Através de tratados assinados no mesmo ano, o Brasil passou a manter com o Iraque acordos comerciais e de cooperação técnica. A Arábia Saudita também estabeleceu acordos com o Brasil na década de 1970. O Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, em 2 de abril de 1975, visava à troca de experiências e de tecnologia em várias áreas, contemplando os setores público e privado, principalmente voltados à pesca, à indústria manufatureira, ao desenvolvimento da agricultura, além do estabelecimento de *joint ventures* (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013a).

O Brasil buscava oferecer ao Iraque, por sua vez, uma parceria na área petrolífera que o país árabe não havia conhecido. Os sucessivos contratos para exploração de petróleo objetivavam à satisfação dos britânicos, que, desde o estabelecimento como potência colonizadora na região, explorava o insumo. O Iraque sempre havia recebido poucos dividendos oriundos da venda do petróleo,

cuja maioria cabia aos britânicos. O acordo com o Brasil em vigência desde 1973 ofereceu ao governo iraquiano a associação para exploração e produção do petróleo. A proposta brasileira oferecia ao Iraque, após o sexto ano de exploração brasileira, o controle total dos campos de petróleo que estivessem operando à INOC (*Iraq National Oil Company*). Esse era o diferencial que fez com que o Brasil fosse muito bem-vindo ao seleto grupo de países que exploravam e refinavam petróleo no Oriente Médio.

A Braspetro, braço internacional da Petrobras, seria a responsável pelos gastos e investimentos que totalizariam US\$ 30 milhões, considerados um empréstimo à INOC, com direito a reembolso até sua entrada no campo de produção (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1979). O pragmatismo brasileiro no campo das Relações Internacionais estava de acordo com a teoria realista, segundo a qual a cooperação gerava dividendos para ambos, não interessando ao governo ditatorial brasileiro que o maior acordo de fornecimento de armas ao Iraque fosse mantido por um país comunista, a URSS. A escolha brasileira pelo Iraque não havia sido ao acaso.

O governo brasileiro não parou de repente para fazer uma opção política de estreitar relações com o Iraque. Acontece que, de todos os países enriquecidos pelo petróleo, o Iraque foi o único receptivo aos prestadores de serviço brasileiros, em um momento em que as nossas firmas, estando com o mercado interno paralisado, buscavam saídas no exterior (GUERREIRO, 1992, p. 179).

A publicação bimestral da Liga dos Estados Árabes sediada em Brasília mostrou uma grande importância para o comércio entre o Brasil e o Iraque, em função do que era chamado no país do Oriente Médio de “boom” da economia iraquiana em função das exportações de petróleo (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1978). Não se pode negar que, em função das necessidades brasileiras de petróleo, a balança comercial entre os dois países favoreceu o Iraque, conforme quadro abaixo, referente ao comércio Brasil-Iraque, em uma escala em milhões de dólares, até a metade da década de 1970.

Tabela 2 – Comércio Brasil-Iraque 1970-1976.

ANO	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES
1970	29.612,8	72,0
1971	36.870,0	3.971,5
1972	63.509,0	3,907,3

Segue

Continuação

1973	143.389,0	38.129,2
1974	596.701,1	157.521,8
1975	780.803,2	178.654,8
1976	1.040.145,2	49.751,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Rocha Pinto (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1978).

Os ventos da nacionalização do petróleo, segundo Leonardo Attuch, varriam a região do Oriente Médio, com a OPEP majorando os preços do insumo. Dessa forma, não havia como se forçar a entrada na região, dever-se-ia oferecer vantagens que até aquele momento não haviam sido ofertadas, garantir dividendos que até a primeira metade da década de 1970 não haviam sido conquistados por nenhum país árabe. A organização elevou os preços do insumo em 300% em uma operação organizada pelo Irã e, assim, o Ocidente caía de joelhos diante do Oriente Médio. O governo iraquiano acompanhava as ondas de nacionalização do petróleo na região que tinham o intuito de expulsar as multinacionais. Os poucos armamentos fornecidos pela Grã-Bretanha e EUA às Forças Armadas Iraquianas não tiveram remessas renovadas, por isso a URSS passou a responder por grande parte do envio de armas ao governo iraquiano. O Brasil, por seu turno, conquistou uma parcela importante no mercado de material bélico no Iraque (ATTUCH, 2003).

O regime de Bagdá estava ciente do poderoso poder de barganha que tinha em mãos e passou a buscar fornecedores de armas entre aqueles que quisessem trocá-las por petróleo. O governo iraquiano aproveitou as constantes altas do petróleo, já no início da década de 1970, buscando se colocar na liderança entre os países do Oriente Médio. Entre as novas metas que seriam almeçadas pelo Iraque estavam os avanços na área nuclear. Enquanto o Brasil avançava nas relações com os países árabes, as relações brasileiro-israelenses mostraram um retrocesso sem acordos firmados, segundo Kaufman, Shaphira e Barromi, desde 1973, quando o governo brasileiro negou o pedido da companhia de aviação israelense de abrir uma linha direta entre os dois países, atuando em São Paulo e Rio de Janeiro. Conforme os autores, essa pressão foi criada para evitar desagradar os árabes e gerar uma consequente perda de mercado nos países produtores de petróleo do Oriente Médio (JAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979).

A cúpula governamental iraquiana, na qual já se destacava Saddam Hussein, decidira que não se submeteria às exigências da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Dessa forma, os três encarregados pelo governo iraquiano de

estabelecer o projeto nuclear do país foram enviados a Viena. Al-Mallah, Hamzi e Hisham Al-Shawi chegaram à AIEA com o propósito de criar um *lobby* em favor do Iraque na organização, o que foi realizado com sucesso. Posteriormente, o governo iraquiano abriria uma embaixada do país na Áustria, que abrigaria uma seção de inteligência. Essa estaria a cargo de um adido científico, Suroor Mahmoud Mirza, irmão do guarda-costas mais antigo de Saddam Hussein. A Comissão de Energia Atômica do Iraque foi transferida para o Conselho da Revolução, cuja presidência era de Saddam Hussein, que escolheu, como subdiretor da comissão, um dos membros de sua confiança do partido: Baa'th, Khalid Ibrahim Saeed (IRAQ'S NUCLEAR WEAPONS PROGRAM FROM AFLAQ TO TAMMUZ, 2006).

As ações ditatoriais do governo iraquiano deixavam entrever que a segurança do Estado era um fator primordial para os governantes, fazendo com que as portas estivessem abertas para os investimentos brasileiros na área. Os dois regimes ditatoriais desenvolveram uma relação estabelecida conforme os parâmetros do Realismo nas relações internacionais, a condução pelo Estado da política externa. Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro enfrentava militarmente a resistência dos grupos de esquerda, o governo iraquiano combatia os curdos nas montanhas no norte do país. A relação entre os governos do Iraque e do Irã mostrava que a guerra entre os dois países não tardaria, a rivalidade residia em demarcações na área de fronteira. O Brasil, por sua vez, mantinha uma relação de “cordialidade” com a Argentina e de rivalidade pela posição de liderança na porção meridional do continente americano, por outro lado não se configurava a possibilidade de guerra entre os dois países, mas a vigilância entre ambos não era abandonada.

A ascensão de Ernesto Geisel à Presidência da República trazia para o cargo de mandatário da Nação o ex-presidente da Petrobras, que ouvia com bastante irritação a velada crítica estadunidense às relações entre Brasil e Iraque, que era o inimigo natural do Irã monárquico, aliado do governo dos EUA no Oriente Médio. Outra relação que desagradava os EUA era aquela entre Brasília e o governo marxista angolano. A intenção dos governos Médici e Geisel era oferecer aos países do hemisfério sul a troca de armas por petróleo, assim vários contatos foram mantidos e honrados com Nigéria, Argélia, Angola e Iraque (TIMMERMANN, 1992).

O Governo Geisel buscou estabelecer uma relação mais próxima aos países árabes exatamente em função da necessidade do petróleo oriundo do Oriente Médio, ocasionando, por isso, um afastamento de Israel. Segundo Kaufman, Shapira

e Barromi (1979), a facção pró-árabe no Itamaraty, representada pelos Embaixadores Mário Gibson Barboza, Azeredo da Silveira, Ramiro Saraiva Guerreiro, conseguiu o seu intento com a chegada de Ernesto Geisel à presidência, que imediatamente decidiu pela aproximação aos árabes, uma vez que vinha da presidência da Petrobras e estava ciente das necessidades daquele insumo para o crescimento econômico do País e, conseqüentemente, fortalecimento do regime.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, as relações bilaterais entre Brasil e Iraque estavam consolidadas, o que fez com que Leonardo Attuch chamasse os dois países de “*parceiros quase umbilicais*”. A deterioração das relações iraquiano-iranianas levou os dois países à guerra na metade da década de 1970. O Pragmatismo Responsável do Governo Geisel, que era a continuação da Diplomacia do Interesse Nacional de seu antecessor, colocou o país como um dos confiáveis fornecedores de equipamentos militares ao Iraque, auferindo excelentes dividendos para a indústria bélica nacional. O conflito entre Irã e Iraque na região petrolífera de Shatt al-Arab não mostrava em 1974 que estava próximo de uma resolução diplomática ou militar (ATTUCH, 2002).

A gratidão iraquiana ao Brasil datava do período do embargo imposto pelo eixo Washington-Londres, aliados do Xá, que proibia países de comprar petróleo e de vender armas ao governo iraquiano. O embargo foi, todavia, rompido por aliados dos EUA e da Grã-Bretanha, uma vez que o Iraque tinha uma grande reserva petrolífera para comercializar, tal reserva era conhecida por ter a comprovação de durar 130 anos, com custo de extração extremamente baixo (ATTUCH, 2003). Assim França, Itália, Espanha, URSS, Hungria e Brasil passaram a importar o insumo iraquiano. A troca do produto por material bélico era uma consequência lógica para um país em guerra isolado pelo eixo Washington-Londres. O comércio entre o Brasil e o Iraque aumentou, levando o governo brasileiro a ampliar a pauta de exportações de produtos manufaturados para aquele país do Oriente Médio, trocando-os por petróleo. Dessa forma, as relações entre os governos brasileiro e iraquiano permitiram que várias empresas brasileiras lucrassem com o comércio com a colocação de produtos e serviços no mercado iraquiano e com a venda de equipamentos militares brasileiros ao Iraque durante o conflito Irã-Iraque (1974-1975).

O Brasil já mostrava uma capacidade avançada de produzir o seu próprio equipamento militar, pois o país importava somente 20% do material bélico presente

em seus arsenais. A participação dos EUA na venda de produtos militares ao Brasil era mínima, visto que vários países europeus ocidentais supriam as necessidades nacionais na área. No entanto, sabia-se que a capacidade de fabricação de aviões de combate (caças) não havia sido alcançada por nenhum país latino-americano, dessa forma a compra desse tipo de avião ainda era feita junto aos EUA. Desde 1973, caças F-5 Tiger eram vendidos ao Brasil, Argentina, Peru, Chile e Colômbia, apesar de existir a rivalidade chileno-argentina, que levava os dois países a comprar grandes quantidades de armas, em função de disputas de áreas no Canal de Beagle. Mesmo assim, o Brasil liderava a compra de aviões desse tipo, chegando a receber da Northrop, em um único pedido, 42 caças novos ao preço de US\$ 120 milhões de dólares, deixando-o em condições muito mais favoráveis para uma guerra aérea que os seus vizinhos (SAMPSON, 1982).

As empresas do ramo no Brasil, ENGESA, EMBRAER, AVIBRAS e IMBEL, eram responsáveis pelo fornecimento às Forças Armadas Brasileiras. A qualidade do equipamento brasileiro chamou a atenção de compradores do Oriente Médio, principalmente o Iraque, que encomendou 400 blindados ao País ao custo de US\$ 200 milhões. Conforme David M.Schwam-Baird (1997, p. 01):

Como o Brasil transformou-se no maior fornecedor de armas para os países produtores de petróleo, como Líbia e Iraque, foi útil negociar armas por suprimentos de petróleo, essenciais para manter o crescimento industrial. As importações de armas provaram ser instrumentos valiosos no estabelecimento de fortes laços com aliados em potencial. As armas brasileiras, muitas das quais eram ideais para as forças armadas de países em desenvolvimento e têm sido usadas para abrir países da África Subsaariana à influência brasileira. (SCHWAM – BAIRD, 1997, p. 1).

A ligação Brasil-Iraque ocorreu quando o governante iraquiano percebeu que países do Terceiro Mundo como Brasil e Egito, além da Iugoslávia, poderiam fornecer armamentos às Forças Armadas Iraquianas com uma tecnologia que, por vezes, superava aquela dos equipamentos soviéticos, sendo que o preço praticado por esses fabricantes eram muito atrativos para o governo iraquiano, segundo Kenneth R.Timmerman (1992).

Na ONU, o Brasil confirmou a aproximação com os países árabes, quando se declarou a favor do voto antisionista em 1975, apontando que o país buscava opções e realinhamentos indispensáveis (SANTANA, 2006). O Governo Geisel, que se aproximou do Oriente Médio, de forma tão incisiva, trouxe essa herança de seu

antecessor, mas o Pragmatismo Responsável apresentava um viés de autonomia e de desenvolvimento que mostrariam os dividendos para o comércio exterior brasileiro e que levariam a indústria bélica nacional a um lugar de destaque nos cenários dos conflitos na África e Oriente Médio. O projeto nuclear brasileiro galgaria posições de respeitabilidade nos países árabes na década seguinte.

Na década de 1970, ficava estabelecida a PNEMEM (Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar), desenvolvida pelo Brasil, segundo Carlos F. D. Ávila (2011). Em 1977, o Itamaraty mostrava as consequências desta ação para a política externa global do Brasil. Conforme a declaração do Chanceler Azeredo da Silveira:

- I. Por sua própria natureza, as exportações de material de emprego militar destinado a países em atrito implicam responsabilidade política irrecusável do Governo do país exportador, em virtude de suas possíveis consequências no relacionamento entre as nações adversárias e potencial que encerram de agravamento e acirramento de posições, suporte de hostilidade armada e perturbação maior da ordem e da harmonia internacionais;
- II. Podem-se apresentar inconvenientes políticos, aquelas exportações, como todas as da mesma natureza, também são suscetíveis de conter vantagens políticas diversas, além das imediatas de ordem econômico, industrial e propriamente comercial [...];
- III. Sempre em tese, tal como a decisão de fornecer, a decisão de não fornecer determinado equipamento tem implicações políticas. A negativa de fornecer pode apresentar desvantagens nas relações bilaterais com o país interessado e mesmo em termos de política externa global do País;
- IV. Em uma mesma operação podem conviver repercussões políticas negativas e oportunidades políticas positivas, as primeiras predominando, mas não excluindo as segundas. Eventualmente, as vantagens políticas inferiores, acrescentadas às vantagens econômicas imediatas, podem suplantar inconvenientes políticos que de outra forma desaconselhariam a exportação;
- V. As vantagens comerciais de fornecimento determinado, em termos de rendimento econômico intrínseco ou multiplicador de vendas no mesmo ou outros mercados, podem, em perspectiva mais mediata, converter-se em vantagens também políticas [...];
- VI. O comportamento dos demais fornecedores deve pesar na consideração das vantagens e desvantagens políticas de fornecimento determinado. O não fornecimento pelo Brasil pode evitar indesejável envolvimento político em atrito que lhe traria desgaste, mas não impedirá, onde existirem fornecimentos alheios, presença maior de material bélico na área em conflito;
- VII. Poderá ocorrer situação em que seja aconselhável assegurar o próprio Brasil fornecimento em princípio desvantajoso politicamente (e mesmo no plano comercial), mas necessário para evitar-se que terceiro fornecedor assumira condição de influir em conflito suscetível de afetar interesses políticos brasileiros;
- VIII. Também poderá ocorrer situação na qual se recomende fornecimento para evitar seja comprado, a terceiros, equipamento cujas características tornem sua presença no Brasil, a política nacional de exportação de material de emprego militar –PNEMEM– e o comércio internacional de armas: um estudo de caso mercado importador inconveniente para os interesses

políticos e de segurança do País e de suas relações com os países em atrito, atual ou potencial, com o da importação [...];

IX. Para o exportador de armas o melhor cliente é, por definição, o que se encontra em dificuldades. O princípio mereceria numerosas qualificações, mas como regra o mercado para material de emprego militar cresce em razão direta da instabilidade interna ou nas relações externas do país comprador. Trata-se de realidade penosa, mas inelutável e que não pode decerto ignorar ou desmerecer na execução de uma política concebida para estimular as exportações nacionais de material de uso por Forças Armadas;

X. O princípio pode ser falacioso e já foi aplicado interessadamente em numerosas ocasiões. Pode, no entanto, surgir, como já surgiu, situação em que o fornecimento de material de emprego militar a países em conflito contribua para encaminhar negociações de outra forma inviáveis ou preservar um status-quo insatisfatório mais ainda assim de relativa tranquilidade (ÁVILA, 2011, p. 225-226).

O governo brasileiro estabeleceu uma estratégia para propagar o material bélico nacional e, assim, atrair o maior número de compradores (ÁVILA, 2011):

Os métodos de promoção comercial mais utilizados pelo governo e pelas empresas privadas brasileiras incluíam:

- a) demonstrações de produtos;
- b) a participação em feiras internacionais do setor da defesa;
- c) a confecção e atualização de catálogos com o equipamento militar disponível;
- d) a emissão de solicitações de apoio e pesquisa de mercado às Embaixadas brasileiras e
- e) o treinamento de oficiais estrangeiros em academias militares brasileiras, subentendendo-se que, eventualmente, ditos oficiais promoveriam a aquisição de produtos brasileiros para as suas respectivas forças armadas (ÁVILA, 2011, p. 226-228).

Além da exportação de material bélico, o Brasil primou por manter acordos comerciais com os países do Oriente Médio. Em 21 de janeiro de 1977, o Brasil assinou um acordo com o Iraque relativo ao estabelecimento de transporte de pessoas e criação de linhas aérea entre os dois países (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013c). A Líbia também se colocava como um importante parceiro comercial na região, principalmente por aliar a sua condição de país árabe e de se localizar no norte da África. No ano seguinte, os governos brasileiro e líbio, em 30 de junho, assinaram um acordo de cooperação englobando as áreas de econômica e comercial, cultural, exploração de petróleo e outras fontes energéticas (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013d). Ainda em 1978, segundo Saddy Fehmy (1983), tanto Brasil quanto Argentina conseguiam suprir as suas necessidades de petróleo por meio de fornecedores do Oriente Médio, como Arábia Saudita, Líbia, Iraque e Kuwait. Países como Síria, Líbano e Egito, que o

autor considera países com ligações históricas com a América do Sul, estavam plenamente satisfeitos, uma vez que importavam de países sul-americanos toda a produção de alimentos que necessitavam, majoritariamente de produtores brasileiros e argentinos (FEHMY, 1983).

O Brasil também se beneficiava do Fundo Saudita para Desenvolvimento Econômico e Social que concedeu ao governo brasileiro um empréstimo de US\$ 55 milhões para ser utilizado em linhas de transmissão no Nordeste brasileiro. Outro empréstimo foi autorizado pelos sauditas a fim de promover o desenvolvimento no país sul-americano, o novo valor seria de US\$ 97,7 milhões. As vantagens recebidas pelo Brasil estavam relacionadas à grande variedade de *joint ventures* que o país mantinha no Oriente Médio, como a participação de um consórcio com o Kuwait com cada uma das partes sendo responsáveis por 50% dos investimentos. A Companhia de Investimentos Árabe-Brasil, com sede em território brasileiro, além do Banco do Brasil, participaram de *join venture* com o Banque Arabe et Internationale d'Investissement (BAII), criado em 1973, mas operando desde 1975 (FEHMY, 1983).

O final da década de 1970 apresentaria uma dificuldade recorrente ao regime militar brasileiro. Como em 1973, outra crise do petróleo colocava o mundo ocidental à mercê do fornecimento dos países do Oriente Médio e de seus recorrentes conflitos. O General João Baptista de Oliveira Figueiredo recebeu a presidência da nação do General Ernesto Geisel. O país deveria utilizar todos os contratos constituídos na década que estava por terminar para garantir o fornecimento do insumo que continuaria mantendo o regime, embora no âmbito interno já ocorriam manifestações pela democracia. O Oriente Médio ainda era importante demais para o governo brasileiro, pois era o principal fornecedor de petróleo e o melhor comprador de material bélico, ainda que a Argentina tivesse levado para lá seu *know how* na área nuclear e seus produtos da indústria de defesa a fim de estabelecer concorrência com aqueles das indústrias brasileiras do setor.

No final da década de 1970, o Ministro da Indústria e Comércio, de 1977 a 1979, Ângelo Calmon de Sá, declarou à Revista da Liga dos Estados Árabes as suas impressões do decênio que terminava em relação ao comércio entre o Brasil e os países árabes. Na entrevista, ficou claro que o Brasil estrategicamente privilegiou dois países no norte da África, o Maghreb – Argélia e Líbia – e dois na região do Golfo, o Mashrek - Arábia Saudita e Iraque. A viagem ministerial feita ao Oriente

Médio trouxe como consequência para o Brasil período uma série de perspectivas para comercializar produtos têxteis, milho, carne de carneiro, entre outros. além da participação de empresas brasileiras em grandes obras naqueles países.

O Ministro declarou o sucesso das vendas de produtos brasileiros no Iraque e via na Argélia a repetição do feito, uma vez que a visita gerou uma compra de 15 mil veículos Volkswagen produzidos no Brasil e o comprometimento do país em comprar entre 5 a 10 mil toneladas de fosfato argelino. O então Ministro da Indústria e Comércio celebrou esses acordos não apenas em função do montante que somava, mas também por causa do pioneirismo que os dois países implementaram em suas políticas externas no período, estabelecendo este intercâmbio Sul-Sul. Além disso, para o Iraque, no decorrer da década seguinte, rumariam 80.000 veículos da mesma marca.

Outro fator que marcou a importância da visita ministerial brasileira ao Oriente Médio foi a deferência feita a Ângelo Calmon de Sá que foi recebido pelos presidentes da Argélia e Iraque, em respeito também a figura do Presidente Geisel. A partir desta recepção, ficou estabelecido que esses países seriam a porta de entrada do Brasil nas respectivas divisões do mundo árabe. As escolhas por parte do governo brasileiro não foram aleatórias conforme a entrevista, visto que eram países extremamente ligados aos esforços desenvolvimentistas, privilegiando aspectos econômicos e sociais. Na Argélia, o Ministro pode perceber o respeito destinado ao trabalho de Oscar Niemeyer, que foi nomeado, em 1968, como consultor arquitetônico do presidente Boumedienne. O primeiro projeto do arquiteto brasileiro, em Argel, foi a Universidade de Constantine, depois o Centro Cívico, abrigando os ministérios e o núcleo do governo argelino. Também, ficaria a cargo de Niemeyer o projeto da Cidade dos Negócios, onde ficariam as empresas estatais e serviços técnicos (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1977).

3.3 A ASCENSÃO DO REGIME MILITAR ARGENTINO E AS LIGAÇÕES ESTRATÉGICO-MILITARES COM ISRAEL

O início da década de 1970 pareceu ser promissor para as relações entre a Argentina e os grupos pró-palestinos, principalmente, segundo o ponto de vista desses últimos. O governo de Levington, em 1971, apoiou a resolução 2949, que defendia o direito dos palestinos. No ano seguinte, voltava-se à equidistância,

quando no governo de Alejandro Lanusse admitiu-se que somente o Conselho de Segurança podia aplicar sanções se as Forças Armadas Israelenses não se retirassem dos territórios ocupados, segundo o pedido egípcio. O mandatário argentino buscava manter-se de forma equidistante do conflito e imputava ao Conselho de Segurança as responsabilidades pelas sanções. Dessa forma, ganhava tempo em negociar o apoio dos árabes e dos países terceiro-mundistas aos interesses do país portenho na ONU no tocante à questão das Ilhas Malvinas, ponto que necessitava do suporte árabe e de países do Terceiro Mundo (MÉNDEZ, 2008).

A Argentina, juntamente com o Brasil, estabeleceu um projeto que declarava que era inaceitável a conquista de território por meio de guerra, o que obrigava Israel a retirar suas tropas dos territórios ocupados desde 1967. Entretanto, a delegação argentina, assim como todo o bloco latino-americano, com ligação com os EUA, manteve a posição de apoio aos países ocidentais, durante o governo Onganía, mas não condenou a ação israelense, o que fez com os governos e representantes árabes demonstrassem bastante irritação.

As consequências desse alinhamento argentino, para a década de 1970, fizeram com os árabes passassem a qualificar as ditaduras militares latino-americanas ligadas aos EUA como os melhores aliados de Israel. Isso não se aplicava ao Brasil. Apesar das declarações árabes, Israel iniciou aquela década apoiando a Resolução 2949 (1971) apoiando o direito dos palestinos. Em 1973, fora cumprida a promessa do retorno de Juan D. Perón à Argentina para assumir o governo. Por outro lado, setores da comunidade judaica já apresentavam temores em função das posições de esquerda e antiimperialista, que o peronismo havia demonstrado no final da década anterior. Tais segmentos alegavam que houve o afastamento da equidistância e do comportamento amistoso dos peronistas em relação aos judeus. Tal compreensão levou os coordenadores da DAIA (Delegación de Asociaciones Israelistas em Argentina) a procurarem Perón na Espanha para ver qual seria a posição do mandatário no seu retorno.

Segundo Juan José Vagni, os árabes também demonstravam pelo governante argentino uma admiração em função da sua posição no Movimento dos Não Alinhados. Constantemente, era feita uma comparação do líder argentino ao nacionalista árabe Gamal Abdel Nasser (VAGNI, 2007). Perón, segundo Norberto Raul Méndez (2008), declarou a sua oposição a toda e qualquer discriminação no seu futuro governo. O mesmo autor alega que nos governos de Hector J. Campora,

Juan D. Perón e Isabel Perón não foram apresentadas mudanças que viessem a afetar as posições de equidistância da Argentina relativas ao Oriente Médio. Houve um posicionamento pró-Palestina do grupo conhecido com “Tendência Revolucionária do Peronismo”, assim como do setor ligado à direita nacionalista, mas, como menciona Norberto R. Méndez (2008, p. 110), “[...] no se operaron cambios em la política concreta”.

A própria aproximação orquestrada por Perón à Líbia não afetou em nada o relacionamento argentino com Israel. O Ministro do Bem-Estar Social, José Lopez Rega, prontamente comunicou que essas relações eram mantidas em função da necessidade argentina por petróleo. O governo líbio mostrava esperanças que o mandatário argentino mantivesse apoio a Kaddaffi e suas políticas de enfrentamento a Israel e seus aliados estadunidenses e europeus. O governo argentino foi ágil em desfazer essa relação. Entretanto, questões como o Sionismo e o racismo colocaram em xeque o posicionamento equidistante em relação às questões do Oriente Médio (MÉNDEZ, 2008).

Os fatos que transcorriam no Oriente Médio chamavam a atenção dos dois maiores países da América do Sul. O Tratado de Argel que havia instaurado uma frágil trégua entre Irã e Iraque, em função dos conflitos de 1974-1975 não deteve uma nova ameaça militar pela posse da área de litígio de Shatt-al-Arab, vital para a produção de petróleo dos dois países. O Brasil dependia imensamente do petróleo oriundo do Iraque e da Arábia Saudita, assim como do pagamento das exportações que enviava aquele país do Oriente Médio. Seria bastante rentável a venda de material bélico à região. A indústria bélica brasileira, com seus produtos presentes nos arsenais líbios, buscava inserir-se nos países do Golfo Pérsico, mas o aprovisionamento dos arsenais iranianos era mantido pelos EUA, países europeus e Israel. O Iraque era quase que armado totalmente pela URSS. O Brasil ainda demoraria a fornecer armas para esses dois países daquela região. A Argentina, por sua vez, ainda não mostrava condições de alçar voos fora da esfera sul-americana.

Enquanto não havia a plena capacidade da Argentina inserir-se por completo no mercado de material bélico dos países árabes e do Irã da mesma forma que o Brasil, a situação interna mostrava alterações que, posteriormente, viriam a afetar as relações exteriores argentinas, inclusive com o Oriente Médio. Em 1974, já havia iniciado na Argentina aquilo que Maria Zaida Lobato e Juan Suriano chamaram de repressão “paraestatal”, que foi a coordenação de membros da direita argentina, sob

a inspiração de López Rega, em operações de extermínio sob a sigla AAA (Alianza Anticomunista Argentina – Tríplice A), que perseguiu e assassinou vários políticos, intelectuais, artistas, jornalistas e sindicalistas, já renunciando o regime sob o comando de Jorge Rafael Videla, que ascenderia ao poder em 1976 (LOBATO; SURIANO, 2000). Também, em 1974, no dia 13 de janeiro, a Argentina colocava em operação a primeira central nuclear da América Latina, o que vinha, de certa forma, coroar o projeto nuclear argentino que contou com ajuda externa, mas segundo Guillermo Horacio Lamuedra, teve 33 % de participação nacional. O funcionamento era à base de urânio natural e com água pesada como moderador. Dentro da história do CNEA (Comisión Nacional de Energía Atômica), o autor coloca esse como o terceiro período, que havia começado em 1968, perdurando até 1976, sendo o ponto principal a entrada em operação de Atucha I (LAMUEDRA, 2006).

A mandatária argentina Maria Estela (Isabel) Perón encontrava-se isolada e seu governo era visto como fraco. Dessa maneira, segundo M.Z.Lobato e J. Suriano, a presidenta argentina passou a delegar mais poderes para as Forças Armadas Argentinas, principalmente, em 11 de fevereiro de 1975, quando estabeleceu a ordem de combate à guerrilha, convocando o Exército Argentino para as operações na região de selva de Tucumán para enfrentar o ERP (Ejército Revolucionario de Pueblo), na conhecida Operação Independência. Havia nítidos sinais de desobediência nos meios militares, uma vez que Maria Estela (Isabel) Perón substituiu o general Anaya no comando do Exército pelo general Numa Laplane, enquanto passava o coronel Damasco para o comando do Ministério do Interior, o que acarretou na insubordinação dos militares, que se negaram a receber ordens do ministro do Interior. Em outubro de 1975, o general Numa Laplane foi destituído pelos seus próprios colegas do meio castrense, que conduziram Jorge R. Videla ao comando do Exército Argentino (LOBATO; SURIANO, 2000).

A queda do governo Maria Estela (Isabel) Perón já era vista como uma questão de tempo, pois perdia rapidamente espaço como mandatária da Nação. Entre 13 de setembro e 16 de outubro de 1975, a presidenta, alegando questões de saúde, licenciou-se do governo, sendo substituída pelo presidente do Senado Ítalo Luder. Quando da tentativa de voltar ao poder, a governante argentina se viu envolvida em um escândalo de mau uso do dinheiro público, oriundos do projeto “Cruzada de Solidaridad”. As divisões formadas no campo parlamentar acabaram para diminuir o seu poder, pois questionavam o autoritarismo imposto pela

governante e o verticalismo de suas políticas. A pressão imposta pela guerrilha de esquerda agravava o quadro, porém o ERP perdia membros rapidamente, como em 23 de dezembro de 1975, quando vários membros da facção foram mortos pela unidade especial do Exército Argentino, o Batalhão 601, ao mesmo tempo em que o brigadeiro Orlando Capellini falava de sublevação militar (LOBATO; SURIANO, 2000).

Enquanto as questões internas apontavam para um enfrentamento aberto, mostrando condições extremamente desfavoráveis ao governo de Isabel Perón, no “front” externo, a Argentina, em 1975, votou a favor da OLP nas resoluções 3375 e 3376, Entretanto, absteve-se nas resoluções condenatórias ao Sionismo em novembro. Segundo Norberto Raul Méndez (2008), o voto árabe de apoio à demanda argentina pelas Ilhas Malvinas e o ingresso no Movimento dos Países Não Alinhados foram colocados em risco. O autor escreveu que os países latino-americanos votaram contra Israel, equiparando o Sionismo ao racismo, sem se importar com as críticas ou possíveis retaliações do governo israelense. Ele cita inclusive a posição brasileira de condenar aquela política segregacionista, em função de suprir suas necessidades energéticas e das excelentes relações comerciais com os árabes. Isso foi visto pelo autor argentino como uma posição inabalável do governo brasileiro de não tomar conhecimento de setores da imprensa e nem de críticas abertas de grupos da comunidade judaica. Na opinião de Norberto Raul Méndez (2008), era devido a não existência do antissemitismo aberto na sociedade brasileira, o que havia na Argentina.

A Câmara dos Deputados negou um pedido da *Fuerza Federalista Popular* (apoiada pela UCR-Unión Cívica Radical), que, na verdade, era um intento para o julgamento político de Isabel Perón, a fim de substituí-la por Ítalo Luder, vista como a única saída institucional para a crise. Em 24 de março de 1976, os militares destituíram as autoridades legitimamente empossadas e assumiram o poder. Segundo M. Z. Lobato e J. Suriano (2000), os militares tomam o poder colocando-se como a única força capaz de impedir a subversão. A presidência estava a cargo do general Jorge R. Videla, que estabeleceu uma combate sem trégua, não apenas as facções de esquerda, mas a todos aqueles que se colocavam minimamente contra os ditames dos militares (LOBATO; SURIANO, 2000).

Na verdade, o comando estava nas mãos do general Jorge R. Videla, comandante do Exército, mas o governo era composto por uma junta formada pelos

comandantes das três forças: o almirante Emilio E. Massera e o brigadeiro Orlando R. Agostini. A principal motivação propagada pela junta era a retomada dos valores cristãos e ocidentais, reconstrução da nação, promoção do desenvolvimento econômico e a erradicação da subversão. Esses eram postulados estabelecidos dentro das Forças Armadas Argentinas e apresentados como propaganda à sociedade daquele país (LOBATO; SURIANO, 2000). Na Argentina, em 1976, um grupo de militares ascendeu ao poder. Esse grupo aplicaria as táticas de eliminação dos grupos de esquerda, muitas delas oriundas da aula da *Escuela de las Americas*, mantida por militares estadunidenses na Zona do Canal do Panamá. O projeto recebia o nome de Western Hemisphere Institute for Security Cooperation (WHINSEC) fundado em 1946. As instalações militares estadunidenses no Panamá passaram a receber alunos de todos os países da América do Sul, além de outros países aliados.

A ascensão do regime militar argentino, a exemplo daquele estabelecido no Brasil, também contou com apoio civil. Conforme M.Z. Lobato e J. Suriano, uma camada da população ligada aos setores médios, havia recebido com alívio o golpe, pois as autoridades restabeleceriam a ordem que havia sido perdida no último período do governo peronista. Segundo os autores argentinos, poucos vinham a público para manifestar a opinião que o golpe de Estado não solucionaria a corrupção e da violência urbana (LOBATO; SURIANO, 2000). Desta forma, o novo regime desfrutava de consentimento silencioso de uma parcela significativa da população, enquanto recebia o apoio irrestrito das grandes organizações empresariais rurais, industriais, bancárias e comerciais, aliavam-se a essas os importantes grupos da área jornalística e de comunicação, além da Igreja, que através da Conferência Episcopal Argentina declarava o regime como o governo de fato.

Segmentos políticos também se colocaram ao lado do novo regime, assim como nomes ligados à cultura e à ciência na Argentina como: René Favaloro, Federico Leloir, Julio Oliveira, Ernesto Sabato, Leonardo Castellani e Jorge Luis Borges. Os militares passaram, de acordo com a *Acta de Responsabilidad Institucional*, a levar políticos argentinos ao julgamento. Maria Estela (Isabel) Perón, Héctor Cámpora, Carlos Menem entre outros enfrentaram a detenção ou a deportação. A atuação do regime era fortalecida pela vitória no campo militar contra a guerrilha. Os métodos estabelecidos iam da hipermilitarização ao isolamento da

população, o que acabou por proporcionar um isolamento das forças guerrilheiras da sociedade. Antes do final de 1972, vários líderes guerrilheiros, como Mario Santucho e Benito Urteaga, do ERP, haviam sido mortos ou capturados. Por outro lado, ainda em 1976, os grupos de esquerda impuseram golpes duros às forças de segurança argentinas com o assassinato de vários oficiais e policiais de alta patente e de personalidades civis, que apoiaram abertamente o golpe de Estado (LOBATO; SURIANO, 2000).

Após o atentado contra o chanceler Guzetti, que provocou a morte dele e ferimentos em várias pessoas, o regime passou a desenvolver uma escalada na repressão, com sequestros de estudantes secundários, dos quais alguns membros das Forças Armadas Argentinas e da Polícia tomaram parte, o que ficou conhecido como uma ação paraestatal. Como no Brasil, uma série de sequestros políticos foi praticada na Argentina, inclusive com o desaparecimento do embaixador da Venezuela Héctor Hidalgo Solá. A ação contra corpos diplomáticos estrangeiros em ambos os países procurou mostrar que a instrução recebida nos EUA era deficiente e colocava em risco a vida de diplomatas estrangeiros.

Após a ascensão do *Proceso de Reorganización Nacional* na Argentina, o país passou a figurar entre aqueles que estabeleceram uma cadeia sul-americana, reconhecida e apoiada pelos E.U.A., notadamente pela CIA, para detectar e eliminar membros de organizações de esquerda que estivessem envolvidos na luta contra os regimes militares na América do Sul, como Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai. A “Operação Condor” recebia mais um membro, que se mostraria bastante comprometido com a erradicação das forças de esquerda, não apenas no âmbito sul-americano, mas também assessorando governos na América Central.

A “Operação Condor” teve sua origem na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que chegou aos demais países das Américas por meio dos treinamentos recebidos na *Escuela de las Américas*. No Brasil, passou a ser difundida pela ESG (Escola Superior de Guerra), criada nos moldes do War College estadunidense. A DSN visava à propagação da campanha anticomunista nas Américas, contenção do poderio soviético e proporcionando a sedimentação do caminho para implementação dos regimes militares sob a orientação e financiamento dos E.U.A. No caso brasileiro, a luta anti-revolucionária buscava o conhecimento pela experiência francesa na Argélia e na Indochina. A vitória da revolução cubana, em 1959, deixava

claro que os métodos desenvolvidos pela DSN não tardariam a ser utilizados (SOUZA, 2011).

Estima-se que mais de 16.000 homens tenham passado pelos cursos na *Escuela de las Américas* no Panamá. Ficou estabelecido que os EUA tomaram a responsabilidade da defesa continental e que os militares latino-americanos ficariam a cargo das ações internas e da ação cívico-social. Em 1975, o chefe da DINA (chilena), Manuel Contreras, encontrou-se com o general Vernon Walters, então diretor-adjunto da CIA, para estabelecer de fato a Operação Condor. Naquele mesmo ano, Manuel Contreras viajou à Argentina, à Bolívia, ao Paraguai, à Venezuela e aos E.U.A. para expor o projeto supranacional de ação antirrevolucionária. Deve-se notar que as autoridades argentinas receberam o comandante da polícia secreta chilena em meio a uma série de ações que apontavam para a deposição do governo de Maria Estela Perón (SOUZA, 2011).

Estabeleceu-se que os serviços secretos dos EUA, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil acordariam em desenvolver, juntamente com o Peru, operações repressivas, sem se estabelecer limites para o trânsito dos agentes dentro dos países vizinhos. A criação de comandos especiais para a eliminação de membros de grupos de esquerda latino-americanos em outros continentes havia sido oficializada pelos órgãos de inteligência militar. Argentina, Chile e Uruguai desenvolveriam operações na Europa a partir da França (SOUZA, 2011).

As relações internacionais do governo liderado por Jorge Videla em relação ao Brasil mostraram uma acentuada melhora, principalmente envolvendo a questão Corpus-Itaipú, que segundo Paulo Vinentini (1995), deveu-se à aproximação ideológica entre os dois regimes. Todavia, o mesmo autor alega que as relações entre Brasil e Argentina no período Geisel e Videla ultrapassaram o viés comercial. Buscou-se atrair os países de menor desenvolvimento da região – Uruguai, Bolívia e Paraguai – para o eixo Brasília-Buenos Aires através de uma inserção comercial estratégica. A questão de Corpus-Itaipú no governo Geisel foi considerada como uma forma de estabelecer a conciliação com a Argentina, que não foi alcançada no governo Médici; o desfecho dessa questão seria alcançado somente no governo Figueiredo.

O Paraguai colocava-se como fiel da balança, pois lucrava com a disputa entre os dois vizinhos, sendo que, segundo Paulo Vinentini, mostrava certa inclinação à aproximação brasileira, apesar de sediar missões militares dos dois

países para adestrar as suas forças armadas (SOUZA, 2011). A Argentina, por sua vez, mantinha um forte intercâmbio comercial com o Paraguai. As disputas levaram à assinatura entre Brasil e Paraguai do Tratado de Amizade e Cooperação e um Protocolo Adicional, mesmo antes da ascensão do regime militar argentino. As ações de Geisel na diplomacia brasileira para a América do Sul procuravam corrigir alguns pontos deixados por Médici, que privilegiou as relações com a Bolívia, afastando-se do Uruguai. Geisel buscava a reaproximação com os uruguaios. Isso era uma forma de trazer os vizinhos para a esfera de influência brasileira através do caminho diplomático e estabelecer uma dependência desses países em relação à tecnologia brasileira.

O Processo de Reconstrução Nacional estava estabelecido na Argentina. Sonia de Camargo e José Maria V. Ocampo mostram que, com os EUA, o regime apresentou ações pragmáticas de dependência consentida, envolvendo as questões sensíveis, como o campo nuclear, direitos humanos (especialmente, no governo Carter), as sanções contra a URSS. Tais posições foram extremamente conflitivas. Os autores colocam tal posicionamento como um diferencial, quando comparado com as relações estabelecidas pelo Brasil com os EUA. O governo militar argentino via que o modelo de inserção internacional brasileiro, implementado na década de 1960, como sendo pragmático de dependência consentida. Isso estabelecia um vínculo privilegiado com aquele país da América do Norte como forma de obter melhores dividendos na estratificação internacional e conquistar relativa hegemonia no âmbito sub-regional, com a anuência da potência global. Assim, não caberia a governo ditatorial argentino questionar a lógica vigente de poder, visto a sua relação como país ocidental e incluído nas diretrizes de defesa estabelecidas para as Américas, principalmente contra o “inimigo externo” (CAMARGO; OCAMPO, 1988)¹⁷.

O caminho escolhido na esfera internacional pelo governo argentino tinha seus próprios pressupostos que seriam colocados em prática, no que dizia respeito à inserção internacional e às questões geopolíticas. Essas atendiam as normativas estabelecidas pelo conflito Leste-Oeste. Entretanto, conforme Camargo e Ocampo, ao perceber que a potência mundial não correspondia às expectativas do regime, fez

¹⁷ Segundo Sonia de Camargo e José M.V. Ocampo (1988) vários autores latino-americanos debatem o conceito de dependência consentida. Sendo que Carlos Moneta, para estes autores, coloca o regime militar argentino de 1976-1983, como o melhor exemplo de dependência consentida.

com os planejadores argentinos da política externa buscassem implantar iniciativas próprias. Primeiramente, tais ações voltaram-se à esfera sub-regional, na qual procuraram assumir compromissos e responsabilidades estratégicas e de segurança, mas não se afastando das diretrizes estabelecidas para a defesa regional, postuladas em função do conflito Leste-Oeste. Essa chamada “dependência consentida” acabou por colocar a Argentina diretamente alinhada e envolvida com a direção estratégica delineada pelos EUA, como se percebeu na América Central na década seguinte (CAMARGO; OCAMPO, 1988).

Os militares argentinos colocariam em prática um modelo econômico contrário ao populismo e ao desenvolvimentismo. Segundo Camargo e Ocampo, os militares decidiram posteriormente estabelecer as ações de um modelo liberal. Estavam postulados os pontos que levavam ao enfoque do aprofundamento industrial, levando, por exemplo, a novas orientações à indústria bélica argentina (CAMARGO; OCAMPO, 1988). Assim, seriam criados incentivos à conquista de mercados e à consequente exportação dos seus produtos objetivando a inserção argentina em uma área que o regime militar brasileiro já havia dado os primeiros passos, conquistando alguns sucessos, inserindo-se em um mercado nitidamente dominado por antigas potências coloniais, principalmente na África e Oriente Médio. Todavia, França e Grã-Bretanha, que assistiam à entrada de armamento estadunidense e soviético nas suas áreas de influência, passavam a contemplar a chegada de armas chinesas, brasileiras e, se dependesse do planejamento do governo militar argentino, o mercado de armas dessas regiões receberia os produtos da indústria de defesa do país portenho.

Dessa forma, deveriam ser impulsionados setores que trouxessem alguma sofisticação à indústria argentina como alumínio, petroquímica, produtos químicos de produção avançada e *solvay* (processo de obtenção de soda, de ácido nítrico, de nitratos e de sais de amônio), materiais empregados tanto na indústria de fertilizantes, quanto na fabricação de explosivos. O alumínio, por sua vez, era o material essencial na indústria aeronáutica e missilística, que seria tão cara ao regime argentino no final da década de 1970. Essa indústria aeronáutica foi percebida pelos militares argentinos como uma forma de cooperação no campo militar com o Brasil, aproveitando também os avanços da Embraer. Os dois países demonstraram a capacidade de produzir aviões de combate com funções limitadas,

pois a aviação de caça de ambos os países sul-americanos ainda era fornecida pelos EUA.

Em relação ao Oriente Médio, a política externa do regime militar argentino se mostrava dúbia, segundo Carlos Escudé e Andrés Cisneros, que creditam essa desordem à falta de unidade entre os canais responsáveis de tratar do tema. Apesar de aparentar, conforme os autores, uma posição de equidistância do conflito, o governo argentino apresentou uma postura de compreensão da causa árabe, o que bastou para ser interpretado como sendo uma ação anti-Israel.

A posição a favor dos árabes era nitidamente uma característica do segmento nacionalista dentro e fora do âmbito militar. Os mesmos autores colocam outro fato que corrobora esta nova posição do governo argentino, a saudação do embaixador argentino nas Nações Unidas, Carlos Ortiz de Rozas, a Yasser Arafat, então líder palestino reconhecido, em dezembro de 1976, quando a Argentina respaldou duas resoluções: uma condenando a posição israelense nos conflitos com os palestinos e outra que reconhecia a OLP como “[...] actor esencial para a realización de um acuerdo justo y duradero en la región” (ESCODÉ; CISNEROS, 2011). Por outro lado, Norberto Raul Mendez coloca que a Argentina manteria a sua posição de condenar Cuba e outros países socialistas em um posicionamento alinhado àquele dos EUA, enquanto negava-se a condenar Israel abertamente. De acordo com seus propósitos, o governo militar argentino, carente de tecnologia militar e de uma indústria bélica que fortalecesse o regime, necessitava da ajuda técnica militar israelense (MÉNDEZ, 2008).

O posicionamento argentino foi criticado de todas as formas, pois, segundo Carlos Escudé e Andrés Cisneros (2011), com estas manifestações na ONU, o governo reconhecia e, de certa forma, apoiava uma organização cujos líderes mantinham relações estreitas com as lideranças dos Montoneros, principalmente com Mário Firmenich. Conforme os autores, houve uma indecisão dentro do corpo diplomático argentino no tocante ao conflito árabe-israelense. Enquanto, através de seu embaixador na Organização das Nações Unidas, a Argentina votava a favor dos palestinos e condenava Israel, na conferência da UNESCO, no Quênia, o embaixador argentino em Israel, Víctor Massuh, declarava que a Argentina não deveria abrir mão da sua tradicional posição de abstenção. Ficava evidente que as divergências não partiam somente das posições particulares dos dois embaixadores,

mas das orientações contraditórias vindas da junta de governo (ESCUDE; CISNEROS, 2011).

Deve-se notar que a equidistância tão propagada pelos canais diplomáticos argentinos na década de 1970 não se fazia presente nos acordos assinados, no decênio anterior, pelos governos da Argentina e pelo governo da República Árabe Unida (R.A.U.), como por exemplo, particularmente aquele firmado em Buenos Aires no dia 21 de junho de 1965, conforme lei 19.996, e entrando em vigor no dia 11 de maio de 1967. O artigo 10 do referido acordo colocou o governo argentino em uma posição nitidamente favorável ao país árabe em questão.

ARTICULO 10º. – Las disposiciones de este Convenio no serán interpretadas como impedimento para la adopción y cumplimiento de medidas destinadas a la:

- a) Protección de la moralidad pública;
- b) Aplicación de leyes y reglamentos de seguridad;
- c) Regulación de las importaciones o exportaciones de armas, municiones y otros materiales estratégicos y de guerra;
- d) Protección de la vida y salud de las personas, los animales y los vegetales;
- e) Protección del patrimonio nacional de valor artístico, histórico o arqueológico; y
- f) Restricción para la exportación, utilización y consumo de materiales nucleares, productos radioactivos, o cualquier otro material utilizable en el desarrollo o aprovechamiento de la energía nuclear (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2011a).

A entrada em vigor do referido convênio foi em 1967, quando 58.000 homens da República Árabe Unida (RAU) deslocaram-se para a região da Faixa de Gaza, em maio, já preparando o conflito que se iniciaria em junho, conhecido como a Guerra de 1967 (MOSTYN, 1991). A Argentina, através do convênio, forneceria armas e munições às tropas beligerantes da RAU. Isso evidenciava que, na prática, a Argentina colocou-se fora dos preceitos do MPNA e alinhou-se à causa árabe.

Na década de 1970, como ocorreu no Brasil e em outros países latino-americanos, os meios de comunicação passaram a ser usados na Argentina como aliados da causa árabe ou da causa pró-Israel. Kaufman, Shaphira e Barromi não mencionam valores pagos aos meios de comunicação, como vistos no Brasil, para garantir espaço nos veículos de comunicação para a defesa dos objetivos. Vários manifestos eram publicados a pedido de lideranças árabes, inclusive de diplomatas desses países e representantes da Liga Árabe em Buenos Aires. Os jornais “Clarín” e “La Nación” eram usados como veículos de ataques mútuos. O primeiro era

utilizado pelos árabes, enquanto o último era claramente de apoio aos judeus (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979). O próprio governo argentino, naquela década, assim como o brasileiro fez vinte anos antes, condenou a política antissemita soviética (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979).

Esses conflitos saíram do âmbito da imprensa na Argentina ganhando proporções de atentados. Na década de 1970, um ataque à bomba foi perpetrado contra a Sociedade Hebraica em Rosário. Os serviços de segurança veiculavam as ações de grupos de esquerda latino-americanos com grupos ligados à causa palestina. Por outro lado, a própria direção do ERP, de orientação trotskista, negou de forma veemente a sua relação com o ato, defendendo-se com o seguinte pronunciamento, segundo Kaufman, Shaphira e Barromi (1979, p. 27), “ERP does not follow any discriminatory principle on racial or religious levels.” Entretanto, os mesmos autores atestam que ataques de grupos de esquerda argentinos contra diplomatas israelenses foram comunicados às autoridades argentinas¹⁸.

Deve-se perceber que a Argentina, no âmbito comercial, na década de 1970, assinou vários acordos com países árabes, porém a maioria deles foi firmada com a Líbia, contemplando uma série de áreas. Por outro lado, a Líbia se comprometeu, em 30 de janeiro de 1974, em emprestar à Argentina US\$ 250 milhões, que seriam remetidos a Buenos Aires no ano seguinte (REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2011b).

O governo argentino, por sua vez, exportava para o país árabe do norte da África alimentos e máquinas para auxiliar no processo de melhorias da indústria líbia. Vários implementos ligados à agricultura também foram fornecidos pela Argentina. Por outro lado, a intenção líbia também estava voltada às questões envolvendo a sua capacitação nuclear. Em 1974, no mesmo ano que Atucha I passou a operar, a Argentina concluiu um acordo com aquele país do norte da África a fim de fornecer tecnologia de prospecção de urânio, processamento e enriquecimento, segundo Joseph Cirincione, Jon B. Wolfsthal e Miriam Rajkumar (2005).

O Egito também firmara acordos com a Argentina naquela década, porém apenas no campo cultural, assim como Marrocos e Tunísia, cujos governos

¹⁸ “O ERP não segue nenhum princípio discriminatório em níveis raciais ou religiosos” (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979).

estabeleceram tratados de comércio e cooperação técnica. O Iraque, que desde o início da década de 1970, havia escolhido o Brasil como seu parceiro preferencial na América do Sul, firmou um acordo em 1979 com a Argentina um acordo comercial. A análise do documento não especifica quais os produtos comercializados entre os dois países. A Mauritânia (1976) e a Síria (1974) firmaram acordos de cooperação técnica, comercial e cultural. Conforme Fehmy Saddy (1983, p. 38) “More advanced Latin American countries, such as Brazil, Argentina and Mexico can help Arab countries in their industrialization programs and provide management training in various production and service sectors”¹⁹.

A citação acima é corroborada por Kaufman, Shapira e Barromi (1979) que, a despeito dos esforços israelenses de aumentar os contatos com os principais países sul-americanos, esses preferiram aceitar as benesses das ofertas dos países árabes, sendo que foram focadas com maior intensidade na Argentina e no Brasil. Na Argentina, segundo os autores, os ganhos seriam mútuos, pois o país portenho teria um mercado de 100 milhões de habitantes para exportar a sua produção de alimentos. A perspectiva chamou a atenção de Perón no exílio que, na sua volta em 1973, estabeleceu vários acordos com a Líbia, que foram mantidos pelos governos militares. Os investimentos líbios em território argentino que se seguiram foram estabelecidos na construção de empresas de produção de alimentos e materiais de construção, além de uma fábrica de automóveis, todas sob a direção de profissionais argentinos. Havia, também, a promessa do governo líbio de estabelecer atividades bancárias em Buenos Aires, assim como a oferta de três milhões de metros cúbicos de petróleo à Argentina (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979).

A Argentina empenhou-se em estabelecer as rotas aéreas recusadas pelos Brasil com destino a Israel, fosse por operação da El-Al, fosse pela VARIG. As Aerolíneas Argentinas estabeleceram tais linhas aéreas levando em conta interesses econômicos, assim como a Avianca colombiana. A América Latina era uma reserva importante dentro do mercado de turismo, sendo que os peregrinos católicos, que viajavam à “Terra Santa”, certamente seriam um bom e rentável motivo para estas empresas de aviação estabelecerem escritórios em Israel (KAUFMAN; SHAPIRA; BARROMI, 1979). Dessa forma, a negativa brasileira dada à El-Al para não

¹⁹ “Países latino-americanos mais avançados, como Brasil, Argentina e México podem ajudar os países árabes em seus programas de industrialização e oferecer a supervisão de treinamento em vários setores de produção e serviços”.

desagradar os dirigentes árabes que forneciam petróleo ao Brasil, foi um motivo para estabelecer rotas comerciais que foram de extrema valia para o governo argentino na década de 1980 durante a Guerra da Malvinas.

A necessidade do governo de equipar a Força Aérea Argentina, além da negação dos EUA em apoiar o governo ditatorial, fez que as indústrias israelenses de material bélico a se aproximassem dos militares argentinos. Deve-se mencionar que não foi apenas a Argentina que buscou essa fonte alternativa, países como Guatemala, Honduras, El Salvador, a Nicarágua (Somozista) e Chile receberam uma quantidade vultosa de equipamentos militares de Israel. O governo argentino comprou caças Mirage (Dagger) e mísseis de Israel, enquanto o aquele país do Oriente Médio vendia armas às Forças Armadas Chilenas, já em 1976 (SHARAK, 2007). Os dois governos ditatoriais na América do Sul, conforme Israel Shahak (2007), mostravam a estratégica realista da teoria das relações internacionais, enquanto “apoiavam” os árabes no cenário internacional (ONU). Em contrapartida, negociavam com a indústria de defesa de Israel e, no âmbito interno argentino, os governos militares “perseguiam” os judeus com uma política antisemita dissimulada. Os governos chileno e argentino buscavam por meio desses “estratagemas” angariar apoio para suas ações e pleitos, fosse na questão de Beagle na ótica chilena, fosse na questão das Malvinas pelo ponto de vista argentino ou ainda fosse pelo abastecimento dos arsenais com tecnologia israelense.

Era interessante para o governo israelense “fechar os olhos” para certas situações, uma vez que conquistava um mercado importante na América do Sul, visto que o Brasil não comprava equipamento israelense e que a OLP abria escritórios reconhecidos pelos governos peruano, mexicano, cubano, nicaraguense (principal cliente de material bélico de Israel, na América Central) e brasileiro (SHARAK, 2007). Israel Shahak (2007) considerava que a negativa brasileira de comprar material bélico daquele país do Oriente Médio como uma forma mostrar confiança na sua própria indústria militar e na capacitação que esse segmento tinha não apenas em território nacional, mas também entre as forças armadas dos países árabes, o que se consolidaria na década de 1980 (SHARAK, 2007). A necessidade argentina estava apoiada na falta de uma indústria bélica confiável e de plena capacidade se comparada com a brasileira. O Brasil também recebeu a recusa estadunidense de vender material bélico para os governos latino-americanos que fossem condenados por violações de direitos humanos. O país, então, buscou a

ampliação da sua capacidade de produção interna de armamento, o que não pode ser feito pelo regime militar argentino.

Ficou evidente, segundo Gladys Lechini (2006), que o *Proceso de Reorganización Nacional*, nome pelo qual o regime militar fizera o seu próprio batismo, buscava também penetrar em regiões da África Subsaariana que já haviam recebido missões comerciais brasileiras, como o Gabão, que foi visitado pela missão comercial argentina, em 1977. Essa operação recebia o nome de *El Cuarto Impulso*, que seria uma forma de romper com as tradicionais políticas de protecionistas de subsídios da Comunidade Econômica Europeia. Dessa forma, a África era percebida como um mercado alternativo para abrir a concorrência ao comércio brasileiro (LECHINI, 2006).

No âmbito sul-americano, a área nuclear passava a ser o foco da rivalidade entre Brasil e Argentina, que assim como o regime militar brasileiro decidiu manter o seu programa nuclear sem a ajuda estadunidense. Isso gerou atrito entre EUA e a Argentina, o que fez com que o presidente Carter comunicasse aos argentinos que esses eram signatários do TNP e do Tratado de Tlatelolco, porém a CNEA (Comisión Nacional de Energía Atômica), sob a direção do almirante Carlos Madero, buscava alternativas para obter urânio, visto que o monopólio desse elemento encontrava-se com os EUA. A partir desse momento, o governo dos EUA passou a condicionar o recebimento de ajuda militar estadunidense ao respeito aos direitos humanos. O Congresso estadunidense recebeu relatórios desfavoráveis ao Brasil, o que levou o presidente Geisel a denunciar o Acordo Militar com os EUA em vigência desde 1952. Sérgio Gil Marques dos Santos coloca que esse rompimento entre os dois países estaria muito mais relacionado com a ingerência estadunidense no campo nuclear que na área dos direitos humanos (SANTOS in OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2005).

A Argentina também recebia críticas na área dos direitos humanos, uma vez que após a ascensão do regime militar as ações clandestinas que havia começado ainda no governo de Maria Estela Perón, no âmbito da Operação Condor, já eram desenvolvidas abertamente pelo Estado como uma ação de repressão aos grupos de esquerda. Entretanto, o governo argentino não ocupava a liderança da operação, essa liderança cabia ao Chile, segundo Nilson Mariano. O autor aponta que “o Chile é o centro da Operação, que inclui também a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai” (MARIANO, 2003). Entretanto, um relatório produzido pela CIA (abril de

1976) colocava a Argentina como um dos principais cenários de atividade terrorista a ser erradicada (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2011).

A Argentina também buscava fortalecer os seus arsenais, pois, em 1978, segundo Carlos Escudé, o país esteve ao ponto de invadir o Chile em razão das relações conflituosas, que tinham como pano de fundo as questões demarcatória na região do Canal de Beagle (ESCUDE in ARAVENA, 1999). A busca de tais reforços iniciou em 1976 com a ascensão do regime cívico-militar argentino. Utilizou-se, também, a questão envolvendo as Malvinas para justificar a sua corrida armamentista. De acordo com Hernán Dobry (2011), as aquisições apenas em 1977 passaram de US\$ 138 milhões, superando os US\$ 500 milhões no ano seguinte. As aquisições foram feitas majoritariamente envolvendo equipamento militar israelense, quando o general Mordachai Gur, Comandante das Forças de Defesa de Israel, visitou Santiago e, posteriormente, Buenos Aires em 1978. Nas duas capitais sul-americanas, o militar israelense teve importantes entrevistas tratando de vendas de armas como o presidente Augusto Pinochet e com o comandante do Exército Argentino general Roberto E. Viola (DORBY, 2011).

As compras argentinas de material bélico não estavam restritas apenas ao fornecedor israelense. Outros países como Suíça, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Espanha, Canadá, Itália, Suécia, Holanda, Alemanha Ocidental e Áustria também vendiam-nos à Argentina, que conseguia tudo o que precisava a preços de mercado com os fornecedores principais, pois, segundo Hernán Dobry, não era necessário recorrer às fontes secundárias que intermediavam as compras ou aquelas que vendiam material usado. Entretanto, quando foram desvendadas as informações sobre os Centros Clandestinos de Detención (CCD), vários governos procuraram não vender armas para o governo argentino, evitando enviar seus emissários à capital do país. Todavia, o governo israelense manteve-se fiel aos seus contatos com o governo argentino, que via na aviação israelense o melhor modelo a ser seguido, em função das vitórias nas guerras de 1967 e 1973, segundo afirmava o brigadeiro Lami Dozo, comandante da Força Aérea Argentina (DORBY, 2011).

Deve-se levar em conta a declaração do Ministro da Fazenda da Argentina, de 1976 a 1980, Juan Alemann, que esclareceu as contradições de contatos com países árabes por parte do governo argentino e a aquisição de material bélico israelense:

Es una gran contradicción que le hayan comprado armas a Israel porque los militares argentinos son antisemitas pero, a su vez, tienen una admiración por Israel, militarmente hablando, por las victorias conseguidas, más aún, en esa época luego de la guerra de los Seis Días e de Yom Kippur²⁰ (DOBRY, 2011).

Os contatos de Argentina-Israel, Brasil-Iraque e Brasil-Angola respondiam as suas necessidades, conforme estabelecido no Realismo das relações internacionais. O próprio Iraque, país muçulmano, tinha como principal fornecedor de armas e de instrutores militares a URSS e o Brasil vendia produtos de uma indústria bélica sob a direção de um governo militar para um regime marxista recém-empossado em Angola após uma guerra de libertação.

Enquanto procurava comprar armas de várias fontes, o governo argentino buscou incessantemente marcar sua posição na disputa geopolítica com Brasil na América do Sul. A diplomacia militar, segundo Carlos Escude e Andrés Cisneros, buscou estreitar os laços da relação argentina com o Peru, que substituía a visão populista do general Juan Velasco Alvarado pelo general Francisco Morales Bermúdez, que comungava com os posicionamentos político-ideológicos do general Jorge Videla. A aliança com o peruano tinha outro objetivo: estabelecer naquele país um complexo atômico, com reator, laboratórios e dependências, sob a fiscalização da Comisión Nacional de Energia Atómica (CNEA) argentina. Em 1977, o presidente argentino viajou a Lima para assinar uma declaração conjunta com o governo peruano, na qual se expressava o repúdio mútuo às ações e à violência guerrilheira. A viagem ao Peru também estabelecia a união entre o Instituto Peruano de Energia Nuclear e a CNEA. O presidente Videla, de acordo com os autores, dava um passo importante na busca da liderança no campo nuclear na América do Sul na sua disputa com o Brasil. O acordo argentino-peruano foi concretizado com a doação de um reator nuclear argentino ao governo peruano, feita pelo então presidente da CNEA, vice-almirante, Carlos C. Madero, em 1977 (ESCUDE; CISNEROS, 2011).

A Bolívia também foi visitada pelo presidente argentino, uma vez que Argentina e Bolívia firmariam um acordo econômico no final visita do general Videla ao seu colega, o também general Hugo Banzer. A Argentina buscava legitimar o pedido boliviano de uma saída para o mar, o que ia ao encontro da regularização da

²⁰ É uma grande contradição que tenham comprado armas de Israel, porque os militares argentinos são antissemitas, mas, por sua vez, têm uma admiração por Israel, militarmente falando, pelas vitórias conquistadas, principalmente, nesta época, logo após a Guerra dos Seis Días e do Yom Kippur.

utilização conjunta dos recursos hídricos. Implícito no auxílio argentino ao governo boliviano estava, segundo C. Escudé e A. Cisneros (2011), a intenção de retirar a Bolívia da área influência geopolítica brasileira e colocá-la, a exemplo do Peru, na esfera geopolítica argentina. A Argentina cederia ao Exército Boliviano equipamento para exercícios de artilharia. A cooptação do governo boliviano era concretizada. Em 1978, na 9ª Reunião da Assembléia Geral da OEA, quando a Venezuela propôs que a Bolívia fosse atendida na sua reivindicação de uma saída para o mar, a reivindicação foi prontamente apoiada pelo governo argentino, acarretando na retirada da delegação chilena da reunião (ESCLUDÉ; CISNEROS, 2011).

A Argentina buscou colocar a Bolívia sob sua influência, retirando-a da brasileira. O plano argentino estava fundamentado em três etapas: apoio às reivindicações territoriais bolivianas, aceite dos acordos de cooperação física e econômica e, conforme C. Escudé e A. Cisneros (2011), “satelitização” ou “argentinação” da Bolívia, a exemplo do que havia sido estabelecido com o Peru. Isso certamente levaria para Lima e La Paz a penetração ideológica argentina, que se concretizaria em 1978 (ESCLUDÉ; CISNEROS, 2011).

A posição argentina na América Central, após o estabelecimento do *Proceso de Reorganización Nacional*, passou a se assemelhar à brasileira com o propósito de auxiliar na formação de militares de Honduras, El Salvador e Guatemala. O início das atividades argentinas nesses países ocorreu em 1977. Os instrutores argentinos passaram a armar, treinar e financiar esses países contra facções guerrilheiras, segundo Carlos Escudé e Andrés Cisneros (2011). No que diz respeito ao governo nicaraguense, o presidente argentino rechaçou a proposta venezuelana de condenar na OEA o governo de Anastasio Somoza. Mirta Zaida Lobato e Juan Suriano (2000) identificaram no governo argentino contradições que mostraram, de certa forma, o pragmatismo tão presente no Realismo.

[...] un gobierno que se habia convertido en un pilar de la lucha occidental y cristiana, con la vocación casi mesiánica que incluía envío de tropas y apoyo a distintos regímenes anticomunistas del continente (Bolívia, El Salvador), se encontraba con la oposición de Estados Unidos y comerciaba activamente con la Unión Soviética, aunque boicoteó las Olimpiadas realizadas en Moscú en 1980 (LOBATO; SURIANO, 2000, p. 504)²¹.

²¹ “[...] um governo que se converteu em um pilar da luta ocidental e cristã, com a vocação quase messiânica, que incluía envio de tropas e apoio distinto a regimes anticomunistas do continente (Bolívia e El Salvador), se encontrava com a oposição dos EUA e comercializava ativamente com a URSS, até o boicote da Olimpíada realizada em Moscou, em 1980”.

Esta inserção argentina foi nítida na Nicarágua Somozista. Iniciou-se com a visita da comitiva nicaraguense à Buenos Aires e com o assessoramento político-militar argentino à Guarda Nacional. Os oficiais argentinos foram àquele país centro-americano a fim de celebrar o acordo que renderia ao país sul-americano US\$ 10 milhões, além de levar, à América Central, alguns componentes do Batalhão 601 (comandos) para treinamento de forças somozistas em combate de insurreição e contra-insurreição (CAMARGO; OCAMPO, 1988). Estabeleciam-se vínculos entre a Marinha Argentina e a Marinha Nicaraguense para treinamento de pessoal, assim como vagas foram oferecidas a militares daquele país nas escolas militares de todos os níveis das Forças Armadas Argentinas. A concorrência ao modelo brasileiro de exportação de doutrina e armamento na América Central estava estabelecida pela Argentina. Militares brasileiros e argentinos colaboravam com os EUA no combate e defesa de forças estrangeiras na área de atuação estadunidense nas Américas, segundo estabelecidos pelo TIAR. O promissor comércio de armas e assessoria militar argentina cessou em 1979 com a vitória dos revolucionários sandinistas, derrubando o governo aliado aos EUA, à Argentina e, também, ao Brasil.

Por sua vez, o Brasil mantinha contatos com os países do leste europeu, como Iugoslávia, Bulgária. A partir de 1974, o governo brasileiro defendia o estabelecimento das relações comerciais Brasil e República Popular da China, sendo que desde o rompimento das relações, os dois países estabeleceram contatos através das viagens de missões comerciais. Relações que foram ampliadas até o final da década (VIZENTINI, 1995). A Argentina também não abria mão de comercializar com países socialistas, apesar de estabelecer uma fortíssima repressão aos grupos de esquerda no âmbito interno. Com a ascensão do novo regime na Argentina, todavia, o comércio com a URSS sofreu um decréscimo chegando a US\$ 327 milhões.

Em 1977, houve uma nova baixa, registrando US\$ 301,3 milhões, porém com um novo direcionamento do comércio com a URSS, ordenado pelos militares, o final da década de 1970 apontou uma elevação para US\$ 484,9 milhões até que os soviéticos se converteram nos clientes mais importantes para a Argentina, conforme Isidoro Gilbert. De acordo com o autor, a Argentina desempenhava um papel extremamente importante no comércio com a URSS, tanto que o governo soviético silenciou quando militares argentinos passaram a aumentar a sua presença na

América Central no apoio aos Contras que lutavam com as forças da Nicarágua Sandinista apoiada pela própria URSS e Cuba (GILBERT, 2010).

Apesar das aparentes contradições da política externa argentina, em 1979, em meio à rivalidade com o Brasil, estabeleceu-se um acordo tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai, buscando estabelecer bases para integração e ações de cooperação futuras. A partir de novembro do mesmo ano, em meio aos regimes militares brasileiro e argentino, estabeleceu-se um intenso intercâmbio na área da tecnologia nuclear (ESCODÉ in ARAVENA, 1999). A cooperação e a rivalidade caminhavam juntas, principalmente porque a Operação Condor ainda unia os governos militares da parcela meridional do continente com o aval estadunidense.

O final da década de 1970 marcou duas perdas importantes para os E.U.A. na sua área de influência geopolítica. Na América Central, a Revolução Sandinista havia derrubado o governo de Anastásio Somoza, colocando em risco os outros países da região, mais especificamente El Salvador, que passava a receber recursos estadunidenses, em função de se temer na América Central a reedição do *Efeito Dominó* visto no Sudeste Asiático, durante os primeiros anos da década, quando Vietnã do Sul, Laos e Camboja caíram em mãos comunistas. Temendo que isto viesse a ocorrer na América Central, o governo argentino, após a queda do regime somozista, proporcionou ajuda militar, treinamento e apoio na área de inteligência às forças do antigo mandatário nicaraguense, que resistiam na clandestinidade ou a partir de campos de treinamento em países vizinhos. Segundo Carlos Escudé e Andrés Cisneros (2011), o governo sandinista, em uma conferência com a imprensa internacional, em julho de 1979, em Manágua, afirmou que honraria todos os compromissos financeiros contraídos pelo governo somozista, “[...] excepto 5179 millones de dólares correspondientes a la compra de armas (por parte del ex dictador Somoza) a los gobiernos de Argentina e Israel”²².

A guerra que se desenhava no Atlântico Sul, entre Argentina e Chile, nas disputas demarcatórias do Canal de Beagle, em 1978, colocava as Forças Armadas Argentinas em prontidão na Patagônia, pois se temia o início do conflito por meio de um avanço chileno na região. O Comando da Força Aérea Argentina estava ciente da vulnerabilidade da área, principalmente da deficiência de comunicações. Dessa forma, dever-se-ia buscar um projeto que pudesse defender o território argentino e

²² “Exceto US\$ 5.179 milhões correspondentes a compra de armas (por parte do ex-ditador Somoza) ao governos da Argentina e Israel.”

desencorajar qualquer investida externa. Por outro lado, partiu da Marinha Argentina o primeiro passo para a criação do novo artefato. Em 1979, o Comodoro José García trabalhava como adido na subsidiária argentina da empresa alemã Dornier, sendo o responsável, conforme ordens do governo argentino, de estabelecer negociações secretas para criação de um projeto industrial-militar na Argentina. O Projeto missilístico Condor havia iniciado (BARCELONA; VILLALONGA, 1992).

Como era um projeto incipiente, o governo argentino precisou de aliados confiáveis no fornecimento de armas com tecnologia avançada, pois se sabia, nos altos escalões argentinos, que o Chile comprava equipamento israelense com tal capacidade. Por esse motivo, 18 mísseis israelenses (Gabriel) foram comprados pelo governo argentino, assim como 26 novos caças (Nasher), 2 lanchas de patrulha (Dabur) e munição para artilharia antiaérea. O valor da compra chegou a US\$ 250 milhões de dólares, o equipamento foi entregue por meio de uma empresa paquistanesa de propriedade de um antigo membro do parlamento israelense. A munição, entretanto, foi paga em separada, custando US\$ 1,5 milhão aos cofres argentinos (SHAHAK, 2007).

No período, entre 1977 e 1978, o então chefe de Estado-maior da Força Aérea Argentina, Ernesto Crespo, viajou oito vezes ao Egito, Líbano e Líbia como membro de comitivas diplomáticas. Esses países poderiam comprar material bélico argentino. A Argentina, em seus arsenais, vinha desenvolvendo, desde 1973, um carro de combate batizado como TAM (Tanque Argentino Mediano), que na verdade era um desenho alemão da Thyssen-Henschel, produzido pela empresa argentina estatal TAMSE (Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado), atraindo a atenção de vários países, alguns latino-americanos, em um primeiro momento, como Equador, Peru e Panamá, porém com nenhuma venda efetivada. Esse blindado foi o único a ser produzido em série por um arsenal latino americano. O problema a ser superado era a diminuição da tecnologia estrangeira e a conquista de novos mercados. A indústria de defesa da Argentina, na década de 1970, assim como as demais dos países latino-americanos, dependia do fornecimento de tecnologia sensível de países como EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental (ARGENTINA MISSILE CHRONOLOGY, 2012).

O próprio Ernesto Crespo declarou que estes contatos eram de conhecimento do embaixador argentino que chefiava as missões, porém, conforme o militar, até aquele momento, não haviam sido feitas ofertas do míssil Condor aos governos dos

países árabes visitados (ARGENTINA MISSILE CHRONOLOGY, 2012). Em 1979, as construções em Falda del Carmen começaram para abrigar a fábrica do novo artefato, a empresa envolvida no consórcio, a Consen de capital suíço-alemão, organizou as negociações do míssil com a Força Aérea do Egito (BARCELONA; VILLALONGA, 1992).

O Egito começou a buscar informações sobre o novo projeto missilístico argentino a partir do momento em que o armamento soviético que restara nos arsenais egípcios começou a ser questionado pelo próprio presidente do país, Anwar Sadat, membro da Força Aérea. O país do norte da África avaliou a condição argentina para fabricante de armas e uma possível capacidade para seu fornecimento. A rivalidade com o Brasil e a iminente guerra com o Chile, que se apresentava naqueles últimos anos da década de 1970, fizeram com o Egito buscase se aproximar do projeto que estava nascendo.

A criação do Projeto Condor “coincidiu” com a entrada em vigor do “Plano Nuclear” a partir de 1979 que, conforme Guillermo Horacio Lamuedra, teve como objetivo fabricar a bomba atômica. O principal problema do projeto nuclear argentino estava na obtenção de urânio enriquecido, que deveria ser feito via EUA. A Argentina enviava o mineral às instalações estadunidenses que o devolviam enriquecido. Entretanto, desde 1978, com o Ata de Não Proliferação, os EUA não fariam mais tal procedimento. No entanto, havia outro fornecedor de ocasião: a URSS. Isso era devido à falta de uma instalação nacional própria, que foi contornado com a capacitação de Pilcaniyeu. No final da década de 1970, a Argentina firmou um acordo com o Peru que passaria a receber tecnologia nuclear argentina, inclusive com suporte técnico. O CNEA exportava tecnologia e capacitação, o que na década de 1980 alcançou países do Oriente Médio (LAMUEDRA, 2006).

A Argentina necessitava de ajuda externa para a sua indústria de defesa. Portanto, procurou atrair um investidor estrangeiro, mesmo que isso confrontasse o modelo autocrata do regime militar argentino. Seria necessária uma significativa assistência técnica e material estrangeira. A empresa alemã Messerschmitt-Bölkow-Blohm (MBB) foi escolhida pelo governo argentino. Conforme Owen L. Sirrs, isso não foi por acaso, uma vez que houve a intervenção de grupos pró-nazistas na Argentina que forçaram a aproximação e desenvolveram um *lobby* para a entrada da MBB no consórcio. Ainda, segundo o autor, houve a ingerência direta de Helmut

Schmidt, então Chanceler da Alemanha Ocidental, para que a empresa alemã assumisse o projeto (SIRRS, 2006).

Segundo Rodrigo Fracalossi de Moraes (2011), a indústria bélica argentina obedeceu ao planejamento estabelecido para a produção de seus produtos: I) aeronaves de asa fixa; II) blindados; III) navios; IV) armas leves e munições. Os últimos artefatos eram exatamente os maiores responsáveis para a venda aos países como Uruguai e Bolívia (MORAES, 2011). As aeronaves ainda necessitavam de uma melhor qualificação para poder alcançar um mercado que contava com a concorrência de produtos com tecnologia superior, os blindados ainda não tinha conquistado fama suficiente e nem aparecido em algum campo de batalha significativo. Os navios que eram construídos em três grandes estaleiros, Rio Santiago (ARS), Tandanor e Domecq Garcia. O projeto que se destacou, na década de 1970, foi realizado em conjunto com uma empresa alemã, o Estaleiro Blohm+Voss, sendo responsável pela construção de seis corvetas da classe Espora (MORAES, 2011).

Projetos de aviões a jato da indústria aeronáutica argentina, como o Guarani II e o Pampa, começaram a ser desenvolvidos para ser oferecidos a países do Terceiro Mundo, na tentativa de se apresentarem fontes alternativas de armamentos, rompendo o monopólio já estabelecido por países como França, EUA, URSS e China. De acordo com o SIPRI – Stockholm International Research Institute - Instituto Internacional de Pesquisas para Paz em Estocolmo, a Argentina entre os anos de 1969-1978 ocupou a 44ª posição como exportador de armas, as exportações iam apenas para o Paraguai e Uruguai. O Brasil oscilava, no mesmo período, entre a 18ª e 17ª posições, segundo a mesma fonte.

O Brasil, segundo a mesma fonte, no mesmo período exportou para Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai e Togo, sendo que já exportava para o Oriente Médio desde 1975. Os lucros das vendas de blindados brasileiros somaram no período de 1975-1979 os seguintes valores: US\$ 36.000.000 (1975), US\$ 75.000.000 (1976) e US\$ 144.000.000 (1977 e 1978). Nos cálculos dos anos de 1975 a 1978, estão incluídos os lucros referentes à venda de 500 blindados EE-9 “Cascavel” à Líbia e 20 ao Catar (SIPRI, 2013). O país demonstrou um avanço maior na fabricação de material bélico e na difusão destes artefatos por meio de uma organizada publicidade e oferta conforme contemplado na PNEMEM (Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar) já na década de 1970.

A Argentina, por sua vez, segundo Michael Brzoska e Frederic S. Pearson (1994), tinha condições tão somente de fabricar e fornecer certos tipos de armas e munições. A grande parte de material que dependia de tecnologia mais avançada era oriunda de fornecedores ocidentais, principalmente da Europa Ocidental, na década de 1970. Quando da ascensão do regime militar, a partir de 1976, os militares começaram a impor uma maior velocidade e agressividade no chamado “Plan Europa” que estava em andamento desde 1967, mas, com todos os problemas internos apresentados, o rearmamento das Forças Armadas Argentinas foi ficando em segundo plano.

O regime militar buscou implantá-lo sem perda de tempo, com a compra de vários equipamentos militares oriundos dos países da Europa Ocidental, diminuindo, assim, o fornecimento de material bélico estadunidense ao país portenho. Os EUA negaram acesso a armamentos com tecnologia avançada, fazendo com que os militares argentinos buscassem na parcela ocidental do continente europeu investidores, encontrando-os na Alemanha Ocidental, para a fabricação de blindados e navios. A França também foi um fornecedor de armas para o regime militar argentino (BRZOSKA; PEARSON, 1994). No final da década de 1970, no saldo geral, os generais argentinos, conforme Andrew Feinstein, tinham contraído US\$ 10 bilhões em empréstimos com os EUA a fim de comprar armamentos e investir na indústria bélica (FEINSTEIN, 2011).

Pode-se usar para o Brasil a mesma colocação que se utilizou para a Argentina, ambos os países esforçavam-se em conquistar espaço em um mercado dominado por fornecedores tradicionais pouco dispostos a perder nichos de mercado, mesmo que fossem para aliados ideológicos, como no caso dos EUA em relação aos dois países sul-americanos. O crescimento de US\$ 108.000.000 nas exportações de material bélico brasileiro entre 1975 e 1978 deveu-se, sobretudo, a ações militares de Muammar Kaddafi na África, na guerra travada contra o Chade, quando as tropas líbias chegaram a ocupar uma parcela do território daquele país. A guerra durou de 1978 a 1987, terminando com a vitória das Forças Armadas Chadianas apoiadas por tropas francesas e financiamentos dos EUA, do Egito e do Sudão (POLLACK, 2004). Por sua vez, o Brasil, na década de 1980, mostraria interesse por outro conflito no Oriente Médio: a Guerra Irã-Iraque.

No Oriente Médio, o Irã monárquico caía diante de uma revolução religiosa, com organização iniciada em 1977, que, primeiramente, era uma manifestação

contra a censura imposta pelo governo do Xá, porém acabou sendo o responsável pela derrocada do regime aliado aos E.U.A. O *ayatollah* Khomeini, que havia partido para o exílio na França, por ordem do Xá, em 1964, foi visto como o mentor da revolta, que começava a ser planejada nas mesquitas, quando o clero xiita conclamava a população a assassinar os membros das forças armadas, polícia e SAVAK (a polícia secreta do regime). A greve deflagrada em 1978 entre os trabalhadores do setor petrolífero levou a paralisação da produção iraniana, tornando-se uma greve geral.

Um conflito entre Irã e Iraque estava se desenhando no Oriente Médio e colocaria o Brasil na incumbência de produzir mais armas, porém poderia ter as remessas de petróleo iraquiano em risco. Por sua vez, o governo islâmico do Irã, após permitir que manifestantes tomassem a embaixada estadunidense, em Teerã, passava a ser visto como um inimigo do Ocidente. Para o conflito que se aproximava, estava claro que a maioria dos países apoiaria o Iraque cabendo ao Irã ter que descobrir novos fornecedores de armas. A rivalidade Brasil-Argentina mostraria uma trégua relativa nas Américas, porém estava prestes a se transferir para o Oriente Médio. Um dos motivos da transferência dessa concorrência era o incentivo dado pelo governo argentino à indústria aeronáutica, em Córdoba, na produção de aviões Púcara de ataque ao solo e antiguerrilha. Desde a metade da década de 1970, tais aeronaves eram produzidas, todavia, segundo o SIPRI (Instituto Internacional de Pesquisas para Paz em Estocolmo), já com tecnologia defasada (SIPRI, 2013).

A nítida necessidade argentina de buscar material bélico em Israel e em outras tantas fontes, contrastava com a capacidade do Brasil de prover suas próprias necessidades. Conforme David M.Schawam-Baird, a Argentina poderia ter se tornado um rival importante para a indústria bélica brasileira na produção e exportação de armamentos, no entanto o problema residia na ideologia militar argentina, que o autor via como enfaticamente preocupada no desenvolvimento autárquico, visto como uma versão extrema do nacionalismo econômico. Isso gerou uma desconfiança no cenário internacional, o que evitou investimentos e cooperação estrangeira com os militares argentinos. De acordo com as necessidades argentinas, os governantes do país platino foram amenizando as normas a fim de obter uma maior capacitação de seus arsenais e capacidade de exportação para a sua indústria de material bélico. Segundo o autor, ocorreu exatamente o inverso na

indústria bélica brasileira que atraia investidores e cooperação estrangeira, como ocorreu de forma efetiva na década de 1980 (SCHWAM-BAIRD, 1997).

Pode-se mencionar que a década de 1970 foi a melhor para os investimentos sul-americanos no Oriente Médio e para as aplicações financeiras árabes na América Latina. A busca constante de tecnologia por parte de latino-americanos e árabes foi o ponto de convergência em busca do desenvolvimento visto com tanta importância no âmbito Sul-Sul. Fehmy Saddy declarou que os países árabes viam nos principais países da América Latina a parceria ideal para o desenvolvimento que poderia gerar melhores condições econômicas para as populações dos países árabes, no tocante às questões industriais, agrícolas e bancárias (SADDY, 1983). Via-se como de extrema necessidade a apreensão da capacidade tecnológica como uma forma de se transpor os obstáculos econômicos e sociais que dividiam os países do Terceiro Mundo e aqueles que ocupavam a posição de destaque na economia e geopolítica mundial.

A cooperação crescente era a única maneira vista por árabes e latino-americanos para a obtenção de independência do centro econômico mundial. O final da década de 1970 mostrou um grande gama de investimentos no mundo árabe, como aqueles feitos por Cuba, proporcionando a construção de 150 km de estradas na Líbia, em projeto no valor de US\$ 39, 5 milhões, além da construção de 1.000 casas populares na Argélia, que foi feita de forma gratuita pelo governo cubano. O Brasil desenvolveu ações na Mauritânia, como a finalização da segunda etapa da estrada Transmauritana, avaliada em US\$ 116 milhões. A Argentina também buscou inserir-se em projetos no Oriente Médio, como a construção de uma represa na Argélia e o fornecimento de 525 toneladas de cecina (tipo de carne defumada) ao Iraque, transações sem valores divulgados (GOVERNO DO IRAQUE, 1980).

A publicação iraquiana Tigris exaltava a participação brasileira no Iraque, quando o governo brasileiro estabeleceu parcerias com empresas locais na área da exploração de petróleo, construção de ferrovias no valor de 1.200 milhões de dólares, além de hotéis em Bagdá e Basra, sendo todos projetos que foram estabelecidos nos primeiros meses de 1980. A década de 1970 encerrou com investimentos dos países árabes produtores de petróleo na América Latina como um total de 2.890.6 milhões de dólares e 575 milhões de marcos alemães. Desse montante, 287 milhões de dólares foram investidos no Brasil, Bolívia e Venezuela, em função da capacidade desses países de produzir petróleo como os dois últimos,

e o Brasil por manter excelentes laços comerciais com os principais exportadores de petróleo do Oriente Médio: Arábia Saudita e Iraque (GOVERNO DO IRAQUE, 1980).

O ARESBANK (Banco Árabe Espanhol) foi criado e se constituiu como a mais importante experiência empresarial conjunta entre a América Latina e o mundo árabe, o que evidenciava a importância da ligação entre os conjuntos. Isso poderia gerar a articulação de empresas mistas e de fábricas em ambos os lados do Atlântico, segundo a revista iraquiana, que detalhou os investimentos árabes na América Latina da seguinte forma:

Tabela 3 – Investimentos Árabes na América Latina nas décadas de 1970-1980.

País	Investimentos em milhões Dólares	Investimentos em milhões de Marcos Alemães
Argentina	170	150
Bolívia	47	—
Brasil	667,6	425
Chile	370	—
Costa Rica	120	—
Equador	200	—
México	730	—
Panamá	50	—
Venezuela	536	—
Total	2.890,6	575

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de governo do Iraque – escritório de imprensa (1980).

Apesar das dificuldades impostas pelo mercado internacional, que colocavam Brasil e Argentina como concorrentes de países que detinham melhores condições tecnológicas na fabricação de armas, os dois países latino-americanos alcançaram posições relativamente importantes para complexos industriais de defesa que dependiam de tecnologia estrangeira e criaram projetos de pesquisa em seus territórios. O Projeto Missílistico Condor era um exemplo do progresso argentino, enquanto que a indústria de blindados brasileira também mostrava avanços por meio das vendas efetuadas no Oriente Médio.

Outro fator que mostrou a integração da América do Sul com os países árabes foi a grande soma de moeda estrangeira investida. Essa possibilidade de aliança abriu perspectivas de melhoria crescente nas relações diplomáticas, econômicas e comerciais. A perspectiva para a década de 1980 era crescente cooperação entre os dois países sul-americanos e os países do Oriente Médio.

4 DA CONSOLIDAÇÃO AO ENFRAQUECIMENTO: BRASIL E ARGENTINA NO ORIENTE MÉDIO NA TRANSIÇÃO DAS DÉCADAS DE 1980-1990

A década de 1980 foi de modificações na região. Primeiramente, a ação internacional no conflito libanês e a guerra regional opondo Irã-Iraque no final daquele decênio, quando se fez necessário a escalada de envio de armas para proteger os fornecedores de petróleo para o Ocidente, que estavam à mercê da Revolução Iraniana que desafiava os interesses estadunidenses na região. Portanto, o esforço de guerra buscou unir todos os países em defesa da manutenção do fornecimento do insumo a todas as regiões dependentes. O Brasil possuía uma indústria bélica para suprir suas necessidades e já exportava para vários países. A Argentina, por sua vez, enviava uma pequena quantidade de equipamentos militares de sua produção a países como Bolívia e Paraguai. O Brasil começou a vislumbrar naquela região um campo de prova para novos progressos voltados à produção de material bélico. As indústrias argentinas deste segmento também buscaram esse tipo de inserção no Oriente Médio.

4.1 A PRESENÇA BRASILEIRA NO ORIENTE MÉDIO À ÉPOCA DA GUERRA IRÃ-IRAQUE: A QUESTÃO ARMAMENTISTA E NUCLEAR

Os desdobramentos, no Oriente Médio na década de 1980, começaram, na verdade, no último ano da década anterior. Em dezembro de 1979, tropas soviéticas cruzaram a fronteira com o Afeganistão dando início à ocupação que durante os anos restantes da Guerra Fria foi comparada àquela perpetrada pelos EUA no Vietnã. Naquele mesmo ano, a monarquia iraniana era deposta por um levante organizado pelo religioso iraniano Ruhollah Musavi Khomeini, que esteve exilado no Iraque e na França e voltava ao Irã para conduzir o estabelecimento de uma república islâmica, que pregava a destruição do Estado de Israel e a luta aberta aos EUA e seus aliados na região. Um importante acontecimento ocorrido na América Central foi a vitória sandinista na guerra civil na Nicarágua, depondo um tradicional aliado estadunidense, Anastácio Somoza, também, no final da década de 1970. Esse fato trouxe consequências para o Oriente Médio, envolvendo interesses iranianos, de facções guerrilheiras na guerra civil do Líbano, implicando em ações de

Israel e do governo estadunidense para resolver os problemas no Oriente Médio e na América Central.

Outro conflito que perdurou por quase toda a década de 1980 chamou mais a atenção dos países sul-americanos e europeus, além da China e da URSS, por ser um novo e promissor mercado para a venda de armas e colocar em risco a geopolítica e o abastecimento mundial de petróleo: a Guerra Irã-Iraque (1980-88). Ela originou-se de um frágil acordo entre os dois países ainda nos primeiros anos da década de 1970, porém com as mudanças políticas no Irã, os antigos protestos nacionalistas sobre as demarcações de fronteiras voltaram ao centro dos debates.

O Tratado de Argel, assinado em 1975, havia instaurado uma frágil trégua nas pretensões de Irã e Iraque em deter a região fronteiriça de Shatt al-Arab. A disputa por essa região levou o Iraque a invadir o Irã em setembro de 1980. Segundo Robin Corbett, a guerra que se iniciara poderia acarretar, por fatores geopolíticos e econômicos, vários riscos para a região e para o próprio equilíbrio mundial. A fonte de divisas do Oriente Médio, o petróleo, em função do conflito, ameaçava parar as economias dos países ocidentais e o Japão (CORBETT, 1984). Esse novo conflito, em termos de abastecimento de petróleo, poderia ser comparado com aquele de 1973.

As duas partes do conflito desempenharam um papel fundamental no equilíbrio de forças da região. O Irã, antes da Revolução Islâmica, era um dos fiéis aliados dos EUA, juntamente com Israel e Arábia Saudita. O Iraque recebia armamentos do governo soviético, porém sem nenhum comprometimento ideológico, uma vez que a URSS não fornecia aos árabes a tecnologia sensível (POLLACK, 2004). Saddam Hussein buscou no Brasil e na França tecnologia e aconselhamento no campo nuclear. A guerra marcou o acirramento das tensões na região da fronteira. Shatt al-Arab era o único escoadouro iraquiano para o Golfo Pérsico e o Irã buscava controlar esse canal para manter a hegemonia na região, visto também que detinha uma grande área costeira. A posse da área em disputa garantiria ao Iraque escoar a sua produção petrolífera. Conforme Robin Corbett, antes da Revolução Islâmica, ambos os países eram governados por uma minoria sunita ou leiga. Esses governantes detinham os cargos de poder, além de caracterizar os seus governos pelo internacionalismo, enquanto os xiitas eram extremamente nacionalistas (CORBETT, 1984).

A ação de partidários xiitas dentro do Iraque agravou o cenário político da região. Após a vitória dos xiitas na revolução iraniana, vários grupos paramilitares xiitas, no Iraque, começaram a desenvolver ações de sabotagem e atentados. A primeira providência do governo de Bagdá foi a expulsão dos líderes xiitas do país, porém as ações dessa facção foram causando mais morte entre civis e militares iraquianos. Em 1980, Saddam Hussein ordenou a execução de Mohammed Baquir al-Sadr, um dos líderes da revolta xiita no Iraque. O *ayatolah* Khomeini fazia pronunciamentos pedindo que os militares iraquianos desertassem.

De acordo com Kenneth R. Timmerman (1992), os soviéticos, por sua vez, sofreram o segundo revés no Oriente Médio. Em 1973, o Egito solicitou à URSS para que retirasse seus conselheiros militares de suas instalações militares. O Iraque foi o outro país daquela região que expulsou uma missão militar soviética. Ainda, conforme Timmerman, os soviéticos perderam muito mais que um cliente, a URSS havia perdido também o acesso do porto iraquiano de Om Qasr para o Golfo Pérsico. O motivo alegado por Saddam Hussein para a saída dos soviéticos era o apoio crescente que esses davam ao movimento separatista curdo. O Comandante em Chefe das Forças Armadas Iraquianas passou a contar com armamentos chineses e estadunidenses na guerra contra o Irã, sendo que os chineses lucraram US\$ 1 milhão na primeira venda de armas ao Iraque (TIMMERMANN, 1992).

Os EUA dedicavam muita atenção ao Oriente Médio, onde procuravam conter não só a guerra iminente entre Irã e Iraque, como também o ímpeto israelense no Líbano, além de oferecer todo o apoio a países como Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Jordânia e Egito para que evitassem ser os próximos a enfrentar uma revolução xiita dos moldes daquela vista no Irã. A reivindicação sobre Shatt al-Arab voltou a ser exigida pelo governo iraquiano, divulgando ultimatos para que o governo iraniano evacuasse as suas bases na região. Por sua vez, o governo de Teerã alegava que a área era vital para a segurança do país e para sua economia, uma vez que abrigava os campos petrolíferos mais importantes do Irã. A recém-vitoriosa revolução recebeu amplo apoio da população no conflito que se iniciara, sendo que o *ayatolah* Khomeini saiu fortalecido já no início do conflito.

As primeiras ações militares ocorreram a partir do ataque iraquiano às cidades e às bases militares iranianas próximas à fronteira com o Iraque. Os ataques aéreos foram usados por ambos os oponentes, com o Irã declarando suas áreas costeiras como zona de guerra e proibindo a circulação de navios com carga

iraquiana. Os ataques eram dirigidos contra as áreas petrolíferas dos dois países, essa era a estratégia para enfraquecer o oponente, uma vez que as economias iraquiana e iraniana dependiam enormemente da exportação de petróleo. A atuação iraniana foi mais eficaz, pois destruiu o terminal iraquiano, impedindo que o país exportasse o seu produto pelo Golfo Pérsico. É interessante notar que, segundo Dilip Hiro, Líbia e Síria foram contrárias à invasão iraquiana ao Irã (HIRO, 1998).

A guerra foi favorável ao Iraque nos primeiros momentos, todavia a resistência dos iranianos passava a atrapalhar o avanço iraquiano nas cidades. Em outubro, o conflito já mostrava que seria uma guerra de desgaste, pois os iraquianos evitavam o confronto direto, fazendo apenas ataques rápidos, no entanto constantes para fustigar as posições iranianas. Por outro lado, o reabastecimento das unidades e cidades iranianas era muito rápido e eficiente, o que impedia que os iraquianos conquistassem as cidades iranianas.

A Força Aérea do Irã bombardeava incessantemente os terminais petrolíferos do Iraque, impedindo que fossem reparados. Isso fez com que a produção do produto iraquiano caísse para um quinto dos níveis alcançados antes da guerra. As operações passaram a ser conhecidas como “guerra de trincheiras”, visto que o Iraque não poderia alcançar os seus objetivos sem sofrer pesadas baixas, enquanto o Irã também não conseguia obter uma vantagem expressiva em nenhuma das frentes de combate. O Iraque mostrava não ter um objetivo estratégico específico, porém o Irã, que ainda não havia reestruturado suas Forças Armadas depois da Revolução Islâmica, não conseguia repor as peças de seus arsenais durante os primeiros meses do conflito. Após a queda do Xá Reza Pahlevi, o governo dos *ayatolabs* foi colocado em isolamento pela comunidade internacional. A Força Aérea operava com aviões estadunidenses, que contavam com peças de reposição via Israel (POLLACK, 2004).

Economicamente, a região já havia sido abalada, o que afetava a produção e exportação do seu principal produto. Segundo Silvia Ferabolli, o Segundo Choque do Petróleo (1979) foi decorrente da vitória xiita na conduzida por Khomeini, que causou uma crise que assolou a OPEP, sendo catastrófico para não apenas o mundo árabe, mas também para o próprio Irã. Além do conflito, a descoberta e desenvolvimento de novas fontes de petróleo, o racionamento e as políticas da Agência Internacional de Energia acarretaram na diminuição dos lucros da OPEP. Em dois anos, a organização sofreu um déficit de 18 bilhões de dólares. As

consequências não afetaram apenas os países membros daquela organização no Oriente Médio, mas outros que recebiam investimentos árabes, uma vez que as exportações do insumo foram drasticamente reduzidas (FERRABOLLI, 2009).

Internamente, outros fatores sobrecarregavam os países árabes. As taxas de desemprego eram crescentes, uma vez que o corte na exploração e exportação de petróleo se alastrou em todos os países exportadores. Em 1980, os países árabes membros da OPEP tiveram que financiar seus déficits através de empréstimos internacionais, fazendo com que a dívida externa contraída por eles no decorrer dos anos aumentasse significativamente. A década de 1980 foi conhecida pelos economistas do Oriente Médio como a “Década Perdida Árabe”, pois os lucros com o petróleo caíram muito, os trabalhadores locais e imigrantes para os países produtores de petróleo passaram a enfrentar níveis crescentes de desemprego que começaram a ameaçar as instabilidades internas dos países da região. Outra consequência da crise era a diminuição de empréstimos a países islâmicos pobres como Mauritânia, Somália e etc (FERRABOLLI, 2009). Além dos problemas já mencionados, aumentava a dependência dos países árabes da importação de alimentos.

Em novembro de 1980, a Liga Árabe reuniu-se, em Amã, com os países do Movimento Não-Alinhado objetivando promover o desenvolvimento econômico e a integração no mundo árabe. Entretanto, nem todos os recursos oriundos do petróleo, principalmente pós-1973, foram suficientes para garantir a estabilidade econômica e a melhoria do nível de vida da população dentro dos países árabes e do Irã. Não houve uma ação coordenada entre os governos dos países árabes para libertar suas economias da dependência e subdesenvolvimento, que perduravam desde as suas independências e se agravaram nas décadas de 1970 e 1980. Talvez, um dos Estados árabes que mais aproveitou os dividendos do petróleo em benefício próprio foi o Iraque que criou um programa doméstico de industrialização e educação, enquanto países com grande produção de petróleo e de baixa densidade populacional (as petromonarquias) investiram seus petrodólares na chamada “Diplomacia do Talão de Cheque” (FERRABOLLI, 2009).

Os problemas sociais e de política interna decorrentes da Guerra Irã-Iraque começaram a atrapalhar os esforços do governo iraniano para alcançar a vitória. Em 1981, o Irã lançava-se à contraofensiva, e as cisões internas no governo iraniano começavam a se acentuar. O clero fundamentalista passou a receber críticas dos

grupos liberais, compostos majoritariamente por sunitas que pregavam a separação das lideranças religiosas do Estado. A esquerda iraniana também começou a lutar pelo poder no cenário político iraniano, porém o controle da política iraniana estava nas mãos do *ayatolah* Khomeini. A ofensiva contra o Iraque seria para o presidente Bani Sadr uma forma de tentar reverter a sua posição perante o dirigente supremo da República Islâmica, uma vez que já não contava mais com o apoio total do líder religioso iraniano.

A ofensiva iraniana foi um fracasso em termos estratégicos e de perdas, pois o Irã perdeu peças importantes de seu arsenal que não eram repostas. A elite militar iraniana da época do Xá foi detida, sendo que os especialistas internacionais mencionavam que 250 generais haviam sido executados. O presidente Bani Sadr perdeu o prestígio definitivamente, enquanto a luta pelo poder em Teerã passou ao combate aberto nas ruas. A esquerda iraniana, que auxiliou os fundamentalistas durante a revolução, passou a sofrer a mesma perseguição que os comunistas iraquianos sofreram, assim como sunitas e membros de outras etnias, que eram vistas como inimigas da Revolução Islâmica. Os fundamentalistas venceram a luta interna declarando que se iniciaria a cruzada contra o “Iraque ateu”.

A maioria pobre e muçulmana da população iraniana passou a ser recrutada pelas Forças Armadas Iranianas em troca de alimentação, enquanto lhe davam ideais de dignidade que lhe foram negados durante o período monárquico. A propaganda religiosa nas fileiras do Exército Iraniano era intensa, pois a vitória seria contra os inimigos do Islã. Os soldados iranianos recebiam chaves de plástico dos líderes religiosos para abrir as portas do paraíso, ao qual ascenderiam quando morressem em combate pelo Islã, segundo Robin Corbett (1984).

A cruzada religiosa iraniana fazia com que o moral da tropa fosse elevado, o Irã conseguiu fabricar armamentos e, o mais importante, recebia importações de armas de alguns países. No final de 1981, rivalidades internas entre a Guarda Revolucionária, as Milícias e o Exército Iraniano foram superadas, fazendo com que as tropas iraquianas fossem expulsas de algumas áreas no Irã. Nesse mesmo ano, após 444 dias de cativo, os reféns estadunidenses foram libertados, sendo levados à Argel. Então, rumaram, posteriormente, para os EUA²³. A opção

²³ O episódio conhecido como “A Crise dos Reféns” foi a captura de 67 cidadãos estadunidenses com status diplomático quando da invasão da embaixada dos EUA em novembro de 1979, em Teerã. O grupo foi mantido aprisionado por um período superior a um ano, no qual ocorreu uma série de

estadunidense, assim como das monarquias árabes e vários europeus ocidentais membros da OTAN, em ajudar militarmente o governo do Iraque foi posterior à crise dos reféns. O posicionamento estadunidense abriu caminho para que países como Brasil e Argentina tomassem parte no abastecimento dos arsenais iraquianos e iranianos, além na obtenção de contratos de exportação de alimentos e quaisquer outros itens indispensáveis às populações atingidas pelo conflito. A Argentina apresentou um comportamento dúbio durante o conflito, uma vez que negociou armamento com o Iraque e com o Irã.

A Guerra Irã-Iraque, que perdurou por oito anos, habitualmente vem sendo apresentada na bibliografia dividida em oito fases, marcadas por avanços e retrocessos dos dois beligerantes. Segundo Dilip Hiro estão assim configuradas:

1ª Fase: de setembro de 1980 a março de 1981, com o avanço iraquiano e a imediata trégua proposta pela ONU, via Resolução 479 do Conselho de Segurança. O Iraque propunha cessar as hostilidades de forma unilateral assim que o Irã reconhecesse Shatt al-Arab como território iraquiano. Como o governo iraniano recusou tal imposição, as tropas iraquianas avançaram capturando 25.900 km² de território da República Islâmica;

2ª Fase: de abril de 1981 a março de 1982, tropas iranianas motivadas pela propaganda governamental conseguiram conter o avanço das tropas iraquianas no Irã. A ONU e a Organização da Conferência Islâmica tentaram em vão conseguir um cessar fogo, uma vez que o governo iraniano recusava-se a negociar enquanto existissem parcelas do seu território ocupadas;

3ª Fase: de março de 1982 a junho de 1982, as Forças Armadas Iraniana retomaram as áreas ocupadas por forças iraquianas, sendo restabelecidas as fronteiras internacionais do período antes do conflito. O Irã impunha como condição para o cessar-fogo a saída de Saddam Hussein do governo iraquiano;

4ª Fase: de julho de 1982 a março de 1984, forças iranianas deslocaram-se para território iraquiano, enquanto o governo da República Islâmica recusava uma trégua proposta pelo Conselho de Segurança ONU (CSONU) com a retirada das tropas para as fronteiras internacionais demarcadas antes do conflito. A captura de território iraquiano causou a reação das Forças Armadas do país, que atacaram a costa iraniana produzindo o maior derramamento de óleo da região. A maior área de

negociações que foram iniciadas no mandato do presidente Carter, encerrando-se com a libertação dos cativos no governo Reagan, em novembro de 1980 (HIRO, 1998).

produção de petróleo do Iraque era capturada por tropas iranianas: as ilhas de Majnoon;

5ª Fase: de abril de 1984 a janeiro de 1986, as forças militares iraquianas reforçadas com equipamento francês bombardearam as instalações petrolíferas iranianas de Kharg, responsáveis pelas exportações do país. A República Islâmica imediatamente retaliou atacando navios sauditas e kuwaitianos, que colaboravam com o esforço de guerra iraquiano. O período marcou a destruição de vários navios petroleiros de ambos os países, reduzindo drasticamente a capacidade de exportação de insumo, tanto do Iraque, quanto do Irã;

6ª Fase: e fevereiro de 1986 a janeiro de 1988, as forças iranianas capturaram 800 km² de território iraquiano, o que levou o governo iraquiano a ordenar, conforme relatos da ONU, a fabricação de armas químicas. Manobras conduzidas pela Arábia Saudita e pelo Kuwait levaram à redução do preço do petróleo. O barril passou de US\$ 27 para US\$ 10. O Irã e o Iraque tiveram suas receitas reduzidas pela queda do preço do insumo. Por outro lado, as monarquias do Golfo, países ocidentais e a URSS emprestaram ao governo iraquiano US\$ 10 bilhões por ano. Nesse período, segundo Dilip Hiro, a Força Aérea Iraquiana contou com a assessoria de aviadores estadunidenses para conduzir operações mais efetivas contra tropas e terminais de petróleo iranianos. O Irã respondeu à ação iraquiana com a aliança a curdos iraquianos e com a captura do Curdistão iraquiano. A Resolução 598 do CSONU não obteve sucesso em estabelecer o cessar-fogo. As marinhas de guerra da França, Grã-Bretanha e EUA deslocaram 60 navios para a região a partir da explosão de um navio-tanque kuwaitiano que compunha um comboio escoltado por belonaves estadunidenses. A culpa pelo incidente recaiu sobre sabotadores iranianos. As ações da Marinha de Guerra dos EUA no conflito deixavam de ser de assessoria militar ao Iraque e de escolta, quando navios estadunidenses afundaram barcos patrulha e plataformas petrolíferas do Irã, como retaliação ao ataque a um helicóptero e navios com bandeira dos EUA pela marinha iraniana. As Forças Armadas Iranianas estavam enfraquecidas pela falta de homens e de recursos financeiros, além da infraestrutura da indústria e de engenharia do país ter sido prejudicada em função dos ataques iraquianos;

7ª Fase: de fevereiro a junho de 1988, as Forças Armadas Iraquianas retomaram os territórios ocupados por tropas iranianas. As ações do Iraque foram acompanhadas com constantes ataques de mísseis, desmoralizando a população

iraniana, derrotando militarmente a República Islâmica. Por outro lado, ainda houve a retaliação iraniana com ataques em áreas de fronteira. As forças iraquianas retomavam parcelas do seu território com o uso de armas químicas e com a Marinha dos EUA destruindo instalações petrolíferas e navios de guerra do Irã. A principal área de extração de petróleo iraquiana era retomada; e

8ª Fase: de julho a agosto de 1988, as Forças Armadas do Iraque não obtiveram sucesso em tomar o Irã, enquanto a Força Aérea dos EUA derrubou um avião de passageiros iraniano causando a morte de 290 civis. O líder máximo da Revolução aceitou incondicional e unilateralmente a Resolução 598, declarando trégua, enquanto o Iraque atacava o território iraniano, todavia, antes do estabelecimento de fato da trégua, as tropas iranianas já haviam retomado as parcelas de seu país invadidas. Em 20 de agosto de 1988, a ONU iniciou a supervisão do acordo de paz estabelecido.

O conflito deixava 194.931 mortos entre os iranianos, sendo que 183.931 eram militares e 11.000 civis de acordo com os números reconhecidos pelo próprio governo iraniano. As estimativas iraquianas apontaram entre 160.000 a 240.000 mortos. Em termos de custos, Dilip Hiro (1998) baseou-se em dados do SIPRI (Instituto Internacional para Estudos da Paz de Estocolmo), determinando que o Irã importou US\$ 11,26 bilhões, enquanto o Iraque comprou US\$ 41,94 bilhões em equipamentos militares. Posteriormente, o Vice Primeiro-Ministro iraquiano, Tariq Aziz, divulgou os dados corrigidos dos gastos com armamentos do seu país: US\$ 102 bilhões (HIRO, 1998).

Apesar de destruir as economias de dois países promissores, baseados nos lucros do petróleo, a Guerra Irã-Iraque apresentou a capacidade de dois países sul-americanos de mostrar a evolução de seus artefatos bélicos e programas nucleares. A perspectiva oferecida a estes países quando os EUA começaram a tomar parte no financiamento e instrução de tropas iraquianas deixava claro que qualquer ajuda ao esforço de guerra iraquiano seria bem vinda. Dessa forma, o Brasil, que já mantinha excelentes relações com o governo iraquiano, passou a ser um fornecedor novo de armas aquele país. A posição do Brasil em relação ao conflito não oferecia nenhum prejuízo ao Iraque, que buscou muito mais que assessoria em termos de armamento convencional, passando a desenvolver mais ainda o seu programa nuclear.

Por sua vez, a Argentina observava na região um mercado excelente para seu programa missilístico, além de fontes de financiamento para aprimorá-lo. Apesar

de oferecer o Projeto Condor I e II ao Iraque, inimigo do Irã, as relações argentino-iranianas no campo nuclear obtiveram o mesmo grau de sucesso que aquelas estabelecidas entre os governos do Brasil e do Iraque. Posteriormente, em estágios mais avançados do conflito entre os dois países do Oriente Médio, na década de 1980, o governo brasileiro tomou a decisão de vender aviões de combate a ambos os beligerantes. Tanto Brasil, quanto a Argentina, desenvolviam os preceitos típicos do Realismo das Relações Internacionais, isto é, colocavam os seus próprios interesses de Estado acima de qualquer outra questão.

Apesar de ora apoiar o mesmo aliado – o Iraque – e ora colocarem-se em campos opostos no conflito no Oriente Médio, Brasil e Argentina também se antagonizavam pela liderança política na América do Sul, enquanto cooperavam em estabelecer missões de treinamento para forças armadas de países da América Central, que combatiam movimentos de esquerda e de cunho nacionalistas naquela região. As forças armadas de países centro-americanos estavam recebendo vultosos recursos estadunidenses, tanto em armas quanto em dinheiro. Israel passou também em investir na região como uma forma de projetar a sua indústria bélica, principalmente no breve período no qual os EUA mostravam desacordo com as violações de direitos humanos em El Salvador, Guatemala e Honduras, que viria a comprar aviões militares brasileiros de combate à guerrilha, assim como passaria a receber uma melhor assessoria de militares brasileiros.

A intenção do governo estadunidense era combater a Revolução Islâmica que considerava os EUA e Israel seus inimigos, e que apregoava que a presença de ambos ser erradicada do Oriente Médio. Também, era de extrema importância que o levante xiita não encontrasse ressonância entre as populações pobres nas monarquias aliadas ao Ocidente na região. A insatisfação aumentava nas camadas menos favorecidas das populações desses países em função das quedas do preço do petróleo.

No Brasil, a Presidência da República havia sido assumida por João Baptista Figueiredo que trazia uma política externa amparada nos preceitos de seus antecessores e herdando do Governo Geisel as excelentes relações com o Oriente Médio, principalmente com os países árabes e, acima de tudo, com o Iraque. Inaugurou-se na política externa do regime militar a “Diplomacia do Universalismo”, estando o Ministério das Relações Exteriores sob o comando do Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro. A principal característica dessa orientação era conservar os

traços do “Pragmatismo Responsável” e a autonomia do Brasil, além de deixar claro a sua posição como país de Terceiro Mundo, em atuação com o Movimento Não-Alinhado sem integrá-lo, participando de fóruns internacionais e de denúncias das estruturas políticas e econômicas internacionais (VIZENTINI, 1995).

O Brasil não estava alheio aos seus investimentos em política externa no Oriente Médio, principalmente, quando irrompeu o conflito em 1980. A diplomacia brasileira observou que um dos investimentos do país no exterior corria grandes riscos, influenciando, assim, a economia do país pela perspectiva da falta de petróleo vindo da principal fonte no Oriente Médio: o Iraque.

A Guerra Irã-Iraque afetava toda a economia do Oriente Médio e, conseqüentemente, de todos os países que dependiam do petróleo da região. A situação se agravou, quando a área de Majnoon foi reclamada pelo governo iraniano em comunicado à representação brasileira em Teerã como considerada “área de litígio”. Além da exploração petrolífera no Iraque, o Brasil, em 1980, assinou um acordo nuclear com aquele país árabe, no qual se comprometia em desenvolver pesquisas para fins pacíficos do uso da energia nuclear, além de cooperar com a implementação do programa de geração de energia elétrica em território iraquiano. Naturalmente, técnicas de enriquecimento de urânio, mineração e beneficiamento tornaram-se parte do acordo, da mesma forma que a segurança de reatores nucleares. Nenhum outro país tinha feito oferta semelhante ao Iraque que trocava o seu principal produto por avanços tecnológicos e, o mais importante, com um país do âmbito Sul-Sul (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013e).

O Governo Brasileiro já havia investido 2,5 milhões de dólares para começar a extrair petróleo. De fato, com a eclosão do conflito, a região de Majnoon foi alvo de ataques de armas químicas, fornecidas por britânicos e estadunidenses a Bagdá, segundo Leonardo Attuch (2003). Em 1980, o Brasil e o Iraque chegaram a um acordo sobre as indenizações que seriam pagas ao governo brasileiro. A quantia de 300 milhões de dólares foi paga ao Brasil, que receberia um fornecimento de 150 mil barris/dia por 15 anos. As condições eram muito favoráveis, porém Majnoon estava perdida.

O Brasil buscou contatos em todo o Oriente Médio por meio de acordos. Em 1981, foi celebrado com a Arábia Saudita um tratado de cooperação técnica e científica. Nos mesmos moldes, foi estabelecido um acordo com a Argélia. No ano

seguinte, um compromisso com as mesmas bases foi assumido com o Iraque. Com o governo iraquiano, foi estabelecido um acordo cultural voltado ao intercâmbio de informações no ensino, além da troca de experiências na área de educação técnica, assim como fora assumidos com os governos saudita e argelino. O governo brasileiro buscou estabelecer, nesses países, um determinado nível de capacitação técnico por meio de treinamento brasileiro dado às escolas daquelas nações, uma vez que era interessante ter cidadãos autóctones capacitados para participar dos projetos de prospecção da Braspetro, que operava desde a década de 1970 nos países. Esse tipo de comportamento tornava o governo brasileiro como um aliado no processo de desenvolvimento Sul-Sul tão ambicionado pelos países da região, que até então eram espoliados de seus recursos naturais, sem receber nenhum tipo de compensação por tal exploração (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013f).

As necessidades iraquianas para obter novos fornecimentos de material bélico foram vistas pelo Governo Figueiredo como uma forma de promover a indústria bélica nacional e conquistar mercados em outros países do Oriente Médio, visto que, desde a década de 1970, blindados brasileiros eram operados pelo Exército Líbio na campanha no Chade. A escolha do Iraque como o comprador preferencial de material bélico brasileiro e não o Irã residia no fato que, desde 1980, o país governado por Saddam Hussein era o principal fornecedor de petróleo para o Brasil. Das compras brasileiras internacionais do insumo, 20, 51% era feita junto ao governo iraquiano, deixando os EUA em segundo lugar, com 17, 3%. Com exceção de 1981, quando ocorreu uma retração nas compras do produto, o Iraque esteve presente na lista dos cinco principais fornecedores internacionais do insumo ao país (MONTENEGRO, 1992).

Outro fator de ligação entre os governos brasileiro e iraquiano foi a busca de um projeto de ampliar a capacidade nuclear daquele país do Oriente Médio. Dessa forma, o Brasil buscou estreitar os laços na área com o Iraque. A tecnologia nuclear brasileira, que já havia sido transferida para aquele país árabe, era levada a Bagdá pelo Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva. A condição de assessor na área nuclear para o Iraque foi galgada através da procura brasileira de lançar-se à condição de potência nuclear, o que é provado pela recusa brasileira de assinar o Tratado de Não Proliferação de armas Nucleares, conforme Odete Maria de Oliveira (1999). O Iraque começava a se tornar perigoso para a região, sendo que o seu mais

importante parceiro era outro país terceiro-mundista que estava apto para lhe fornecer armamento convencional e tecnologia nuclear. Isso era um resultado positivo para Brasil e Iraque, uma vez que as duas partes do acordo saíam ganhando.

A busca de um parceiro que pudesse colocar o Brasil na tecnologia nuclear, substituindo os intransigentes EUA, aponta para a Alemanha e para a França. Os alemães eram os únicos que estavam livres de restrições, enquanto os franceses estavam atrelados às exigências de Washington e, dessa forma, presos aos preceitos dele. Já havia precedentes de aproximação com a Alemanha nessa área, como aquele que ocorre em 1961, criado durante o período da PEI. Outros contatos foram feitos em 1967 e 1969. A Alemanha foi o único país que não restringiu a transferência de tecnologia para o Brasil. No entanto, não haveria como negar que a atenção dos alemães estava voltada para o pagamento brasileiro pelo fornecimento de recursos tecnológicos, conforme Odete Maria de Oliveira (1999).

As atividades do programa nuclear brasileiro não ocorreram apenas nos domínios oficiais. Em 1981, aparecem as primeiras suspeitas de que as Forças Armadas estivessem desenvolvendo atividades clandestinas na área nuclear. O local utilizado pelos militares para abrigar essas pesquisas foi o CTA (Centro Tecnológico Aeroespacial). A Aeronáutica tinha instalado na região do Cachimbo, na fronteira entre o Pará e Mato Grosso, um campo de provas militares. A Força Aérea Brasileira passa, durante o governo Figueiredo, a ter o encargo de dinamizar o projeto nuclear, porém a Marinha desenvolvia o seu projeto. Do CTA, decolaram os aviões iraquianos, de fabricação soviética, que vinham buscar urânio metálico purificado. A explicação para essa transferência de tecnologia brasileira para Bagdá inseriu-se na venda de armamento convencional, entretanto, com o início do conflito com o Irã, o Iraque passou a buscar maiores quantidades do produto para enfrentar um possível ataque nuclear de Teerã.

Naquele mesmo ano, o reator iraquiano de Osirak deveria entrar em operação em 1º de julho, sendo que Jafar Dhia Jafar havia providenciado tudo que fosse necessário para a produção de urânio e agentes iraquianos negociavam a compra de bastões de urânio na Alemanha Ocidental. Segundo Timmerman, técnicos brasileiros trabalhavam com afinco em projetos para enriquecer urânio comum, com o objetivo de transformá-lo em plutônio para bombas nucleares, movimentando o gás hexafluoreto em centrífugas especialmente construídas. A AIEA (Agência

Internacional de Energia Atômica) não via nenhuma ameaça no projeto nuclear iraquiano, dessa forma o país não afrontou o TNP assinado anos atrás (TIMMERMANN, 1992).

Antes de entrar em operação, o reator iraquiano foi bombardeado pela Força Aérea de Israel, que destruiu completamente o complexo. Técnicos franceses atestaram que os danos foram totais e que não havia recuperação. O ataque foi denunciado internacionalmente, o Brasil e a Argentina reagiram contra a ação israelense. No Brasil, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para avaliar o que foi feito com as 24 toneladas de trióxido de urânio que foram enviadas a Bagdá entre 1981 e 1982. O governo brasileiro passou a manter uma cooperação com o Iraque, signatário de Tratado de Não-Proliferação Nuclear, assim como a URSS, a França, e Itália e a Bélgica.

Segundo Odete Maria de Oliveira, o Brasil possuía instalações em território iraquiano para processar urânio. O objetivo era a construção de bomba atômica iraquiana, o que era a intenção de Saddam Hussein. As relações entre Brasília e Bagdá no campo nuclear provocavam uma instabilidade no Oriente Médio, pois levava Israel a questionar o governo brasileiro, que orientava seu embaixador e adido militar a dizer que o Brasil enviava ao Iraque apenas o “*yellow-cake*”. O conflito entre o Irã e o Iraque em 1982 voltava ao estágio de guerra de trincheiras e duelos de artilharia. Posições eram tomadas e retomadas, ora por iraquianos, ora por iranianos (OLIVEIRA, 1999).

Notou-se que a preocupação de Saddam Hussein com a Somália e outros países pobres, membros da Liga Árabe, não era imbuída apenas de sentimentos humanitários. A Mauritânia e a própria Somália eram fornecedores em potencial de urânio, que estava sendo procurado por geólogos brasileiros, principalmente na região do deserto de Ogaden, alvo da disputa entre esse país e a Etiópia na segunda metade da década de 70. Outros países já tinham vendido urânio ao Iraque, como Portugal e Níger (OLIVEIRA, 1999).

Apesar de ter desenvolvido projetos bastante rentáveis para o Oriente Médio na área de defesa, o Brasil não privilegiava apenas o conflito instaurado daquela região. A escalada da presença de conselheiros militares estadunidenses na América Central, principalmente em El Salvador, a fim de evitar uma repetição da Nicarágua, fez com os demais países da região comesçassem a se armar. Segundo Carlos Federico D.Ávila, durante a década de 1980, o governo hondurenho comprou

oito aviões EMB 312 “Tucano” da EMBRAER para utilizá-los em operações contra a guerrilha e para apoiar operações terrestres conduzidas pelos Contras (ex-membros da Guarda Nacional de Anastácio Somoza) ao território da Nicarágua sandinista (ÁVILA, 2011). O valor da venda à Força Aérea Hondurenha era de US\$ 9,6 milhões. Esse mesmo modelo de aeronave foi comercializado com países do Oriente Médio, como Egito, Líbia e Iraque.

Em termos de compensação financeira e aprimoramento tecnológico, o Iraque ainda ocupava a principal posição na política externa brasileira. Além da importação clandestina de urânio para aquele país do Oriente Médio, o Brasil empenhou-se para que os centros de pesquisa iraquianos tivessem acesso ao enriquecimento de urânio e a um futuro projeto de bomba atômica, para isso enviou aquele país árabe especialistas da área nuclear (OLIVEIRA, 1999). O Iraque adquiriu o reator central de sua usina na França, que visava a produção de bombas como aquela lançada sobre Hiroshima. O equipamento foi instalado com auxílio de técnicos brasileiros que fizeram quatro viagens secretas ao Iraque. Segundo Odete Maria de Oliveira (1999), a parceria Brasil-Iraque concretizou objetivos de ambas as partes:

a) O governo brasileiro colaborava com o ditador Saddam Hussein na concretização do sonho militarista; b) Os dois governos aumentavam, concomitantemente, o poder de jogo das forças armadas ‘pois o acordo Brasil-Iraque foi montado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), sob a visão iminentemente estratégica, cujo objetivo final era viabilizar a construção da bomba atômica nos dois países; c) A meta final era formar uma associação militar com o Iraque, que viabilizasse a fabricação de bomba atômica também no Brasil, pois a premissa do SNI era de que o Iraque tivesse o controle de uma tecnologia avançada em algumas fases do processo (OLIVEIRA, 1999, p. 476).

De acordo com Tânia Malheiros (1996), o Brasil, entre 1981 e 1982, enviou para o Iraque 24 toneladas de urânio enriquecido pelo IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares), a tecnologia desenvolvida pelo Brasil e, posteriormente, exportada para o Iraque foi adquirida de Portugal, Espanha, Bélgica e África do Sul, que forneceram para o País o “yellow cake”²⁴.

Todos os acordos estabelecidos com o Iraque, durante governos militares, mostraram-se satisfatórios para o País. O general Médici instalou a embaixada

²⁴ Chama-se *yellow cake* o concentrado de urânio obtido através do primeiro processo de beneficiamento desse mineral, a partir da forma em que é encontrado na natureza. Foi com o material importado, preparado a partir de matéria-prima estratégica brasileira, que o Brasil produziu e exportou as pastilhas de dióxido para o Iraque (MALHEIROS, 1996).

brasileira em Bagdá. O general Ernesto Geisel, como então Presidente da Petrobrás, não aceitava o boicote internacional das companhias de petróleo contra Bagdá. Depois de assumir a Presidência da República, o general Geisel teve o mandato marcado pelos grandes contratos de exploração com o Iraque. Finalmente, o governo do presidente Figueiredo primou por uma ligação estritamente na área militar.

Em 1983, o Governo Figueiredo teve que por a prova a sua condição de não interferir nos conflitos da América Central, ao menos conforme era propagado no discurso oficial. Em uma operação de rotina de reabastecimento de três aviões líbios em território brasileiro, no aeroporto de Manaus, e de auxílio a um avião C-130 “Hércules” com problemas mecânicos, que pousou em Recife, transformou-se em um incidente diplomático.

Em um primeiro momento, foi declarado que as tripulações transportavam medicamentos para a Colômbia e receberiam autorização para pousar uma vez que as autoridades brasileiras estavam obedecendo às normas internacionais de aviação. Posteriormente, foi detectado que os aviões estavam carregados de armas e rumavam para a América Central conflagrada. Quando o governo brasileiro tomou ciência da carga reteve os aviões e as armas, começou um impasse diplomático que durou 50 dias.

O Itamaraty e representantes líbios passaram a negociar sob o olhar atento de fabricantes brasileiros de armamentos, pois o Brasil era um dos fornecedores de equipamento militar para o governo daquele país que hostilizava abertamente os EUA e Israel, além dos aliados ocidentais de ambos. Segundo reportagens do Jornal do Brasil do período, o governo após incessantes pedidos dos fabricantes brasileiros de armas, que temiam perder o promissor mercado líbio, liberou os aviões e a carga (IMPASSE DIPLOMÁTICO COM A LÍBIA, 2013).

Naquele mesmo ano, o Brasil buscou estabelecer uma linha de defesa fora do País contra a “cubanização” do território sul-americano. Conforme Eugênio Vargas García (2005), o ministro Danilo Venturini seguia, em uma missão de alto nível, sob as ordens diretas do presidente Figueiredo, para o Suriname, a fim de oferecer ao tenente-coronel Desiré Bouterse linhas de crédito no Brasil, evitando que o governo daquele país aceitasse a oferta cubana de auxílio financeiro (GARCIA, 2005). Carlos Federico Dominguez Ávila (2011) escreveu que rapidamente houve o acerto para fornecimento de material bélico brasileiro ao governo surinamês, além de concessão

de assistência técnica e treinamento de oficiais, deixando clara a ação pragmática da diplomacia brasileira em garantir a manutenção daquele país fora da esfera de influência cubana²⁵.

Em ambos os acontecimentos, o Governo Figueiredo fez valer o pragmatismo da sua política externa, ora contrapondo os EUA no caso dos aviões líbios fazendo prevalecer os interesses dos fabricantes de armas brasileiros, mesmo que abastecendo um país aliado do governo estadunidense na guerra entre Egito e Líbia travada, em 1977, com os militares líbios equipados com armas brasileiras. O país pôs em prática a política de defesa da parcela meridional do continente, evitando assim a penetração do “inimigo externo” conforme propagado na doutrina estadunidense na Escola da Américas. O Realismo das Relações Internacionais se fazia presente na política externa brasileira, em função de ora proteger a cooperação evitando a vitória do inimigo comum, ora fazendo prevalecer os interesses comerciais brasileiros e a projeção de poder do Brasil no continente, atestando a sua capacidade de potência média.

O Iraque passou, por seu turno, em 1984, a atacar as cidades iranianas com mísseis Scud-B de fabricação soviética. Inaugurava-se a fase da “Guerra das Cidades” no conflito Irã-Iraque²⁶. Em função da melhoria no sistema de navegação dos mísseis iraquianos, a Força Aérea Israelense lançou uma operação contra o território iraquiano, destruindo Osirak. O temor israelense se justificava, pois as forças armadas de Saddam Hussein dispunham de um míssil que alcançava Teerã e os serviços de inteligência israelenses detectavam a aproximação do Iraque à Argentina para a obtenção do míssil Condor II, que poderia chegar a Tel-Aviv com uma carga química ou nuclear (BARCELONA; VILLALONGA, 1992).

Em 1984, uma nova rivalidade surgia no Oriente Médio: Brasil x Argentina. A indústria aeronáutica argentina já havia desenvolvido o míssil Condor I, um míssil de oito metros que começou a ser desenvolvido na década de 1970. Entretanto, a CIA

²⁵ Deve-se mencionar que o tenente-coronel Bouterse era sargento do Exército do Suriname que liderou o golpe de Estado conhecido como “O Golpe dos Sargentos” (25 de fevereiro de 1980), porém segundo o autor sem uma ideologia preestabelecida ou consistente. A missão brasileira atuou entre 15 e 17 de abril de 1983 no Suriname, como uma forma de evitar que o país se tornasse uma nova Ilha de Granada, tomada por um governo marxista-leninista, em 1979, que recebeu apoio cubano, derrotados por tropas da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e dos EUA, em 25 de outubro de 1983 (ÁVILA, 1983).

²⁶ A “Guerra das Cidades” foi a fase do conflito entre Irã-Iraque, na qual as forças militares dos países beligerantes bombardearam as principais cidades do inimigo buscando alvos militares e vitais para a economia. Neste período foi registrado o maior número de vítimas civis de todo o conflito (HIRO, 1998).

estava preocupava com o desenvolvimento do míssil Condor II, que era um míssil de longo alcance com capacidade para transportar armas de destruição em massa. Esse míssil já havia chamado atenção dos técnicos iraquianos. O governo brasileiro não gostou da entrada argentina no mercado iraquiano, principalmente porque estava oferecendo um material que o país ainda não poderia oferecer a Saddam Hussein (BARCELONA; VILLALONGA, 1992).

A rivalidade desencadeada no Oriente Médio foi vista nitidamente na primeira parte do conflito, pois o Brasil apoiava abertamente o Iraque, enquanto a Argentina vendia armas ao Irã, provocando atritos nas relações entre os EUA e a Argentina. Tais relações já mostravam um desgaste em função do apoio estadunidense oferecido à Grã-Bretanha, durante o conflito que, em 1982, levaram tropas e forças aeronavais a se enfrentarem nas Falklands. A Argentina alegou que era signatária do TIAR, por outro lado, partiu do governo argentino a agressão à uma possessão britânica no Atlântico Sul. As exportações de armas argentinas para o Irã foram suspensas no momento da redemocratização na Argentina.

O Egito passou a se interessar pelo projeto argentino que poderia ser desenvolvido na região por um consórcio egípcio-iraquiano-argentino, sendo produzido no Cairo sob o nome de Badr 2000. Todavia, vários países viam nos petrodólares iraquianos uma salvação para suas economias, como Brasil, Chile, China, África do Sul e o próprio Egito (BARCELONA; VILLALONGA, 1992). Desses países, os que estavam alinhados aos EUA receberam a permissão do governo estadunidense para fornecer ao Iraque tecnologia militar sofisticada.

A política externa brasileira buscou recuperar o espaço perdido para a diplomacia argentina no norte da África. Em 1984, foi assinado um acordo de cooperação técnica e científica com intenção de troca de informações acerca de tecnologia, embora o tratado não especifique quais as áreas privilegiadas. No mesmo ano, o Brasil assinaria com outro país da região, o Marrocos, um acordo cultural. No entanto, a assinatura de um acordo militar com a Arábia Saudita colocava o Brasil em vantagem à Argentina, pelo menos, na região do Golfo Pérsico. O tratado dizia respeito “[...] a conseguir a autonomia tecnológica em áreas que possam facilitar seus esforços respectivos e próprios para obter condições de segurança nacional” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013g). Seria estabelecida desde então a cooperação industrial-militar com a capacitação de ambas as indústrias bélicas a partir de

pesquisas conjuntas (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013g).

De acordo com Kenneth R. Timmerman (1992), em 1984, o Brasil estava bastante endividado, o que representava um risco para a permanência do regime militar. Os juros da dívida externa eram pagos com bilhões de dólares, o Iraque era a saída escolhida como o melhor comprador de armas brasileiras e o melhor parceiro da Petrobrás. Várias empresas brasileiras lucravam com o comércio com o Iraque. A construtora Mendes Júnior era a responsável pela construção secreta de linhas férreas entre as minas de urânio, que lhe valeu um contrato de US\$ 1,2 bilhões (TIMMERMANN, 1992).

O Iraque era um excelente cliente, não apenas por comprar o que o Brasil oferecia em termos de armamentos, mas para transferir aos técnicos e assessores militares brasileiros a tecnologia missilística soviética. Conforme Leonardo Attuch: “O Iraque transferiu para o Brasil parte da tecnologia dos mísseis Scud B, que eram comprados da antiga União Soviética.” De acordo com o autor, essa tecnologia seria trazida para o Brasil alimentando as rixas entre Brasília e Buenos Aires. A tecnologia militar argentina também tinha evoluído, os técnicos argentinos já haviam desenvolvido o míssil Condor II e pretendiam também colocá-lo no mercado do Oriente Médio (ATTUCH, 2003).

A Mendes Júnior de Minas Gerais estava concorrendo com outras empreiteiras. O presidente Geisel, antes de deixar a Presidência, escreveu diretamente a Saddam Hussein para que ele não esquecesse “[...] que o Brasil havia sido um dos primeiros a se solidarizar ao Iraque após a nacionalização do petróleo”. Foi essa intervenção que fez com que a Mendes Júnior trabalhasse no Iraque entre 1979 e 1982. No país do Oriente Médio, estavam a Volkswagen, a Sadia, a Massey Ferguson e, depois, a Vale do Rio Doce. A aproximação dos governos de Saddam Hussein proporcionou a criação do Banco Brasileiro Iraquiano, conforme Leonardo Attuch (2003).

A empresa mineira tornou-se referência para o governo iraquiano em termos de construção. Após a conclusão da ferrovia Bagdá-Akashat, a construtora de Minas Gerais foi chamada para construir a Expressway com um contrato de 30 milhões de dólares. A estrada ligava Basra à fronteira da Jordânia, ligando Iraque longitudinalmente. O grande projeto Sifão para irrigar o território iraquiano com a

água do Tigre e do Eufrates não pôde ser iniciado, pois os recursos foram usados na guerra contra o Irã.

Apesar dos lucros que o Brasil vinha obtendo no Oriente Médio desde o Governo Médici, o país, na sua política interna, passaria por uma mudança de rumos que traria consequências para a política externa. Em 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves como o novo presidente, encerrando vinte e um anos de ditadura militar. Devido a sérios problemas de saúde, o presidente eleito vem a falecer no mesmo ano, sendo substituído pelo Vice-Presidente José Sarney, que assumiu o cargo em 15 de março daquele mesmo ano, dando a sua administração o nome de *Nova República*. No final daquele ano, eleições diretas para vários cargos são desenvolvidas no Brasil, assim como para governadores estaduais no ano seguinte. O novo Congresso Nacional recebera a incumbência de escrever a nova Constituição.

No ano seguinte, as reformas na economia são instauradas através do Plano Cruzado, mudando a moeda de Cruzeiro para Cruzado, congelando preços e salários por um ano, além de acabar com a correção monetária. Alguns ajustes se faziam necessários, entretanto não foram postos em prática para não prejudicar os candidatos governistas nas eleições seguintes. A manobra alcançou o resultado esperado, mas a inflação não podia ser controlada.

Percebeu-se que as relações Brasil-Bagdá provocam nos EUA uma reação que é explicada por Odete Maria de Oliveira, pois Washington temia que, com o pleno sucesso de tal parceria, o Brasil, já detentor de bomba atômica, passasse a exportar tecnologia nuclear aos adversários dos EUA na África e no Oriente Médio. Em 1984, o General Figueiredo, que estava quase se despedindo do governo, assinou o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Industrial-Militar entre o Brasil e os EUA. O acordo reabre a cooperação denunciada pelo presidente Geisel desde 1977. Era uma forma de voltar a se aproximar com o governo estadunidense (OLIVEIRA, 1999).

Apesar dos governos militares terem saído de cena, as relações com o Iraque ainda continuavam atraentes. O governo civil brasileiro demonstrava preocupações com a defesa do Direito Internacional em temas do Oriente Médio. O país colocava-se em defesa da Frente Polisário como legítima representante do povo Saaraui na sua luta de libertação contra o Marrocos, no que pese as relações estabelecidas entre os governos brasileiro e marroquino. O tema foi motivo de discurso na Câmara

dos Deputados por parte de Olavo Setúbal. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil votou a favor daquela facção guerrilheira e pela independência do Saara Ocidental. Tal voto brasileiro em nada afetou as relações com o Reino do Marrocos (BARRETO, 2012).

O Brasil, em meio a escalada de violência no Líbano, apenas emitiu comunicados nos quais lamentava as ações de facções armadas que “agravavam a difícil crise por que passa aquele país amigo”. O país manteve seus fornecimentos de material bélico ao Iraque, incrementando a sua relação comercial com o Governo de Saddam Hussein, enquanto enfatizava a necessidade de ações voltadas ao Direito Internacional em áreas onde sua posição não permitia estabelecer a venda de equipamentos militares ou a defesa de clientes, como no caso do ataque israelense à Tunísia, em 1985, quando o governo brasileiro demonstrou sua consternação com aquela ação militar. O posicionamento brasileiro ficou evidente quando da visita do Ministro das Relações Exteriores do Egito, Boutros-Boutros Ghali, ao país, naquele mesmo ano (BARRETO, 2012)²⁷.

Se na região do norte da África e no Levante, o Brasil atuava com tom conciliatório, no Golfo Pérsico a posição realista da política externa brasileira se evidenciava. O Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva afirmou, em entrevista a Leonardo Attuch, que, entre 1987 a 1990, empresas como EMBRAER, ESCA, ENGESA e IMBEL se uniram para criar uma empresa de sistemas bélicos avançados e foram ao Iraque oferecer o protótipo de um míssil a Saddam Hussein, durante o governo, apesar dos prejuízos nos acordos comerciais com o Iraque, em 1987 (ATTUCH, 2003).

Naquele mesmo ano, o Brasil ainda mantinha um acordo com o Iraque para o fornecimento de diversos produtos, o que rendeu ao país um lucro de 1,2 bilhões de dólares em dois anos. Ainda em 1987, a inviabilidade do projeto Osório ficou evidente, em função da falência da ENGESA, por motivos que, segundo Roberto Lopes, estavam nas mãos das “[...] grandes instituições financeiras” (LOPES, 1994, p. 305). Naquele ano, uma venda de sistema de mísseis Astros II era concretizada para a Arábia Saudita, que passou a comprar armas brasileiras, gerando um contrato de compra no valor de US\$ 50 milhões, principalmente para abastecer de

²⁷ O Brasil havia vendido à Tunísia 18 blindados Urutu (EE-11) e 24 blindados Cascavel (EE-9), entre 1982 e 1983, sendo todos entregues, conforme dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2013).

foguetes os 76 lançadores comprados. A carga completa deveria ser entregue em 1992. Esse contrato de cinco anos contemplava a instrução de militares sauditas e o fornecimento de peças de reposição, conforme os dados do SIPRI (2013).

Em 1987, o presidente José Sarney viajou à Argentina para visitar as instalações nucleares argentinas em Pilcanyeu. Essa estada na Argentina tinha como objetivo a retribuição da visita do presidente Raul Alfonsín às instalações nucleares brasileiras, além de apurar a verificação brasileira que o governo argentino não tinha a intenção e condições de construir a bomba. Encerrava-se, dessa forma, segundo Daniel Santoro, do Jornal *El Clarín*, “[...] la carrera nuclear secreta entre ambos países terminó y se inició una etapa de cooperación tecnológica y controles mútuos” (SANTORO, 2012).

O Brigadeiro Hugo Piva era o encarregado de projetar um míssil balístico brasileiro, portanto foi apresentado o Sonda 4. Ele seria capaz transportar uma ogiva de 500 quilos a 280 quilômetros de distância, porém, posteriormente, com uma remodelação, poderia percorrer mil quilômetros. A tecnologia do combustível era a mesma do Condor II, isto é, utilizava combustível sólido. Acirrou-se, assim, a rivalidade Brasil x Argentina no Oriente Médio.

A tecnologia brasileira na área de mísseis atraiu investimentos iraquianos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema Astros II. Vários técnicos iraquianos foram enviados à AVIBRÁS para aprenderem a desenhar e projetar armas, além de estudos avançados em balística e tecnologia de ogivas. Para Kenneth R. Timmerman, tratava-se do desenvolvimento de armas Sul-Sul, com a utilização de tecnologia estadunidense, europeia ocidental e soviética. A indústria bélica iraquiana produziu, segundo o autor, outros mísseis desenvolvidos a partir dos armamentos soviéticos, como o *Al Hussein*. Por outro lado, os governos brasileiro e iraquiano não afastavam a hipótese da construção conjunta do sistema Astros III (DEFESA GLOBAL, 2012).

Durante a “Guerra das Cidades”, segundo Dilip Hiro (1998), 277 mísseis foram lançados nas principais cidades iraquianas e iranianas. Os mísseis *Al-Hussein* iraquianos começaram, gradativamente, a substituir os Scuds B soviéticos. O Iraque dispunha de mísseis soviéticos, também passou a ter mísseis brasileiros, pois técnicos iraquianos vieram a São José dos Campos para acompanhar o teste do SS-300, que, segundo Timmerman, cumpriu a mesma tarefa do artefato soviético. Estruturou-se, naquela cidade paulista, uma operação com auxílio de técnicos

franceses e alemães ocidentais para modificar os Scud-B e abastecê-los com combustível sólido (TIMMERMANN, 1992).

A Guerra Irã-Iraque mostrava, em 1987, que os oponentes já estavam com suas economias cambaleantes em função do período pelo qual a guerra se desenvolveu. A Primeira Guerra do Golfo fez com que o Iraque, de acordo com Roberto Lopes, começasse “[...] a esquecer [...]” (LOPES, 1994, p. 309) o pagamento de suas obrigações com a indústria bélica brasileira, algumas empresas no setor “[...] foram tentar ‘aliviar’ o prejuízo junto ao Exército Brasileiro” (LOPES, 1994, p. 309). A Embraer procurou um novo comprador para os aviões EMB-312 Tucano por que o governo iraquiano havia reduzido o número de unidades que seriam compradas. O Irã se interessou pelos aviões fabricados no Brasil e estabeleceu contatos para comprá-los. Dessa forma, o governo civil brasileiro continuou aplicando o Realismo visto durante Primeira Guerra do Golfo, isto é, passou a vender aviões para o Irã, enquanto honrava os contratos comerciais vigentes com o Iraque.

O governo brasileiro começou a treinar, concomitantemente, pilotos iraquianos e iranianos, porém, uma vez que os ressentimentos causados pelo conflito entre seus países, ainda eram recentes, a alternativa foi enviar os pilotos iraquianos para as instalações da EMBRAER, em São José dos Campos (SP), enquanto os pilotos iranianos foram enviados para Lagoa Santa (MG). É interessante notar que os EUA proibiam a venda de qualquer armamento que tivessem componentes fabricados por empresas estadunidenses ao Irã (COOPER; BISHOP; LUCCHESI, 2006). Deve-se lembrar que, apesar da denúncia do *Irãgate*,²⁸ o mercado de armas ainda era o melhor negócio em que todos os países lucravam, mesmo vendendo armas para ditos *inimigos*. Era um exemplo clássico de aplicação da Teoria dos Jogos, com um resultado positivo para o Brasil e Iraque. Militares israelenses já haviam usado tal expediente anos antes²⁹.

²⁸ Convencionou-se chamar de *Irãgate*, o acordo secreto entre os EUA e a República Islâmica do Irã, que objetivava trocar armas pelos reféns dos EUA e ocidentais capturados e mantidos no Líbano, durante a guerra civil, naquele país, por facções que eram aliadas ao governo iraniano e mantidas pelo seu governo. Tais armas foram de extrema importância no esforço de guerra do Irã contra o Iraque, apoiado pelo governo estadunidense e aliados ocidentais (HIRO, 1988).

²⁹ De acordo com Victor Ostrovsky e Claire Hoy (1992), o governo israelense ofereceu treinamento militar para a SWAT indiana, para guerrilheiros tamiis e para tropas cingalesas, ao mesmo tempo, inclusive em instalações militares israelenses próximas umas das outras e, às vezes, nos mesmos quartéis em horários alternados.

Não foi apenas o primeiro calote iraquiano que desestruturou a indústria armamentista brasileira, a desarticulação do movimento terceiro mundista e o fim da lógica na política Norte-Sul, de acordo com Ricardo Sennes (2003, p. 80), “[...] atingiu em cheio alguns postulados centrais da sua política externa”. A diplomacia brasileira para o Terceiro Mundo, que havia sido tão atuante nos anos 1970 e 1980 e com as bases firmadas ainda na década de 1960, foi inoperante quanto às relações brasileiras com o Oriente Médio que passaram a sofrer uma forte reversão, conforme Ricardo Sennes. Nitidamente, a intenção do Brasil era, através da ação da indústria bélica e do assessoramento nuclear brasileiro a Bagdá, estabelecer uma “[...] área de influência própria” que se legitimaria fortemente pela união dos países do bloco Sul-Sul (SENNES, 2003).

No ano seguinte, a “Guerra das Cidades” entrou na sua segunda fase, uma vez que o Iraque rompia as tentativas de paz estabelecidas pelos países beligerantes e a Síria, em Damasco. A volta dos ataques iraquianos às cidades iranianas, conforme Dilip Hiro, ocorreu em função da declaração do Ministro sírio das Relações Exteriores, na Reunião da Liga Árabe, afirmando que seu país não diminuiria a ajuda militar que estava sendo enviada ao Irã (HIRO, 1998).

Por outro lado, a URSS pressionava a Líbia para não enviar mais mísseis aos seus aliados em Teerã, que encontrou na Coreia do Norte um novo fornecedor de mísseis. Segundo Steven J. Zaloga (2006), a rápida reposição de mísseis oferecida pela indústria bélica iraquiana foi crucial para que o Iraque desenvolvesse uma ofensiva, fazendo que o governo iraniano aceitasse as negociações de paz (HIRO, 1998). O Irã aceitou, em 1988, incondicional e unilateralmente a Resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, em 20 de agosto, passou a supervisionar a trégua entre os Estados. O final do conflito com o Irã não impediu que o Iraque continuasse a se armar.

De acordo com Steve J. Zaloga (2006), o governo iraquiano propiciou na sua indústria bélica um aumento na produção de mísseis que tivessem autonomia de vôo para atingir Teerã e Tel-Aviv. Além do já fabricado *Al-Husseini*, a indústria bélica de Saddam Hussein lançou o *Al-Abbas*, com alcance de 860 quilômetros, o *Al-Hijara*, construído especialmente para destruir instalações nucleares, especificamente no Irã e em Israel. Ainda conforme Zaloga, o foguete *Al-Abid* era considerado um veículo de lançamento espacial. Outros dois modelos de lançadores foram desenvolvidos no final da década de 1980: o *Al-Walfed* e o *Al-Nida* (HIRO, 1998).

Notou-se que todas essas melhorias feitas na indústria bélica iraquiana, especialmente na fabricação e programação de mísseis e foguetes aconteceram após a massiva transferência de tecnologia brasileira e do *know how* levado a Bagdá pelo Brigadeiro Hugo Piva, que retornou do Iraque em 1989. A ajuda militar brasileira ao Iraque, na área de mísseis, foi ampliada depois que o Brasil assinou com a China um acordo nuclear bastante abrangente que permitia a troca de assistência brasileira na área de combustível sólido, pela assistência chinesa nos sistemas de navegação e mistura de combustível líquido. A ajuda chinesa fez com que cientistas alemães, brasileiros e iraquianos conseguissem finalizar com sucesso o projeto do *Al-Abbas* (TIMMERMANN, 1992).

Com o final do conflito Irã e Iraque, o Brasil necessitou diversificar a pauta de exportações para a região, embora ainda existissem clientes para adquirir material bélico. Os governos Brasileiro e da República Islâmica do Irã assinaram, em 1988, um *memorandum*, estabelecendo comissão mista interministerial que envolvia várias áreas, tais como os campos econômico, comercial, industrial, técnico-científico, tecnológico e cultural.

O intuito da assinatura daquele documento era estabelecer o incremento das relações bilaterais. O fato ocorreu um mês após o fim das hostilidades entre as forças armadas iranianas e iraquianas. Com os Emirados Árabes Unidos, foi firmado um acordo de cooperação econômica, comercial, industrial, técnica e financeira. A Jordânia firmou com o país um tratado comercial contemplando uma extensa relação de produtos que seriam exportados para aquele país do Oriente Médio (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013h). Naquele momento, o reino hashemita buscava diversificar as importações oriundas do Brasil, visto que já tinha sido também um cliente de material bélico brasileiro, comprando, entre 1987-1988, segundo o SIPRI, 28 blindados EE-11 “Urutu”, avaliados em US\$ 50 milhões, usados pela polícia real jordaniana em operações de segurança interna (SIPRI, 2013).

Em 15/03/1990, o Presidente José Sarney passava a faixa presidencial ao primeiro governante brasileiro eleito pelo voto direto após o término do regime civil-militar. Fernando Collor de Mello chegava à Presidência da República com um discurso bastante contundente sobre as relações diplomáticas que o país mantinha com o Oriente Médio. O governo brasileiro reclamava ao governo iraquiano sobre o déficit de aproximadamente US\$ 1,3 bilhões, que foi sendo somado entre débitos

públicos e privados, segundo Marcelo Luis Montenegro. A situação foi gerada em função de atrasos de empréstimos, inversões e financiamentos dos setores públicos e privados, porém até o início da década de 1990 não fora apresentada nenhuma solução (MONTENEGRO, 1992).

A guerra iniciada em agosto de 1990 com a invasão do Kuwait por tropas do Iraque não chamava a atenção no Brasil, uma vez que o entusiasmo em vender armas para o Iraque já havia passado. A EMBRAER já havia experimentado a falência dos contratos com o Iraque após a guerra travada com o Irã, que deixou o país governado por Saddam Hussein enfraquecido economicamente.

No Brasil, a guerra não atraía a atenção dos militares e do novo presidente em enviar tropas para fazer parte da Coalizão. Como ocorreu nas décadas de 50 e 60, o Brasil não aceitou os pedidos dos EUA. Em 1990, o governo brasileiro repete a mesma estratégia em relação à Segunda Guerra do Golfo. Contudo, o Brasil acatou um pedido das Nações Unidas para que fosse estabelecido o embargo de armas para Bagdá, porém, segundo Leonardo Attuch (2002), todas as relações comerciais entre os dois países começaram a ser congeladas a partir de 1990. Atendendo a uma resolução das Nações Unidas, o Brasil aderiu ao embargo econômico contra o Iraque (ATTUCH, 2003).

As diretrizes dos organismos internacionais passaram a ser aceitas pelo País, principalmente aquelas oriundas de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. De acordo com Cláudio Preza Júnior, isso fica claro na XLVI Assembléia das Nações Unidas, quando no tradicional discurso de abertura feito pelo presidente brasileiro no cargo. O presidente Fernando Collor disse que o Brasil faria as reformas internas necessárias para atrair capitais externos (PREZA JÚNIOR, 2002).

Tanto para o Brasil quanto para o Iraque, a situação do pós-Guerra Fria não apresentava as condições do período em que ambos mantinham excelentes contatos nas áreas estratégica e comercial. O Iraque durante a Guerra Fria, principalmente após 1979, isto é, após a vitória da Revolução Islâmica no Irã, passa a ser armado por vários países ocidentais e financiado pelos seus vizinhos conservadores árabes para conter o perigo do fundamentalismo islâmico. O próprio Brasil lucra com essa posição dos ocidentais, segundo Leonardo Attuch (2003).

Em fevereiro de 1991, o Iraque era derrotado militarmente pela Coalizão, devendo se retirar do Kuwait. As experientes forças militares iraquianas, que

combatiam quase que ininterruptamente por onze anos caem frente a 680.000 homens. As melhores forças armadas e as mais bem equipadas do Golfo Pérsico são derrotadas por forças estrangeiras com inigualável poder militar, baseado em uma tecnologia sem similar entre os iraquianos (POLLACK, 2004).

A ação da aliança internacional foi pautada em um primeiro momento, “[...] em nome do direito internacional, de seus princípios e da própria necessidade de garantir o abastecimento em petróleo.”, segundo Christian Caubet (1991, p. 41). A desocupação do Kuwait não foi a única exigência da ONU, que teoricamente estava coordenando as operações da Coalizão. O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas instaurava várias resoluções, ainda conforme o autor, que fazem parte das sanções contra o Iraque (CAUBET, 1991).

A resolução 661 da ONU (06/08/1990) se aplicaria em forma de embargo ou boicote ao comércio iraquiano, abrangendo os aspectos financeiros e militares. O Brasil se apressa em obedecer a essa resolução fazendo com que uma remessa de sistemas de foguetes Astros II, que foram originalmente encomendados pelo Iraque, fosse transferida para a Arábia Saudita, que os utilizou no conflito, segundo Gordon Rottman e Ron Volstad (1993).

Christian Caubet (1991, p. 46) chamou a atenção para aquilo que a ONU sinalizava ao Iraque: “A resolução 670 da ONU (25/11/1990) permite que se recorra ao uso da força e estabelece o prazo de 15/1/1991 para que o Iraque aceitasse as Resoluções da ONU”. Para o autor, a ação liderada pelos EUA visava impedir a fabricação de uma bomba atômica iraquiana a médio ou em longo prazo. Dessa forma, entende-se o porquê do ataque israelense anos antes. O autor não esclareceu se o Iraque detinha o *know how* da fabricação do artefato, concedido pelo Brasil. Após a derrota iraquiana, Brasília passou a computar os prejuízos do rompimento dos acordos de comércio com Bagdá, principalmente na área comercial, uma vez que as indústrias militares já haviam decretado falência (CAUBET, 1991).

Segundo Leonardo Attuch (2003), o Projeto Sifão, que deveria bombear as águas dos rios Tigre e Eufrates para irrigação, na época do seu estabelecimento (1984), daria para o Brasil US\$ 3 milhões, o que atualmente seriam em torno de US\$ 10 bilhões, de acordo com matéria assinada pelo autor em 2002. A posição do governo e de empresas privadas do Brasil na região era bastante delicada, pois não haveria garantias de recuperar contratos comerciais após o conflito. Os vencedores

ocupar-se-iam de redistribuir as vantagens comerciais entre aqueles países que tivessem colaborado no esforço de guerra da Coalizão (ATTUCH, 2003).

A Massey Ferguson exportou para o Iraque, no mesmo ano, 350 tratores e 100 colheitadeiras, de acordo com as regras da ONU, isto é, o programa Petróleo por Comida. As receitas iraquianas só podiam ser usadas para adquirir artefatos ligados à produção de alimentos ao povo iraquiano. De certa forma, há o envio de petróleo para o Brasil, uma vez que a Petrobrás não pode atuar no território iraquiano. A Volkswagen detinha um contrato de exportação de 1,7 bilhões de dólares, do qual faziam parte 175 mil carros Passat e 25% em autopeças.

Em função da guerra entre a Coalizão e o Iraque, o governo de Saddam Hussein manteve retido no país um grupo de trabalhadores brasileiros. A questão dos reféns brasileiros, em 1990, deixou a Saddam Hussein uma brecha para uma negociação com o Brasil para manutenção de serviços brasileiros. Quatrocentos e cinquenta trabalhadores brasileiros ficaram retidos no Iraque, uma vez que o governo de Bagdá suspendeu a concessão de vistos de saída do país. Na chefia da delegação brasileira, estava o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que era bem-aceito pelos países árabes, pois, segundo Leonardo Attuch (2003, p. 88), “[...] era identificado como diplomata empenhado em romper o bloqueio no acesso a tecnologias de ponta, especialmente nuclear, espacial e de mísseis, imposto pelos países industrializados aos mais pobres”. Era bastante conhecida a boa relação que o Embaixador tinha com os governos militares que forneceram essas tecnologias ao Iraque. Os trabalhadores, na maioria da Mendes Júnior, foram libertados em 15/01/1991, todavia 230 milhões de dólares foram deixados no Iraque em equipamentos (ATTUCH, 2003).

Tais equipamentos passaram a ser responsabilidade do Governo iraquiano, como foi comunicado ao Banco do Brasil, sendo feito um seguro contra os danos prováveis provocados pela guerra. O governo brasileiro anunciava, assim, os créditos de empreiteira, passando a ser credor do governo iraquiano. A Câmara Internacional do Comércio, em Paris, foi comunicada pelo diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, Narciso da Fonseca Carvalho, que o banco assumira os créditos da empresa em relação ao Iraque. Leonardo Attuch resumiu bem os prejuízos da relação Brasil e Iraque surgidos em decorrência da invasão iraquiana ao Kuwait: “[...] terminaram as obras, mas a herança do relacionamento Brasil-Iraque iria pesar nos anos seguintes” (ATTUCH, 2003, p. 90).

Se as relações entre Brasília e Bagdá trouxeram tantos proveitos para o Brasil durante o período das crises do petróleo, passavam, no início da década de 1990, a trazer prejuízos incalculáveis. Começava um contencioso jurídico no Brasil, opondo Mendes Júnior e o governo brasileiro, que disputaram alguns bilhões de reais. Como já foi observado, com o final da guerra, o governo assume os créditos da Mendes Júnior, desobrigando a empresa mineira das suas obrigações em relação ao Banco do Brasil. Nesse momento, o governo brasileiro deveria se habilitar junto às Nações Unidas, a fim de receber os pagamentos do governo iraquiano. Esse foi o procedimento adotado por diversos países que lucraram com os momentos de estabilidade econômica do Iraque e que agora buscavam as reparações devido à guerra.

Após várias verificações, o Tesouro Nacional cobriria as perdas do Banco do Brasil, devendo à Mendes Júnior várias dezenas de milhões de dólares. O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) ressarciria o banco, uma vez que o instituto garantia todos os contratos. Apesar do risco de guerra fazer parte dos contratos, o IRB negou o ocorrido e o valor da pendência somava 303,2 milhões de dólares, segundo Leonardo Attuch (2003). O banco não recebeu o que lhe era devido.

A alternativa encontrada pelo governo brasileiro foi pagar e liquidar as dívidas da construtora na totalidade e, assim, poder buscar junto ao governo de Bagdá ou em foros internacionais de arbitragem, como a Câmara Internacional do Comércio, em Paris, o ressarcimento que lhe era devido. Outra pendência residia na retirada do equipamento da Mendes Júnior do Iraque e sua posterior venda. A negligência do governo brasileiro em não habilitar os créditos fez com que a Mendes Júnior e o Governo Brasileiro não recebessem o dinheiro devido pelo governo iraquiano, que seria pago pela Comissão de Guerra do Golfo, criada pelas Nações Unidas. Provavelmente, os créditos já prescreveram.

O comércio entre os dois países chegou à soma de 30 bilhões de dólares entre as décadas de 1970 e 1980, porém a guerra de 1990-91 fez com que o Iraque fosse condenado a um embargo que o colocou na fase pré-industrial. O petróleo gerou riqueza, fazendo o Iraque alcançar a condição de potência regional e um arsenal invejável, comprando milhões de dólares em armas brasileiras e em tecnologia nuclear do Brasil, passou a servir de moeda de troca por comida e remédio, além de servir como produto a ser contrabandeado pelo território iraquiano. De uma forma ou de outra, ou seja, lícita ou não, o petróleo passou apenas a

garantir uma subsistência mínima ao Iraque e a sua população, segundo Leonardo Attuch (2002).

O início da década de 1990 mostrou o final de uma união que vinha sendo desenhada entre Brasil e Iraque desde o início dos anos 70, quando os dois países de Terceiro Mundo buscavam a grandeza fora dos ditames das duas potências da Guerra Fria. O Governo Brasileiro procurou a aproximação aos EUA. O Iraque, por sua vez, também pretendeu restabelecer o diálogo com o governo estadunidense e fortalecer sua posição junto ao governo russo.

A década de 1990 também marcou o fim da Guerra Fria, além de inaugurar outro tipo de conflito, isto é, sob a égide da ONU, tropas de vários países poderiam desembarcar em expedições em outros territórios, e puni-los por ações que fossem condenadas, não pela Organização das Nações Unidas, mas por Washington. Dessa forma, as lembranças das relações comerciais na área estratégico-militar com o Iraque passaram a ser incômodas, principalmente porque o Brasil impulsionou o projeto nuclear iraquiano. A solução do presidente Fernando Collor de Melo para apagar essa mácula do passado brasileiro, aos olhos dos EUA, seria o retorno ao alinhamento automático brasileiro a Washington e aos organismos financeiros internacionais.

Após a posse, o presidente Fernando Collor de Melo tinha que responder ao mundo com uma política externa que explicasse o envolvimento brasileiro no Iraque e os novos rumos do alinhamento com os EUA, principalmente, depois do embargo instaurado pela ONU contra o Iraque, na verdade foi uma exigência dos EUA, que capitanearam as ações militares da Tempestade no Deserto (*Desert Storm*).

Segundo Richard Connaughton (1992, p. 104), “[...] o Presidente Fernando Collor de Mello admitiu que no passado o Brasil forneceu ao Iraque tecnologia nuclear”. Ainda de acordo com o mesmo autor, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil apelou para que os vinte cidadãos brasileiros trabalhadores no programa nuclear iraquiano, que foram chamados de “*high technology mercenaries*” (mercenários de alta tecnologia), voltassem ao Brasil por “razões patrióticas”, ou seja, para não atrapalharem a política do novo presidente brasileiro de alinhamento a Washington.

Toda e qualquer ligação brasileira com o “novo inimigo do mundo livre” deveria ser esquecida e, se houvesse alguma ligação recente, deveria ser abortada, principalmente se dissesse respeito à área estratégico-militar. O presidente, em

setembro de 1990, participou da cerimônia na Serra do Cachimbo, que cessa as atividades do Campo de Provas Nucleares, que eram, inclusive, compartilhadas com Bagdá. Collor fazia o *mea-culpa* diante de Washington.

Conforme Cláudio Lopes Preza Júnior (2002, p. 120), houve “[...] um embate com o ‘Brasil do passado’ e o ‘Brasil Novo’, isso poria fim ao paradigma autonomista, que durante os últimos sessenta anos vinha marcando a política externa brasileira”. Acompanhando a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos, como foi colocado por Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, o Brasil teve que se adaptar a esse novo cenário internacional. Segundo os autores “[...] o Itamaraty teve dificuldades de reagir” (CERVO; BUENO, 2002, p. 455).

A década de 1990 mostrou uma política externa de orientação confusa, principalmente com o Governo Collor. Paulo Nogueira Batista (1993, p. 109), entretanto, expõe que “[...] a diplomacia de ex-presidente não teria sido produto de convicções exclusivas, mas teria resultado de pressões externas sempre presentes e de percepções razoavelmente difundidas no país [...]”. O presidente Collor almejava, como um reflexo do seu temperamento, a concretização imediata do Brasil competitivo na economia mundial. Todavia, não se pode negar que o programa do mandatário brasileiro era nada mais nada menos que a busca e simples aplicação do Consenso de Washington, o mais puro exemplo da filosofia ultraliberal. Esse programa idealizado pelos EUA era, de acordo com os representantes das agências do governo estadunidense e das instituições de crédito sediadas em Washington, o meio mais adequado para a América Latina. A participação dos Estados latino-americanos. Entretanto, seria mínima (BATISTA, 1993). O Governo Collor quis liquidar a inflação com um golpe certo e eficaz e criou o “Plano Collor”, o qual foi recebido friamente pela comunidade financeira internacional. A imagem do “Brasil Collorido” piora quando o governo passa a pleitear os mesmos descontos concedidos aos mexicanos no pagamento da dívida externa. Na área da política macroeconômica, o presidente brasileiro passou a colecionar fracassos, o que leva o FMI a exigir um alinhamento imediato, não apenas aos objetivos do Consenso de Washington, mas também aos meios. Estava evidente que os credores externos passariam a ditar as metas da política macroeconômica, principalmente, a renegociação da dívida externa (PREZA JUNIOR, 2002).

A questão da renegociação da dívida era uma forma de barganha que Washington detinha para privilegiar aqueles e tão somente aqueles que adotassem na totalidade as medidas impostas pelo Consenso de Washington. Essa renegociação faria com que os países da América Latina se tornassem eternos dependentes do BIRD e BID, além do que, ao término das obrigações com o FMI, passariam a ocorrer uma série de condições que passariam a ditar a política e os gastos com a defesa dos países latino-americanos.

A personalidade do presidente Fernando Collor marcada pela impaciência fez com que todos os obstáculos ao Consenso de Washington fossem derrubados rapidamente, principalmente se comparados ao México, que o fez em dois mandatos presidenciais distintos. Se o presidente quis se inspirar nos países desenvolvidos, a sua visão estava equivocada, uma vez que tais países, primeiramente, procuraram se proteger através de mecanismos de salvaguardas comerciais.

No âmbito regional, o presidente Fernando Collor busca um projeto ambicioso nos moldes do mercado comum da Europa ocidental. O MERCOSUL foi outro ponto atingido pela impaciência presidencial, que não respeitava os prazos e os objetivos, nem mesmo as necessidades de ajuste dos setores das economias nacionais, assim como o próprio impacto gerado pela integração e suas consequências para o Cone Sul.

A independência conquistada pelos governos militares ao ditar as bases para suas indústrias militares, programa nuclear e busca de novos parceiros militares (Iraque) vão de encontro ao que foi estabelecido pelo governante brasileiro. O presidente, segundo Paulo Nogueira Batista (1993, p. 110), “[...] com seu deslumbramento provinciano pelo Primeiro Mundo”, acaba assumindo uma postura típica de país subdesenvolvido e colonizado.

De acordo com o autor, o presidente brasileiro confundiu o poderio militar de Washington com o poderio econômico. Dessa forma, estava instaurada a subserviência na área estratégica e na área econômica. Esse pensamento se deve a uma leitura *collorida* rápida e deficiente do que ocorria no mundo, desde a vitória estadunidense na Guerra Fria aos acontecimentos que levavam soldados de várias nacionalidades para os campos de batalha da Segunda Guerra do Golfo.

O presidente Fernando Collor não mostrou o mesmo comportamento do presidente da Argentina, Carlos Saul Menem, que enviou uma “representação” argentina ao Golfo Pérsico para fazer uma “participação especial” frente ao Iraque.

Os oitenta pára-quadistas argentinos e as duas fragatas não se aproximaram da área de operações navais ou dos campos de batalha. No campo nuclear, os presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Saul Menem comprometeram-se a manter os acordos estabelecidos pelos seus antecessores.

No início da década de 1990, os dois presidentes assinaram a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, que estabelecia o Sistema Comum de Contagem e Controle, que, posteriormente, daria lugar à ABACC (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares). Julio Carasales declarou que, apesar da atuação conjunta na área nuclear, tanto Brasil quanto Argentina eram extremamente contrários ao TNP (CARASALES, 1995).

Ambos os países, em 1988, demonstraram o desejo de desenvolver um submarino nuclear, sendo que o Brasil adotaria um modelo baseado em um projeto totalmente nacional, como a França havia feito há anos, segundo Julio Carasales, Castro Madero e José Cohen. A Argentina admitiu as dificuldades para a construção do submarino. Na verdade, nenhum dos dois Estados levou adiante a construção dos submarinos (CARASALES; MADERO; COHEN, 1992).

A percepção do presidente brasileiro quanto à capacidade estadunidense de potência econômica foi equivocada, pois não percebeu que outros pólos passaram a emergir, tais como o Japão e outros países da Ásia, como a própria China, e os líderes europeus com Grã-Bretanha e Alemanha, que se mostravam em melhores condições do ponto de vista econômico, financeiro e tecnológico. Outra demonstração da visão distorcida de política externa e econômica do presidente Fernando Collor, em relação aos EUA, foi a escolha daquele país como segundo parceiro comercial do Brasil, sendo que a Comunidade Econômica Europeia era elevada à condição de parceira mais importante. Essa falta de percepção apontaria para um bilateralismo Washington-Brasília que não traria nenhum benefício para o Brasil, que estava atrelado ao Consenso de Washington.

O alinhamento automático a Washington da política externa do presidente Fernando Collor pode ser percebido em dois exemplos. Primeiramente, o Brasil acompanha os EUA nas suas controvérsias com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), no que diz respeito aos produtos agrícolas temperados, que não afetava diretamente o Brasil, de acordo com Paulo Nogueira Batista (1993). O Brasil demonstrou um grau adicional de marginalização nos negócios internacionais, quando aceita toda e qualquer decisão entre os EUA e a CEE antes mesmo que ela

venha a ser tomada. O mesmo autor escreveu que, em 1991, o Brasil agiu como “mero coadjuvante” da delegação estadunidense.

Outro exemplo de alinhamento a Washington feriu inclusive a soberania nacional, tocando um ponto bastante delicado na visão estratégica brasileira: a Amazônia. A CEE, em uma reunião do G-7, no Texas, decidiu sobre o monitoramento internacional da Amazônia brasileira, em 1990, sem a presença do Brasil. A aceitação do presidente Fernando Collor em colaborar com esse procedimento demonstrou a sua total subserviência aos ditames do Primeiro Mundo.

A longa lista de sucessos do Itamaraty pode estabelecer uma relação com o Oriente Médio durante a crise do petróleo em 1973, quando a ação dos diplomatas brasileiros na Arábia Saudita e no Iraque trouxe para o Brasil o produto com preços abaixo daqueles praticados no mercado internacional, além de projetar a indústria bélica brasileira naquela região.

A atuação do Itamaraty foi de suma importância na libertação de 450 brasileiros detidos, no Iraque, durante a Segunda Guerra do Golfo, principalmente pela atuação do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Todavia, as negociações da Mendes Júnior para sua retirada do território iraquiano não foi facilitada pela política externa do governo Collor. Segundo J. Murilo Valle Mendes, presidente da Mendes Júnior, em entrevista a Leonardo Attuch (2003, p. 126), “[...] o governo do presidente Collor gostava de transformar tudo em espetáculo. Por isso, o que era fácil ficou complicado”.

O presidente Fernando Collor chamou o presidente Saddam Hussein de insano em uma conversa com o presidente Bush, conforme Bernard Anson. Essa notícia veio a atrapalhar consideravelmente a retirada dos brasileiros do Iraque, mesmo após a delegação brasileira ter conseguido 65% dos vistos para a liberação dos brasileiros, de acordo com Cláudio Lopes Preza Júnior. Dessa forma, a Mendes Júnior negociou diretamente a sua saída do Iraque com a perda de equipamentos. Conforme o presidente da empreiteira, “[...] se tentou tirar proveito de uma situação delicada” (PREZA JUNIOR, 2002, p. 121).

A atuação do presidente Collor aumentou a inflação e o desemprego, além dos insucessos no plano macroeconômico, em nome de sua submissão obstinada ao primeiro Mundo, fazendo com que esse fosse o único destino de vários brasileiros através da imigração. A postura da população brasileira face aos desmandos do presidente fez com que a opinião pública internacional visse o Brasil como um país

digno de credibilidade. Apesar do processo de impeachment e a renúncia do presidente Fernando Collor de Melo, deve-se ter claro que a sua disposição se fez pela ação de grupos que o colocaram no poder e que foram visivelmente prejudicados pelas suas políticas interna e externa.

A área estratégica também foi afetada pelo governo do presidente Fernando Collor, que de acordo com Cosme Drumond (2003, p. 32):

A antiga visão estratégica, voltada a capacitar o Brasil um projeto e produção de avançados Sistemas de Defesa, não teve continuidade. Se tivesse sido preservada com igual intensidade de convicção política a partir dos anos 90, o País possivelmente teria mantido pelo menos sua posição de liderança tecnológica e industrial nesse campo entre os países ditos emergentes.

Como presidente brasileiro optou pelo alinhamento automático a Washington, a área de defesa não ficaria fora da sua política externa, uma vez que já estava previsto esse alinhamento pelo Consenso de Washington. No entanto, a precipitação do presidente e a sua subserviência não deixaram que os dados da balança comercial brasileira, no período da indústria militar atuante, fossem corretamente analisados. Ainda conforme Cosme A. Drumond (2003, p. 33),

A indústria de defesa do Brasil tem, hoje, pouca participação na balança comercial, ao contrário do que ocorria no passado, notadamente em 1987, ano de maior expressão. Atualmente, cerca de US\$ 500 milhões são exportados, incluindo-as a venda dos produtos militares da Embraer.

Deve-se notar que o autor mencionou o ano de 1987 como a data em que começou a derrocada nas indústrias de defesa, porém, apesar do final que se aproximava, as empresas brasileiras ainda obtiveram um excelente lucro, cumprindo os contratos em vigência no período. Todos os países sabem que os custos militares objetivam estimular a atividade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Dessa forma, os EUA, aproveitando esse alinhamento, esforçaram-se para que o governo de Washington ganhasse a concorrência do Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) no valor de US\$ 1 bilhão. Percebe-se que nessa conjuntura de colocar a Amazônia como área de vigilância internacional, seria grande utilidade um sistema de vigilância oriundo dos EUA. O Brasil recebeu propostas para a venda de mísseis à Força Aérea Brasileira (FAB), oriunda da África do Sul de US\$ 70 milhões pelo

desenvolvimento do artefato. É interessante ressaltar que as indústrias militares brasileiras não foram ouvidas.

O país produziu vários programas de pesquisa para mísseis, inclusive desenvolvendo o Sistema Astros II, utilizado pelo Iraque e pela Arábia Saudita na Segunda Guerra do Golfo. A simples volta ao alinhamento a Washington era responsável pela compra de materiais no exterior, especialmente da África do Sul, que desenvolveu sua indústria militar depois que a indústria militar brasileira já estava sendo reconhecida internacionalmente. Esse foi o preço pago pela área de defesa à aceitação no Consenso de Washington.

A década de 1990 intensificou o processo de sucateamento das Forças Armadas Brasileiras, “implementado”, ou melhor, “continuado” pelo presidente Fernando Collor de Melo, que não quis resgatar, por questões já mencionadas, a produtividade das indústrias bélicas brasileiras. A sua subserviência ao Consenso de Washington foi tão expressiva, que afastou Brasil da condição exportador e pesquisador de tecnologia militar que rivalizava, de certa forma, com países europeus e os EUA.

O então presidente deixou esse legado, pois seus sucessores continuaram a rezar pela cartilha do Consenso de Washington e todos esqueceram o que Raymond Aron preconizou: quando se trata de exercícios regulares, o potencial humano e industrial fixa limites estreitos à ação do chefe militar. Não há um grande exército moderno sem uma grande indústria. Todo o país dotado de uma grande indústria pode levantar um grande exército, já estabeleceu Raymond Aron (1976).

O ônus do Governo Fernando Collor de Melo para a indústria brasileira não foi apenas na área da defesa, na qual foram esquecidos contratos e contatos importantes no Oriente Médio, mas também na indústria da informática, segundo Cláudio Lopes Preza Júnior (2002, p. 123): “[...] os militares conseguiram vislumbrar o futuro estratégico dos bens da informática”. O mercado brasileiro, entretanto, recebeu o “golpe de misericórdia” *collorido*, quando o presidente desconsiderou as formas protecionistas adotadas pelo Brasil e estabeleceu a liberalização. Assim, o projeto do deputado Luiz Henrique que visava manter os privilégios das empresas nacionais é derrubado.

A posição do presidente Fernando Collor de Melo em várias ocasiões e sobre vários temas mostrou uma posição coerente com o seu alinhamento a Washington, que teve como mandamento os ditames do Consenso de Washington. A aceitação

de temas como a questão da defesa e da economia, além de aceitar passivamente as decisões internacionais sobre a Amazônia, mostraram que a idolatria aos EUA levou o Brasil a esquecer todos os caminhos trilhados na sua política externa desde a década de 1960. Além de apresentar uma completa aceitação do Consenso de Washington, o governo Collor mostrou que lhe faltava um projeto para levar a nação a manter a posição conquistada nas três décadas anteriores. Em termos comerciais com o Terceiro Mundo, não se podia esperar que houvesse uma política externa coerente. A subserviência do Governo Collor apresentou a sua faceta mais emblemática no início da Segunda Guerra do Golfo, quando, conforme o ex-ministro Marcílio Marques Moreira (2001), os EUA requisitaram, à Embaixada Brasileira em Washington, os códigos dos *softwares* dos sistemas Astros II vendidos ao Iraque, em operação durante o conflito.

Se a América Latina foi de certa forma sufocada pelo *diktat* do Consenso de Washington, a rebeldia iraquiana foi punida com a invasão internacional capitaneada pelos EUA, naquele momento a potência hegemônica mundial, e por uma coalizão sob a égide da ONU. A tentativa do Brasil de participar da “conquista” de mercados e aliados no Oriente Médio e na América Latina foi, na verdade, uma estratégia que vinha ao encontro da política estadunidense durante o período da Guerra Fria. Mesmo coma ruptura do período do Governo Geisel, denunciando o Acordo Militar Brasil-EUA e procurando a parceria alemã na área nuclear, o país nunca operou contra os interesses estadunidenses de combater o inimigo externo, assim como o Iraque, que apesar de comprar armas da China e da URSS, sempre combateu o “inimigo infiel”, servindo, inclusive, aos propósitos estadunidenses em conter os possíveis avanços da revolução islâmica iraniana. A importância do Brasil como fabricante de armamentos não pode ser diminuída, seja através de dados ou palavras.

Luciano Ozório Rosa (2000) alegou que a participação das indústrias bélicas brasileiras nos arsenais iraquianos não somava mais de 0,4%, o que não condiz com a informação do SIPRI, em março de 2003, que mapeou as entregas de armas para o Iraque de 1973 a 2001, mostrando que os armamentos brasileiros nos arsenais iraquianos chegaram a 2%, tratando-se apenas de armamento convencional (ROSA, 2000). Não foi apenas a condição brasileira de fabricar armamentos, de promovê-los e de exportá-los que deve ser exaltada em meio a um mercado de concorrentes tradicionais, mas a capacidade nacional de atuar na esfera da inteligência militar,

juntamente com a Argentina, na coleta, análise e envio de informações para o Iraque durante o conflito com o Irã, segundo declarações do Major General Mizher Rashid al-Tarfa al-Ubaydi (WOODS et al, 2011).

De acordo com os dados do SIPRI, o percentual oferecido pelo autor não foi visto nem mesmo nos anos em que o país exportou menos armas para aquele país do Oriente Médio. Se comparado aos percentuais exportados por países desenvolvidos e a China, URSS e países do Pacto de Varsóvia, o total exportado pelo Brasil é pequeno, mas, para uma indústria bélica de um país de Terceiro Mundo, que desenvolveu, inclusive, uma indústria e projeto nuclear, houve um grande progresso, que foi abortado em função de estratégias que visavam à aproximação aos EUA (SIPRI, 2013).

A retirada do material bélico brasileiro do Iraque promoveu a falência da cidade de São José dos Campos (SP), pois ela abrigava 80% das operações da indústria bélica nacional, além da remodelação de várias indústrias em unidades de produção civil. Na Argentina, o quadro era semelhante, visto que várias indústrias foram fechadas em função da retirada dos produtos militares argentinos do mercado mundial, sendo esse um dos ditames do Consenso de Washington.

4.2 A ARGENTINA E A GUERRA IRÃ-IRAQUE: A RIVALIDADE COM O BRASIL

O regime militar argentino ainda mantinha na Presidência o General Jorge Rafael Videla, que havia assumido em 24 de março de 1976. Para Mirta Zaida Lobato e Juan Suriano (2000), o começo da mudança da conjuntura internacional do período se iniciou com as conquistas dos conservadores nos EUA e na Grã-Bretanha, exatamente com Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Os autores apontaram a entrada do regime militar no seu declive no início da década. O Banco de Intercâmbio Regional decretara falência, em março daquele ano, o que se estendeu para outras instituições financeiras, gerando a desconfiança de correntistas e investidores, deixando clara a fraqueza do sistema financeiro argentino. Todo esse pano de fundo cercava a luta pelos direitos humanos que ganhava como aliado a premiação de Adolfo Pérez Esquivel com o Prêmio Nobel da Paz, arquiteto e escultor argentino, que recebia, em 13 de outubro de 1980, sua láurea no mesmo período que as três armas começavam um movimento de profundos enfrentamentos

a fim de decidir sobre o futuro substituto do mandatário argentino que deixaria o cargo no ano seguinte (LOBATO; SURIANO, 2000).

Também, em 1980, o governo argentino procurou o governo brasileiro a fim de alcançar uma maior capacitação na sua indústria bélica. Brasil e Argentina firmaram um Acordo Geral de Cooperação, em que foi estabelecido que a Dirección General de Fabricaciones Militares (DGFM), sob a jurisdição do Comandante-em-Chefe do Exército Argentino, e a Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRÁS) cooperariam em interesses afins, fortalecendo as boas relações entre as duas nações. Várias empresas na Argentina estavam sob a chefia da DGFM, como Establecimiento de Altos Hornos Zapla, Siderúrgica Integrada S.A.I.C. (SIDINSA), Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina (SOMISA), Hierro Patagónico de Sierra Grande S.A.M (HIPASAM), todavia qualquer outra empresa que tivesse autorização do respectivo governo para atuar na área de fabricação de itens destinados à indústria de defesa poderia compor esta relação. A criação de um comitê misto regulava a aprovação do regimento interno do mencionado órgão, recomendação às partes dos projetos de cooperação que pudessem ser realizados e o controle da execução dos referidos projetos (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012i).

A indústria bélica argentina não mostrou uma maior capacitação, visto que suas concorrentes eram empresas brasileiras como AVIBRAS, ENGESA e EMBRAER, além da Taurus. Essas dominavam uma maior gama de fabricação de produtos e já haviam comprovado a sua capacidade de exportação, até mesmo com a participação de blindados brasileiros em combate, como aqueles que tomaram parte na guerra entre Líbia e Egito. As empresas do Brasil, além de fornecer, desde 1979, blindados para o Iraque, construíram outros armamentos, inclusive aviões de ataque, como o MB 326 GB “Xavante”, para países do Oriente Médio, África e América Latina. Conforme o SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute), a lista de compradores de material bélico do Brasil era formada por 28 países, enquanto que os compradores de armas da Argentina somavam 5 países. Não foram computados pelo instituto sueco as compras de munição para armas leves (SIPRI, 2013).

No que dizia respeito ao Oriente Médio, a Argentina mantinha-se de acordo com os tratados assinados com os países daquela região nas décadas anteriores. No início dos anos de 1980, as atenções dos militares argentinos estavam voltadas

para as Américas; apenas um memorando de entendimento foi assinado entre a Argentina e a Arábia Saudita, contemplando a troca de informações entre o Ministério da Agricultura e Recurso Hídricos saudita e o Ministério da Agricultura e Pecuária argentino.

Em março de 1981, o novo presidente, o general Roberto Eduardo Viola, assumiu o Governo da Argentina em meio a uma crise, mostrando a falta de consenso e a desconfiança de outros militares argentinos dentro do próprio Exército sobre a sua indicação. No mesmo ano, ocorreu a lenta, porém contundente, reparação da atividade sindical. A resposta do novo governante foi a flexibilização na política interna e diminuiu a censura dos meios de comunicação. Na composição do governo, o presidente aumentou o número de ministérios em função de divisões na economia e a colocação de mais oficiais gerais em postos importantes como ministérios do Interior e Obras Públicas, Ação Social, Trabalho e Saúde Pública. Os demais cargos ficaram com civis, sendo o Ministro das Relações Exteriores Oscar Camillión, advogado e professor universitário, que já havia ocupado o cargo de embaixador no Brasil.

O problema mais grave estava a cargo do Ministro da Economia, uma vez que era a área mais fraca do regime. Lorenzo Sigaut recebeu uma tarefa que José Alfredo Martínez de Hoz não havia conseguido cumprir: falências de bancos e de empresas, desvalorização da moeda e fuga de divisas. O dólar havia aumentado no período 130%, sendo que o governo havia perdido a aposta com aqueles que haviam escolhido a moeda estadunidense após o desafio lançado pelo ministro da Economia: “[...] el que apuesta al dólar pierde”³⁰.

As insatisfações não deveriam ser combatidas apenas no campo econômico, o novo governante enfrentou a discordância da Marinha, que queria um almirante na Casa Rosada, enquanto, o General Leopoldo F. Galtieri, Comandante do Exército, acreditava ser sua a vez de assumir o governo do regime militar argentino. O principal motivo de discordância entre os dois generais era a tímida abertura proporcionada por Viola, além da criação do Movimiento de Opinión Nacional, que estaria a cargo de conquistar apoio político ao regime. A principal prova de boa vontade da abertura proporcionada pelo mandatário foi a liberação de Isabel Perón

³⁰ “O que aposta no dólar perde.” (LOBATO; SURIANO, 2000, p. 507).

em 7 de julho de 1981. A ex-governante argentina estava detida desde a ascensão dos militares ao poder em 1976.

A perda de poder pelo regime trouxe também a volta bastante lenta da atividade política. Este movimento trouxe o surgimento da Multipartidária, composta pelos principais partidos políticos, e a CGT era presidida pelo atuante líder do sindicato dos cervejeiros, Saul Ubaldini, que retomava o caráter combativo da organização, declarando paralisação geral em julho, e greves com movimentações nas ruas das grandes cidades em novembro. As manifestações não receberam o maciço apoio da população, por causa da retomada dos conflitos sociais. A perda de apoio dentro das próprias Forças Armadas levou à deposição do General Viola, substituído por uma junta composta pelo General Leopoldo Galtieri, pelo Brigadeiro Basílio Lami Dozo e o Almirante Jorge Anaya, ficando sob o comando do representante do Exército. O novo governo assumiu em 11 de dezembro de 1981.

Conforme Mirta Zaida Lobato e Juan Suriano, o novo presidente “[...] poseia un estilo tosco y soberbio [...]”. Ainda segundo os autores argentinos, “[...] anunció de entrada que las urnas están bien guardadas”. Ele deixava claro que o seu motivo de discordância com o general deposto não seria retomado com ninguém, afastava qualquer prazo para a volta dos civis ao poder³¹. As diferenças entre os dois generais eram vistas no ministério anterior, sendo que o novo governante manteve apenas três componentes, o Ministério das Relações Exteriores foi delegado a Nicanor Costa Méndez, advogado e professor universitário, e, assim como seu antecessor, havia ocupado o posto de embaixador em um país sul-americano com relações conflituosas com a Argentina: o Chile. Havia ocupado o ministério durante o governo de Juan Carlos Onganía, em 1966. Tanto o Brasil, quanto o Chile eram observados pela política externa argentina, o primeiro por quase ter entrado em guerra com a Argentina pelas disputas na região do Canal de Beagle no final da década anterior, e o último por ser um concorrente, todavia também era um colaborador na capacitação da indústria bélica argentina.

No âmbito mundial, o presidente Leopoldo Galtieri havia se beneficiado da conjuntura internacional, estabelecendo laços estreitos com o governo estadunidense de Ronald Reagan. A construção dessa imagem ocorreu quando o mandatário argentino viajou aos EUA, portando um discurso que agradou aos

³¹ “Possuía um estilo tosco e soberbo [...] já no começo anunciou que as urnas estavam bem guardadas” (LOBATO; SURIANO, 2000, p. 508).

setores conservadores em Washington D.C. Um dos pontos que mais agradavam aos militares estadunidenses era a disponibilidade argentina em participar das operações contra grupos guerrilheiros na América Central. As operações foram direcionadas contra grupos em El Salvador e contra a Nicarágua Sandinista. A boa vontade argentina em ajudar o esforço de guerra estadunidense na região foi retribuída pelo governo Reagan, que deixou de lado a política de Carter referente aos direitos humanos e terminou com o embargo de armas mantido pelos EUA contra a Argentina (LOBATO; SURIANO, 2000).

Em 1981, antes de assumir a Presidência, segundo Carlos Escudé e Andrés Cisneros (2013), o então Comandante do Exército Argentino, Leopoldo Galtieri, havia ouvido um relatório do então General Alfredo Saint Jean, que aconselhava os militares argentinos a incrementar o compromisso militar com os países da América Central, na luta anti-subversiva. Esse posicionamento argentino era uma resposta à declaração franco-mexicana de 5 de junho de 1981, que reconhecia a FMLN-FDR (Frente Farabundo Marti para Liberación Nacional-Frente Democrático Revolucionário) como força política representativa no conflito salvadorenho. O governo argentino, juntamente com os governos da Bolívia, Colômbia, Chile, Guatemala, Honduras, Paraguai, República Dominicana e Venezuela firmaram a Declaração de Caracas, que criticava duramente o apoio político dado pela França e México à facção salvadorenha³².

As ligações entre a Argentina e Israel no início da década de 1980 imputavam ao governo militar do país sul-americano a aceitação de certas imposições israelenses na área de operações militares sigilosas. Em 1981, segundo dois autores Israel Shahak e Gonzalo Sánchez, um avião pertencente à companhia “Transporte Aéreo Rioplatense” foi interceptado por um caça soviético, enquanto realizava um vôo entre a fronteira soviético-iraniana. Conforme informações dos autores citados, seria um total de 12 missões programadas para a aeronave, que,

³² A resposta argentina era também consequência da ajuda militar que era dada pelo país aos aliados centro-americanos desde 1976, especialmente a El Salvador, à Honduras e à Guatemala, cessando a ajuda à Nicarágua com derrota de Anastácio Somoza frente aos sandinistas. A El Salvador a ajuda ao Presidente Napoleón Duarte era de US\$ 15 milhões oferecida pelo Governo Viola, além da assessoria em serviços técnicos, planos industriais e obras. No final do Governo Viola, oficiais superiores argentinos foram Tegucigalpa para começar a operação de treinamento de 9.000 contras nicaraguenses contra os sandinistas, assim como a reformulação das Forças Armadas Hondurensas. A ação argentina estava clara e transmitida aos países americanos na 14ª Conferência de Comandantes em Chefe dos Exércitos Americanos realizada em Washington D.C., em novembro de 1981 (ESCUDE; CISNEROS, 2013).

segundo as notícias liberadas pelo governo da URSS, acabou por se chocar com um avião soviético não identificado. Israel Shahak escreveu que, de acordo com fontes consultadas, a carga do avião argentino era composta por 360 toneladas de armas estadunidenses transportadas de Tel Aviv para Bagdá.

As relações estratégico militares entre a Argentina e o Estado de Israel foram estabelecidas nos primeiros dias do governo militar argentino, em 1976, quando várias comitivas de oficiais gerais e superiores da reserva das Forças Armadas e executivos das empresas de material bélico Israelenses viajavam seguidamente a Buenos Aires. Elas passavam, naquele período, a servir aos interesses ocidentais durante a Guerra Irã-Iraque. Segundo Israel Shahak, o discurso oficial dos militares israelenses era fornecer “[...] material sofisticado y asesoramiento para la guerra contra las actividades internas (sic) y el terrorismo”³³. Gonzalo Sánchez, por sua vez, escreveu que as armas teriam como destino o aeroporto internacional Saddam Hussein na capital iraquiana. Os pilotos da aeronave 707 argentina teriam sido ludibriados por um falso sinal de rádio que os teria levado ao alcance dos mísseis soviéticos que teriam derrubado o avião. O estudioso deixou claro que foi uma ação do governo da URSS em apoio ao seu aliado iraniano (SÁNCHEZ, 2012).

Outro fato envolvendo a ação argentina em relação aos beligerantes no Oriente Médio dizia respeito a tentativa do Comandante da Força Aérea Argentina, Brigadeiro Lami Dozo, de enviar dois aviões cargueiros para o Iraque com aviões Pucará. Os militares argentinos faziam a propaganda de um avião de ataque a helicópteros, porém os iraquianos os queriam para bombardear acampamentos curdos. Com o início do conflito, o iraquianos decidiram aceitar a indicação dos membros da Força Aérea Argentina e encomendaram 24 aviões Pucará, sendo que também queriam uma reposição de mais seis aviões. O governo argentino suspendeu a venda de material bélico, pois já havia começado o movimento de aumentar a reserva de equipamentos militares, o que já seria a preparação para a Guerra das Malvinas (BARCELONA; VILLALONGA, 1992).

A partir do momento em que se comprometia mais com seus aliados na América Central, o governo argentino buscou angariar mais fundos por meio do comércio internacional para compensar os gastos. Vários acordos com países do Oriente Médio foram estabelecidos, em que a Argentina oferecia prestação de

³³ “Material sofisticado e assessoramento para a guerra contra as atividades internas e contra o terrorismo.” (SHAHAK, 2007, p. 106).

serviço e a exportação de vários itens dos quais os países árabes, principalmente aqueles da África do Norte e do Golfo eram carentes. Em 1981, três acordos foram assinados: um com o Egito e dois com a Arábia Saudita. O acordo firmado com aquele país norte-africano contemplava a troca de informações na área técnica-científica e desenvolvimento tecnológico. Em relação à Arábia Saudita, os acordos contemplavam os mesmos pontos daquele tratado com o Egito. Deve-se observar que são acordos básicos sem aprofundar que serviços seriam implementados e/ou oferecidos pelos argentinos naqueles países.

No âmbito interno, a situação continuava sem perspectivas, uma vez que o governo Galtieri buscava convencer os investidores internacionais a voltar a investir no país. Por outro lado, a recessão continuava a afetar a economia, com a CGT marcando uma manifestação contra a política econômica do governo para 30 de março de 1982. A participação da população foi espontânea, sendo uma surpresa para os militares no poder que reagiram com a arma que dispunham: a repressão. Mirta Zaida Lobato e Juan Suriano (2000) afirmaram que esse foi o momento que iniciava o fim do regime militar. Entretanto, os autores argentinos explicaram que a queda de fato ocorreu pela conjunção de outros fatores.

Alguma manobra que buscasse colocar a população ao lado do regime deveria ser tentada. Exatos dois dias depois da mobilização popular e da forte repressão das forças de segurança, as Forças Armadas Argentinas desembarcam nas Ilhas Malvinas, em 2 de abril de 1982 sob o comando do General Mario Benjamin Menéndez, sem contar com forte resistência britânica, em função dos poucos soldados que faziam a defesa de Port Stanley. O general comandante da operação foi designado como governador das ilhas. A partir de então, mais tropas argentinas passaram a ser deslocadas para fortalecer as posições no arquipélago.

A captura argentina das Ilhas Malvinas mostrou o posicionamento dos membros do sistema internacional. Os EUA, contrariamente àquilo que os militares argentinos pensavam, trataram a ação à distância. Segundo Maria Zirta Lobato e Juan Suriano (2000), o governo argentino esperava apoio estadunidense. Assim como se esperava uma ação militar chilena, mas a população argentina foi, na sua maioria, favorável à invasão do território que se tornara um marco do desejo nacionalista argentino. Mesmo representantes sindicais contrários ao regime, como Saul Ubaldini, defenderam a tomada das ilhas. As manifestações populares ocorreram inclusive com a presença do mediador estadunidense Alexander Haig. O

que inquietava o governo argentino era indiferença demonstrada pelos britânicos (LOBATO; SURIANO, 2000).

A Argentina estava proporcionando à Grã-bretanha, com o governo conservador de Margareth Thatcher, conquistar uma posição conciliatória dentro da sociedade britânica. Dessa forma, o governo britânico partiu para a recuperação do arquipélago, a primeira frente de batalha foi a diplomática, sendo a ONU o campo de batalha. De acordo com a Resolução 502 do Conselho de Segurança da Organização, a Argentina foi considerada agressora. Essa foi a primeira vitória, a segunda foi o recebimento do apoio incondicional do governo estadunidense e da Comunidade Europeia na sua totalidade (LOBATO; SURIANO, 2000).

No âmbito latino-americano, a Argentina arregimentou o apoio moral apenas, visto que, em termos militares e políticos, não havia grande repercussão, assim não pode apelar para nenhum mecanismo da OEA, como o TIAR. Segundo Isidoro Gilbert, a Argentina fez um pedido formal a Cuba pelo apoio político no âmbito dos países Não Alinhados. O momento era de procurar todo e qualquer apoio, mesmo que significasse pedir auxílio ao inimigo que abastecia os guerrilheiros de esquerda combatidos por conselheiros militares na América Central.

O interesse nacional argentino estava acima de tratados e acordos, o Realismo Clássico das Relações Internacionais se fazia presente quando se buscava uma cooperação em prol da defesa do Estado Argentino (GILBERT, 2010). No campo econômico, a Argentina sofreu embargos econômicos e assistiu aos EUA oferecer total apoio logístico ao aliado britânico. As tropas britânicas foram deslocadas para as ilhas no Atlântico para retomá-las, uma vez que não havia nenhuma intenção de negociação por parte do governo da Grã-Bretanha. Dessa forma, em 1º de maio de 1982, começava a Guerra da Malvinas.

De certa maneira, o conflito rendeu à Argentina a solidariedade por parte de dois países do Oriente Médio – Líbia e Israel –, o que não ocorreu no campo político diplomático, mas no esforço de guerra na capacitação das formas armadas argentinas com fornecimento de material bélico. Na América do Sul, o Brasil emprestou aviões patrulha EMB-111 “Bandeirantes” à Argentina, além de um helicóptero, e, segundo o SIPRI, entre 11 ou 12 MB 326 “Xavante”, que não acabaram não sendo entregues. A posição política brasileira foi manifestada pelo presidente Figueiredo na forma de diminuição do número de contatos com o governo

estadunidense, sendo a maneira de manifestar constrangimento em relação a posição dos EUA de apoio à Grã-Bretanha.

Conforme Eugênio Vargas Garcia, o Governo Brasileiro adotou a condição de país neutro, porém reconhecendo a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e discordando sobre o uso da força como forma de solução do conflito. O país passou a representar os interesses argentinos na Grã-Bretanha, expediente que durou de 1982 a 1990, em função do rompimento diplomático entre os beligerantes (GARCIA, 2005). O Brasil estabeleceu que reteria, em seu território, os aviões britânicos que fizessem escala em aeroportos e bases militares brasileiros e que tivessem como destino o *front* das Ilhas Malvinas. Novamente, o discurso brasileiro passou a perder o valor, da mesma forma que ocorreu no caso dos aviões líbios que levavam armas à Nicarágua.

Ainda de acordo com o SIPRI (2013), o Peru também emprestou 10 aviões Mirage 5P, que, posteriormente, foram comprados pela Força Aérea Argentina. Outro dado interessante foi o fornecimento de 120 mísseis Strela-2/AS-7 “Grail” dos arsenais peruanos às Forças Armadas Argentinas, uma vez que era um artefato de fabricação soviética. A respeito da URSS, Isidoro Gilbert escreveu que foram feitos contatos entre militares e diplomatas daquele país do leste europeu e militares argentinos. Os soviéticos ofereceriam informações captadas por satélite sobre a movimentação das tropas britânicas nas Malvinas e também seria feita uma proposta argentina de compra de aviões soviéticos para serem utilizados no conflito.

Os soviéticos foram cautelosos, evitando assim se indispor com os britânicos, e colocaram certos empecilhos à demanda dos militares argentinos. Primeiramente, alegaram que os pilotos da Força Aérea Argentina não tinham a capacitação necessária para pilotar os aviões Tupolev TU-95 “Bear” (conforme designação da OTAN). O treinamento para pilotar tais aviões era estimado em seis meses, segundo os militares soviéticos. Posteriormente, alegaram que seria extremamente trabalhoso deslocar estes aviões para a Argentina, tendo que os trazer em voos especiais e os montar na capital argentina. Isidoro Gilbert alertou que, após as declarações, russas os militares argentinos não fizeram mais solicitações. Portanto, o governo soviético evitava se manifestar sobre a presença e a ação de conselheiros militares argentinos na América Central combatendo aliados soviéticos (GILBERT, 2010).

O mais significativo auxílio em termos de armamentos veio da Líbia. Conforme Isidoro Gilbert (2010), a Líbia enviou armamentos para as Forças Armadas Argentinas em troca de maçãs, peras e cavalos. O mesmo autor afirma que a maioria das minas terrestres enterradas nas ilhas pelos argentinos saiu dos arsenais líbios (GILBERT, 2010). Recentemente, ex-pilotos das Aerolíneas Argentinas romperam o silêncio de trinta anos e manifestaram-se sobre a ponte aérea Tel-Aviv-Cidade do Cabo-Trípoli-Buenos Aires para transportar armas vendidas pelo governo líbio aos militares argentinos para usá-las no conflito no Atlântico Sul.

A operação, também conhecida como Conexão Kaddafi, foi posta em prática em abril de 1982. Por ordens do Brigadeiro Enrique Valenzuela, aviões da companhia aérea argentina deveriam decolar vazios rumo a Tel-Aviv. A busca por material bélico em fontes alternativas foi a resposta encontrada por militares argentinos para o embargo imposto pelos britânicos aos seus aliados da OTAN, mesmo aquelas compras já feitas com antecedência em países europeus ocidentais deveriam ter as entregas suspensas (SANCHEZ, 2012).

Conforme Gonzalo Sánchez, a carga nos aviões das Aerolíneas Argentinas era composta de mísseis SAM 6 e 7 dos arsenais líbios, que substituíram os Exocet franceses, que não puderam ser comprados novamente junto ao governo francês em função do pedido britânico. A carga de armas soviéticas transportada pelas aeronaves argentinas pesava 15 toneladas, o que fazia os aviões voarem no seu limite de combustível. Tornavam-se necessárias mais escalas para reabastecimento, inclusive em território brasileiro (SANCHEZ, 2012). Ainda, segundo o autor, isto não era nenhum segredo para as autoridades brasileiras, visto que havia sido dada a permissão para pouso, abastecimento e não captura da carga. No total, foram sete voos para buscar armas no Oriente Médio e, sistematicamente, os pousos para reabastecimento ocorriam em Recife, a partir do quinto voo, porém, no segundo, fora feita uma escala no Rio de Janeiro, antes do destino final: Buenos Aires. As escalas e procedimentos em solo eram metodicamente repetidos, conforme o Comandante Mário Bernard, responsável pelo sétimo voo, código AR1440:

Al llegar en Recife teníamos un código, no lo recuerdo ahora, pero era un numero cualquiera, como si te dijera vuelo 124. La mecánica era así: vuelo 124 aterrice y carrete hasta plataforma militar. Entonces hacíamos eso y llegábamos el sector indicado, con todas las luces apagadas, un jeep estacionaba debajo de nosotros; en el caso de mi vuelo vino un teniente

coronel de la Fuerza Aérea y fue muy conciso el diálogo: - ¿ Cuánto combustible necesita? Full. Todo lo que pueda (SÁNCHEZ; 2012; 173)³⁴.

A partir da citação acima, nitidamente, percebe-se que em dois instantes a suposta neutralidade brasileira caía por terra no momento da venda de armas para a Argentina e da não captura da carga de material bélico em direção à Buenos Aires transportada por civis. A detenção de aviões britânicos, em territórios brasileiro, à época da guerra, mostrou que o governo brasileiro demonstrava uma clara intenção de cooperar com o país sul-americano, em desacordo com a postura estadunidense. A África do Sul não cooperou com o esforço de guerra argentino, evitando vender armamentos aos militares do país beligerante sul-americano.

Israel interveio diretamente no esforço de guerra argentino no conflito nas Ilhas Malvinas. As relações no campo tecnológico-militar entre os dois países já ocorriam desde o período, em que o presidente Carter embargou a venda de armas estadunidenses para governos ditatoriais latino-americanos, na década de 1970, em função de suas políticas desrespeito aos direitos humanos. Dessa maneira, vários deles encontraram em Israel uma nova fonte de fornecimento de material bélico. De acordo com o SIPRI, o governo israelense vendeu, à Argentina, 13 aviões Neshar (entregues entre 1981-1982), 200 mísseis ar-ar Shafrir-2 (entregues entre 1981-1983, para equipar aviões Neshar e Mirage 3CJ) e 22 Mirage 3C (que foram encomendados em 1982 e teriam a entrega prevista até 1983) (SIPRI, 2013).

Os esforços de guerra argentinos pareceram não surtir o resultado esperado, uma vez que a derrota militar ficava evidente. Em 14 de junho de 1982, as forças argentinas se rendiam às tropas britânicas de forma incondicional. Rapidamente, a opinião pública argentina, que apoiara ação militar do regime, trocava de opinião e passava a repudiar a ditadura. Em uma manifestação convocada pela presidência de Galtieri, a população argentina, em 15 de junho, tomou conta das ruas e as forças de segurança passaram às ações de repressão. Dois dias depois, Leopoldo Galtieri renunciou à presidência, não completando seis meses de mandato.

A saída dos militares do governo argentino foi uma das consequências da derrota na guerra contra a Grã-Bretanha. A Marinha e a Força Aérea, as armas mais

³⁴ “Ao chegar em Recife tínhamos um código, que não lembro agora, mas era um número qualquer, como se dissesse voo 124. O procedimento era assim: voo 124 aterize e taxie para a área militar. Então, fazíamos isso e chegávamos ao setor indicado, com todas as luzes apagadas. Um jeep estacionava sob o nosso avião e, no caso do meu voo, veio um tenente-coronel da Força Aérea Brasileira, que foi muito breve no diálogo: ‘quanto combustível precisas? Full, tudo que tenhas’”.

atingidas pelas perdas humanas e de material no conflito, se retiraram da junta. A presidência da nação seria assumida pelo General Reynaldo Bignone em 1º de julho de 1982. Com a saída das duas armas da junta de governo, o respaldo dos militares ao novo presidente era bastante fraco.

Segundo Mirta Zaida Lobato e Juan Suriano (2000), a estratégia do novo governo era ganhar tempo para organizar a saída dos militares do poder da melhor maneira possível. Assim, um acordo entre forças políticas foi organizado, evitando-se levar à frente investigações de casos de corrupção, assim como a investigação de ações dos militares em casos de repressão. A derrota militar também desnudou uma crise financeira e social gravíssima. O sistema financeiro estava falido, a inflação reaparecia de forma marcante, havia queda de salários, além da existência de um setor dos militares que assumia a condição de “linha dura”, comandado pelo General Cristiano Nicolaides, e de uma comissão de investigação militar buscando responsabilizar os culpados pela derrota militar nas Malvinas, a cargo do General Benjamin Rattenbach (LOBATO; SURIANO, 2000). Posteriormente, o documento que reuniu o levantamento das investigações recebeu o nome de “Informe Rattenbach”, sobre o qual recaem sérias desconfianças, uma vez que teria sido adulterado para encobrir crimes militares.

Dessa forma, o regime militar argentino afastava-se do cenário político, obrigando ao relaxamento das estruturas de repressão. A partir daquele momento, começaram a se levantar os movimentos de contestação ao regime, como as Mães da Praça de Maio e várias outras organizações. O retorno da política partidária aproximava-se com o nome de Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical (UCR), na condição de impor-se sobre os outros candidatos, pois, durante o regime militar, principalmente na sua última fase, criticou abertamente o posicionamento dos militares argentinos nas questões de direitos humanos. Em dezembro de 1982, uma marcha foi convocada, reunindo várias agremiações políticas e sindicais. O repúdio civil à ditadura militar havia alcançado o seu ponto máximo. O Governo Bignone havia estabelecido que as eleições fossem realizadas em outubro de 1983, porém houve a criação de mecanismos legais para proteger os militares.

Em 30 de outubro de 1983, Raúl Alfonsín derrotou os peronistas, assumindo a presidência da república em meio a uma crise econômica e tendo que lidar com grupos de militares e sindicalistas peronistas que formariam o “pacto militar-sindical”, que Mirta Zaida Lobato e Juan Suriano (2000) descreveram como parte da velha

Argentina, que não estava em conformidade com as modificações planejadas por Alfonsín.

A reorganização da política externa em um segmento pacifista e de relativa independência dos centros mundiais de poder foi um dos marcos do novo governo civil. Ainda não era o momento em se avançar nas relações bilaterais com a Grã-Bretanha, em função da Guerra das Malvinas ainda causar ressentimentos na ascensão do governo Alfonsín. Segundo Mirta Zaida Lobato e Juan Suriano (2000), as decisões presidenciais sobre o tema foram coerentes e racionais. As formas encontradas para reclamar a soberania do arquipélago foram consideradas corretas, recebendo o aval da ONU, por meio de várias votações.

Ainda conforme os autores argentinos, o marco da nova política externa foi o acordo pelo Canal de Beagle. O governo Alfonsín colocou um ponto final ao longo conflito, convocando uma consulta popular. Em 25 de novembro de 1984, com apoio político de vários partidos, era firmada a paz em definitivo com o Chile. Também, foi considerado importante o Acordo de Integração com o Brasil. A Argentina buscava afastar-se das lutas da América Central, uma vez que seus militares participaram ativamente de ações na região (LOBATO; SURIANO, 2000).

Quanto ao Oriente Médio, Norberto Raúl Méndez (2008, p. 112) resumiu a nova postura do governo argentino ³⁵:

Al referirse al capítulo Medio Oriente reafirmará claramente la política de equilibrio: 'El respeto por la existencia de Israel está unido con el respeto a la aspiración palestina de determinar su destino en su propio país. Tal vez esta declaración fuera la más abierta expresión del principio de equidistancia que hubiera públicamente una autoridad gubernativa argentina' (MÉNDEZ, 2008, p. 112).

As primeiras visitas feitas ao Oriente Médio foram à Argélia (1984) e à Arábia Saudita (1986). Embora não ficasse claro aos argentinos, o governo Alfonsín assinou, ainda em 1984, um acordo com a Argélia, englobando a cooperação técnico-científica, inclusive contemplando o intercâmbio de conhecimentos no campo nuclear, conforme o "Acuerdo de Cooperación Científica y Tecnología entre la República Argentina y la República Argelina Democrática y Popular" (REPUBLICA

³⁵ "Ao se referir ao capítulo Oriente Médio, reafirma claramente a política de equilíbrio: o respeito pela existência de Israel e está ligado com o respeito à aspiração palestina de determinar seu destino em seu próprio país. Talvez esta declaração fora a mais sincera expressão do princípio da equidistância feita publicamente por uma autoridade do governo argentino".

ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2012g). Na verdade, a cooperação nuclear era o último tópico a ser contemplado no tratado, mas Carlos Castro Madero e Esteban A. Takacs afirmam que, a partir daquele ano, quando a Argentina declarou ser detentora da capacidade de enriquecer urânio. A condição de provedor altamente capacitado de tecnologia nuclear tornou o país uma referência confiável no cenário internacional, principalmente no mundo árabe. A partir de 1985, a Argentina tornou-se exportador de equipamentos da área nuclear para a Argélia (MADERO; TAKACS, 1991).

A visita à Argélia também serviu como uma forma de minimizar a concessão de material e tecnologia nuclear ao governo argelino diante do Marrocos. Ambos os países do Maghreb haviam hipotecado solidariedade à Argentina na causa das Malvinas e estavam envolvidos na guerra do Saara Ocidental, na qual as tropas marroquinas combatiam os guerrilheiros da Frente Polisário, legítimos herdeiros, segundo a ONU, da antiga colônia espanhola do Saara Ocidental que governo marroquino julgava ser parte de seu território. O governo argelino fornecia toda a ajuda possível aos guerrilheiros. Dessa forma, o governo argentino evitava reconhecer a RADS (República Árabe Democrática Sahrawi), evitando perder mercados na região (VAGNI, 2007).

Restava um problema para ser solucionado na relação argentino-egípcia: a construção do míssil Condor II, fabricado em conjunto com aquele país do norte da África. No projeto, tomavam parte empresas alemãs, italianas, francesas e suecas. Entretanto, os serviços de inteligência de vários países como EUA, Grã-Bretanha, Israel e Irã, monitoravam tais avanços tecnológicos em função da capacidade nuclear do artefato e ele estar sendo fabricado também no Oriente Médio (MÉNDEZ, 2008). Deve-se lembrar que o conflito Irã-Iraque ainda estava em curso naquela região.

O presidente Raúl Alfonsín estava em uma situação bastante delicada no que dizia respeito à temática do Oriente Médio na política externa argentina. Ainda como consequência da Guerra da Malvinas, o país era grato ao voto árabe sobre a questão, em 1985, o que possibilitou a implementação da Resolução 40/21 para que estabelecesse condições de solução pacífica entre Argentina e Grã-Bretanha sobre a área em litígio. Todavia, Norberto Raúl Méndez (2008) menciona que as relações com os árabes também foram abaladas no mandato daquele governante argentino,

quando não foi autorizada a realização do Segundo Seminário Regional Latino-americano sobre a Questão Palestina, sob a direção da ONU, que teria Buenos Aires como sede, logo no início governo Alfonsín.

Na relação argentino-israelense, Eduardo Barcelona e Julio Villalonga (1992) escreveram que os fatos ocorridos na década passada se relacionavam mais entre regimes que entre os Estados, porém deixaram claro que a Argentina mesmo estando de volta ao governo civil ainda necessitava da passividade israelense, quando questionada nos fóruns internacionais a respeito da violação de direitos humanos nos anos de 1970 e até os três primeiros anos da década de 1980. Os dois autores, também, atestaram que o governo Alfonsín estabeleceu relações com a República Islâmica do Irã em 1985, já com a perspectiva de venda de duas fragatas missilística de construção britânica, adquiridas pela Argentina muito antes do conflito no Atlântico Sul. O corpo diplomático argentino enviava a seguinte mensagem ao presidente Alfonsín:

Recuérdese que tanto Irán como Irak mantienen relaciones normales con el gobierno argentino y que ambos países, sobre todo el primero, son compradores de importantes volúmenes de productos de origen agropecuario (el trigo, en el centro de la escena) (BARCELONA; VILLALONGA, 1992, p. 43)³⁶.

A aproximação do Governo Alfonsín com a República Islâmica do Irã, segundo Paulo Botta, obedeceu àquilo o que fora estabelecido como uma orientação da política externa do governo, isto é, priorizar o estreitamento das relações com os assim chamados países do Terceiro Mundo dentro da esfera do Movimento dos Países Não Alinhados, ocupando destaque a cooperação no âmbito científico (BOTTA, 2010).

Durante o período em que esteve na presidência da CNEA (Comisión Nacional de Energía Atómica), Alberto Constantino (1985-1987) proporcionou, aos técnicos argentinos, várias viagens ao Irã, assim como especialistas daquele país do Oriente Médio visitaram as instalações para ver o andamento das pesquisas argentinas. A cooperação começou a procurar novas alianças quando Alemanha Ocidental e Espanha foram convidadas a participar da conclusão da planta iraniana

³⁶ “Recorda-se que tanto Irã quanto o Iraque, mantém relações normais com o governo argentino e que ambos os países, sobretudo o primeiro, são compradores de importantes volumes de produtos agropecuários, sendo o trigo o principal”.

de Bushehr. No entanto, as pressões vindas do governo estadunidense eram cada vez maiores, principalmente contra os europeus e, também, contra a Argentina.

Em 1987, a Argentina se comprometeu em fornecer o combustível para o novo reator iraniano. O contrato entre os dois países foi avaliado em US\$ 5,5 milhões, com o país sul-americano fornecendo 115,8 quilogramas de urânio enriquecido e outros 80 elementos que faziam parte da alimentação do reator, tais como barras de controle e refletores óxido de berílio, conforme ensina Paulo Botta (2010). Ainda segundo o acordo, a Argentina se comprometia em treinar técnicos iranianos nas suas instalações. No mesmo ano, a presidência da CNEA ficou a cargo de Emma Pérez Ferreyra que manteve a mesma relação que seu antecessor tinha com o Irã.

A crescente cooperação argentino-iraniana no campo nuclear poderia ter sofrido um revés, quando as notícias da cooperação militar Egito, Iraque e Argentina no estabelecimento do Projeto Condor II no Oriente Médio foram veiculadas pelos órgãos de comunicação argentinos, durante o período da Guerra Irã-Iraque. A resposta do governo Alfonsín foi a declaração que a Argentina cooperava com o esforço de guerra iraniano desde 1982, segundo Paulo Botta (2010). Estava claro que as relações entre o Irã e a Argentina eram excelentes no âmbito nuclear, militar e comercial.

Em 1988, Dante Caputo assumia a presidência da 43ª Assembléia das Nações Unidas, uma vez que a Argentina integrava o Conselho de Segurança como membro transitório, mandato que havia começado no ano anterior. Nesse período, o governo argentino procurou aumentar as vendas de armas ao Irã, pois era o maior fornecedor de armas latino-americano à República Islâmica, enquanto o Brasil assumiu a mesma condição em relação ao Iraque. Os principais produtos oferecidos às Forças Armadas Iranianas eram o avião Pucará e o TAM (Tanque Argentino Mediano), que, de acordo com Norberto R. Méndez, contava com tecnologia israelense no seu desenvolvimento e fabricação (MÉNDEZ, 2008).

A Argentina, mesmo com a redemocratização, experimentou condição igual a brasileira de vislumbrar novos mercados fosse para a indústria bélica, fosse para *commodities*. Ambos os novos governos democráticos valiam-se do Realismo nas Relações Internacionais para garantir a consolidação dos seus interesses no mercado internacional. O governo argentino dependia inclusive da “proteção” israelense para reestruturar a sua aviação militar em função das perdas ainda

sentidas em função da Guerra das Malvinas. A complexa relação argentino-israelense, segundo os autores, previa o conhecimento por parte do governo Alfonsín do envio de armas israelenses para o Irã, enquanto a indústria aeronáutica argentina buscava vender aviões Pucará ao Iraque. A Chancelaria argentina, por sua vez, recebeu os enviados iranianos, entre eles o Encarregado de Negócios, para com o intuito de obter informações sobre a mesma aeronave (BARCELONA; VILLALONGA, 1992).

No aeroporto de Barajas, na Espanha, no início de 1984, as autoridades alfandegárias do país europeu apreenderam uma carga composta de 5.000 pistolas e 60 metralhadoras pesadas, que deveriam ser entregues às forças de segurança iranianas, porém, no manifesto de embarque, constavam como 11, 3 toneladas de maquinários e peças de reposição. Essa descoberta fez com que Robert Bushnell, então secretário da Embaixada dos EUA em Buenos Aires, passasse a alertar o governo local sobre a não interferência no *Irãgate*. Isso dizia respeito a cessar a venda de armas para o Irã e Líbia, especialmente os mísseis Condor II. Ao mesmo tempo, o Chanceler argentino Dante Mário Antonio Caputo lembrava sobre as necessidades de ajudar o Iraque no esforço de guerra ocidental e, acima de tudo, da Argentina entrar no mundo árabe como importante parceiro comercial.

Na Argentina, como ocorrera nas décadas anteriores, havia uma posição dúbia por parte do governo do país e dos políticos sobre o conflito palestino-israelense e como deveria ser o posicionamento em relação ao embate entre Israel e os países árabes. Carlos S. Menem, peronista e descendente de árabes, colocou-se como um natural aliado da causa e um amigo na luta frente Israel. Essa posição era considerada por Norberto Raúl Méndez (2008) como um posicionamento bem mais aberto que aquele demonstrado por outros políticos.

Mesmo antes de assumir a Presidência, as manifestações de Carlos Menem tornaram-se públicas, juntamente com aquelas de Carlos Grosso, peronista e prefeito de Buenos Aires, e Antonio Cafiero, que havia ocupado vários cargos, como deputado, governador da província de Buenos Aires, Ministro da Economia, Ministro da Indústria e Comércio, antes da instauração do regime militar, entre outros, sempre defendendo o Partido Peronista. A principal defesa da causa árabe-palestina ocorreu em função dos ataques dos EUA à Líbia, o que colocou o futuro presidente argentino a manifestar seu apoio incondicional ao governante do país do norte da África (MÉNDEZ, 2008).

Tais manifestações abertas e não oficiais de apoio aos árabes contrastavam com as ações de Alfonsín em relação às organizações palestinas. Embora, no início de seu mandato o presidente não tivesse autorizado o seminário em Buenos Aires, houve, em 1987, um seminário realizado em Bariloche pela UNCIRPP (United Nations Committee for Inalienable Right of Palestinian People – Comitê das Nações Unidas para os Direitos Inalienáveis do Povo Palestino). Segundo Norberto R. Méndez (2008), a realização desse evento foi autorizada somente porque estaria longe da capital argentina.

O mesmo autor salientou que o governo Alfonsín manteve-se na mesma linha de atuação de não ceder espaço a palestinos em Buenos Aires, quando não autorizou a abertura de um escritório da OLP, apesar de ter recebido a visita de Faruk Kaddumi, que dentro da organização era visto como um chanceler substituto (MÉNDEZ, 2008). A não abertura da representação da entidade palestina em Buenos Aires aumentou a participação de Carlos Menem e seus aliados nos embates com a administração de Alfonsín. O acirramento do debate entre os dois grupos levou à convocação do embaixador de Israel na Argentina para que retornasse ao seu país para apresentar um relatório sobre o que ocorria em Buenos Aires.

Estava claro que a descoberta do ilícito transportado via Barajas levaria a Argentina optar pelo Iraque, contando com a aceitação ocidental e, principalmente, estadunidense, sendo que o intermediário da chegada dos emissários argentinos em Bagdá seria o rei Hassan II do Marrocos (BARCELONA; VILLALONGA, 1992). O posicionamento marroquino em apoio aos argentinos, na verdade, era um agradecimento velado, uma vez que a Argentina não reconheceu a demanda do emissário argelino às Américas, Chadi Benyedid, em prol da República Árabe Democrática Sahawri na busca de apoio na luta contra o Marrocos. Outros países latino-americanos também não reconheceram o pleito argelino-sahawri, entre eles o Brasil (VAGNI, 2007) ³⁷.

De fato, em 1988, o norte da África poderia se tornar um importante mercado para a indústria bélica argentina. O Badr- 2000 (a versão egípcia do Condor II) passou a ser uma realidade naquele país africano. Não obstante, não houve um

³⁷ O autor menciona os seguintes países: Peru, Costa Rica, República Dominicana, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Colômbia, Equador e Brasil.

incremento nas negociações uma vez que a paz com Israel não seria quebrada e investir em um armamento que pudesse provocar a insatisfação estadunidense seria muito arriscado, inclusive, para a economia egípcia. Conforme Eduardo Barcelona e Julio Villalonga, o Projeto Condor II, segundo o Decreto 1315 de 1985, reconhecia o investimento iraquiano no desenvolvimento do artefato, também confirmava que houve a transferência de tecnologia missilística àquele país do Oriente Médio (BARCELONA; VILLALONGA, 1992).

Em relação à Israel, havia o ônus político, além do acompanhamento daquele país do Oriente Médio ao Projeto Condor II, o governo israelense pressionava o governo Alfonsin a visitar Tel-Aviv, assim legitimando, com sua presença, a dura repressão imposta aos palestinos durante o levante conhecido com *Intifada*, além de constranger o presidente argentino a reconhecer Jerusalém como a capital israelense³⁸. Também, pressionou-se o governo argentino para transferir a embaixada de Tel-Aviv para a Cidade Sagrada.

Os gastos iraquianos em torno do Condor II geraram debates de várias correntes na Argentina, principalmente envolvendo os partidários de Raul Alfonsin e de Carlos Menem, que assumiu a Presidência da República em 08 de julho de 1989. Alguns segmentos mencionaram entre 3 a 5 milhões de dólares, enquanto outros afirmaram que foram entre 280 a 300 mil dólares. Os próprios autores Eduardo Barcelona e Julio Villalonga acreditaram nas últimas cifras, inclusive utilizando o total de armas vendido pelo Brasil ao Iraque em mais de uma década. Segundo eles, o lucro brasileiro foi de 4,5 milhões de dólares somando todos os tipos de equipamentos bélicos (BARCELONA; VILLALONGA, 1992).

Em 1989, José Horácio Jaunarema, Ministro da Defesa do governo Alfonsin, visitou Israel. Durante a sua estada naquele país, foi abertamente atacado pelo jornal Jerusalém Post, que o acusava, assim como ao governo argentino, de acolher o Iraque no Projeto Condor II. O posicionamento do jornal cobrava a equidistância argentina no conflito entre árabes e israelenses. O real motivo da visita foi negociar com o governo daquele país a compra de aviões de combate Kfir, utilizando um

³⁸ Intifada, palavra árabe para rompimento, mas que comumente passou a ser sinônimo de revolta, foi o movimento instaurado espontaneamente no acampamento palestino de Jabalya, na Faixa de Gaza, quando milhares de palestinos protestaram contra a morte de quatro refugiados por um caminhão israelense próximo ao assentamento. Durante vários dias, jovens palestinos atacaram tropas de Israel com pedras e bombas caseiras de gasolina. Tanto a OLP, quanto Irmandade Muçulmana decretaram apoio aos protestos que se estenderam pela Margem Ocidental e Jerusalém Oriental, de 1987 a 1993 (HIRO, 1998).

bloqueio de US\$ 85 milhões que os EUA haviam estabelecido à época da Guerra das Malvinas. O montante foi liberado no final da década, mas os israelenses não aceitaram as negociações, exatamente pelas desconfianças envolvendo países árabes e o projeto missilístico argentino (MÉNDEZ, 2008).

No âmbito da política interna argentina, o governo estava envolvido em uma discussão sobre a política argentina em relação à Israel. A direita argentina acusava Alfonsín de ser pró-Israel e agredia seu governo com expressões como “sinagoga radical”, que se baseava no grande número de funcionários governamentais com sobrenomes de origem judaica. A imprensa e órgãos do governo israelense consideravam o governo argentino de pró-árabe e anti-Israel, Norberto R. Méndez (2008), entretanto, considerava válida a posição de certos observadores sionistas independentes que mencionavam o apoio da maioria da comunidade judaica argentina ao presidente, apesar de não aceitar o fato de Alfonsín não tivesse ido à Israel (MÉNDEZ, 2008). De modo geral, a equidistância foi respeitada na década de 1980, principalmente no âmbito da ONU, porém com uma determinada inclinação pró-israelense, uma vez que a Argentina não condenou a invasão do Líbano, em 1982, por tropas de Israel.

O crescimento das relações comerciais, militares e nucleares entre Argentina e Irã durante o governo Alfonsín não significou, segundo Paulo Botta, um enfrentamento aberto entre a Argentina e o Estado de Israel. O governo iraniano, em 1989, priorizava a renegociação dos acordos com o país sul-americano com a chegada do novo presidente, Carlos Menem, à Casa Rosada (BOTTA, 2010).

A promessa do Presidente Menem em visitar Israel foi uma das formas encontradas pelo governo argentino para atenuar os embates entre grupos sionistas argentinos e o novo presidente. As desconfianças estavam baseadas na viagem feita por Menem à Síria, quando encontrou com o mandatário daquele país, Hafez Al-Assad, logo após ter recém conquistado a condição de candidato peronista às eleições presidenciais na Argentina. Na volta a Buenos Aires, o então candidato Carlos Menem tratou de procurar a comunidade judaica participando de solenidades com seus principais líderes em seus templos, constituindo-se no primeiro presidente da história argentina a usar o *kipa* em cultos judaicos. Segundo Norberto R. Méndez (2008, p. 116), a campanha presidencial de Carlos Menem fora “[...] ambígua y folklórica, no habia dado indicaciones claras a respecto al rumbo que adoptaría en

política internacional. Era una mezcla de pragmatismo mezclado con las tradicionales invocaciones peronistas”³⁹.

Carlos S. Menem assumiu a Presidência cinco meses antes do previsto. O Ministério das Relações Exteriores estava a cargo de Domingo Cavallo, que foi o responsável pela relação delineada pelo novo presidente com os EUA. Dois pontos foram marcantes na nova política externa: o alinhamento com o governo estadunidense e o esfriamento do apelo nacionalista sobre as Malvinas para promover a aproximação com a Grã-Bretanha.

No início do governo Menem, o jornal libanês Al-Hayat, por meio de vários artigos, mencionava a possibilidade de uma relação mais estreita entre a Argentina e o mundo árabe em função dos laços étnicos e familiares do presidente do país sul-americano. No entanto, o periódico libanês deixava claro que este estreitamento seria muito mais condicionado por fatores políticos que por fatores familiares. Também, foram debatidas, pela imprensa libanesa, as relações do novo governo argentino com os EUA, as consequências da questão Malvinas e, acima de tudo, das suas relações da Argentina com Israel. Especulou-se, também, em Beirute, quais seriam as atitudes do governo israelense no que dizia respeito à aproximação do país sul-americano com os países árabes (MÉNDEZ, 2008).

Em dezembro de 1989, presidente de Israel, Chaim Herzog, visitou a Argentina. A visita foi considerada um sucesso, sendo que o presidente Carlos Menem aspirou, naquele momento, ser alçado à condição de mediador do conflito árabe-israelense, em função, por um turno, de sua ascendência e, por outro, da sua amizade com o governo israelense. O fato curioso explorado pela imprensa israelense era que Menem não falava árabe, o que foi bastante criticado, uma vez que membros do governo israelense falavam a língua fluentemente. Parecia que a postura folclórica mencionada por Norberto R. Méndez (2008) vista na campanha presidencial, ainda não havia sido apagada do comportamento do mandatário argentino.

O próximo movimento argentino seria permitir a realização do Segundo Seminário sobre a Palestina em fevereiro de 1990 como uma forma de se manter de acordo com a equidistância propagada na sua política externa no que dizia respeito ao conflito árabe-israelense. A realização do evento foi bem recebida pela ONU.

³⁹ “Ambígua e folclórica, não havia dado indicações claras a respeito do rumo que adotaria na política internacional. Era uma mescla de pragmatismo misturado com as tradicionais invocações peronistas”.

Todavia, o governo argentino não queria dar a OLP o mesmo tratamento que oferecia aos Estados constituídos. Por esse motivo, a realização do seminário ocorreu em um hotel privado e não no Teatro General San Martin (entidade estatal) e foi remarcada para fevereiro, mês de férias e de pouco movimento na capital argentina, ao invés de abril, como estava no planejamento inicial. Enquanto o simpósio apresentava as posições da organização palestina, o governo argentino não mudava seu posicionamento, que, por meio do Ministro Carim Yoma, declarava que o país apoiava as resoluções da ONU, assim como era favorável à convocação de uma conferência internacional para a paz, mas não se manifestou abertamente sobre a questão palestina (MÉNDEZ, 2008).

Naquele mesmo ano, uma comitiva de parlamentares argentinos rumou para Tel-Aviv. Conforme os relatos de Norberto R. Méndez (2008), a delegação do país sul-americano foi muito bem recebida pelo governo daquele país e pela população. Não houve nenhuma manifestação argentina *in loco* pró-Israel que modificasse a condição de equidistância firmada pelo governo do país sul-americano. A política externa da administração Menem mostrava sinais de novos rumos, principalmente em função de condições adversas na economia do país.

A partir do início da década de 1990, as relações com os EUA foram privilegiadas, sendo que foram sintetizadas pelo chanceler Guido Di Tella: “Relaciones carnales con la potencia del norte” (MÉNDEZ, 2008, p. 118). A prova capital dessa aliança foi dada pelo presidente argentino quando, em 20 de julho de 1990, estabelecia, finalmente, por decreto, o encerramento do Projeto Condor II, como prova de boa vontade aos bons tempos da nova fase de relacionamento que se instaurava com os EUA.

No ano seguinte, Alfredo Karim Yoma visitava Teerã com membros da CNEA e da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), além de outras empresas argentinas, respondendo a um convite do governo iraniano. As relações bilaterais no início dos anos de 1990 ainda passavam por momentos muito bons para as duas partes (BOTTA, 2010). O acordo nuclear, assinado em julho de 1990, que recebeu das duas chancelarias o status de documento confidencial foi o último ato da relação bilateral em função dos novos rumos que tomaram a política externa argentina. Ficou a cargo do Embaixador Norberto Augusto Pedro Auge, que havia ocupado o cargo no Egito e havia sido transferido para Teerã, comunicar ao governo iraniano sobre a reorientação da política externa da Argentina (BOTTA, 2010).

As relações da Argentina com o Oriente Médio também passaram a serem revistas como todas aquelas estabelecidas pelo país. A partir daquele momento as relações diplomáticas eram encaradas conforme o prisma estadunidense e dos países ocidentais e a eles subordinadas. O presidente Menem estabeleceu que as relações com aquela região guardariam uma determinada autonomia, mas com um grau determinado pelos EUA. A interrogação na chancelaria argentina era se Buenos Aires adotaria a postura de Bogotá, ou seja, *respice pollum* (orientar-se a partir do pólo). O que colocava o país que a adotasse ligado a qualquer voto estadunidense em foros internacionais, principalmente na ONU, buscando, conforme Norbero R. Méndez (2008), um prêmio por sua lealdade.

Na Argentina, nos círculos políticos, acreditou-se que, com o alinhamento aos EUA em quase todos os pontos da política externa, se obteriam grande benefícios, principalmente de cunho econômicos. A Europa Ocidental passou a ser o destino da maioria das exportações do país. Intentou-se o estabelecimento de novos conceitos para que se consagassem verdades absolutas. Firmou-se, em Buenos Aires, o uso da expressão “*Primer Mundo*” como referência as mais importantes nações do mundo ocidental ao qual a Argentina pretendia incluir-se. “Argentina forma parte entre los primeros países de concierto de las Naciones del mundo” (MÉNDEZ, 2008, p. 118)⁴⁰, isto é, o grupo no qual os governantes queriam inserir o país e, por fim, “La Gran Transformación Argentina” a expressão que marcava o forte ajuste neoliberal.

Assim como foi desativado o Projeto Condor II, outro projeto, desta vez um nacional deveria ser eliminado: Malvinas. Essa causa nacional era um entrave no novo plano argentino, uma vez que desagradava o principal aliado estadunidense no âmbito do G-7 e da OTAN: a Grã-Bretanha. Dessa forma, do que interessaria o voto dos terceiro-mundistas e o voto dos árabes (MÉNDEZ, 2008)? Além disso, o caminho mais curto para Washington passava por Tel-Aviv, segundo Norberto R. Méndez (2008). Outra comunidade cativada foi aquela de origem judaica nos EUA, sendo fundamental estabelecer excelentes relações com Israel e modificar a política de equidistância no conflito árabe-israelense (MÉNDEZ, 2008).

A chancelaria e a presidência argentinas monitoravam a situação no Oriente Médio em função da invasão do território kuwaitiano por tropas iraquianas. Em 6 de

⁴⁰ “A Argentina tomou parte entre os primeiros países na fundação das Nações Unidas”.

agosto de 1990, o Conselho de Segurança da ONU (CSONU) via Resolução 661 estabeleceu várias sanções, além de estabelecer embargos ao Iraque e ao Kuwait ocupado. Naquele mesmo dia, o presidente George Bush autorizava a movimentação de tropas e aviação de combate para a Arábia Saudita para iniciar as operações contra as Forças Armadas Iraquianas. Em 29 de novembro de 1990, o CSONU, por meio da Resolução 678, estabeleceu que a ordem internacional e a paz fossem restabelecidas na região e libertação do território do Kuwait, independentemente dos meios necessários. A visita de George Bush à Argentina no final do ano marcaria a guinada da política externa do país sul-americano no que se referia ao Irã.

Assim, uma coalizão internacional composta pelos EUA e mais 28 países começaram as operações contra o Iraque e suas tropas em território kuwaitiano. A Argentina como parte do seu plano de alinhamento com os EUA autorizou o envio de embarcações e tropas (HIRO, 1998). O governo do país sul-americano ordenou que fosse posto em prática o “Operativo Alfil” em resposta às Resoluções do CSONU 661, 665 e 678, operando em conjunto com outras forças armadas na Operação Desert Shield. Conforme Decreto-Lei 23904 do Congresso Nacional Argentino, as embarcações da Armada Argentina “Almirante Brown”, “Spiro”, “Rosales” e “Bahia San Blas” deslocaram-se para zona de guerra, levando também 80 pára-quedistas do Exército. A tentativa do presidente Menem era ser reconhecido como “El Gran Aliado Extra OTAN” (ANVERSA, 2013).

A determinação argentina em participar da Guerra do Golfo (1990-1991) não alcançou nenhuma consequência esperada. Ser um aliado preferencial fora da OTAN era uma condição sem grandes esperanças de ser alçadas em função da presença britânica na organização. O discurso do Presidente Menem como mediador para o conflito árabe-israelense caiu por terra quando do envio de tropas argentinas para o Golfo ao lado da Coalizão. Desta forma, o posicionamento argentino mostrou o esquecimento do comportamento equidistante.

Conforme Norberto R. Méndez (2008), o governante argentino acreditou que era a oportunidade para demonstrar uma incondicional adesão aos EUA, adaptando-se à Nova Ordem Internacional, segundo anunciada pelo presidente George Bush. No que dizia respeito ao Oriente Médio, o Menem não via retaliações por parte dos grandes países árabes no seu novo posicionamento no tocante a região e a sua nova postura na equidistância no conflito árabe-israelense, uma vez que Egito, Síria

e Arábia Saudita estavam envolvidos no esforço de guerra para libertar o Kuwait do jugo iraquiano. Essa era a oportunidade de angariar os dividendos desse apoio incondicional aos EUA, às potências europeias, à ONU e aos principais países árabes, visto que o México, a Venezuela e nem mesmo o principal país sul-americano que fora o melhor parceiro comercial e fornecedor de armamentos aos árabes, o Brasil, mandariam tropas para lutar ao lado da Coalizão (MÉNDEZ, 2008).

A justificativa argentina para enviar tropas ao Golfo Pérsico estava baseada em termos legais. O governo alegou que respondia à convocação do CSONU expressas na Resolução 660/90, remetendo recursos para colaborar com membros Conselho que cooperavam com o governo kuwaitiano. Essa era uma interpretação bastante vaga da resolução. A real justificativa argentina residiu sempre no fator das compensações financeiras que viriam com a reconstrução do Kuwait. A participação militar renderia, conforme as estimativas do governo argentino, 10% dos contratos para reconstrução do país invadido pelo Iraque. Outro trunfo muito aguardado era um grande comércio a ser estabelecido com a Arábia Saudita (MÉNDEZ, 2008). Os grandes benefícios econômicos gerados pela ação militar da Coalizão ficaram com os países da Europa Ocidental e com os EUA, que passaram a atuar de forma dominante no Oriente Médio.

O custo político da ação argentina no Golfo Pérsico foi mais grave dentro do próprio território nacional, especificamente dentro do Partido Peronista. O deputado e empresário de origem árabe Alberto Samid enviou entre 140 toneladas de carne ao Iraque rompendo o bloqueio estabelecido pelo ONU. Segundo o parlamentar argentino, era uma forma de honrar a antiga amizade entre os dois países e os dois povos, forma de resposta à postura de Menem, também de ascendência árabe. O empresário declarava abertamente aos meios de comunicação que a sua atitude era aquela que contemplava as ligações entre o peronismo e a causa árabe (MÉNDEZ, 2008).

Outro equívoco do presidente argentino foi não buscar o respaldo da comunidade árabe no país para fortalecer a sua campanha no Oriente Médio. A FEARAB (Federación de Entidades Árabes de la Argentina), cuja criação fora apoiada em todos os aspectos pelo mandatário da Síria, Hafez Al-Assad, tomou as ruas com manifestações que pediram a saída das tropas ocidentais do Oriente Médio, assim como paz para a região por intermédio de soluções estabelecidas entre os árabes, o retorno das forças argentinas e a desocupação dos territórios

ocupados por Israel. Alguns setores da comunidade árabe argentina mantiveram-se afastados do conflito entre Iraque e Kuwait para não ter que condenar o governo de Carlos Menem pelo envio de tropas argentinas.

Em 14 de janeiro de 1991, a AMIA (Asociación Mutua Israelita Argentina) e a DAIA (Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas) convocaram manifestações sob o lema “Junto a Israel por la paz”, reunindo vários grupos sionistas e de esquerda judaicos. Um documento que pediu a resolução pacífica do conflito árabe-israelense e a condenação do ataque iraquiano ao território de Israel foi redigido. Prontamente, o governo argentino demonstrou solidariedade ao governo israelense em função do ataque iraquiano. A atitude do governante argentino foi muito bem recebida pela comunidade judaica argentina. Menem ora buscava agradar aos judeus, ora aos árabes. Norberto R. Méndez (2008), por sua vez, explicou o motivo de uma falta de mobilização árabe se comparada àquela feita pelos judeus. Os árabes mostravam-se ligados ao residente por uma lealdade étnica, um dos nossos havia chegado ao cargo maior da Nação e, isto, valia mais que algumas medidas equivocadas (MÉNDEZ, 2008).

Ainda em janeiro de 1991, já havia a certeza que a luta contra as forças iraquianas se aproximava do fim, Dessa forma, o presidente Carlos Menem novamente se colocou como um candidato a mediar a paz.. O desejo argentino de ir mais além na política internacional não foi suficiente para provar a sua capacidade, principalmente, quando não conseguiu resistir às pressões da potência estadunidense. O governante argentino, assim que o conflito no Oriente Médio chegou ao fim, sendo o Kuwait desocupado e o Iraque derrotado, foi à Israel para retribuir a visita de Chaim Herzog.

As tentativas do Presidente Menem em a equidistância em conflitos no mundo árabe também já haviam sido vistas nas tensões e choques armados na fronteira, que perduravam por duas décadas entre Argélia e Marrocos. O governo marroquino colocou a questão do Saara Ocidental nas mesmas condições nas quais a Argentina havia colocado a temática das Malvinas no CSONU. Como a Argentina mantinha relações com a Argélia na área nuclear e mantinha contratos comerciais com o Marrocos no valor de US\$ 16 milhões, o governo teve um papel relevante no tratamento de questões de soberania nacional no começo dos anos de 1990, enviando tropas e policiais para mediar a libertação de prisioneiros marroquinos em acampamentos guerrilheiros e para integrar forças da ONU como ocorreu com a

MINURSO (Mission des Nations Unies por l'Organisation d'un Réferendu au Sahara Occidental - 1991) (VAGNI, 2007). As Forças Armadas Argentinas já vinham se colocando à disposição da ONU para tomar parte de outras missões no Oriente Médio, como a UNIMOG (United Nations Iran-Iraq Military Observer Group 1988-91) e a UNIKOM (United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission 1991 aos dias de hoje) (BORTS, 1996).

De 1º a 8 de outubro, a comitiva argentina permaneceu em território israelense. Isso era uma maneira também de mostrar aos EUA que havia escolhido o país certo, modo de mostrar que a equidistância estava distante na política externa argentina. O governante argentino em nenhum momento se aproximou dos territórios ocupados ou cogitou receber nenhum líder de alguma facção palestina. Procurando compensar a visita a Israel e ainda manter a equidistância (em uma ótica muito particular), Menem buscou colocar o Egito no seu roteiro de viagem, mesmo sem esse país fazer parte do planejamento argentino na região. Deve-se lembrar que o país do norte da África já era aliado estadunidense e havia combatido no último conflito do Golfo Pérsico ao lado das tropas da Coalizão. O governante egípcio Hozni Mubarak alegou não ter espaço na sua agenda para receber seu colega argentino. Segundo Norberto R. Méndez (2008, p. 137), a não inclusão de países como Egito e Síria na agenda argentina fazia com a missão ao Oriente Médio “[...] lucia muy opaca y tendenciosa”⁴¹.

A delegação argentina no seu retorno à capital do país fazia a última escala na Tunísia, o que se comprovou como uma péssima escolha. Primeiramente, esse país do norte da África era visto como um país ocidentalizado, bastante distante politicamente dos conflitos envolvendo árabes e israelenses e a última guerra na região do Golfo Pérsico. Dentro do Maghreb, também se constituía em um ponto fraco, pois também não contava com os meios de almejar a liderança no conjunto de países árabes no sistema sub-regional. Setores da imprensa argentina questionaram funcionários da chancelaria se o motivo da escala em Túnis seria uma reunião com Yasser Arafat, uma vez que o líder palestino estava baseado na cidade, assim como a organização que já havia sido alvo da Força Aérea Israelense naquela capital do maghrebiana. Oficialmente, a resposta baseava-se em uma escolha pessoal do

⁴¹ “Luzia muito opaca e tendenciosa”.

governante argentino, na verdade era uma “prova” do governo argentino que a equidistância não fora quebrada.

A condição econômica do país não era a ideal para empreender grandes ações que pudessem acompanhar o mundo a cargo da potência hegemônica desde a queda da URSS. A necessidade argentina no Governo Menem era combater a hiperinflação, porém o presidente colocou-se dentro dos padrões estabelecidos pelo Consenso de Washington, desenvolvendo reformas neoliberais, privatizações, como as da empresa telefônica e da Aerolíneas Argentinas.

4.3 A CONCORRÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA NO MERCADO DO ORIENTE MÉDIO: UM EPÍLOGO

Os governos do Brasil e da Argentina perceberam que a década de 1990 seria o marco para afastamento das questões estratégicas do Oriente Médio, mesmo porque as indústrias bélicas dos dois países estavam em condições bastante débeis. No Brasil, os calotes de pagamento das vendas feitas ao Iraque foram fundamentais à queda na produção e levando, inclusive, ao fechamento de algumas empresas. Fatores como a dívida externa e a falta de P&D mostravam a incapacidade dos dois países sul-americanos de competir com outros países no âmbito estratégico. Não havia condições econômicas para ambos, naquele momento, para investir em pesquisa de armamentos sofisticados. Nem mesmo na África a posição brasileira poderia ser mantida, pois a China e a Rússia se esforçariam para dominar o mercado de armas na região, pois a maioria das forças armadas locais já eram clientes dos soviéticos.

A Argentina que nunca foi um dos fornecedores de armas preferenciais do Oriente Médio, detendo somente este *status* entre seus vizinhos – Bolívia e Paraguai – sendo que nesse último contava com a concorrência brasileira, em função da missão militar residente desde 1941, conseguiu angariar lucros em determinado momento da década de 1980, exportando para Nicarágua e El Salvador, porém com armas leves, enquanto o Brasil desenvolvia a venda de aviões de ataque EMB 312 “Tucano” para Honduras e conquistava mercados em quase todos os continentes com a aeronave. A indústria bélica argentina também sofreu com a falta de pagamentos do governo sandinista, quando da queda de Anastácio Somoza. A Guerra da Malvinas foi outro fator para o aumento da produção das empresas

argentinas do ramo de defesa. Após a derrota, a prioridade era rearmar as suas forças armadas. Por esse motivo, não havia capacidade para assumir os dois compromissos: a exportação de armamentos e manutenção dos arsenais nacionais.

Outro fator que impediu a indústria bélica argentina de se firmar foi a incapacidade de produzir a matéria prima para o seu produto, principalmente na construção de aviões e navios para exportação. No início da década de 1980, precisou buscar no Brasil, por meio de um tratado na área de defesa, um convênio com empresas brasileiras de siderurgia para o fornecimento de aço. O fracasso do “Plano Europa” para se acercar de fabricantes europeus de armamentos também não atingiu o resultados esperado, uma vez que os desrespeito aos direitos humanos, principalmente, no período do regime militar fez com os países europeus ocidentais se afastassem da Argentina. A ação militar contra a Grã-Bretanha também influenciou na política de capacitação das Forças Armadas Argentinas. Nenhum país da Europa Ocidental queria se indispor com a Grã-Bretanha e com os EUA, não sendo feita nenhuma transferência de tecnologia às indústrias de defesa argentinas. Comprovou-se que a falta de recursos, além de gerar a derrota, deixou consequências para a falta reaparelhamento posterior (BRZOSKA; PEARSON, 1994).

Ainda que fossem mantidos contratos comerciais da Argentina e do Brasil com o Oriente Médio, os países da região, principalmente os tradicionais fornecedores de petróleo para a Europa Ocidental e EUA, teriam mais vantagens em comercializar com eles, uma vez que a capacidade de defesa da região ficaria a cargo das forças armadas europeias e estadunidenses que conquistaram tal condição a partir da derrota de Saddam Hussein na Guerra do Golfo (1990-1991). A capacidade de potência hegemônica dava aos EUA e seus aliados reunidos na OTAN a condição de zelar pelas fontes de petróleo sem tolerar a intromissão de concorrentes que poderiam conquistar um espaço significativo entre o árabes em função da já reconhecida união Sul-Sul tão cara a eles no momento em que buscaram sócios sul-americanos, notadamente brasileiros, quando precisaram de ações mais independentes de extração e refino do seu principal produto e na busca do estabelecimento de uma indústria bélica regional, como o Iraque encontrou nas empresas e Governo Brasileiro.

Dessa forma, coube aos dois rivais sul-americanos procurarem, conforme o estabelecido pelos ditames do Consenso de Washington, levar adiante a integração

regional, parar de desenvolver a capacidade nuclear militar adquirida nas décadas anteriores, inclusive com um órgão de regulação criado conjuntamente entre Brasil e Argentina. No âmbito da indústria de defesa, o réquiem brasileiro foi o Projeto Osório e falta de P&D, enquanto que a Argentina não tinha matéria prima suficiente, capacidade de desenvolver P&D e a questão Malvinas foi o final de um sonho nacionalista de fins escusos para preservar um impopular regime ditatorial militar.

A derrota iraquiana na Guerra do Golfo fez com que o principal parceiro comercial brasileiro na região não tivesse mais condições de honrar os seus contratos. A concorrência chinesa que se avizinhava no Oriente Médio, na década de 1990, e tornou-se constante mundialmente nos anos seguintes, deixava claro que os antigos mercados de produtos brasileiros seriam ocupados por outros de manufatura mais barata. Os governos civis brasileiros preferiram seguir o caminho da integração regional e buscar a posição de liderança que se apresentava naturalmente. As delimitações impostas pelo Consenso de Washington e a própria falta de capital retiraram as indústrias de material bélico brasileiras do Oriente Médio. A América do Sul ainda era um mercado promissor para a indústria brasileira nos vários segmentos.

A instabilidade da moeda e o enfraquecimento argentino fizeram com que o Brasil consolidasse suas posições na União Europeia, deixando o país vizinho na segunda posição como exportador sul-americano. A defesa da América do Sul parecia ter sido assumida da mesma forma que aquela do resto do mundo pelos EUA, não sendo necessário um reaparelhamento das indústrias bélicas nacionais, das forças aéreas ou das capacidades logísticas. Se isso ocorria, qual a credibilidade que países como Brasil e Argentina, no início dos anos de 1990, levariam ao Oriente Médio ou em áreas de conflito na África que necessitavam de fornecedores de armas e de matérias primas com urgência? O Brasil conseguiria tão somente ofertar produtos somando-se àqueles de outras procedências, produtos médicos e hospitalares, por exemplo, ou munição, mas a capacidade de avançar tecnologicamente não seria mais possível naquele momento, assim como ocorria com a Argentina. Esperava-se que o Brasil se mostrasse capaz de produzir suas próprias condições de defesa, uma vez que isso é fator primordial de salva guarda internacional e de capacidade de dissuasão reconhecida pelos membros do Sistema Internacional.

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho pretendeu demonstrar o processo de inserção do Brasil e da Argentina no Oriente Médio, como é conhecida e delimitada a região atualmente. Essa ação ocorreu tardiamente em função da importância estratégica da região e do seu principal produto natural explorado em grande quantidade pelas potências internacionais que venceram a Primeira Guerra Mundial, que dividiram entre si aquela antiga parcela do Império Otomano. A criação do Oriente Médio, visava atender aos interesses europeus e estadunidenses, além de manter a região como uma importante fonte de petróleo a ser explorada por companhias ocidentais. A partir disso, toda e qualquer resolução para e no Oriente Médio deveria satisfazer os interesses ocidentais. A América Latina, especificamente, a América do Sul não estava fora dessa lógica, visto que as duas regiões ofereciam matérias-primas essenciais e estratégicas ao progresso do Ocidente.

As duas guerras mundiais fizeram com que as potências ocidentais mantivessem seus esforços para salvaguardar as duas regiões, posteriormente devia-se proteger o Oriente Médio e a América do Sul dos avanços dos países comunistas. As duas regiões desempenharam funções essenciais na contenção desse avanço, mostrando formas avançadas de cooperação, porém tais alianças ajudavam a manter os interesses estadunidenses tanto no Oriente Médio quanto na América do Sul. A Segunda Guerra Mundial serviu para antagonizar perante os EUA as ações de Brasil e Argentina. Sendo que a não participação do governo argentino no planejamento estratégico de união em torno do combate ao nazifascismo nos campos de batalha da Europa ocasionou uma maior aproximação entre os governos e Forças Armadas Brasileiras e Estadunidenses, acirrando a rivalidade entre os dois países sul-americanos.

A aproximação dos governos brasileiro e argentino ao Oriente Médio começou de forma tênue nas décadas de 1950 e 1960, porém ambos mostravam cautela em função do conflito árabe-israelense-palestino, uma vez que, principalmente, as ligações como os árabes visava salvaguardar os interesses nacionais argentinos, como as Malvinas, e evitar choques com os judeus que ocupavam cargos nos governos do país. Tal divergência não ocorreu no âmbito

governamental brasileiro, no qual descendentes de árabes e judeus participavam notadamente no segundo Governo Vargas, como Ricardo Jafet e Horácio Lafer.

A rivalidade brasileiro-argentina começava a sair dos contornos regionais e passava a se estabelecer no Oriente Médio por meio de fornecimentos de produtos agropecuários que se mostraram valiosos na troca por petróleo. Posteriormente, na segunda metade da década de 1970, os laços estratégicos militares somaram-se aos comerciais, fazendo com que Brasil e Argentina passassem a fornecer armas aos países da região que buscavam fornecedores fora do âmbito das potências mundiais e seus aliados, pois os países árabes e o Irã já buscavam desenvolver a capacidade nuclear de seus arsenais a fim de se aproximarem de uma situação semelhante àquela de Israel.

Da mesma forma que escolheu suas áreas de influência na América Latina, enquanto cooperava na luta aos grupos de esquerda, inclusive com assessoria militar a países da América Central, a Argentina colocou-se ao lado de Israel, de países árabes progressistas e do Irã, de forma contraditória, mas em conformidade com seus interesses políticos, comerciais e estratégicos, enquanto tentava conciliar na sua política interna as ações políticas de grupos tão antagônicos. Por sua vez, o Brasil procurou estabelecer laços confiáveis com os principais fornecedores de petróleo, passando a o trocar por armas e os mais diversos produtos, inclusive tecnologia nuclear.

Naquele momento, era impossível postar-se de forma a assumir a liderança nas negociações com os árabes, uma vez que os EUA impulsionavam as economias de monarquias árabes e de Israel, além de ser o principal aliado dos governos ditatoriais da Argentina e Brasil. Igualmente, essa atitude brasileira e argentina era parte da cooperação com os EUA já vista na América Latina, a qual era transplantada para o Oriente Médio para assegurar a permanência de países-chave da região próxima a uma área de influência ocidental. A tolerância estadunidense permitia certas ações estratégicas e militares desses países sul-americanos no Oriente Médio.

A década de 1980 foi o período de maior importância para o combate às guerrilhas de esquerda na América Central com a maior penetração de material bélico e assessores militares brasileiros e argentinos, assim como foi de extrema importância o Oriente Médio para as vendas de equipamentos militares dos dois países sul-americanos. No caso brasileiro, evidenciou-se uma troca de favores de

penetrar no Oriente Médio, enquanto o governo do país agisse ativamente na contenção da política externa cubana no Suriname. Podendo, inclusive, o Brasil comercializar material bélico com a Líbia, a exemplo da Argentina, que colaborava ativamente no combate a forças de esquerda na América Central.

Durante a década de 1980, ocorreu a maior perspectiva de progresso, não apenas nas relações do Brasil dos países como o Oriente Médio, principalmente o Iraque. O país deveria ter desenvolvido melhor a sua indústria bélica visto que contava com recursos oriundos daquele país árabe. A Argentina, por sua vez, optou, durante a Guerra Irã-Iraque, em colocar-se como parceiro comercial dos dois beligerantes. Essa estratégia argentina mostrou-se equivocada, porque o apoio ao adversário iraquiano não contava com apoio estadunidense.

Deve-se lembrar que os ganhos nas exportações brasileiras e argentinas foram além do mercado de material bélico. O comércio baseado em produtos primários dos países sul-americanos aumentou significativamente os dividendos dos exportadores brasileiros e argentinos. A necessidade de importar petróleo em quantidades cada vez maiores levou Brasil e Argentina a perceber que os países do Oriente Médio passavam a ter um crescente ganho nas balanças comerciais estabelecidas com eles. Investimentos árabes em projetos na América Latina foram mais vultosos que aqueles feitos pelos governos brasileiro e argentino no Oriente Médio. Uma melhor aliança comercial não foi possível em função da opção dos governos do Brasil e Argentina não ter enfatizado as suas presenças em fóruns internacionais neutros.

O conflito entre o Irã e o Iraque que colocou os dois países sul-americanos na condição de fornecedores de armas para o Oriente Médio também apresentou perspectivas bastante prejudiciais às indústrias bélicas brasileiras e argentinas. A redemocratização afastou os novos governantes das questões de defesa, uma vez que as mudanças no cenário internacional apresentavam uma nova potência mundial, enquanto a antiga URSS dava sinais de esfacelamento e deixava na Ásia uma interrogação e um espaço que deveria ser preenchido por novas alianças militares. A própria condição do Oriente Médio passava por uma reformulação, uma vez que a Guerra Civil Libanesa estava encerrada, as petromonarquias estavam fortalecidas em torno da estrutura de defesa estabelecida pelos EUA. A guerra para libertação do Kuwait confirmou a exclusão brasileira do campo estratégico do

O Oriente Médio, enquanto a Argentina buscava erroneamente colocar-se como um ator de relevância, posição vista tão somente pelo presidente Carlos S. Menem.

A condução das políticas externas do Brasil e da Argentina, no período da redemocratização, mostrou rumos diferentes. Enquanto o presidente Fernando Collor de Mello procurava se afastar do Oriente Médio, o presidente argentino ainda tentava colocar-se na condição de mediador internacional. O cenário não era propício a essa tentativa, pois os atores do Oriente Médio já haviam comprometido suas reservas energéticas em troca da segurança regional, com as crescentes renovações de seus arsenais pelas empresas estadunidenses e europeias ocidentais contra o inimigo iraniano que passava a ser o fator de desestabilização da região.

Os problemas acarretados pela dívida externa, a falta de pesquisa e de desenvolvimento (P&D) e recursos tecnológicos fizeram com que houvesse um estancamento nas indústrias bélicas dos Brasil e Argentina, apesar de uma sobrevida no conflito Irã-Iraque. A presença da China afastava os países árabes e o Irã dos fornecedores de armas sul-americanos. O final da Guerra Fria e, no caso brasileiro, o não pagamento de dívidas iraquianas fizeram com que o Consenso de Washington terminasse por restringir as indústrias bélicas brasileiras e argentinas a um parco fornecimento para seus mercados internos. O Brasil e a Argentina mantiveram dentro da medida do possível os seus laços estratégicos com o Oriente Médio, estabelecidos por uma lógica estadunidense dentro do cenário da Guerra Fria. Após 1991, não interessava mais ao governo dos EUA que houvesse em tais países latino-americanos projetos nucleares e indústrias bélicas que tivessem capacitação para exportar e fossem simpáticas às ideologias árabes que estivessem fora do planejamento estadunidense para um mundo unipolar como se previa.

Percebe-se que as limitações da indústria bélica brasileira e argentina foram fundamentais para falência dos laços comerciais da área com os países do Oriente Médio, assim como também eram fruto das pressões estadunidenses. Por outro lado, a falta de fontes que comprovem de forma farta as posições políticas e estratégicas dos países envolvidas ainda é sentida, uma vez que na própria Argentina não se mostra abertamente os dados do comércio militar com os países do Oriente Médio. Tanto para pesquisadores brasileiros e argentinos, os principais dados de pesquisa encontram-se no SIPRI, na Suécia, sendo esse alimentado de forma oficial com base as informações obtidas junto aos governos e a demais

centros de pesquisa como o IISS. A pesquisa a esses dados ainda é bastante sensível para os países envolvidos em função do período recente de estudo do tema.

Pode-se concluir que os dados levantados por este trabalho mostram consequências para as condições estratégicas de ambos os países sul-americanos. No caso brasileiro, a incapacidade de desenvolvimento aeronáutico da aviação de caça nacional e a inaptidão em criar um carro de combate nacional para abastecer o Exército Brasileiro, visto que o EE-1 “Osório” era um híbrido de várias peças de blindados de vários fabricantes. Por sua vez, a Argentina não conseguiu dar desenvolvimento a sua produção de produtos bélicos, principalmente, naval. Não se pode negar, entretanto, a importância dos projetos nucleares de ambos e os seus avanços tecnológicos, acarretando preocupações para o EUA no Oriente Médio, principalmente na assessoria brasileira ao Iraque e a missilística e nuclear argentina que se desenhava aos árabes e ao Irã.

Desta forma, percebe-se que o Brasil e a Argentina conseguiram seus intentos de inserirem-se comercialmente em uma região extremamente importante para as economias centrais, rivalizando, inclusive, na obtenção de remessas de insumo para a manutenção de seus projetos políticos, principalmente àqueles conduzidos por governos ditatoriais militares. Todavia, vislumbra-se a total incapacidade de superar as limitações da indústria bélica dos países na continuação de fornecimento de equipamentos militares aos países do Oriente Médio em função de problemas de capacitação tecnológica. Assim, não se pode separar a dependência desses países da ação política-ideológica e financeira dos EUA. Certamente, com o acesso a outras fontes que devem ser liberadas com o passar dos anos talvez se possa desnudar com mais precisão os fatores que mostraram os avanços e retrocessos das políticas externas brasileira e argentina para aquela região.

REFERÊNCIAS

AKMIR, Abdeluahed. **Los Árabes em Argentina**. Rosário: UNIR, 2011.

ALBUQUERQUE, José Guilhon (Org.) **Sessenta Anos de Política Externa: 1930-1990**. São Paulo: Cultura, 2000.

ANTUN SAADEH. Disponível em: <http://ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_en.htm>. Acesso em: 21 jul. 2012.

ARGENTINA MISSILE CHRONOLOGY. **Ten Years of NTI: bulding a safer World**. Disponível em: <www.nti.org>. Acesso em: 01 abril 2012.

ARMONY, Ariel C. **Argentina, the United States and Anti-Communist Crusade in Central América: 1977-1984**. Ohio: Center of International Studies of Ohio University, 1997.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: UnB, 1976.

ATTUCH, Leonardo. Os Negócios Secretos (e os nem tanto) do Brasil com o Iraque. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, n. 265, p.32-35, 25 set. 2002.

_____. **Saddam: o amigo do Brasil**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

AVERSA, Santiago. **La Armada Argentina en el Golfo**. Disponível em <<http://fuerzasnavales.com>>. Acesso em: 09 fev. 2013

ÁVILA, Carlos F. D.. O Brasil, a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM- e o comércio internacional de armas: um estudo de caso. **Tempo**, Niterói, v. 16, n. 30, p. 221-241, 2011.

_____. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da missão Venturini ao Suriname (1983). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n. 1, p. 07-28, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex. Acesso em: 04 fev. 2013.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. Brasília, UnB, 1993.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros**. São Paulo. Atheneu, 2007.

BARCELONA, Eduardo; VILLALONGA, Julio. **Relaciones Carnales: la verdadera historia de la construcción y destrucción del misil**. Buenos Aires: Planeta. 1992.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização: Tomo I 1985-2002**. Brasília, FUNAG, 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. A Política Externa do Governo Collor: modernização ou retrocesso? **Política Externa**, São Paulo, v. I, n. 4, p 106-135, mar./abril/mai. 1993.

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. **Ásia, África e a Política Independente do Brasil**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 1961.

BORTS, Lawrence. **United Nations medals and missions: the medals and ribbons of the United Nations**. Fontain Inn: MOA Press, 1996. p. 55; 59; 64.

BOTTA, Paulo. La Diplomacia argentina y la partición de Palestina desde el punto de vista de sus protagonista. **Revista ANMO: África del Norte y Medio Oriente**, Córdoba, v. 1, n. 1, p. 5-27, outono 2011.

_____. La Cooperación en el Âmbito Nuclear entre Argentina e Iran (1986-1997). **Cuadernos política externa Argentina**, Rosário, n. 101, p. 06, jul./set. 2010.

BRZOSKA, Michael; PEARSON, Frederic S.. **Arms and Warfare: escalation, de-escalation and negotiation**. Columbia: University of South Carolina Press. 1994, p. 73-74.

BURNS, E. Bradford. **A aliança não escrita: o barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CALDAS, Ricardo W. **A Política Externa do Governo Kubitschek**. Brasília. Thesaurus. 1995.

CÂMARA DE COMÉRCIO ÁRABE-BRASILEIRA. **Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe**: construção e perspectivas. Brasília: FUNAG, p. 10.

CAMARGO, Sonia de; OCAMPO, José Maria V.. **Autoritarismo e Democracia na Argentina e Brasil**: uma década de política exterior 1973-1984. São Paulo: Convívio, 1988.

CARASALES, Julio C.; MADERO, Carlos Castro; COHEN, José M.. **Argentina y el submarino de propulsión nuclear**: posibilidades y dificultades. Buenos Aires: Servicio de Hidrografía Naval, Artes Gráficas, 1992.

_____. The Argentinian-Brazilian Nuclear Rapprochment. **Nonproliferation Review**, Monterey, spring-summer 1995. Disponível em: <<http://www.cns.miis.edu/pubs/npr/vol02/23/carasa23.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

CASTRO, Terezinha. **Retrato do Brasil**: atlas-texto de geopolítica. Rio de Janeiro: Bibliex. 1986.

CAUBET, Christian. **As Verdades da Guerra contra o Iraque**. São Paulo: Acadêmica, 1991, p. 41.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Research Study: international and trasnational terrorism**: diagnosis and prognosis (PR 76 10030). Washington, abril 1976. Disponível em: <<http://foia.cia.gov>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

CERVO, Amado Luiz (org). **O desafio internacional**. Brasília: UnB, 1994.

_____; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UnB, 2002.

_____; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: UnB, 2002.

_____. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CIRINCIONE, Joseph; WOLFSTHAL, Jon B.; RAJKUMAR, Miriam. **Deadly Arsenals**: nuclear, biological and chemical threats. 2. ed. Washington D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2005.

CONCA, Ken. **Manufacturing Insecurity**: the rise and fall of Brazil's military-industrial complex. Londres: Lynne-Rienner, 1997.

CONNAUGHTON, Richard. **Military Interventions in the 1990**: a new logic of war. Nova Iorque: Routledge, 1992.

COOPER, Tom; BISHOP, Farzad; LUCCHESI, Cláudio. O Tucano no Irã. **Revista Asas**: revista de cultura e história da aviação, Brasília, v. 5, n. 30, p. 62-65, abril/mai. 2006.

CORBETT, Robin. Na toca do urso. **Guerra na paz**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 64, p. 1027-1029, 1984.

CONVENTION SANITAIRE INTERNATIONALE. Disponível em: <<http://www.treaties.un.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

CPDOC – FGV. **Filinto Muller**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossie/AEraVargas1/htm>>. Acesso 21 jul. 2012.

DABÈNE, Olivier. **América Latina en el siglo XX**. Madri: Sintesis. 2000.

DEFESA GLOBAL. Disponível em: <<http://defesaglobal.com.br>>. Acesso em: 09 ago. 2012.

DOBRY, Hernán. **Operación Israel**: la dictadura argentina y la compra de armas (1976-1983). Disponível em: <<http://www.operacionisrael.com/ar/.../ponencias-jornada-relaciones-internacionales-flacso-2009-israel.pdf>>. Acesso 17 jul. 2011.

DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Jr.. **Contending theories of international relations**: a comprehensive survey. Nova Iorque: Longman, 2001.

DRUMOND, Cosme Agenor. A caminho da extinção. **Tecnologia e Defesa**, São Paulo, n. 97, p. 30-34, dez./2003.

EMBAIXADA DA REPUBLICA ARGENTINA NO PARAGUAI. Disponível em: <<http://embajada-argentina.org.py>>. Acesso em: 2011.

ESCUDE, Carlos. Argentina y sus alianzas estratégicas. In ARAVENA, Francisco R. (Org.) **Argentina, Brasil y Chile: integración y seguridad**. Santiago; Caracas: FLACSO; Editorial Nueva Sociedad, 1999, p.75-88.

_____; CISNEROS, Andrés. **Historia de las relaciones exteriores argentinas**. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/historia_indice00.htm>. Acesso em 26 jul. 2012.

EVERA, Stephen Van. **Guide to methods for students of political science**. Nova Iorque: Cornell University, 1997.

FAINGOLD, Reuven. **D. Pedro II na Terra Santa: diário de Viagem – 1876**. São Paulo, Sêfer. 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1985.

FEHMY, Saddy. **Arab-Latin American Relations**. New Brunswick: Transaction Books. 1983.

FEINSTEIN, Andrew. **The Shadows World: inside the global arms trade**. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux. 2011.

FERABOLLI, Sílvia. **Relações internacionais do mundo árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista**. Curitiba: Juruá, 2009.

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. Brasília: Contraponto, 2005.

GILBERT, Isidoro. **O ouro de Moscou**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GOES FILHO, Synésio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

GOSENDE, Héctor Eduardo. **Modelos de Política Exterior Argentina**: alternativas para salir del modelo conservador-mnemista. Buenos Aires: Libros de Terra Firme, 2007.

GOVERNO DO IRAQUE – ESCRITÓRIO DE IMPRENSA. **Revista Tigris**: publicação mensal de informação geral, Madri, n. 13, abril/mai. 1980, p. 17-18.
GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 179.

HARBOTTLE, Michael. **The blue berets**. Londres: Leo Cooper, 1975.

HIRO, Dilip. **The longest war**: the Iran-Iraq military conflict. Nova Iorque: Routledge, 1991

_____. **Dictionary of the middle east**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998.

IMPASSE DIPLOMÁTICO COM A LÍBIA. Disponível em
<<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

HOUAISS, Antonio. **KOOGAN/HOUAISS**: enciclopédia e dicionário ilustrado. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1998.

INBAR, Efraim; ZILBERFARB, Benzion. **The politics and economics of defense industry**. Londres: Routledge, 1998.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES. **Military Balance**: 1997-1998. Oxford: Oxford University Press. 1997.

IRAQ'S NUCLEAR WEAPONS PROGRAM FROM AFLAQ TO TAMMUZ. Disponível em: <<http://www.nuclearweaponsarchive.org/Iraq/IraqAtoZ.html>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

KAUFMAN, Edy; SHAPIRA, Yoram; BARROMI, Joel. **Israel-Latin America Relations**. New Brunswick: Transaction Book, 1979.

KHOURI, Malatios. **Palestina**: corazon de los árabes. Mendoza: Hasan Hadid, 1948

KILSTEIN, Andrés. **Vínculo entre sectores del peronismo de Derecha y la Liga Árabe en la Argentina entre 1962-1964**. In: Segundo Congreso de Estudios sobre el Peronismo: 1943-1976. Disponível em: <<http://redesperonismo.com.ar/archivos/CD2/Kilstein.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

KLICH, Ignacio. Towards an Arab-Latin-American Bloc? The Genesis of Argentine-Middle East Relations: Jordan: 1945-54. In **Middle Eastern Studies**, Londres, Frank Cass. Vol. 31, Nº3, julho 1995, pp.550-572. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/4283742>. Acesso em 19 de julho de 2012

LAMUEDRA, Guillermo Horacio. **La historia de Argentina nuclear**. Buenos Aires: Caminoproprio, 2006, p. 156-175.

LAWSON, Fred H. **Constructing international relations in the arab world**. Califórnia: Standford University Press, 2006.

LECHINI, Gladys. **Argentina y África en el espejo de Brasil**. Buenos Aires. CLACSO, 2006.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos da política externa**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: FUNAG, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, ano 41, número especial, 1998, p. 29-41.

LESSER, Jeffrey. "Jews are turks who sell on credit": elite images of arabs and jews in Brazil. In KLICH, Ignacio; LESSER, Jeffrey. **Arab and jewish immigrants in Latin America**: images and realities. Londres; Portland: Frank Cass, 1998, p. 38-56.

LEWIS, Bernard. **The Middle East**: brief history of the last 2.000 years. Nova Iorque: Touchstone, 1997.

LIGA DOS ESTADOS ÁRABES. Calmon à conquista: Oriente Médio, **Revista da Liga dos Estados Árabes**. Brasília, v. 20, n. 2, abril/jun. 1977, p. 04-08.

_____. Mensagem espacial da Argélia a Geisel. **Revista Liga dos Estados Árabes**. Brasília, v. 21, n. 3, jul./set. 1978, p. 05-16.

_____. Iraque um Mercado das “Arábias”: à espera de produtos brasileiros. **Revista da Liga dos Estados Árabes**, Brasília, v. 21, n. 3, jul./set. 1978, p. 06-10.

_____. A Atuação da Braspetro nos países árabes. **Revista da Liga dos Estados Árabes**, Brasília, v. 21, n. 04, out./dez. 1979, p. 02-12.

LISKOFKY, Sidney. **The Eichmann Case**. Disponível em: <http://www.ajcarchives.org/AJC_DATA/.../1961_1_TOC.pdf>. Acesso em 27 jul. 2012.

LOBATO, Mirta Zaida; SURIANO, Juan. **Nueva Historia argentina**. Buenos Aires: Sudamericana. 2000.

LOPES, Roberto. **Rede de Intrigas**. Rio de Janeiro. Record, 1994.

LYMAN, Robert. **Iraq 1941**: the battles for Basra, Habbaniya, Fallujah and Baghdad. Londres: Osprey, 2006.

MADERO, Carlos Castro; TAKACS, Esteban A.. **Política nuclear Argentina**. Buenos Aires. Instituto de Publicaciones Navais. 1991.

MAJAZOUB, Ismail. Os Fatores Geo-históricos. In FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Relações entre o Brasil e o mundo árabe**: construção e perspectivas. Brasília: FUNAG, 2000.

MALHEIROS, Tânia. **Histórias secretas do Brasil nuclear**. Rio de Janeiro: WVA, 1996.

MARIANO, Nilson. **As Garras do Condor**. São Paulo: Vozes, 2003.

MÉNDEZ, Norberto Raul. **El Rol de las Colectividades árabe-islámica y judía de la Argentina respecto del Médio Oriente (1947-2007)**: peso, influencia y posiciones de estas colectividades en relaciones com política interior y exterior del estado argentino y sobre la sociedad civil argentina global en el concerniente al conflicto del Médio Oriente y las interestatales entre Argentina y países de esa área. La existência o no de um lobby judio. La Plata, 2008. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Facultad de Ciências Jurídicas y Sociales, Instituto de Relaciones Internacionales, Univerisdad Nacional de La Plata.

MIRANDA, Fernando. **Fronzidi ese desconocido**. Buenos Aires: Dunken, 2008.

MONTENEGRO, Marcelo Luís. **Indústria bélica e diplomacia na Relação Brasil-Irak (1979-1989)**: a crise de uma estratégia de política externa brasileira para os anos 80. Rio de Janeiro, 1992. 171 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Indústria de Defesa na Argentina. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 06, abril/jun. 2011. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

MOREIRA, Marcílio Marques. **Diplomacia, Política e Finanças**: de JK a Collor, 40 anos de história por um de seus protagonistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MOSTYN, Trevor. **Iran, Iraq and the Arabian Peninsula**: 1945-1990. Oxford; Nova Iorque: Facts on File, 1991.

NYE, Jr. Joseph S. **Compreender os conflitos internacionais**: uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Gradiva, 2002.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Os descaminhos do Brasil nuclear**. Ijuí: UNIJUI, 1999.

_____. **Relações internacionais**: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2001.

NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nissar. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Campus: 2005.

NORTHERN AFRICA AND THE MIDDLE EAST. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east.html>. Acesso em: 17 jul. 2013.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de e PFEIFER, Alberto. O empresariado e a política exterior do Brasil. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva. 2006, volume 02.

OSTROVSKY, Vitor; HOY, Claire. **As marcas da decepção**. São Paulo: Scritta, 1992.

PEDROSA, Mário. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1966.

POLLACK, Kenneth. **Arabs at War: military Effectiveness 1948-1991**. Lincoln; Londres: University Of Nebraska Press, 2004.

PREZA JÚNIOR, Cláudio Lopes. **Uma política externa órfã: a crise do desenvolvimento e os reflexos na política externa brasileira no Governo Collor (1990-1992)**. Porto Alegre, 2002, 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PREISS, José Luiz Silva. As relações Brasil-Irã: dos antecedentes aos desdobramentos no século XXI. **Revista ANMO**, Córdoba, v. 01, n. 01, p. 45-60, 2011.

REISS, Mitchell. **Bridled Ambition**. Baltimore: Woodrow Wilson Center Press, 1995.

REPUBLICA ARGENTINA – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO. **Convenio comercial entre el gobierno de la Republica Argentina y el gobierno de la Republica Árabe Unida**. Disponível em: <<http://tratados.cancelaria.gob.ar/index.php>>. Acesso em: 15 mai. 2011a.

_____. **Acuerdo sobre cooperación econômica entre la Republica Árabe de Líbia y la Republica Argentina (1974)**. Disponível em <<http://tratados.cancelaria.gob.ar/index..php>>. Acesso em: 15 mai. 2011b.

_____. **Tratado de amistad y comercio entre la República Argentina y el Reino de Pérsia**. Disponível em: <<http://www.tratados-cancilleria.gov.ar/busqueda.php>>. Acesso em: 27 jul. 2012a.

_____. **Tratado protocolo consular Republica Argentina y República de Turquia**. Disponível em: <<http://www.tratados-cancilleria.gov.ar/busqueda.php>>. Acesso em: 26 jul. 2012b.

_____. **Tratado de amistad entre la República Argentina y la República de Turquia**. Disponível em: <<http://www.tratados.cancilleria.gov.ar/busqueda.php>>. Acesso em: 25 jul. 2012c.

_____. **Tratado reconociendo el Reino Hashemita de Jordânia**. Disponível em: <<http://www.tratados.cancilleria.gov.ar/busqueda.php>>. Acesso em: 22 jul. 2012d.

_____. **Protocolo provisional comercial y financeiro.** Disponível em: <<http://www.tratados-cancilleria.gov.ar/búsqueda.php>>. Acesso em: 22 jul. 2012e.

_____. **Tratado de extradición entre la República Argentina y el Estado de Israel.** Disponível em: <<http://www.tratados.cancilleria.gov.ar/busqueda.php>>. Acesso em: 21 jul. 2012f.

_____. **Acuerdo de cooperación científica y tecnológica entre la Republica Argentina y la Republica Argelina Democratica y Popular.** Disponível em: <<http://www.treaties.un.org//home.aspx>>. Acesso em: 09 ago. 2012g.

_____. **Tratado de Cooperación Económica y Comercio entre la República Argentina y el República Árabe Líbia.** Disponível em: <<http://www.tratados.cancilleria.gov.ar/busqueda.php>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Tratado de amizade Estados Unidos do Brazil-República Turca.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em 21 jul. 2012a.

_____. **Acordo comercial entre o Brasil e o Iraque.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012b.

_____. **Ajuste de comércio entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012c.

_____. **Convênio de intercâmbio cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012d.

_____. **Acordo sobre o transporte aéreo entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Líbano.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em 21 jul. 2012e.

_____. **Declaração conjunta dos governos do Brasil e do Líbano.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em 21 jul. 2012f.

_____. **Tratado de amizade, de comércio e de navegação entre os Estados Unidos do Brasil e o Líbano.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso 21 jul. 2012g.

_____. **Ajuste de pagamento entre o Banco do Brasil S/A e o Banco Central da República da Turquia.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012h.

_____. **Brasil e o Irã: acordo cultural.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012i.

_____. **Acordo cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012j.

_____. **Acordo básico de cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Israel.** Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso 21 jul. 2012l.

_____. **Acordo complementar ao acordo de cooperação técnica de 12 de março de 1962.** Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012m.

_____. **Acordo de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais.** Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012n.

_____. **Convênio sobre a utilização de energia nuclear para fins pacíficos: primeiro convênio complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, concluído entre os governos dos Estados Unidos do Brasil e do Estado de Israel a 12 de março de 1962.** Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 21 jul. 2012o.

_____. **Acordo de cooperação comercial Brasil e Iraque 11/05/1971.** Brasília. Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 08 jan. 2013a.

_____. **Acordo de cooperação comercial Brasil e Reino da Arábia Saudita 02/04/1975.** Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 08 jan.2013b.

_____. **Acordo de transporte aéreo Brasil e Iraque 21/01/1977.** Brasília.
Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 08 jan. 2013c.

_____. **Acordo básico de cooperação Brasil e Líbia 30/06/1978.** Brasília.
Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 08 jan. 2013d.

_____. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Iraque sobre os usos pacíficos de energia nuclear.** Disponível em: <www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 31 jan. 2013e.

_____. **Acordo de cooperação técnica, científica, tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Argelina Democrática e Popular.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 31 jan. 2013f.

_____. **Plano de trabalho sobre cooperação científica e tecnológica no quadro do acordo de cooperação técnica e científica entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, sobre cooperação científica e tecnológica entre o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e a Academia de Pesquisas e Tecnologia do Egito.** Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em 31 jan. 2013g.

_____. **Memoradum de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Islâmica do Irã para a criação de uma comissão mista interministerial.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 06 fev. 2013h.

_____. **Acordo geral de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina.** Disponível em: <http://www.dai-mre.gov.br.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 06 fev. 2013i.

_____. **Acordo básico de cooperação técnica e científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 31 jan. 2013.

_____. **Acordo de cooperação cultural e educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Iraque.** Disponível em: <www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 31 jan. 2013.

_____. **Acordo cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos.** Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em 31 jan. 2013.

_____. **Protocolo de cooperação industrial-militar entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo do Reino da Arábia Saudita.** Disponível em: http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 31 jan. 2013.

_____. **Acordo de cooperação econômica, comercial, industrial, tecnológica e financeira entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo dos Emirados Árabes Unidos.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 06 fev. 2013.

_____. **Acordo comercial entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo do Reino Hashemita da Jordânia.** Disponível em: <http://www.dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: 06 fev. 2013.

ROCHA PINTO, Paulo Gabriel H.. **Árabes no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio e as Relações Internacionais. In: VIZENTINI, Paulo G. F. (Org.). **A grande crise: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90.** Petrópolis: Vozes, 1992.

ROSA, Luciano Ozorio. O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990). In: ALBUQUERQUE, José Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa: 1930-1990.** São Paulo: Cultura, 2000.

ROTTMAN, Gordo; VOLSTAD. **Armies of the Gulf War.** Londres: Osprey, 1993.

SADDY, Fehmy. **Arab-Latin American relations.** New Brunswick: Transaction Books, 1983.

SAES. Decio. **Classe média e sistema político no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SAFARTI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SAMPSON, Anthony. **Os Vendedores de Armas**. Rio de Janeiro Record, 1982.

SÁNCHEZ, Gonzalo. **Malvinas**: los vuelos secretos. Buenos Aires: Planeta, 2012.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista brasileira de política internacional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 49, 2006, p. 157-177.

SANTORO, Daniel. Perón queria obter plutônio para estratégia de dissuasão. **Clarín.com**, Buenos Aires, 01 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.clarin.com/suplementos/zona/2006/01/08/z-03602.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

SANTOS, Marcelo. **O Poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2007.

SANTOS, Norma Breda dos. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. **Carta Internacional**, Brasília, ano 05, n. 02, p. 5-22, 2003.

SANTOS, Sérgio Gil Marques. Momentos marcantes do pragmatismo responsável de Geisel: o acordo nuclear Brasil-Alemanha e o rompimento do acordo militar Brasil-EUA. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; ALBUQUERQUE, José Guilhon (Orgs.). **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

SCHWARZ, Rolf. **War and state building in the Middle East**. Gainesville: University Press of Florida, 2012.

SENES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre, UFRGS, 2003, p. 80.

SHAHAK, Israel. **El Estado de Israel armo las dictaduras en América Latina**. Buenos Aires: Canaán, 2007.

SILVA, André Luiz Reis da. **A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento**: a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, Edilson Adão C.. **Oriente Médio: a gênese das fronteiras**. São Paulo: Zouk, 2003.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2005.

SILVA, Heloísa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SIPRI – ARMS CONTROL DATABASE. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

SIPRI – ARMS TRANSFERS DATABASE. Disponível em: <www.sipri.org>. Acesso em: 04 fev. 2013.

SIRRS, Owen L.. **Nasser and the missile age in the Middle East**. Londres: Routledge, 2006, p. 173.

SOUZA, Fabiano Farias. Operação Condor: terrorismo de estado no cone sul das Américas. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 160-180, jan./jun. 2011. Disponível em: < www.seer.ufrgs/aedos. Acesso em 18 jul.2011.

TIMMERMAN, Kenneth. **O lobby da morte**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1992.

TOPIK, Steven C. **Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na era dos impérios (1889-97)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRIPP, Charles. **História do Iraque ou do nascimento e estado de uma nação**. 2. ed. Lisboa: Mem Martins, 2003.

VAGNI, Juan José. **Marruecos y su proyección hacia América Latina a partir de Mohamed VI**: la generación de un espacio alternativo de interlocución con Argentina y Brasil. Málaga, 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais, Mediterrâneo e Mundo Árabe) – Universidad Internacional de Andalucía.

VILLALOBOS, Marco Antônio. **Tiranos, tremei !**: ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre. EDIPUCRS. 2006.

VIZENTINI, Paulo Gilberto F.. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre, UFRGS. 1995.

WELSH, David. **The third Reich**: politics and propaganda. Londres: Routledge, 1993.

WOODS, Kevin et al. **Saddam's Generals**: perspective of the Iran-Iraq War. Alexandria (Virgínia-EUA). Institute for Defense Analyses. 2011.

YERGIN, Daniel. **O petróleo**: uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo: Scritta, 1992.

ZALOGA, Steven. **Scud ballistic missile and launch system**: 1955-2005. Oxford: Osprey, 2006.

